

# TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

## Relatório de Gestão & Contas 2021

# Ficha Técnica

Transtejo, Transportes Tejo, S.A.
Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1249-249 Lisboa
Número único de matrícula e de pessoa coletiva: 500723770
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Estatuário: € 208.025.085,00 (a 31 de dezembro 2021)
Contacto institucional: sec@transtejo.pt
Site institucional: www.ttsl.pt
Relatório produzido por: Direção de Gestão Financeira

# Índice

Mensagem do Conselho de Administração ..... 6
1. Introdução ..... 7
1.1. Síntese histórica da empresa ..... 8
1.2. Empresas participadas pela Transtejo ..... 11
2. Factos relevantes ocorridos em 2021 ..... 12
2.1. Painel de Indicadores ..... 20
2.2. Impacto da Pandemia COVID-19 e medidas de apoio ..... 22
3. O Modelo de Gestão ..... 23
3.1. Estrutura Acionista e de Capital ..... 23
3.2. Conselho de Administração ..... 23
3.3. Estrutura organizacional da Empresa ..... 23
3.4. Identidade Corporativa ..... 24
4. Evolução do negócio ..... 26
4.1. Atividade Transporte ..... 27
4.2. Atividades Complementares ..... 36
5. Gestão Corporativa ..... 38
5.1. Segurança e Vigilância ..... 38
5.2. Gestão Ambiental ..... 40
5.3. Gestão de Recursos ..... 41
5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna ..... 47
5.5. Gestão da Marca ..... 47
5.6. Relações Internacionais ..... 49
6. Gestão de Recursos Humanos ..... 50
6.1. Gestão do Efetivo ..... 50
6.1.1. Princípio da Igualdade do Género ..... 52
6.1.2. Política Salarial ..... 54
6.2. Desenvolvimento de competências e formação ..... 54
6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho ..... 55
6.3.1. Horário de Trabalho ..... 55
6.3.2. Taxa de Absentismo ..... 55
6.3.3. Horas Trabalhadas ..... 56
7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira ..... 57
7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas ..... 57
7.2. Adoção do SNC-AP ..... 57
7.3. Análise sobre as Contas Individuais ..... 58
7.3.1. Fluxos Financeiros ..... 58
7.3.2. Modelo de Financiamento ..... 59
7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro ..... 60
7.3.4. Esforço Financeiro do Estado ..... 62
7.3.5. Investimento ..... 63
7.3.6. Estrutura Patrimonial ..... 64
7.3.7. Resultados Globais (Contas individuais) ..... 66
7.3.7.1. Evolução de Resultados ..... 66
7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais ..... 66
7.3.7.3. Evolução dos Gastos Totais por Natureza ..... 68
7.4. Análise sobre as Contas Consolidadas ..... 72
7.4.1. Fluxos financeiros - Resultados Operacionais ..... 72
7.4.2. Modelo de Financiamento ..... 73
7.4.3. Investimento ..... 73
7.4.4. Estrutura Patrimonial ..... 74
7.4.5. Resultados Globais (Contas consolidadas) ..... 75
7.4.5.1. Evolução de Resultados ..... 75
7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais ..... 75
7.4.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza ..... 76
8. Governo Societário ..... 79
9. Cumprimento das Orientações Legais ..... 80
10. Notas Finais ..... 94
10.1. Agradecimentos ..... 94
10.2. Proposta de aplicação de Resultados ..... 94
10.3. Eventos Subsequentes ..... 94

## Índice de tabelas, gráficos e ilustrações

Tabela 1 - Conselho de Administração ..... 23
Tabela 2 - Caracterização da Oferta (2021) ..... 27
Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2019-2021) ..... 27
Tabela 4 – Taxa de Ocupação (2019-2021) ..... 28
Tabela 5 - Taxa de Regularidade (2019-2021) ..... 28
Tabela 6 - Supressão de carreiras (evolução 2019-2021) ..... 29
Tabela 7 - Taxa de Pontualidade (2019-2021) ..... 30
Tabela 8 - Indicadores de Procura (2019-2021) ..... 30
Tabela 9 – Procura por tipo de título de transporte (2019-2021) ..... 31
Tabela 10 - Reclamações por motivos (2019-2021) ..... 35
Tabela 11 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2019-2021) ..... 37
Tabela 12 – Indicadores de Segurança no trabalho (2019-2021) ..... 39
Tabela 13 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2019-2021) ..... 40
Tabela 14 – Principais indicadores ambientais (2019-2021) ..... 41
Tabela 15 – Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€) ..... 43
Tabela 16 – Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€) ..... 44
Tabela 17 - Gestão do Efetivo (2019-2021) ..... 50
Tabela 18 - Variação do número de efetivos (2018-2021) ..... 50
Tabela 19 - Remunerações pagas por género, em 2021 ..... 53
Tabela 20 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2019-2021) ..... 54
Tabela 21 – Formação (Horas, ações e participações) na TT (2019-2021) ..... 54
Tabela 22 – Formação (Horas, ações e participações) na SL (2019-2021) ..... 55
Tabela 23 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2021) ..... 55
Tabela 24 - Horas Trabalhadas (2019-2021) ..... 56
Tabela 25 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021) ..... 58
Tabela 26 - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021) ..... 59
Tabela 27- Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTF) até 31.12.2021 ..... 60
Tabela 28 - Serviço da Dívida até 31.12.2021 ..... 61
Tabela 29- Stock da Dívida ..... 61
Tabela 30 – Transtejo- Rendimentos de Subsídios à Exploração (2019-2021) ..... 62
Tabela 31 -Investimentos - Ótica económica (2019-2021) ..... 63
Tabela 32 – Indicadores de Execução PAO - Investimento (2021) ..... 63
Tabela 33 – Financiamento recebido FA (PEES) ..... 64
Tabela 34 - Evolução da situação Patrimonial (2020-2021) ..... 64
Tabela 35 - Resultados (2019-2021) ..... 66
Tabela 36 – Rendimentos Operacionais (2019-2021) ..... 67
Tabela 37 - Síntese de Gastos (2019-2021) ..... 68
Tabela 38 - Detalhe CMVMC (2019-2021) ..... 68
Tabela 39 – Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2019-2021) ..... 69
Tabela 40 – Detalhe de FSE (2019-2021) ..... 69
Tabela 41 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2019-2021) ..... 71
Tabela 42 – Gastos de Financiamento (2019-2021) ..... 71
Tabela 43 – Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021) ..... 72
Tabela 44 – Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021) ..... 73
Tabela 45 – Contas Consolidadas - Investimentos – ótica económica (2019-2021) ..... 73
Tabela 46 – Contas Consolidadas - Variação do Património (2020-2021) ..... 74
Tabela 47 - Contas Consolidadas - Resultados (2019-2021) ..... 75
Tabela 48 – Contas Consolidadas - Rendimentos (2019-2021) ..... 76
Tabela 49 – Contas Consolidadas - Gastos (2019-2021) ..... 76
Tabela 50 – Contas Consolidadas - CMVMC (2019-2021) ..... 76
Tabela 51 – Contas Consolidadas - FSE (2019-2021) ..... 77
Tabela 52 – Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2019-2021) ..... 78
Tabela 53 – Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2019-2021) ..... 78
Tabela 54 – Grelha-resumo das boas práticas de governação ..... 79
Tabela 55 – Indicadores de Execução PAO (2021) ..... 82

Tabela 56 - Execução Orçamental (2017-2021) ..... 82
Tabela 57 - Variação do Envidamento - execução (2020-2021) ..... 83
Tabela 58 - PMP (2020-2021) ..... 83
Tabela 59 -Atrasos nos Pagamentos a 31 de dezembro (2021) ..... 83
Tabela 60 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral ..... 84
Tabela 61 - Identificação dos membros do Conselho de Administração ..... 84
Tabela 62 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração ..... 85
Tabela 63 - Estatuto do Gestor Público ..... 85
Tabela 64 - Remunerações do Conselho de Administração ..... 85
Tabela 65 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração ..... 85
Tabela 66 - Encargos com Viaturas ..... 85
Tabela 67 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço ..... 85
Tabela 68 - Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal ..... 86
Tabela 69 - Remuneração dos membros do Conselho Fiscal ..... 86
Tabela 70 - Identificação do Revisor Oficial de Contas ..... 86
Tabela 71 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas ..... 86
Tabela 72 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2020) ..... 86
Tabela 73 - Remuneração do Auditor Externo ..... 87
Tabela 74 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021) ..... 87
Tabela 75 - Gastos com Comunicações ..... 87
Tabela 76 - Gastos com Viaturas ..... 87
Tabela 77 - Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais ..... 89
Tabela 78 - Avaliação do cumprimento do PRC (2021) ..... 90
Tabela 79 - Cumprimento Princípio UTE ..... 91
Tabela 80 - Informação divulgada no SEE ..... 92
Tabela 81 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2021) ..... 93
Gráfico 1 - TTSL - Número de supressões por motivo (2021) ..... 29
Gráfico 2 - Evolução do número de veículos transportados (2017 - 2021) ..... 31
Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2020-2021) ..... 31
Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2020-2021) ..... 32
Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2020-2021) ..... 32
Gráfico 7 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2020-2021) ..... 37
Gráfico 8 - Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2017-2021) ..... 50
Gráfico 9 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31 de dezembro de 2021 ..... 51
Gráfico 10 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31 de dezembro de 2021 ..... 51
Gráfico 11 - Distribuição de efetivos da TTSL, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2021 ..... 55
Gráfico 12 - Causas do absentismo TTSL - 2021 ..... 56
Gráfico 13 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2021 ..... 62
Gráfico 14 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2021) ..... 66
Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2021) ..... 67
Gráfico 16 - Estrutura de Gastos (2021) ..... 68
Gráfico 17 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2011-2021) ..... 69
Gráfico 18 - Estrutura de FSE (2021) ..... 70
Gráfico 19 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2016-2021) ..... 75
Ilustração 1 - Diagrama da rede TTSL ..... 9
Ilustração 2 - Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2021 ..... 11
Ilustração 3 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2021 ..... 23
Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2021 ..... 42
Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2021 ..... 42

# Mensagem do Conselho de Administração

O ano 2021 assinalou o início de um novo ciclo económico, marcado pelo compromisso assumido com o Estado, através da celebração de Contrato de Serviço Público que vigorará nos próximos 5 anos. O novo modelo de financiamento da atividade de exploração, através das compensações financeiras regulares, refletiu-se já nos resultados operacionais, não obstante as dificuldades orçamentais decorrentes da sujeição à disciplina imposta às Entidades Publicas Reclassificadas.

Para além do cumprimento dos níveis de serviço contratados, importará zelar pelo foco na nossa Missão, promovendo a melhoria contínua da oferta, em termos de qualidade, comodidade, regularidade e informação aos nossos clientes. Nesse âmbito, incorporámos as medidas de consolidação do Programa de Apoio à Redução Tarifária e demos passos significativos no desenvolvimento de novas plataformas de comunicação ao público.

Destaca-se o alinhamento com a política ambiental, através da continuidade do desenvolvimento de projetos de investimento, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável, possibilitados pelo apoio do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social – coordenado pelo Fundo Ambiental.

Ainda ao nível do investimento iniciou-se o processo de construção dos navios, 100% elétricos, que irão permitir a redução quase total de emissão de gases com efeito de estufa pela frota da Transtejo.

É inevitável reconhecer e necessidade de reforçar o quadro de efetivos, condição essencial para alcançar o sucesso em todos os desafios que temos pela frente.

Anima-nos cada pequena conquista e cada dificuldade superada, só possível porque contamos com a dedicação, empenho e ambição de todos os que acreditam que melhores dias virão.

Aos passageiros que diariamente transportamos, às Câmaras Municipais de Almada, Seixal, Montijo, Lisboa e AML, às Autoridades marítimas e Reguladoras, o nosso reconhecimento pelo apoio e confiança que depositam na Transtejo.

Aos trabalhadores da Transtejo, aos nossos colaboradores e fornecedores uma palavra final de apreço e gratidão pelo esforço, lealdade e competência, com que contribuíram para os exigentes desafios com que nos confrontámos.

A todos, o nosso muito obrigado.

**O Conselho de Administração,**



Marina João da Fonseca Lopes Ferreira,
**Presidente**



José Ricardo Figuerola Henriques da Silva,
**Vogal**



Luís Filipe Dias Carvalho Maia,
**Vogal**

# 1. Introdução

Apresenta-se neste documento o Relatório de Gestão e Contas, referente ao ano de 2021, da empresa Transtejo Transportes Tejo, S.A. (**Transtejo ou TT**).

> *A Transtejo - Transportes Tejo, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pelo Estado Português, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 500 723 770, que tem por objeto[1] "a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização".*

O processo de elaboração do presente Relatório teve a participação de toda a macroestrutura de gestão.

O Relatório que agora se apresenta, foi elaborado observando as orientações e legislação seguintes:

- Código das Sociedades Comerciais (na sua versão atualizada), nomeadamente o Capítulo VI relativo à apreciação anual da situação da Sociedade.
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, referente ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente na alínea h) do nº 1 do seu Artigo 44.º o qual estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os documentos anuais de prestação de contas.
- As Instruções sobre o processo de prestação de contas, referentes ao exercício de 2021, transmitidas através do Ofício n.º 359, de 20 de janeiro de 2022 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), em cumprimento do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de outubro, em virtude de ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR).

O presente documento é objeto de aprovação por parte do Conselho de Administração, e apreciado, em conformidade com as disposições legais e estatuárias estabelecidas, pelos órgãos de fiscalização[2] (Conselho Fiscal, Revisor Oficial de Contas) em cumprimento com os artigos 420.º, 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 16.º dos estatutos da Transtejo, emitem os seus Relatórios e documentos de Certificação Legal de Contas.

Este Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31.12.2021, engloba a informação relativa à atividade do grupo Transtejo, bem como, informação sobre as contas individuais e consolidadas, em cumprimento das obrigações legais.

Engloba a divulgação de informação de caráter não financeiro, visando enquadrar a evolução dos principais indicadores de performance e analisar o modelo de gestão da atividade do grupo. Relativamente à informação não financeira, refira-se que a estrutura da Transtejo, não excedeu o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício em apreço, pelo que não se aplica a obrigatoriedade de apresentação do anexo "Demonstração não Financeira ou Relatório de Sustentabilidade"[3], conforme definido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, revisto pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

---

[1] Vide Artigo 3.º dos Estatutos da Entidade, pulicados no site institucional https://ttsl.pt/empresa/governo-societario/

[2] A fiscalização da Transtejo adota o modelo previsto na alínea b) do n.º1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

[3] Vide o nº1 do *Artigo. 66.º-B relativo à Demonstração não financeira do CSC: "As grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, nos termos do presente artigo.*

O ano de 2021, à semelhança de 2020, continuou a ser assinalado pela pandemia COVID-19 e todos os impactos das medidas de adotadas para mitigar a propagação do vírus na população.

À data de finalização do presente documento, continuamos a viver tempos de grande incerteza, devido ao contexto geopolítico na União Europeia, e ao desenrolar de uma guerra na Ucrânia, com grande impacto ao nível social e económico, nomeadamente, com o aumento generalizado dos preços dos bens, e em especial dos bens energéticos, mas, também, a uma retoma tímida da atividade ao estado de pré-pandemia.

## 1.1. Síntese histórica da empresa

A Transtejo, foi constituída em 17 de dezembro de 1975[4], sob a forma de empresa pública, na sequência da nacionalização de cinco operadores privados de transporte fluvial no rio Tejo[5], como medida de reestruturação e coordenação da atividade dos operadores fluviais do Tejo, assegurando o seu regular funcionamento.

Em 1977 desencadeou-se o primeiro processo de modernização da frota de navios, através da encomenda de construção de 12 cacilheiros e de um conjunto de obras de expansão e melhoramento das infraestruturas dos portos e terminais, designadamente, a construção do terminal do Terreiro do Paço, para as ligações ao Montijo e ao Seixal, e a construção de um terminal em Cacilhas.

Em 21 de julho de 1992, na sequência do Decreto-Lei n.º 150/92, a Transtejo foi transformada em sociedade anónima, mantendo o capital integralmente detido pelo Estado.

Em 1992 foi constituída a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (**Soflusa ou SL**), a partir do setor fluvial da CP-Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., tendo iniciado a sua atividade de transporte fluvial em junho de 1993, no âmbito da intenção governamental de individualizar a exploração da travessia fluvial Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro, integrada na rede ferroviária a norte e a Sul do estuário do Tejo. Em 31 de dezembro 2001, a Transtejo adquiriu a totalidade do capital social da Soflusa.

Conforme representado no diagrama seguinte, a Transtejo assegura o serviço de transporte de passageiros e veículos no rio Tejo, nas travessias fluviais Montijo –Cais do Sodré; Seixal - Cais do Sodré; Cacilhas – Cais do Sodré e Trafaria – Porto Brandão - Belém, com recurso a navios de passageiros e mistos (passageiros e veículos), de tipo catamarã ou convencional, utilizando para o efeito, 4 terminais e 3 estações fluviais. Assegura ainda, em regime de subcontratação à participada Soflusa, a travessia fluvial Barreiro – Terreiro do Paço.

[4] Através do Decreto-Lei n.º 701-D/75, de 17 de dezembro.
[5] Sociedade Marítima de Transportes, Lda. / Empresa de Transportes Tejo, Lda. / Sociedade de Motonaves, Lda. / Jerónimo Rodrigues Durão, Herd., Lda. / Damásio, Vasquez & Santos, Lda.

Diagrama de rede do serviço prestado pela Transtejo e da sua participada Soflusa




Ilustração 1 – Diagrama da rede TTSL

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros e veículos, a Transtejo desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para a exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e parques de estacionamento, entre outros), procurando oferecer aos seus clientes serviços complementares ao transporte.

No dia 7 de outubro de 2020, foi celebrado, entre o Estado Português e a Transtejo, o Contrato de Serviço Publico (CSP), pelo período de 5 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2021.

O CSP prevê as obrigações de prestação de serviços (níveis de oferta), bem como, as compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento dessas obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas, em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI), tendo subjacente um compromisso plurianual enquadrado na RCM nº 83/2020 de 09 de outubro, a qual autoriza a despesa relativa à compensação financeira a atribuir pelo Estado à Transtejo - Transportes Tejo, S. A., no âmbito das obrigações de serviço público, durante o período da sua vigência.

Conforme previsto no CSP foi, ainda, celebrado em 14-07-2021, entre a Transtejo e a Soflusa, o contrato de subcontratação de Serviço Público de Transporte Fluvial, referente à exploração da ligação fluvial Barreiro – Terreiro do Paço (Lisboa), o qual obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 20-08-2021. Por se tratar de um compromisso plurianual (vigência de 5 anos) encontra-se suportado pela Portaria de Extensão de Encargos n.º 203-A/2021, publicada a 15-07-2021, a qual autoriza a Transtejo - Transportes Tejo, S. A., a proceder à repartição dos encargos financeiros associados a esta prestação de serviços.

Em dezembro de 2021, com vista a prestar apoio à gestão e monitorização do referido contrato, foi adjudicada uma prestação de serviços externa, a qual tem como objetivo, numa primeira fase, em estruturar toda a informação de reporte prevista, analisando os KPIs existentes por forma a reorganizar a informação com as necessárias desagregações e produzir os KPIs em falta. Numa segunda fase, ajustar a informação (proveniente das diversas bases de dados) e automatizar todos os cálculos necessários à produção dos KPIs no âmbito do contrato.

Apresenta-se em seguida os principais indicadores do ano de 2021:

| TRANSTEJO \| Indicadores de Qualidade e Eficiência | | | |
|---|---|---|---|
| Categoria | Descrição | Unidade | 2021 |
| Regularidade | Taxa de execução dos serviços - Bruto (Cacilhas-Lisboa) | % | 86,98% |
| | Taxa de execução dos serviços - Bruto (Montijo-Lisboa) | % | 96,13% |
| | Taxa de execução dos serviços - Bruto (Seixal-Lisboa) | % | 95,29% |
| | Taxa de execução dos serviços - Bruto (Trafaria-Belém) | % | 97,06% |
| | Taxa de execução dos serviços - Líquido de supressões por força maior (Cacilhas-Lisboa) | % | 99,94% |
| | Taxa de execução dos serviços - Líquido de supressões por força maior (Montijo-Lisboa) | % | 99,69% |
| | Taxa de execução dos serviços - Líquido de supressões por força maior (Seixal-Lisboa) | % | 99,74% |
| | Taxa de execução dos serviços - Líquido de supressões por força maior (Trafaria-Belém) | % | 99,96% |
| | Número de ligações Suprimidas (Cacilhas-Lisboa) | Número de ligações | 6 985 |
| | Número de ligações Suprimidas (Montijo-Lisboa) | Número de ligações | 502 |
| | Número de ligações Suprimidas (Seixal-Lisboa) | Número de ligações | 736 |
| | Número de ligações Suprimidas (Trafaria-Belém) | Número de ligações | 290 |
| | Número de ligações Suprimidas por não disponibilidade de infraestruturas (Cacilhas-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de ligações Suprimidas por não disponibilidade de infraestruturas (Montijo-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de ligações Suprimidas por não disponibilidade de infraestruturas (Seixal-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de ligações Suprimidas por não disponibilidade de infraestruturas (Trafaria-Belém) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de ligações Suprimidas por força maior (Cacilhas-Lisboa)(*) | Número de ligações | 6 955 |
| | Número de ligações Suprimidas por força maior (Montijo-Lisboa)(*) | Número de ligações | 462 |
| | Número de ligações Suprimidas por força maior (Seixal-Lisboa)(*) | Número de ligações | 696 |
| | Número de ligações Suprimidas por força maior (Trafaria-Belém)(*) | Número de ligações | 286 |
| | Número de supressões sujeitas a penalização (Cacilhas-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de supressões sujeitas a penalização (Montijo-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de supressões sujeitas a penalização (Seixal-Lisboa) | Número de ligações | n.a. |
| | Número de supressões sujeitas a penalização (Trafaria-Belém) | Número de ligações | n.a. |
| Pontualidade | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Cacilhas-Lisboa) | % | 0,3% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Montijo-Lisboa) | % | 0,4% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Seixal-Lisboa) | % | 0,2% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Trafaria-Belém) | % | 1,1% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Cacilhas-Lisboa) - líquido de supressões por força maior | % | 0,2% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Montijo-Lisboa) - líquido de supressões por força maior | % | 0,4% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Seixal-Lisboa) - líquido de supressões por força maior | % | 0,2% |
| | Taxa de cumprimento de horários - Atrasos (Trafaria-Belém) - líquido de supressões por força maior | % | 1,1% |
| Procura | Número de passageiros transportados (Cacilhas-Lisboa) | Passageiros | 3 623 310 |
| | Número de passageiros transportados (Montijo-Lisboa) | Passageiros | 564 964 |
| | Número de passageiros transportados (Seixal-Lisboa) | Passageiros | 489 861 |
| | Número de passageiros transportados (Trafaria-Belém) | Passageiros | 233 891 |
| | Número de veículos transportados (Trafaria-Belém) | Veículos | 19 483 |
| | Número de passageiros transportados-km (Cacilhas-Lisboa) | Passageiros-km | 7 790 117 |
| | Número de passageiros transportados-km (Montijo-Lisboa) | Passageiros-km | 8 447 342 |
| | Número de passageiros transportados-km (Seixal-Lisboa) | Passageiros-km | 4 161 859 |
| | Número de passageiros transportados-km (Trafaria-Belém) | Passageiros-km | 1 033 564 |
| Oferta | Número de viagens realizadas (Cacilhas-Lisboa) | viagens | 46 661 |
| | Número de viagens realizadas (Montijo-Lisboa) | viagens | 12 469 |
| | Número de viagens realizadas (Seixal-Lisboa) | viagens | 14 889 |
| | Número de viagens realizadas (Trafaria-Belém) | viagens | 9 582 |
| | Números navios.km realizados (Cacilhas-Lisboa) | navios.km | 100 321 |
| | Números navios.km realizados (Montijo-Lisboa) | navios.km | 186 436 |
| | Números navios.km realizados (Seixal-Lisboa) | navios.km | 126 497 |
| | Números navios.km realizados (Trafaria-Belém) | navios.km | 42 343 |
| | Número de lugares.km oferecidos (Cacilhas-Lisboa) | lugares.km | 33 036 191 |
| | Número de lugares.km oferecidos (Montijo-Lisboa) | lugares.km | 71 399 060 |
| | Número de lugares.km oferecidos (Seixal-Lisboa) | lugares.km | 39 576 365 |
| | Número de lugares.km oferecidos (Trafaria-Belém) | lugares.km | 12 281 329 |

(*) Motivos de força maior considerados no apuramento: Nevoeiro/Mau tempo, Greve/Plenário, Avaria (atraso no pagamento atempado da compensação PART com impacto na tesouraria), Ocorrências com Passageiros, Falta de operacionais (ausência de resposta da Tutela para contratação de pessoal), Ajuste Feriados, Ajuste Oferta, Eventos, Ajuste Oferta Covid-19.

## 1.2. Empresas participadas pela Transtejo




Ilustração 2 - Diagrama de participações da Transtejo, em 31 de dezembro de 2021

Em 31 de dezembro de 2021, a Transtejo detinha as seguintes participações financeiras:

- Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., detida a 100%;

Em 17 de fevereiro de 2021, na sequência do Decreto-Lei n.º121/2019 de 22 de agosto, que veio a determinar a constituição de uma empresa local de mobilidade e transportes para o desenvolvimento, disponibilização e gestão de um sistema de bilhética integrado para todos os operadores de serviço público de passageiros, bem como da constituição da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML), pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), foi extinta a OTLIS, ACE (Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE que era constituída pelas empresas Companhia Carris de Ferro, SA, CP - Comboios de Portugal, EPE, Metropolitano de Lisboa, EPE, Transtejo - Transporte Tejo, SA, Barraqueiro Transportes, SA, TST - Transportes Sul do Tejo, SA e Rodoviária de Lisboa, SA), tendo o seu património sido transferido pela esta nova entidade.

Em Assembleia Geral de 15.02.2021, a OTLIS, ACE procedeu à aprovação da distribuição de resultados pelos membros do agrupamento, conforme ponto três da respetiva Ata, atribuindo, na sua alínea c), o montante de €72.918,57 à Transtejo, S.A..

Ainda no ano de 2021, na sequência da liquidação da OTLIS e na passagem das suas responsabilidades para a AML, os membros da ex-OTLIS deram início à formação da **AMOLIS- Associação Metropolitana de Operadores de Transporte de Lisboa**", a qual tem como objetivo dar continuidade a uma das vertentes da ex-OTLIS, não assegurada até ao momento por outra entidades, com a constituição de uma plataforma de comunicação e partilha técnica, tecnológica e funcional entre os seus associados, nomeadamente com o objetivo de promover ou realizar benchmarking, marketing, formação profissional, organização de eventos, análise e candidatura a projetos financiados, procurando contribuir para o progresso técnico, científico, económico e social do transporte público, dos quais farão parte os operadores de transporte público coletivo da Área Metropolitana de Lisboa.

# 2. Factos relevantes ocorridos em 2021

Ao longo do ano 2021, a Transtejo procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial nas travessias com ligação a Lisboa e com origem na margem sul no Montijo, Seixal, Cacilhas, Trafaria e Porto Brandão.

Destacam-se os principais factos ocorridos e diretamente relacionados com o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2021**, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2021-2023, foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração em 24.09.2020. O mesmo mereceu a concordância e aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro através do despacho n.º 594/2021 de 07.07.2021, e do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade comunicado através do Ofício n.º 6096 de 15.07.2021, tendo, posteriormente, o Estado (Acionista Único da Transtejo) aprovado o mesmo, por Deliberação Social Unânime por Escrito de 24.08.2021.
- A Transtejo apresentou pedido de excecionamento do cumprimento do **Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)** relativo aos anos de **2020 e 2021** a 09.01.2020, tendo o mesmo sido autorizado a 02.11.2020, pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)[6] através de ofício n.º 1689A.
- Em 21.01.2020, a Transtejo, formalizou junto da Tutela o **pedido de exceção do cumprimento aos limites financeiros** das normas constantes no despacho nº 395/2020 – SET – Limites financeiros de referência para o triénio 2021 – 2023 (PAO2021), o qual obteve despacho favorável do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade a 12.10.2020, tendo sido remetido à consideração do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, através do Ofício nº 9263, de 16.10.2020.
- Ao longo do ano de 2021 houve ainda a necessidade de efetuar diversos **pedidos de alteração orçamental**, destacando-se:
    - Proposta, de 27.01.2021, para a descativação do montante de €1.205.040,00, valor que se destinava à transferência para a Soflusa, por conta de indemnizações compensatórias relativas ao cumprimento do serviço público. Esta cativação inviabilizava o pagamento das compensações financeiras no âmbito do subcontrato a celebrar entre a Transtejo e a Soflusa, tendo sido obtido despacho favorável do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, através de informação n.º 2819 de 01.02.2021, e comunicado através do Ofício n.º 944 de 04.02.2021, e posteriormente, sido autorizada por despacho n.º 379 de 08.04.2021 da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, a descativação integral do valor solicitado (€ 1.205.040,00)
    - Proposta, de 03.02.2021, para a descativação de verbas no montante de €4.379.748,00, valor destinado à manutenção da frota e gasóleo, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, a qual foi autorizada, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade, através de informação n.º 3550, de 05.02.2021 comunicada através do Ofício n.º 1175 de 11.02.2021, tendo posteriormente, sido autorizada por despacho n.º 379 de 08.04.2021 pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento a descativação parcial do pedido, no montante de (€ 3.500.000,00).
    - Proposta, de 05.07.2021, para a reforço orçamental no montante de 1.771.208 €, a obter com recurso às seguintes medidas: Descativação remanescente no montante e de € 879,745,00; utilização de reserva orçamental no montante de € 393.262,00 e aplicação parcial do Saldo de Gerência de 2020 no montante de €498.200. O valor indicado destinava-se a fazer face aos encargos com a conservação e reparação da frota de navios, pontões e aquisição de gasóleo, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial. Este pedido foi autorizado por despacho do Senhor Secretário de Estado da

[6] A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. abreviadamente designado por IGCP, E.P.E., é a nova designação do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

Mobilidade, e comunicado através da informação n.º 19688, de 05.08.2021 tendo posteriormente, sido parcialmente autorizado por despacho n.º 1238 de 28.09.2021 da Senhora Secretária de Estado do Orçamento, através do reforço do orçamento no montante de € 879,745,00, através da descativação do montante remanescente na rubrica "aquisição de Bens e Serviços", destinando-se exclusivamente ao reforço das rubricas de Conservação e Reparação da Frota e Combustíveis.

- Foram ainda efetuados os seguintes pedidos, relativos ao modelo de Financiamento:
  - Nos termos do despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 962/2020-SET, de 30 de dezembro, foi aprovado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) à TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A. (TT), vencidos em 30 de novembro de 2020, para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais.
  - Nos termos do despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 680/2021-SET, de 28 de julho, foi autorizado o diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) à TRANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A. (TT), vencidos em 31 de maio de 2021 para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Destacam-se, ainda, os seguintes acontecimentos:

- **Enquadramento do Plano de Renovação da frota:**

O Plano de Renovação de Frota da Transtejo, encontra-se em desenvolvimento desde 2019 e visa a substituição progressiva da frota de navios, tendo subjacente a construção de 10 novos navios elétricos, procurando por um lado, resolver a questão operacional decorrente do estado de degradação da frota atual, com níveis de operacionalidade que não permitem assegurar o cumprimento do serviço público em termos de oferta, regularidade, qualidade e segurança, implicando elevados custos de manutenção. Simultaneamente, este projeto visa promover um transporte público de promova o alinhamento com a Política Governamental, em articulação com a estratégia nacional de descarbonização das cadeias de mobilidade, para cumprimento dos compromissos de redução da pegada de carbono e de combate ao aquecimento global, decorrentes do acordo de Paris.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2019 de 18 de janeiro, foi autorizada a despesa relativa ao Plano de Renovação da Frota da Transtejo, com o objetivo governamental de dar uma resposta estrutural e melhorar significativamente as condições de operacionalidade e níveis de disponibilidade da frota da Transtejo, S. A., a longo prazo.

A referida resolução autorizou a realização de despesa plurianual, até ao montante global de € 57.000.000, para até 2024 concretizar a aquisição de 10 navios.

**a) Contrato de construção de 10 novos navios**

O ano 2021, foi o primeiro ano de vigência do contrato de construção dos novos navios elétricos, destacando-se os seguintes momentos-chave:

- 28 de janeiro de 2021 – Assinatura do Contrato nº 03/2021-TT para o fornecimento de dez navios para a Transtejo – Referência 006/2020-DJC/TT, adjudicado por deliberação do Conselho de Administração de 22/10/2020 à firma Astilleros Gondán, S.A., pelo preço global de € 52.440.000 (Isento de IVA, ao abrigo do regime intracomunitário);

- 18 de março de 2021 - Obtenção de Visto do Tribunal de Contas - Processo de Fiscalização Prévia nº 237/2021;

- 19 de março de 2021 – Data formal de entrada em vigor do Contrato nº 03/2021-TT;
- Início do projeto de construção, no final do mês de março de 2021, salientando-se as primeiras interações da equipa do Estaleiro com a Transtejo e a assessoria técnica / Fiscalização;
- 27 de julho de 2021 - Proposta de alteração contratual, apresentada pelo adjudicatário construtor dos navios - Astilleros Gondán, S.A., requerendo a alteração da Cláusula 4ª do contrato (prazos de entrega) ao abrigo do disposto no ponto 18 do Caderno de Encargos referente a Prorrogação de Prazos.
- 17 de setembro de 2021 –Formalização da alteração à Cláusula 4ª do contrato de construção dos navios (alteração de prazos de entrega – por acordo entre as partes) – consubstanciando modificação do contrato por alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

| | Cf. Cl 4ª contrato | |
|---|---|---|
| **Prazos de entrega** | [inicial] | [alterada] |
| Navio Leader (C 493) | 15/04/2022 | 01/12/2022 |
| Navio 2º (C 494) | 10/07/2022 | 26/03/2023 |
| Navio 3º (C 494) | 30/07/2022 | 06/05/2023 |
| Navio 4º (C 494) | 20/08/2022 | 17/06/2023 |
| Navio 5º (C 494) | 10/01/2023 | 04/11/2023 |
| Navio 6º (C 494) | 25/01/2023 | 19/11/2023 |
| Navio 7º (C 494) | 10/02/2023 | 05/12/2023 |
| Navio 8º (C 494) | 25/02/2023 | 05/12/2023 |
| Navio 9º (C 494) | 10/01/2024 | 04/11/2024 |
| Navio 10º (C 494) | 20/02/2024 | 15/12/2024 |
| Un entregues 2022 | 4 | 1 |
| Un entregues 2023 | 4 | 7 |
| Un entregues 2024 | 2 | 2 |
| | **10** | **10** |

**b) Execução Física**

A execução física do Plano de Renovação da Frota da Transtejo, reportada ao ano de 2021, concentrou-se no desenvolvimento do projeto de conceção, construção e fornecimento dos 10 navios de passageiros, com propulsão elétrica a baterias, de acordo com as especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos anexo ao contrato celebrado entre a Transtejo e Astilleros Gondán, S.A.

A construção encontra-se em curso, nas instalações de construção de navios de fibra dos Astilleros Gondán, localizados na Doca SUR de Vegadeo, município de Castropol, Astúrias - Espanha.

No seguimento do previsto no ponto 15 do Caderno de Encargos, a Transtejo subcontratou assessoria técnica para assegurar a Fiscalização da execução do contrato, designadamente, a realização de provas que atestem a conformidade das várias fases de construção, sendo essa validação indispensável para suportar a faturação, associada aos "momentos chave" da construção de cada unidade da nova frota.

**c) Modelo de financiamento**

Considerando o atraso do projeto, condicionado pelas vicissitudes que marcaram o ano de 2020 e a clarificação de alguns pressupostos, após a referida adjudicação da construção e fornecimento dos 10 navios elétricos, e que através de deliberação de 30 de outubro de 2020, foi aprovada, pela Comissão Diretiva do POSEUR , a candidatura do Projeto de Renovação da Frota da Transtejo, no âmbito do Aviso-Convite POSEUR-07-2020-02, em 28 de abril

de 2021, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 45-A/2021, foi autorizado o reescalonamento dos encargos plurianuais da despesa relativa ao "Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S.A.", reformulando os termos da anterior RCM nº 11/2019 de 18 de janeiro.

Nesta sequência, foi atualizando (i) para 61.145.497 € o valor global do investimento (aquisição de 10 navios e aquisição e construção dos postos de carregamento), e (ii) para 28.800.505 € a componente manutenção dos navios e postos de carregamento, para o período 2022 a 2036.

Porém, no seguimento dos procedimentos concursais desenvolvidos pela Transtejo em 2021, para assegurar a aquisição dos referidos postos de carregamento, não foi possível obter candidaturas com valor enquadrável no limite estabelecido para preço base, facto atribuível à especificidade e caráter inovador do projeto e ainda aos efeitos decorrentes da pandemia provocada pelo COVID-19, que impactaram as condições de fornecimento de matérias-primas e os respetivos preços de mercado.

Face ao referido contexto e revelando-se urgente dar seguimento ao lançamento de novo concurso para aquisição e construção dos postos de carregamento, por forma a não comprometer o prazo final de conclusão do Plano de Renovação da Frota da Transtejo, foi efetuada nova revisão do modelo de financiamento, contemplando um aumento da comparticipação do POSEUR (para 18.909.112 €) e das transferências do Fundo Ambiental (elevando para 55.954.856 € o montante deste financiamento), tendo esta alteração e reprogramação da autorização de despesa sido autorizada já em 2022, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2022 de 25 de março.

- Financiamento POSEUR

A 10.07.2020 foi submetida a candidatura do Projeto de Renovação da frota da Transtejo e posteriormente aprovada nos termos da Deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (**POSEUR**), de 30.10.2020, conforme já referido.

A operação enquadra-se no âmbito do Aviso-Concurso POSEUR-07-2020-02 - "Promoção da eficiência energética nos transportes fluviais públicos coletivos de passageiros incumbidos de missões de serviço público - 2º aviso convite" e diz respeito ao financiamento parcial do projeto de renovação da frota da Transtejo, tendo sido submetida candidatura para 8 das 10 novas embarcações movidas a energia elétrica. Inclui ainda o financiamento da aquisição/instalação de 5 postos de carregamento para as estações do Cais do Sodré, Cacilhas, Montijo e Seixal (estações que correspondem às 3 ligações de transporte de passageiros em modo fluvial em que a Transtejo operará com as 8 embarcações limpas com a conclusão da operação). No âmbito desta operação serão abatidas 8 embarcações da frota mais antiga da Transtejo.

O montante submetido inicialmente a financiamento, ascendeu a 50.657.495,40 €, contemplando os seguintes componentes e respetivos custos de Investimento:

a. Estudos, Pareceres e Consultoria = 1.514.000,00 €
b. Aquisição de 8 navios (movidos a energia elétrica) = 8 x 5.244.000 € (valor referente à adjudicação ao concorrente Astilleros Gondán, S.A.) = 41.952.000,00 €
c. Aquisição e Instalação de 10 postos de carregamento de energia elétrica = 6.600.000 €
d. Publicidade e divulgação (institucional, no âmbito do projeto e financiamento) = 549.495,40 €
e. Despesas com Deslocações e Estadas = 42.000,00 €

Dos montantes referidos supra, foi considerado "não elegível":

a. O montante de 134.400,00 € respeitante a: Deslocações e Estadas = 42.000,00 €; despesas com estudos = 3.000,00 € e com publicidade e divulgação = 89.400,00 €;
b. O montante de 39.085.611,84 € correspondente ao custo de 8 embarcações a diesel (8 x 4.885.701,48 €)

No que se refere à componente "Aquisição de navios", a elegibilidade da despesa teve por base os seguintes pressupostos:

a. Financiamento de 85% do sobrecusto, referente à aquisição de embarcação limpa (elétrica) face à aquisição de embarcação equivalente, com propulsão a diesel.
b. Para o cálculo referido, foi tomado como referência o valor unitário do navio elétrico correspondente à proposta vencedora (= 5.244.000,00 €) e o valor de referência de embarcação a Diesel (= 4.885.701,48 €), apurando-se, para as 8 embarcações, uma despesa elegível = 8 x 358.298,52 € = 2.866.388,16 €
c. Necessidade de proceder ao abate de 8 embarcações da frota da Transtejo, a substituir pelas novas unidades no âmbito do projeto em apreço.

Em síntese, o investimento elegível inicial ascendeu a 11.437.483,56 €, considerando os seguintes montantes e componentes:

a. Estudos, Pareceres e Consultoria = 1.511.000 €
b. Aquisição de 8 navios = 2.866.388,16 €
c. Aquisição e Instalação de 10 postos de carregamento de energia elétrica = 6.600.000 €
d. Publicidade e divulgação (institucional, no âmbito do projeto e financiamento) = 460.095,40 €

Resumo:

Investimento total = 50.657.495,40 €
Investimento elegível = 11.437.483,56 €
Investimento não elegível = 39.220.011,84 €
Taxa máxima de cofinanciamento = 85 % do montante elegível = 9.721.861,03 €

Já em 2022 foi obtida decisão favorável relativamente a novo pedido de reprogramação do financiamento, contemplando (i) atualização dos valores da despesa elegível e do fundo a participar, (ii) alteração da repartição anual do investimento por fontes de financiamento, decorrente da atualização dos novos valores aprovados. O valor elegível foi atualizado para 22.246.014 Euros e o financiamento aprovado ascende a 18.909.112 Euros, com a seguinte distribuição:

I. Contrato de construção de 10 novos navios = 2.314.608 € - (financiamento de 8 un)
I-a) Aquisição de 9 pack de baterias marítimas = 6.800.000 € - (financiamento de 8 un)
II. Construção de 5 postos de carregamento = 8.368.250 €
III. Outas despesas relacionadas com o projeto = 1.426.254 €

- Protocolo do Fundo Ambiental

Em 04.03.2021 o Conselho de Administração ratificou a celebração do Protocolo de colaboração técnica e financeira entre o Fundo Ambiental e a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. o qual visa regular os termos e as condições de natureza técnica e operacional e respetiva cobertura financeira para execução do "Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S.A." assinado a 2021.03.03.

Em 20.05.2021, o Conselho de Administração ratificou o aditamento ao protocolo com o FA- Renovação da frota de navios da TT, com a reprogramação dos compromissos até 2024, assinado a 2021.05.07, tendo sido fixado o montante do subsídio, em conformidade com a RCM nº 45-A/2021 de 28 de abril, no montante de 49.043.571 €.

Em 08.03.2021 foi recebido na conta do IGCP o montante de 9.178.000 €, correspondente ao subsídio do Fundo Ambiental previsto para 2021.

**d) Execução da Despesa em 2021**

A Despesa realizada em 2021 encontra-se enquadrada pelo disposto na cláusula 6ª do Contrato celebrado entre a Transtejo e a Astilleros Gondán, condicionada à verificação das condições de faturação, previstas na Cláusula 27ª do Caderno de Encargos, associadas às fases de construção enunciadas:

- 10 % do preço global após notificação da emissão do visto do Contrato pelo Tribunal de Contas;
- 2 % do preço global (20% do preço de cada navio) após assentamento da quilha de cada navio;
- 2 % do preço global (20% do preço de cada navio) após montagem da superestrutura no casco de cada navio;
- 2 % do preço global (20% do preço de cada navio) após conclusão satisfatória das provas de mar de cada navio;
- 1 % do preço global (10% do preço de cada navio) após chegada de cada navio ao Porto de Lisboa;
- 2 % do preço global (20% do preço de cada navio) após auto de receção provisória de cada navio;

Considerando a Execução Física do projeto e as várias fases de progresso de construção, a Despesa realizada em 2021 apresenta as seguintes componentes e cobertura financeira:

| | | FINANCIAMENTO | |
|---|---|---|---|
| **Descrição / fase de pagamento:** | **VALOR** | FUNDO AMBIENTAL | POSEUR |
| 10 % do preço global após notificação emissão visto do Contrato / Tribunal de Contas | 5 244 000 € | 5 012 539 € | 231 461 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 1º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 2º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 3º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| | **8 390 400 €** | **7 985 344 €** | **405 056 €** |

Cada evento de faturação foi devidamente validado pelo gestor do contrato, verificando as condições prévias de execução física e documentação de suporte, previstas na Cláusula 27ª do Caderno de Encargos:

- Apresentação de caução por garantia bancária no montante de cada pagamento a ser realizado pela Transtejo;

- Cópia da notificação da emissão do visto pelo Tribunal de Contas (para efeitos de suporte do primeiro pagamento)

- Confirmação do evento correspondente ao assentamento da quilha de cada navio, mediante declaração da Sociedade Classificadora e verificação pela Fiscalização.

**e) Desenvolvimentos subsequentes**

À data da preparação deste Relatório, encontra-se em cumprimento o cronograma de construção dos 10 navios, estando prevista a entrega do "Navio Leader" no início do mês de dezembro de 2022.

Encontram-se em fase de desenvolvimento os procedimentos concursais, complementares ao contrato de conceção e construção dos navios, designadamente, (i) Construção dos postos de carregamento elétrico e (ii) Aquisição de baterias marítimas a instalar nos novos navios, que terão relevantes desenvolvimentos durante o ano 2023.

Os encargos plurianuais relativos ao contrato de aquisição de baterias marítimas a instalar nos navios da nova frota da Transtejo, foram autorizados através da Portaria de Extensão de Encargos nº 49/2022 de 14 de janeiro, publicada no Diário da República / 2ª série.

- **Protocolo Fundo Ambiental – PEES**

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 de 6 de junho aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), no qual foram incluídos investimentos no âmbito da promoção da mobilidade sustentável, designadamente o financiamento de projetos desenvolvidos pela Transtejo e pela Soflusa, tendo esta medida sido enquadrada no apoio dirigido às empresas para fazer face à recuperação dos efeitos da Pandemia provocada pelo Covid-19, conforme adiante se apresentará.

Para assegurar a gestão do programa PEES, foi estabelecido um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Transtejo e o Fundo Ambiental, visando regular os termos e condições de financiamento da referida medida e acompanhar a execução de diversas intervenções dirigidas à operação da Transtejo.

Este protocolo, assinado em 23.09.2020 visou estabelecer as condições de atribuição de financiamento, no montante de 2.596.850 €, destinando-se às seguintes medidas:

- 2.576.850 € (1.476.000 € em 2020 | 1.100.850 € em 2021) - Intervenções diversas em navios e infraestruturas, com o objetivo de promoção de uma mobilidade sustentável, designadamente:
  - Remoção de coberturas de fibrocimento nos Terminais
  - Recuperação de infraestruturas marítimas
  - Dinamização da informação ao público
  - Reforço do sistema de bilhética e controlo de acessos
  - Tecnologias de Informação e Comunicação
  - Reabilitação de infraestruturas de apoio
- 20.000 € (em 2020) - Instalação de equipamentos de estacionamentos de bicicletas em interfaces de Transtejo

Em 22.02.2021 foi assinado aditamento ao referido protocolo de colaboração técnica e financeira, através do qual foi alterado o modelo de pagamento do subsídio referente ao ano 2021, no montante de 1.100.850 €.

Em 28.12.2021, foi celebrado o 2º Aditamento do supramencionado protocolo n.º 24, o qual prevê na sua cláusula quarta relativa às obrigações do beneficiário, a elaboração do relatório final de execução das atividades e/ou projetos desenvolvidos durante a vigência do presente Protocolo, o qual deve ser submetido aos órgãos de direção do Fundo Ambiental, até 31 de dezembro de 2022. Esta aditamento teve em consideração nomeadamente as circunstâncias totalmente excecionais que decorrem da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Transtejo, S.A.

A execução financeira destes projetos encontra-se apresentada no capítulo deste Relatório referente a Investimentos.

- **Reforço do quadro de pessoal**

Neste período houve também a necessidade de efetuar diversos pedidos de **autorização de recrutamento** para fazer face ao reforço do quadro de Recursos Humanos.

- Pedido de 09.03.2021 - Autorização para Recrutamento de Trabalhadores para a Transtejo, 1 Técnico Superior Jurista, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, dirigido ao

Secretário de Estado da Mobilidade e carregado no SIRIEF a 11.03.2021, o qual mereceu a aprovação e autorização para contratação através de despacho n.º 483/2021 - SET, de 3 de junho de 2021

- Pedido de 09.03.2021 - Autorização para Recrutamento de Trabalhadores para a Transtejo, 1 Técnico Superior de Manutenção, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, dirigido ao Secretário de Estado da Mobilidade, e carregado no SIRIEF a 11.03.2021, o qual mereceu a sua concordância a 26.03.2021.
- Pedido de 09.03.2021 -Autorização para Recrutamento de Trabalhadores para a Transtejo, 7 Técnicos Superiores, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, dirigido ao Secretário de Estado da Mobilidade e carregado no SIRIEF a 11.03.2021, o qual ainda não obteve resposta.
- Pedido de 17.03.2021 - Autorização para Recrutamento de Trabalhadores para a Transtejo, 6 Marinheiros do Tráfego Local, 3 Maquinistas Práticos de 1.ª Classe, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, dirigido ao Secretário de Estado da Mobilidade e carregado no SIRIEF a 18.03.2021, o qual mereceu a aprovação e autorização para contratação através de despacho n.º 594/2021 - SET, de 7 de julho de 2021.

Relativamente ao **desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público** e níveis de desempenho, apresentam-se no Painel de Indicadores, os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2021 nas dimensões **Oferta, Procura, Qualidade do Serviço, Frota, Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente ao período 2019-2021.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício

**Principais destaques na evolução 2020-2021 -Transtejo (contas individuais):**

- Redução da Procura em -3.98%;
- Aumento da Oferta em +13,04% (aferido pelo n.º de Lugares. Km oferecidos - LKO);
- Aumento do número de efetivos a 31 de dezembro +3 (11 entradas e 8 saídas);
- Manutenção da Massa Salarial com variação de 0,69%, não tendo sido despendidas quaisquer verbas com Indemnizações por rescisão;
- Total de Investimento efetuado de 10.204 mil € (ótica económica);
- Passivo Remunerado = 102.811 mil € (sem variação no período);
- PMP = 21 dias (diminuição (+2) face ao período anterior);
- EBITDA positivo= 2.552 mil € (agravamento em -531 mil €);
- Rendimentos Operacionais = 24.545 mil € (aumento de 12.56%, + 2.738 mil €).

**Principais destaques na evolução 2020-2021 - Soflusa:**

- Aumento da Procura em 1,73%;
- Aumento da Oferta em 4,22%, valor aferido pelo n.º de Lugares. Km Oferecidos (LKO);
- Aumento do número de efetivos a 31 de dezembro +3 (7 entradas e 4 saídas);
- Aumento da Massa Salarial com variação de +9,3%;
- Total de Investimento efetuado de 1.645 mil € (ótica económica);
- Passivo Remunerado = 7.202 mil € (salientando-se um aumento de 38 mil € no período);
- PMP = 17 dias (redução face ao período anterior);
- EBITDA positivo = 2.005 mil € (variação de -47,1%);
- Rendimentos Operacionais = 14.787 mil € (variação de + 6,62%, + 918 mil €).

## 2.1. Painel de Indicadores

**TRANSTEJO**

| Painel de Indicadores<br>Atividade | | Var.2021/2020 | | Var.2021/2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Procura** | | | | | | | |
| PT (Passageiros Transportados) | Un. | -3,98% | -203 780 | -51,91% | 4 912 371 | 5 116 151 | 10 213 895 |
| PKT (Passageiros x Km) | Un. | -3,91% | -871 322 | -52,38% | 21 433 437 | 22 304 759 | 45 008 202 |
| N.º Veículos Transportados | Un. | -4,08% | -828 | -36,39% | 19 486 | 20 314 | 30 634 |
| **Oferta** | | | | | | | |
| Navios.km (CSP) | Un. | 5,03% | 21 810 | -4,86% | 455 597 | 433 787 | 478 847 |
| Viagens Realizadas | Un. | 1,00% | 828 | -8,03% | 83 601 | 82 773 | 90 901 |
| LKO (Lugares x Km) | Un. | 13,04% | 18 034 389 | -32,12% | 156 292 944 | 138 258 555 | 230 263 282 |
| **Qualidade de Serviço** | | | | | | | |
| Taxa de Regularidade | % | 1,16 pp | | -8,09 pp | 90,98% | 89,82% | 99,07% |
| Taxa de Ocupação | % | -2,42 pp | | -5,83 pp | 13,71% | 16,13% | 19,55% |
| Recursos Humanos | | | | | | | |
| Nº de efetivos a 31.DEZ | Un. | 1,03% | 3 | -1,34% | 294 | 291 | 298 |
| Número médio de efetivos | Un. | -2,01% | -6 | -4,20% | 289 | 295 | 302 |
| Massa Salarial | Milhares€ | 0,69% | 49 | 2,53% | 7 147 | 7 098 | 6 971 |
| Indemnizações por Rescisões | Milhares€ | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0 | 0 |
| Estrutura Acionista | | | | | | | |
| Total do Capital Social | Milhares€ | 0,00% | 0 | 0,00% | 208 025 | 208 025 | 208 025 |
| Cap. Social detido pelo Estado | % | 0,00% | 0 | 0,00% | 100 | 100 | 100 |
| Situação Patrimonial | | | | | | | |
| Ativo não corrente | Milhares€ | 9,71% | 4 547 | 17,00% | 51 392 | 46 845 | 43 925 |
| Ativo corrente | Milhares€ | 572,32% | 51 192 | 840,12% | 60 137 | 8 945 | 6 397 |
| **Total Ativo** | **Milhares€** | 99,91% | 55 739 | 121,63% | 111 529 | **55 790** | **50 322** |
| Património Líquido | Milhares€ | 5,03% | -2 850 | -0,49% | (59 475) | (56 624) | (59 765) |
| Passivo | Milhares€ | 52,12% | 58 590 | 55,34% | 171 004 | 112 414 | 110 087 |
| **Total Capital Próprio e Passivo** | Milhares€ | 99,91% | 55 739 | 121,63% | 111 529 | **55 790** | **50 322** |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | |
| **EBITDA[1]** | Milhares€ | -17,23% | -531 | -141,17% | 2 552 | 3 084 | (6 199) |
| **RESULTADO OPERACIONAL[2]** | Milhares€ | -110,84% | -705 | -99,18% | (69) | 636 | (8 435) |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | Milhares€ | -706,90% | -307 | -97,25% | (263) | 43 | (9 554) |
| **RESULTADO LÍQUIDO** | Milhares€ | -795,33% | -305 | -97,21% | (267) | 38 | (9 556) |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | |
| Aquisição NOVA FROTA de NAVIOS / Pontões | Milhares€ | 26984,85% | 8 527 | 3938,36% | 8 559 | 32 | 212 |
| Frota - Navios e Pontões (Material Circulante) | Milhares€ | -70,35% | -913 | -58,78% | 385 | 1 298 | 934 |
| Infraestruturas (ILD's) | Milhares€ | 1735,91% | 895 | 979,21% | 946 | 52 | 88 |
| Outros Investimentos Correntes | Milhares€ | -5,05% | -17 | -33,22% | 314 | 330 | 470 |
| **Total INVESTIMENTO** | Milhares€ | 496,19% | 8 492 | 499,14% | 10 204 | 1 712 | 1 703 |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | | | | | | | |
| Passivo Remunerado | Milhares€ | 0,00% | 0 | 0,63% | 102 811 | 102 811 | 102 172 |
| Autonomia Financeira % | % | -0,47 pp | 0 | -55,10% | -53% | -101% | -119% |
| Solvabilidade % | % | -0,31 pp | 0 | -35,94% | -35% | -50% | -54% |
| INDICADORES FINANCEIROS | | | | | | | |
| Prazo médio de pagamentos (PMP) | Dias | 11,83% | 2 | -18,89% | 21 | 19 | 26 |
| Volume de Negócios | Milhares€ | 25,50% | 1 589 | -7,34% | 7 820 | 6 231 | 8 440 |
| EBITDA *(ajustado)*[1] | Milhares€ | -19,76% | -609 | -139,49% | 2 473 | 3 083 | (6 264) |
| Margem do EBITDA *(ajustado)* | % | -0,36 pp | 0 | -142,61% | 32% | 49% | -74% |
| Rendimentos Operacionais [2] | Milhares€ | 12,56% | 2 738 | 82,84% | 24 545 | 21 807 | 13 424 |
| Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*[3] | Milhares€ | 16,27% | 3 444 | 12,60% | 24 614 | 21 170 | 21 859 |
| Gastos Operacionais por Passageiro Transportado | € | 21,09% | 1 | 134,13% | 5,01 | 4,14 | 2,14 |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais | % | -0,03 pp | 0 | 62,38% | 99,72% | 103,01% | 61,41% |

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos
3) = (1)/(2)

## SOFLUSA

| Painel de Indicadores<br>Atividade | | Var.2021/2020 | | Var.2021/2019 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Procura** | | | | | | | |
| PT (Passageiros Transportados) | Un. | 1,73% | 98 104 | -36,64% | 5 774 852 | 5 676 748 | 9 114 520 |
| PKT (Passageiros x Km) | Un. | 1,76% | 931 654 | -36,62% | 53 838 945 | 52 907 291 | 84 947 326 |
| **Oferta** | | | | | | | |
| Navios.km (CSP) | Un. | -2,85% | -11 244 | -3,03% | 383 035 | 394 279 | 395 016 |
| Viagens Realizadas | Un. | -2,85% | -1 206 | -3,03% | 41 085 | 42 291 | 42 370 |
| LKO (Lugares x Km) | Un. | 4,22% | 7 506 880 | -21,83% | 185 201 395 | 177 694 515 | 236 933 040 |
| **Qualidade de Serviço** | | | | | | | |
| Taxa de Regularidade | % | -2,69 pp | | -7,60 pp | 90,85% | 93,54% | 98,45% |
| Taxa de Ocupação | % | -0,70 pp | | -6,78 pp | 29,07% | 29,77% | 35,85% |
| Recursos Humanos | | | | | | | |
| Nº de efetivos a 31.DEZ | Un. | 2,22% | 3 | 0,00% | 138 | 135 | 138 |
| Número médio de efetivos | Un. | 1,47% | 2 | 1,47% | 138 | 136 | 136 |
| Massa Salarial | Milhares€ | 9,30% | 292 | 9,79% | 3 432 | 3 140 | 3 126 |
| Indemnizações por Rescisões | Milhares€ | -100,00% | 0 | -100,00% | 0 | 0 | 4 |
| Estrutura Acionista | | | | | | | |
| Total do Capital Social | Milhares€ | 0,00% | 0 | 0,00% | 59 500 | 59 500 | 59 500 |
| Cap. Social detido pelo Estado | % | 0,00% | 0 | 0,00% | 100 | 100 | 100 |
| Situação Patrimonial | | | | | | | |
| Ativo não corrente | Milhares€ | -4,02% | -491 | -14,73% | 11 725 | 12 216 | 13 751 |
| Ativo corrente | Milhares€ | -21,92% | -2 487 | 39,11% | 8 855 | 11 341 | 6 365 |
| **Total Ativo** | Milhares€ | -12,64% | -2 977 | 2,31% | 20 580 | 23 557 | 20 116 |
| Património Líquido | Milhares€ | -18,40% | -2 729 | 0,61% | 12 102 | 14 832 | 12 029 |
| Passivo | Milhares€ | -2,84% | -248 | 4,83% | 8 478 | 8 725 | 8 087 |
| **Total Capital Próprio e Passivo** | Milhares€ | -12,64% | -2 977 | 2,31% | 20 580 | 23 557 | 20 116 |
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | | | | | |
| **EBITDA**[1] | Milhares€ | -47,10% | -1 785 | 95,17% | 2 005 | 3 789 | 1 027 |
| **RESULTADO OPERACIONAL**[2] | Milhares€ | -205,47% | -1 977 | -37,30% | (1 015) | 962 | (1 619) |
| **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** | Milhares€ | -214,18% | -1 984 | -36,22% | (1 057) | 926 | (1 658) |
| **RESULTADO LÍQUIDO** | Milhares€ | -222,28% | -1 925 | -36,17% | (1 059) | 866 | (1 659) |
| INVESTIMENTOS | | | | | | | |
| Frota - Navios e Pontões (Material Circulante) | Milhares€ | -60,53% | -590 | -70,50% | 385 | 975 | 1 304 |
| Infraestruturas (ILD's) | Milhares€ | 340,00% | 731 | 568,13% | 946 | 215 | 142 |
| Outros Investimentos Correntes | Milhares€ | 209,06% | 212 | 30,59% | 314 | 102 | 240 |
| **Total INVESTIMENTO** | Milhares€ | 27,36% | 353 | -2,44% | 1 645 | 1 292 | 1 686 |
| INDICADORES DE ESTRUTURA | | | | | | | |
| Passivo Remunerado | Milhares€ | 0,54% | 38 | 17,54% | 7 202 | 7 164 | 6 128 |
| Autonomia Financeira % | % | -4,15 pp | | -0,99 pp | 59% | 63% | 60% |
| Solvabilidade % | % | -27,22 pp | | -5,98 pp | 143% | 170% | 149% |
| INDICADORES FINANCEIROS | | | | | | | |
| Prazo médio de pagamentos (PMP) | Dias | -18,84% | -4 | 10,60% | 17 | 20 | 15 |
| Volume de Negócios | Milhares€ | 8,12% | 687 | -8,86% | 9 139 | 8 453 | 10 028 |
| EBITDA *(ajustado)*[1] | Milhares€ | -47,31% | -2 006 | 141,36% | 2 234 | 4 240 | 926 |
| Margem do EBITDA *(ajustado)* | % | -25,72 pp | | 15,21 pp | 24% | 50% | 9% |
| Rendimentos Operacionais [2] | Milhares€ | 6,62% | 918 | 13,86% | 14 787 | 13 868 | 12 987 |
| Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*[3] | Milhares€ | 22,44% | 2 896 | 8,22% | 15 802 | 12 905 | 14 601 |
| Gastos Operacionais por Passageiro Transportado | € | 20,36% | 0 | 70,80% | 2,74 | 2,27 | 1,60 |
| Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais | % | -13,88 pp | | 4,64 pp | 93,58% | 107,46% | 88,94% |

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos
3) = (1)/(2)

## 2.2. Impacto da Pandemia COVID-19 e medidas de apoio

O ano 2021 foi marcado pela persistência da crise pandémica declarada pela Organização Mundial da Saúde a 11 de março 2020, causada pela infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19). Esta situação teve um grande impacto na economia, particularmente nas necessidades de mobilidade e ao nível comportamental da população, com destaque para os níveis de desemprego no sector terciário e necessidade de adaptação das empresas à uma nova realidade económica e social.

Para fazer face à situação pandémica, o Governo foi promovendo, através de legislação específica, a implementação de medidas orientadas para a contenção dos impactos sociais e económicos, nomeadamente prestando apoio às empresas, aos trabalhadores e à sociedade em geral.

O serviço de transporte público prestado pela Transtejo foi considerado no Despacho do Ministro do Ambiente e da Ação Climática n.º 3547-A/2020, de 22 de março publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 57 -B, 1.º suplemento, como sendo um serviço essencial e indispensável à mobilidade e liberdade de circulação das pessoas, devendo a empresa assegurar esse mesmo serviço adotando as medidas excecionais de proteção da saúde pública emanadas pela Direção-Geral da Saúde. O Estado, reconhecendo os impactos desta situação na oferta e na procura e a necessidade de adoção de medidas específicas pelos operadores de transportes, nos termos do artigo 3.º da Decreto-Lei n.º 14 -C/2020, de 7 de abril, determinou que as verbas já disponíveis em Orçamento de Estado para o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (**PART**) pudessem ser pagas de acordo com o histórico, de forma a que esses montantes apoiassem financeiramente as empresas para fazer face à sua falta de liquidez.

Conforme já referido, foram ainda aplicadas medidas de apoio à recuperação da atividade económica, designadamente, no que respeita a estas empresas, promovendo a mobilidade sustentável, enquadradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020 de 6 de junho, que aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).

Em síntese, o serviço de transporte público prestado pela Transtejo/Soflusa, continuou em 2021 a sofrer efeitos significativos decorrentes da pandemia Covid-19, refletindo-se na alteração dos níveis de mobilidade dos clientes, registou-se uma redução da procura em 42,08%, face a 2019, com consequentes constrangimentos na tesouraria das empresas.

A perda de receita da Transtejo decorrente do impacto da pandemia foi de 2.993.995€ e na Soflusa foi de 2.944.904 €, tendo existido ainda a necessidade de prevenção e mitigação da propagação do vírus SARS-CoV2 e de suportar gastos adicionais por forma a garantir a desinfeção de todas as instalações e frota e segurança dos clientes e dos trabalhadores, no montante de 65.909 € para a Transtejo e de 29.682€ para a Soflusa, (valores sem IVA).

Informação com maior detalhe no Anexo às Demonstrações Orçamentais.

# 3. O Modelo de Gestão

## 3.1. Estrutura Acionista e de Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o **Capital Social da Transtejo**, no montante de **€ 208.025.085,00** (duzentos e oito milhões, vinte cinco mil e oitenta e cinco euros), encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 41.605.017 (quarenta e um milhões, seiscentas e cinco mil e dezassete) ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), detidas integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Sendo uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, a atividade da empresa é ainda desenvolvida em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

## 3.2. Conselho de Administração

Em 2021, o Conselho de Administração da Transtejo era constituído por três membros, apresentando a seguinte composição:

| Mandato (Início-Fim) | Cargo | Nome | Designação | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Forma | Data |
| (2020-2022) | Presidente | Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | DUE | 01.06.2020 |
| (2020-2022) | Vogal | Luís Filipe Dias Carvalho Maia | DUE | 01.06.2020 |
| (2020-2022) | Vogal | José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | DUE | 01.06.2020 |

Tabela 1 - Conselho de Administração

## 3.3. Estrutura organizacional da Empresa

No final de 2021 a estrutura organizacional, comum à Transtejo e à Soflusa, encontrava-se sintetizada no seguinte organograma:

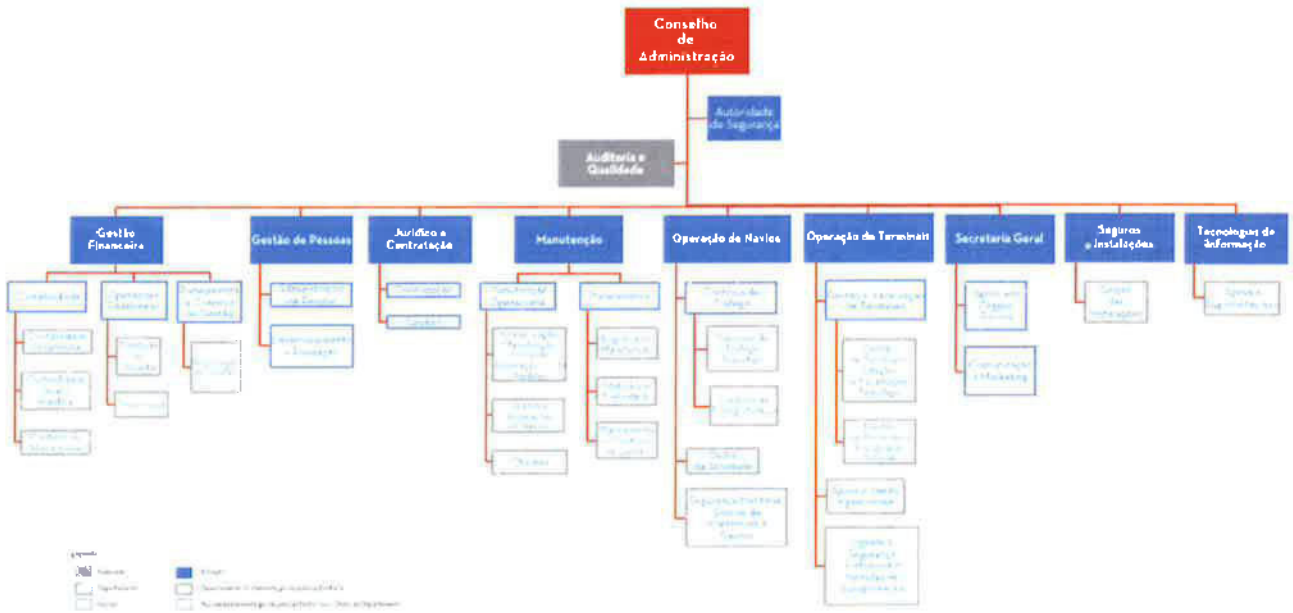



Ilustração 3 - Estrutura Organizacional em vigor a 31 de dezembro de 2021

## 3.4. Identidade Corporativa

Considerando a participação total da Transtejo no Capital Social da Soflusa e o projeto de Gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

### Missão (O que fazemos?)

Prestar um serviço público de transporte fluvial de passageiros e veículos entre as duas margens do rio Tejo, promovendo a mobilidade sustentável no quadro de uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa.

### Visão (Que tipo de Organização queremos ser?)

Reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de regularidade, segurança, economia de tempo e qualidade do serviço orientada para a satisfação das necessidades de mobilidade das pessoas, com impacto no desenvolvimento das pessoas e da economia, suportado num modelo de gestão evoluído e em energias limpas.

### Valores (Quais os nossos princípios fundamentais?)

**Excelência -** Porque estamos comprometidos em cumprir uma missão pública consistente com elevados padrões de qualidade de serviço.

**Accountability -** Porque valorizamos a responsabilização com ética, transparência, rigor e eficiência nas práticas de governação dos fundos públicos.

**Confiança** - Porque queremos construir uma base de confiança com todos os nossos *stakeholders* através de uma comunicação aberta, uma postura flexível e adaptativa.

**Responsabilidade ambiental e social** - Porque nos preocupamos com o desenvolvimento sustentável, adotamos comportamentos éticos e responsáveis pela satisfação de necessidades de mobilidade da comunidade, favorecendo o bem-estar social, criando emprego e facilitando o dia a dia dos nossos passageiros.

### Código de Ética

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Empresa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no **Código de Ética em vigor, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência.**

Nos termos previstos no artigo 47.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o código de ética da Empresa encontra-se disponível para consulta no site institucional[7].

[7] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/01/codigo_etica_min.pdf

## Política de Gestão de (Qualidade, Ambiente e Gestão de Energia)

**Documento que define os princípios de ação a implementar na Organização em matéria de qualidade, ambiente e gestão.**

Conhecendo a importância crescente dos Transportes Públicos em geral e a do Transporte Fluvial, em particular, na articulação de um Sistema de Mobilidade Sustentável, na área Metropolitana de Lisboa, e reconhecendo que as atividades inerentes à atividade podem ter impactes ambientais menos positivos, a Empresa compromete-se a adotar princípios de ação que traduzem a sua Política de Gestão[8], em vigor, vertida em documento publicado em 2017.

1. A satisfação do cliente como objetivo central
2. Uma liderança empenhada e comprometida
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas
4. O envolvimento e qualificação dos trabalhadores
5. A Gestão da Empresa como um sistema composto por processos interrelacionados
6. A melhoria contínua do desempenho
7. A tomada de decisões de forma sustentada
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores
9. A gestão dos impactes ambientais
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado

## Regulamento relativo às Condições Gerais Transporte Fluvial da Transtejo

**Documento[9] que define as Condições Gerais da prestação de serviço de transporte público fluvial de passageiros, volumes portáteis, animais de companhia e bicicletas, caraterísticas do serviço público de transporte.**

Além das caraterísticas do serviço público de transporte fluvial, o regulamento no seu artigo 4.º refere os Deveres dos seus Clientes e no seu artigo 5.º os Deveres da Empresa, dos quais se destacam:

a) Garantir a oferta adequada dos serviços de transporte;
b) Praticar preços controlados administrativamente, nos termos da legislação aplicável;
c) Garantir adequadas condições de operacionalidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança da exploração do serviço;
d) Realizar a exploração do serviço público de transporte, respeitando os princípios de equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na questão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
e) Manter a frota de navios e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de qualidade compatíveis com uma exploração eficiente;
f) Disponibilizar aos clientes toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao serviço do Operador, desmobilizando os locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonoros adequados a assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
g) Assegurar a acessibilidade dos passageiros com mobilidade condicionada, nos termos da Lei;
h) Cumprir as disposições legais aplicáveis ao exercício da sua atividade.

[8] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/11/Politica-de-Gestao_junho-2017_TTSL_2018_VF.pdf
[9] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/01/TTSL_Contrato-Transporte-_Transtejo_1-agosto-2018_VF.pdf

# 4. Evolução do negócio

## Desenvolvimentos do Ano

Ao longo do exercício de 2021, a Transtejo, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2021 continuou a ser marcado pelos efeitos da crise pandémica causada pela Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19).

Em 2021, a empresa continuou a receber dotações através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), instituído com o objetivo de compensar as empresas pela perda de receita com a adoção do novo tarifário +simplificado e +acessível instituído na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Em destaque, no ano de 2021, os principais factos, com impacto no Cliente da Transtejo, foram:

a. Aumento das plataformas de comunicação com o cliente nomeadamente, a criação da página de Facebook da TTSL a 04.02.2021 e perfil de Instagram da TTSL a 13.02.2021.
b. Disponibilização de Cacifos nos terminais de Belém, Cais do Sodré e Terreiro do Paço.
c. Lançamento a 17 de maio do novo site planeador multimodal da associação Transporlis, formada por operadores de transporte (incluindo a TTSL - Transtejo Soflusa), "Lisboa Viagem".
d. Criação de novo título gratuito "Passe Antigo Combatente" implementado em novembro de 2021.

Mas, também:

e. A redução de oferta, por ajuste de horário temporário, na ligação de Cacilhas de 08.02.2021 até 28.04.2021;
f. Permanência do limite de lotação máxima para 2/3 dos lugares disponíveis até 09.08.2021.
g. Aumento do consumo derivado da utilização de navios de maior consumo (Catamarans) na ligação fluvial de Cacilhas.
h. Redução de oferta, por ajuste de horário temporário, na ligação do Barreiro (redução de 6 para 5 navios a operar) de 23.11.2020 até de 06.09.2021.

Em seguida, será efetuada análise mais aprofundada sobre a evolução do negócio da empresa.

## 4.1. Atividade Transporte

### 4.1.1. Oferta

A Transtejo procurou assegurar ao longo do ano 2021, o cumprimento do Serviço Público nas várias ligações que serve. Para realizar o Plano de Oferta, as ligações carecem de disponibilidade permanente de 8 navios operacionais em dia útil no caso da Transtejo e de 6 navios no caso da Soflusa.

| Empresa | Ligações Fluviais | Distância entre cais (Km) | Plano de Oferta a 31.12.2021 | Necessidade de nº de navios DU |
|---|---|---|---|---|
| TT | **Montijo** - Cais do Sodré | 14,952 | DU 43; SAB 22; DOM 16. | 2 |
| | **Seixal** - Cais do Sodré | 8,496 | DU 53; SAB 22; DOM 18. | 2 |
| | **Cacilhas** - Cais do Sodré | 2,150 | DU 166; SAB 104; DOM 104. | 3 |
| | **Trafaria** - Porto Brandão - Belém | 4,419 | DU 28; SAB 26; DOM 24. | 1 |
| SL | **Barreiro** - Terreiro do Paço | 9,323 | DU 151; SAB 66; DOM 60. | 6 |

Tabela 2 - Caracterização da Oferta (2021)

Em 2021, registou-se uma ligeira redução no número de viagens realizadas (-0,13%; -378 vg.), justificada pela retoma da oferta nas ligações, mas, também, pela redução de oferta, por ajuste temporário de horários, nas ligações entre Cacilhas-Cais do Sodré e Barreiro-Terreiro do Paço. A reposição da lotação máxima a partir de 09.08.2021 teve impacto no número de lugares quilómetro oferecidos (LKO), registando este indicador uma variação anual de +8 %, face ao ano de 2020.

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador de oferta | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Cais do Sodré | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | 1,56% | 2 870 | 186 436 | 183 566 | 191 341 |
| | | N.º Viagens Realizadas | 1,56% | 192 | 12 469 | 12 277 | 12 797 |
| | | Horas de Serviço | -0,25% | -19 | 7 724 | 7 743 | 7 894 |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 10,37% | 6 706 242 | 71 399 060 | 64 692 818 | 94 315 541 |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | 18,04% | 19 337 | 126 497 | 107 160 | 130 303 |
| | | N.º Viagens Realizadas | 18,04% | 2 276 | 14 889 | 12 613 | 15 337 |
| | | Horas de Serviço | 15,34% | 1 070 | 8 050 | 6 980 | 8 323 |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 24,75% | 7 851 451 | 39 576 365 | 31 724 914 | 59 326 548 |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | -6,08% | -6 491 | 100 321 | 106 812 | 113 862 |
| | | N.º Viagens Realizadas | -6,08% | -3 019 | 46 661 | 49 680 | 52 959 |
| | | Horas de Serviço | -4,51% | -662 | 13 995 | 14 657 | 14 973 |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 2,50% | 805 102 | 33 036 191 | 32 231 089 | 58 049 501 |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | 16,81% | 6 094 | 42 343 | 36 249 | 43 342 |
| | | N.º Viagens Realizadas | 16,81% | 1 379 | 9 582 | 8 203 | 9 808 |
| | | Horas de Serviço | 10,83% | 534 | 5 459 | 4 925 | 5 582 |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 27,80% | 2 671 595 | 12 281 329 | 9 609 734 | 18 571 691 |
| | Total TRANSTEJO | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | 5,03% | 21 810 | **455 597** | **433 787** | **478 847** |
| | | N.º Viagens Realizadas | 1,00% | 828 | **83 601** | **82 773** | **90 901** |
| | | Horas de Serviço | 2,69% | 923 | **35 228** | **34 305** | **36 771** |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 13,04% | 18 034 389 | **156 292 944** | **138 258 555** | **230 263 282** |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | -2,85% | -11 244 | 383 035 | 394 279 | 395 016 |
| | | N.º Viagens Realizadas | -2,85% | -1 206 | 41 085 | 42 291 | 42 370 |
| | | Horas de Serviço | -3,13% | -716 | 22 113 | 22 828 | 23 219 |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 4,22% | 7 506 880 | 185 201 395 | 177 694 515 | 236 933 040 |
| | Total TTSL | Navios.km (Viagens.km oferecidos) | 1,28% | 10 567 | **838 633** | **828 066** | **873 863** |
| | | N.º Viagens Realizadas | -0,30% | -378 | **124 686** | **125 064** | **133 271** |
| | | Horas de Serviço | 0,36% | 207 | **57 340** | **57 133** | **59 990** |
| | | LKO - Lugares Km oferecidos | 8,08% | 25 541 269 | **341 494 339** | **315 953 070** | **467 196 322** |

Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2019-2021)

### 4.1.1.1. Taxa de ocupação

As variações obtidas neste indicador são em grande parte influenciadas pela tipologia de navios oferecida nas ligações que diferem em número de lugares oferecidos, durante os anos de 2020 e 2021, teve ainda influência as medidas de contingência Covid-19, que conforme recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), limitou a lotação dos navios por forma a garantir o distanciamento social entre os passageiros nos transportes públicos até o dia 09.08.2021. As alterações dos padrões de mobilidade por efeito da pandemia, também se fizeram sentir do lado da procura (com a recuperação lenta do número de passageiros transportados) o que resultou numa redução da taxa de ocupação, de -1,76 pontos percentuais, face ao ano anterior.

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador de oferta | Var. 2021/2020 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Cais do Sodré | Taxa de Ocupação da Frota (PKT/LKO) | -2,39 pp | 11,83% | 14,22% | 16,35% |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | | -2,75 pp | 10,52% | 13,27% | 17,60% |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | | -1,78 pp | 23,58% | 25,36% | 24,79% |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | | 0,88 pp | 8,42% | 7,54% | 6,93% |
| | **TRANSTEJO** | | **-2,42 pp** | **13,71%** | **16,13%** | **18,04%** |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | | -0,7 pp | 29,07% | 29,77% | 33,12% |
| | **TTSL** | | -1,76 pp | **22,04%** | **23,80%** | **25,69%** |

Tabela 4 - Taxa de Ocupação (2019-2021)

### 4.1.1.2. Taxa de regularidade

A taxa de regularidade na totalidade das ligações da Transtejo, no ano de 2021, foi de 90,76%, sendo que no total da TTSL foi de 90,79%. Este índice reflete, principalmente, os ajustes de oferta por ajuste de temporário de horário, na ligação de Cacilhas – Cais do Sodré e na ligação do Barreiro-Terreiro do Paço.

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador de oferta | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Terreiro do Paço | Número de Viagens Realizadas | 1,56% | 192 | 12 469 | 12 277 | 12 797 |
| | | Número de Viagens Planeadas | 0,07% | 9 | 12 971 | 12 962 | 12 902 |
| | | **Taxa de Regularidade** | 1,41 pp | | 96,13% | 94,72% | 99,19% |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | Número de Viagens Realizadas | 18,04% | 2 276 | 14 889 | 12 613 | 15 337 |
| | | Número de Viagens Planeadas | 0,08% | 13 | 15 625 | 15 612 | 15 528 |
| | | **Taxa de Regularidade** | 14,5 pp | | 95,29% | 80,79% | 98,77% |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | Número de Viagens Realizadas | -6,08% | -3 019 | 46 661 | 49 680 | 52 959 |
| | | Número de Viagens Planeadas | -0,08% | -42 | 53 646 | 53 688 | 53 460 |
| | | **Taxa de Regularidade** | -5,56 pp | | 86,98% | 92,53% | 99,06% |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | Número de Viagens Realizadas | 16,81% | 1 379 | 9 582 | 8 203 | 9 808 |
| | | Número de Viagens Planeadas | -0,20% | -20 | 9 872 | 9 892 | 9 864 |
| | | **Taxa de Regularidade** | 14,14 pp | | 97,06% | 82,93% | 99,43% |
| | **TRANSTEJO** | Número de Viagens Realizadas | 1,00% | 828 | 83 601 | 82 773 | 90 901 |
| | | Número de Viagens Planeadas | -0,04% | -40 | 92 114 | 92 154 | 91 754 |
| | | **Taxa de Regularidade** | 0,94 pp | | 90,76% | 89,82% | 99,07% |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | Número de Viagens Realizadas | -2,85% | -1 206 | 41 085 | 42 291 | 42 370 |
| | | Número de Viagens Planeadas | 0,02% | 11 | 45 223 | 45 212 | 43 039 |
| | | **Taxa de Regularidade** | -2,69 pp | | 90,85% | 93,54% | 98,45% |
| | **TTSL** | Número de Viagens Realizadas | -0,30% | -378 | 124 686 | 125 064 | 133 271 |
| | | Número de Viagens Planeadas | -0,02% | -29 | 137 337 | 137 366 | 134 793 |
| | | **Taxa de Regularidade** | -0,26 pp | | 90,79% | 91,04% | 98,87% |

O indicador de viagens suprimidas apresentou, em relação a 2020, um aumento, justificado, essencialmente, pelas supressões relativas a ajustes temporários de horário, nas ligações de Cacilhas e do Barreiro.

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador de oferta | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Terreiro do Paço | | -27,35% | -189 | 502 | 691 | 67 |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | | -75,49% | -2 267 | 736 | 3 003 | 200 |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | **Total Supressões** | 73,58% | 2 961 | 6 985 | 4 024 | 396 |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | | -82,86% | -1 402 | 290 | 1 692 | 63 |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | | 41,29% | 1 211 | 4 144 | 2 933 | 1 997 |
| | | Assistência passageiro | -50,00% | -9 | 9 | 18 | 17 |
| | | Indisponibilidade de Frota - Avaria/Manutenção | 301,28% | 940 | 1 252 | 312 | 569 |
| | | Condições climatéricas | -91,67% | -11 | 1 | 12 | 221 |
| | | Passageiros - distúrbios | 75,00% | 3 | 7 | 4 | 8 |
| | | Plenário /greve com paralisação | 3759,72% | 2 707 | 2 779 | 72 | 954 |
| | | Falta de Pessoal operacional | 17550,00% | 702 | 706 | 4 | 942 |
| | **TTSL** | Outros motivos (inclui acidente) | 4050,00% | 81 | 83 | 2 | 12 |
| | | Ausência de boias de sinalização | -100,00% | -26 | 0 | 26 | 0 |
| | | Interrupção/suspensão temporária | -96,22% | -1 987 | 78 | 2 065 | 0 |
| | | Acidentes com pessoal | -100,00% | -2 | 0 | 2 | 0 |
| | | Ajustes COVID19 | -100,00% | -8 543 | 0 | 8 543 | 0 |
| | | Ajustes programados | 503,43% | 6 459 | 7 742 | 1 283 | 0 |
| | | **Total Supressões** | 2,54% | 314 | 12 657 | 12 343 | 2 723 |

Tabela 6 - Supressão de carreiras (evolução 2019-2021)

Durante o ano de 2021, foram suprimidas na TTSL um total de 12.657 viagens programadas, o que representa um aumento de supressões de 2,54% face a 2020, sendo os "ajustes programados" o principal motivo de supressão de viagens, seguida de supressões por motivo de greve/plenário.

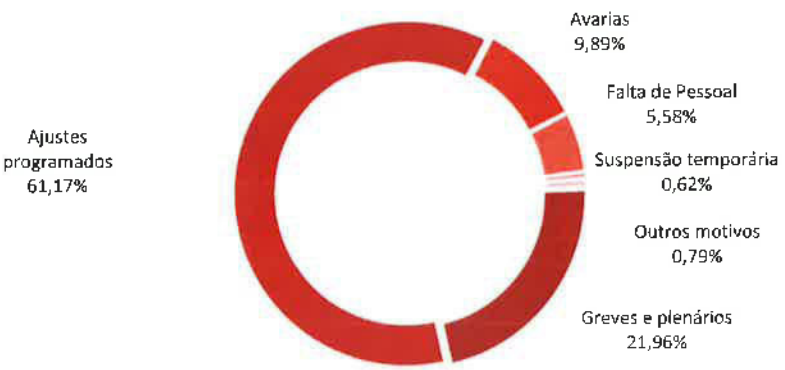



Gráfico 1 - TTSL - Número de supressões por motivo (2021)

No total das supressões ocorridas estão incluídas em "outros motivos" situações de força maior que impedem a empresa de cumprir com a prestação do seu serviço, nomeadamente, situações relacionadas com passageiros e acidentes.

### 4.1.1.3. Pontualidade

A TTSL não dispõe de mecanismos que permitam a aferição do indicador de pontualidade no destino, contudo, através do sistema de bilhética e com o fecho da sala de embarque para a partida da viagem respetiva é possível analisar de forma global se as partidas estão a ser realizadas dentro do intervalo aceitável e recuperável em viagem.

O resultado obtido dessa avaliação foi o que se apresenta em seguida:

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador de oferta | Var. 2021/2020 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Terreiro do Paço | Taxa de Pontualidade | -1,00 pp | 98,84% | 99,84% | 99,65% |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | | -0,07 pp | 99,54% | 99,61% | 99,45% |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | | -0,04 pp | 99,83% | 99,87% | 99,86% |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | | -0,64 pp | 98,13% | 98,77% | 99,21% |
| | **TRANSTEJO** | | **-0,28 pp** | **99,44%** | **99,72%** | **99,69%** |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | | 0,15 pp | 99,86% | 99,71% | 99,66% |
| | **TTSL** | | **-0,14 pp** | **99,58%** | **99,72%** | **99,68%** |

Tabela 7 - Taxa de Pontualidade (2019-2021)

Os registos evidenciam que os fechos das salas de embarque foram realizados dentro do horário estipulado em 99,58% das viagens realizadas e que existiu uma melhoria face a 2020, na ligação do Barreiro - Terreiro do Paço e um agravamento nas ligações da Transtejo, motivadas por atrasos devido a avarias das embarcações, condições climatéricas adversas e ocorrências com passageiros.

### 4.1.2. Procura

No ano em análise, a procura (número de passageiros transportados) nas ligações servidas pela Transtejo registou um decréscimo de -3,98%, com a descida mais significativa nas ligações do Montijo -8,15% (-50 mil passageiros) e em Cacilhas -4,69% (-178 mil passageiros), a Soflusa registou um acréscimo de +1,73% (+98 mil passageiros), relativamente ao ano anterior, estas variações refletem, essencialmente as medidas oficiais tomadas nos diferentes estados de exceção - ditados pelas variações do contexto pandémico, as quais tiveram implicações diretas nas necessidades e opções de mobilidade da população da área da Grande Lisboa, nomeadamente, confinamentos obrigatórios, contenção social, teletrabalho obrigatório e recomendado, ensino à distância, limitação de 2/3 das lotações dos navios (até agosto), limitação da mobilidade territorial e do turismo externo.

Apesar dos períodos de desconfinamento temporário vividos, a procura manteve-se em níveis relativamente baixos, justificados, também, pelas novas dinâmicas e rotinas laborais, destacando-se a flexibilidade de horário laboral, regime de trabalho híbrido e por uma maior utilização do transporte individual.

| Empresa | Ligação Fluvial | Indicador da Procura | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Montijo - Cais do Sodré | (PT) | -8,15% | -50 162 | 564 952 | 615 114 | 1 146 458 |
| | | (PKT) | -8,15% | -750 022 | 8 447 162 | 9 197 185 | 17 141 840 |
| TT | Seixal - Cais do Sodré | (PT) | -1,11% | -5 509 | 489 858 | 495 367 | 1 225 489 |
| | | (PKT) | -1,11% | -46 804 | 4 161 834 | 4 208 638 | 10 411 755 |
| TT | Cacilhas - Cais do Sodré | (PT) | -4,69% | -178 484 | 3 623 676 | 3 802 160 | 7 420 075 |
| | | (PKT) | -4,69% | -383 741 | 7 790 903 | 8 174 644 | 15 953 161 |
| TT | Trafaria - Porto Brandão - Belém | (PT) | 14,93% | 30 375 | 233 885 | 203 510 | 421 873 |
| | | (PKT) | 42,70% | 309 246 | 1 033 538 | 724 292 | 1 501 446 |
| | **Total TRANSTEJO** | Passageiro Transportado (PT) | -3,98% | -203 780 | 4 912 371 | 5 116 151 | 10 213 895 |
| | | Passageiro.km Transportado (PKT) | -3,91% | -871 322 | 21 433 437 | 22 304 759 | 45 008 202 |
| SL | Barreiro - Terreiro do Paço | (PT) | 1,73% | 98 104 | 5 774 852 | 5 676 748 | 9 114 520 |
| | | (PKT) | 1,76% | 931 654 | 53 838 945 | 52 907 291 | 84 947 326 |
| | **Total TTSL** | Passageiro Transportado (PT) | -0,98% | -105 676 | 10 687 223 | 10 792 899 | 19 328 415 |
| | | Passageiro.km Transportado (PKT) | 0,08% | 60 332 | 75 272 382 | 75 212 050 | 129 955 528 |

Tabela 8 - Indicadores de Procura (2019-2021)

#### 4.1.2.1. Transporte de veículos

O serviço de transporte de veículos com motor foi realizado entre as estações da Trafaria e Belém. O transporte de veículos do ano de 2021, seguiu a tendência da restante procura da Transtejo, tendo registado uma quebra -4,08%.




Gráfico 2 - Evolução do número de veículos transportados (2017 - 2021)

### 4.1.2.2. Procura por tipo de título

Em 2021, verificou-se na TTSL, uma redução do número de passageiros com títulos regulares de -4,62%, e um aumento de passageiros ocasionais (Bilhetes e Zapping) de 23,66%, face ao ano anterior.

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

| Empresa | Indicador da Procura | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **TÍTULOS** | **-0,98%** | **-105 676** | **10 687 223** | **10 792 899** | 19 328 415 |
| | **Títulos Próprios** | **19,08%** | **294 691** | **1 839 040** | **1 544 349** | **4 429 852** |
| | **Bilhetes** | 28,18% | 211 708 | 963 098 | 751 390 | 2 208 242 |
| | **Bilhetes *(Zapping)*** | 18,34% | 116 741 | 753 282 | 636 541 | 1 444 157 |
| **TTSL** | **Passes** | -21,58% | -33 758 | 122 660 | 156 418 | 777 453 |
| | **Combinados** | **-76,90%** | **-1 834** | **551** | **2 385** | **2 238 538** |
| | **Intermodais** | **0,00%** | **0** | **0** | **0** | **1 076 438** |
| | **Navegante** | **-4,62%** | **-420 326** | **8 678 117** | **9 098 443** | **11 356 265** |
| | **Outros (1)** | 14,75% | 21 793 | 169 515 | 147 722 | 227 322 |

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 9 – Procura por tipo de título de transporte (2019-2021)

Em 2021, foi mantida a estrutura de procura (passageiros transportados) por título, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

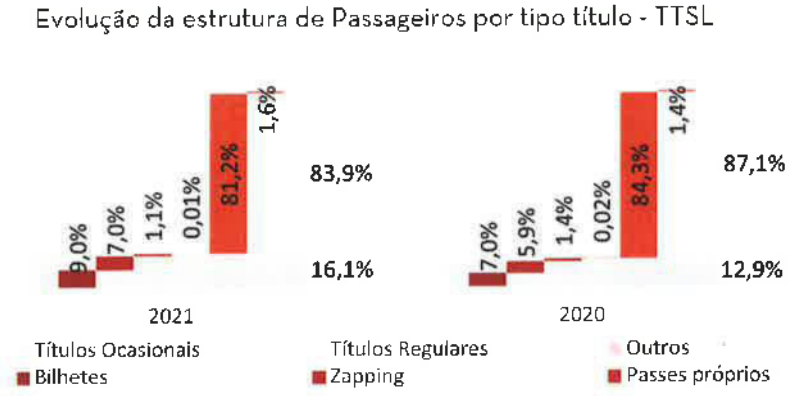



Gráfico 3 - Evolução da estrutura de passageiros transportados por tipo de título TTSL (2020-2021)

Destaca-se, na evolução da estrutura da procura por título, a redução da quota de passageiros que recorreram aos títulos regulares, que passou a ser de 83,9%, em 2021, com destaque para os passageiros utilizadores do título Navegante com o peso de (81,2%) e respetivo aumento da quota de títulos ocasionais com destaque para o título Zapping, que passou a ser de 9%. A preferência dos passageiros continua a recair sobre o título Navegante, criado em 2019, em detrimento dos restantes títulos do sistema.

O período de confinamento social, no início do ano 2021, as novas dinâmicas e rotinas laborais - flexibilidade de horário laboral, regime de trabalho híbrido que alia o teletrabalho com a presença desfasada nas empresas - e maior utilização do transporte individual, frutos da resposta individual e coletiva à pandemia COVID-19, resultaram numa redução de utilização dos títulos regulares, dando vantagem aos títulos ocasionais.

### 4.1.2.3. Receitas tarifárias

A receita tarifária global apresentou um incremento de 10% em resultado do aumento do número de passageiros.

Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2020, verifica-se em todas as naturezas de títulos um aumento de receitas, destacando-se a receita de Bilhetes com incremento de 31%.

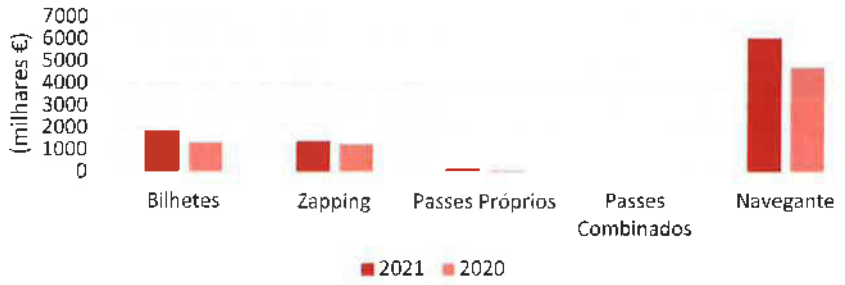



Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título TTSL (2020-2021)

Apresenta-se em seguida a estrutura de receitas por título, na qual se destaca, o aumento do peso da categoria de Passes Regulares, que passou a ter uma importância de 66% na receita, tendência registada igualmente no ano anterior. Destaca-se, ainda, o aumento do peso dos Bilhetes na categoria dos Títulos Ocasionais.

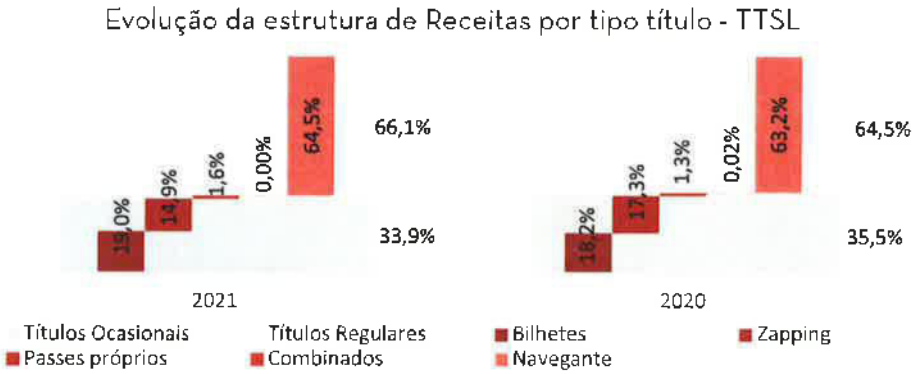



Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título TTSL (2020-2021)

### 4.1.3. Relacionamento com o Cliente

Em 2021, a TTSL manteve o funcionamento em todos os terminais e estações, da bilheteira presencial sempre que as circunstâncias o permitiram. Disponibilizou, ainda, o acesso a equipamentos de venda automática e informações aos passageiros sobre tarifário e sobre as facilidades existentes nos respetivos interfaces. Evidencia-se, também, a igualdade na acessibilidade do transporte fluvial a todos os clientes, com a adoção de Design Universal dos Terminais e Estações da empresa, bem como, o desenvolvimento dos meios de comunicação oferecidos ao cliente.

Destacam-se os principais eventos, nesta matéria:

#### Navios elétricos ganham velocidade

A TTSL anunciou a celebração no dia 29 de janeiro 2021 do contrato de fornecimento dos 10 navios elétricos com o estaleiro asturiano Gondán, S.A., decorrente do concurso público internacional, lançado em fevereiro de 2020.

Tratou-se de um concurso público internacional, no valor global de 52.440.000 Euros.

#### Lançamento do concurso para fornecimento de estações de carregamento da nova frota elétrica



No dia 16 de setembro, foi publicado, no Diário da República, o Anúncio do Concurso Público Internacional para a celebração de contrato misto de empreitada de conceção/construção e fornecimento de estações de carregamento de energia de terra para a nova frota de navios elétricos da Transtejo. Com um valor base de 8,6 Milhões de euros, este procedimento, dirigido a fornecedores de equipamentos elétricos e empreiteiros de construção civil e eletricidade, visa a construção e entrega das estações de carregamento destinadas aos Terminais fluviais de Cacilhas, Cais do Sodré, Montijo e Seixal; projeto, que se estima estar concluído no final de 2024, mediante os respetivos prazos contratuais e formalidades legais a observar.

Trata-se de um importante investimento, considerado no âmbito do «Plano de Renovação da Frota da Transtejo, S.A.» - aprovado pela RCM n.º 11/2019, de 18 de janeiro, e apresentado a financiamento no âmbito do POSEUR -, o qual permite à Transtejo transformar a sua operação numa referência do serviço público de transporte de passageiros e avançar decisivamente no processo de descarbonização da atividade.

#### Terminal fluvial do Barreiro recebeu Ministro do Ambiente e Ação Climática em dia de inauguração oficial da empreitada de requalificação



A TTSL recebeu, na tarde do dia 3 de dezembro, a visita oficial do Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Matos Fernandes, ao renovado terminal fluvial do Barreiro, um terminal que se transformou num espaço mais confortável, seguro e moderno, para todos os seus utilizadores.

A empreitada, com um valor de investimento de 1.081.636,46 Euros, contemplou intervenções ao nível da cobertura, das salas de embarque, das estruturas de apoio e proteção bem como de toda iluminação, abrangendo uma área total de 8.802 m2

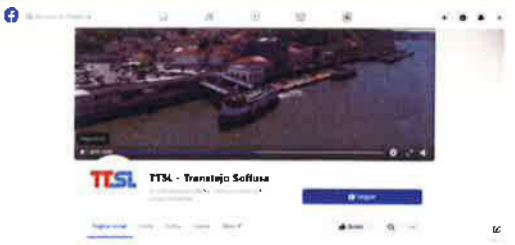
### 4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital

Em 2018, com a implementação do novo site institucional, deu-se início a uma nova estratégia de comunicação digital. Em 2021 foi dada continuidade, destacando-se a entrada da TTSL nas plataformas de redes sociais Facebook e Instagram, bem como, o lançamento do novo sistema de informação nas estações e terminais.

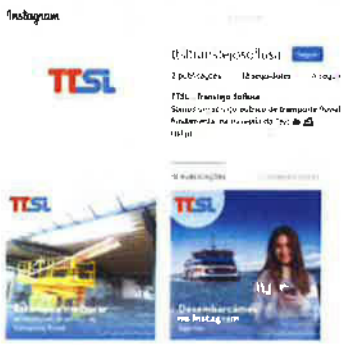
**TTSL inicia travessia no Facebook**

No dia 4 de fevereiro, todos/as os/as utilizadores/as do transporte público fluvial passaram a poder acompanhar a nova travessia online da TTSL - Transtejo Soflusa.

A página de Facebook da TTSL mantém os seus seguidores a par de informações úteis sobre as cinco ligações fluviais do Tejo, notícias sobre a atividade das empresas e novidades do sistema de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.




**A TTSL desembarca no Instagram**




No dia 10 de fevereiro, a TTSL desembarcou no Instagram e convidou todos aqueles que gostam de travessias a acompanhar e partilhar o seu perfil.

O perfil de Instagram da TTSL mantém os seus seguidores a par dos principais momentos entre margens e das histórias mais importantes daquele que é o operador de transporte público fluvial do Tejo.

**Transtejo assinala 46 anos de atividade com o lançamento do novo sistema digital de informação**

No dia 17 de dezembro de 2021, a Transtejo comemorou 46 anos de atividade, assinalando esta data com o lançamento de mais um projeto de inovação tecnológica que visa a melhoria da experiência de viagem proporcionada aos seus passageiros.

Através de uma rede integrada de quarenta e oito ecrãs, de diferentes formatos, é disponibilizada uma grande diversidade de conteúdos sobre o transporte público fluvial: oferta, horários, tarifário, condições e regras de utilização, alterações de serviço, recomendações de segurança, serviços ao cliente, sugestões de agenda cultural e social de ambas as margens do Tejo, etc.

### 4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro

Além das comunicações relativas ao desenvolvimento da informação digital, destacam-se, ainda, no ano de 2020, as seguintes comunicações dirigidas ao passageiro:

**agosto 2021**

- TTSL disponibiliza Cacifos CTT 24h

A TTSL passou a disponibilizar cacifos CTT 24h, nos terminais fluviais do Cais do Sodré e Terreiro do Paço bem como na estação fluvial de Belém.




Com este serviço, os utilizadores do transporte público fluvial, e não só, podem receber e entregar as suas encomendas de e-Commerce de uma forma mais prática e cómoda, com segurança e privacidade.

- TTSL comemora Dia Mundial da Fotografia 2021 sob a objetiva dos seus passageiros

A 19 de agosto, a TTSL deu a conhecer resultado da iniciativa lançada, no dia 23 de julho, junto dos seus seguidores de Facebook e de Instagram: partilhar fotos inspiradas nas suas travessias diárias, em qualquer uma das cinco ligações fluviais.




A participação dos passageiros superou as expetativas, tendo sido recebidas sessenta fotografias, as quais foram apresentadas num vídeo partilhado no site, nas redes sociais, incluindo o canal Youtube TTSL.

**Ao longo do ano 2021**

- Concursos de concessão de espaços comerciais

Em abril Transtejo lançou concurso de Concessão para instalação de espaços comerciais no terminal fluvial do Seixal e na estação fluvial da Trafaria.

Em maio 2021 Transtejo lançou concurso de Concessão para instalação de espaços comerciais no terminal fluvial do Seixal.




Em julho 2021 Transtejo lançou concurso de Concessão para instalação de espaços comerciais no terminal fluvial de Cacilhas.

- TTSL no Facebook e Instagram:

No ano de 2021 foi publicado um total de 119 publicações no Facebook e no Instagram TTSL.

As publicações, divididas por três categorias – Engagement, Comercial e Informação – veicularam conteúdos sobre diversos temas nomeadamente:

- Principais efemérides, datas oficiais e festivas;
- Promoção da experiência de viagem nas cinco ligações fluviais;
- Promoção da Agenda cultural de ambas as margens, destacando iniciativas promotoras da utilização do transporte público fluvial fora dos horários de ponta e dos dias úteis;
- Promoção da app TTSL e das redes sociais;
- Promoção do cartão e passe navegante;
- Promoção de iniciativas desportivas, culturais e sociais apoiadas pela TTSL;
- Informação sobre obras e empreitadas nos terminais fluviais;
- Campanhas de entidades oficiais e de organismos públicos, com especial destaque para a DGS | Covid-19;
- Campanha de boas práticas na utilização do transporte público fluvial.

### 4.1.3.3. Reclamações

A TTSL registou um aumento de 53% no número total de reclamações recebidas relativamente a 2020. Na Transtejo registou-se um aumento de +113% na Transtejo, e na Soflusa uma redução de -29% associada à retoma da oferta.

A tabela seguinte apresenta o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

| Empresa | Nº de Reclamações por motivo | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TTSL | Atendimento | 35% | 19 | 73 | 54 | 177 |
| | Equipamentos | -4% | -1 | 25 | 26 | 34 |
| | Instalações - Terminais & Estações | -22% | -13 | 45 | 58 | 53 |
| | Embarcações | -31% | -39 | 87 | 126 | 130 |
| | Horários | 216% | 287 | 420 | 133 | 1 252 |
| | Suportes Lisboa Viva | -41% | -7 | 10 | 17 | 67 |
| | Suportes Viva Viagem | 150% | 3 | 5 | 2 | 25 |
| | Acidentes/Conflitos | -67% | -12 | 6 | 18 | 0 |
| | Diversos / Outros | 44% | 43 | 140 | 97 | 152 |
| | **Total de Reclamações** | **53%** | **280** | **811** | **531** | **1 890** |

Tabela 10 - Reclamações por motivos (2019-2021)

O ano de 2021 foi marcado por reclamações relativas ao ajuste de horários na ligação fluvial de Cacilhas, o qual vigorou entre início de fevereiro e final de abril, por motivo de Estado de Emergência, e a supressões e atrasos nas ligações fluviais de Cacilhas e do Seixal, em especial, decorrentes de constrangimentos operacionais e da falta de recursos humanos operacionais.

#### 4.1.3.4. Serviço de apoio ao Cliente/ Centro de atendimento

Desde 16 de março de 2020, como resultado das medidas de contingência implementadas face à pandemia COVID-19, o Serviço de apoio ao Cliente presencial foi encerrado, por forma a limitar o atendimento presencial seguindo as orientações das autoridades de saúde competentes, não voltando a ser retomada, também, devido ao baixo nível de procura registada. Contudo, todas as informações sobre os serviços prestados nestes Espaços mantêm-se disponíveis através do endereço eletrónico: apoio.cliente@transtejo.pt, bem como através da linha telefónica 808 20 30 50.



#### 4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos

A política de apoio a grupos de escolas e instituições de cariz social, registou em todo o ano de 2021 um decrescimento face ao ano de 2020 (apenas 1º trimestre), situação explicada pelo impacto da pandemia COVID19.

No 1º trimestre de 2021 não houve registos, contudo, na restante parte do ano foram registados um total de 182 passageiros em viagens de grupo (viagens de ida e volta, com desconto de 50%), com destaque para as ligações de Cacilhas- Cais do Sodré (40%), do Barreiro – Terreiro do Paço (31%). Refira-se, ainda, que estes grupos são na sua maioria pertencentes a escolas públicas (ensino) e instituições de cariz social, e os passageiros tem na sua grande maioria idades entre os 8 e os 16 anos.

#### 4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial

Em 2021, as ações de fiscalização e sensibilização para a correta utilização do modo de transporte fluvial tiveram maior incidência sobre o momento da validação de títulos (embarque), e á necessidade de utilização de máscara dentro do transporte, dando cumprimento às orientações de mitigação da Pandemia COVID19.

### 4.2. Atividades Complementares

A TTSL, além da atividade principal de prestação de serviço de transporte público, desenvolveu e em complemento outras atividades geradoras de receita, e potenciadoras da atratividade das *interfaces* que dispõe. Estas atividades são entre outras, a concessão de espaços comerciais (bares, lojas), ao abrigo de respetivos contratos, a concessão do parque de estacionamento do Seixal e do Barreiro, ao abrigo de contratos com a Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A., bem como, o Protocolo de colaboração entre a Transtejo e a Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.

A TTSL promoveu, também, apoios e patrocínio a iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural.

### 4.2.1. Receitas Não Tarifárias

A TTSL manteve a exploração de atividades não transporte, proporcionando aos seus clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares, permitindo obter rendimentos suplementares, conforme se detalha na tabela seguinte:

| Empresa | Atividades Acessórias (milhares de €) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Total TTSL | Espaços Comerciais | -25,59% | -83 | 242 | 326 | 417 |
| | Espaços para Publicidade | -8,81% | -4 | 45 | 49 | 47 |
| | Parques de Estacionamento | 27,63% | 16 | 76 | 59 | 86 |
| | Protocolo Carristur | -9,53% | -9 | 83 | 92 | 386 |
| | Total | -15,23% | -80 | 446 | 526 | 935 |

Tabela 11 - Rendimentos (consolidados) de Atividades Acessórias (2019-2021)

A taxa de ocupação dos 42 espaços comerciais era no final do ano de 2021, de 90,48%, uma evolução positiva, face a 2020, mas ainda abaixo dos resultados do ano de 2019 em que se alcançou uma taxa de 95%, decorrente do aumento de ocupação dos espaços livres em Cacilhas, Seixal e Montijo.

Assinala-se uma quebra do rendimento global, motivada essencialmente pela perda de receita da concessão de Espaços Comerciais, decorrente da redução das taxas mensais dos concessionários, mas, também, pela redução da receita de Espaços para Publicidade e associadas ao Protocolo Carristur.

Apresenta-se, em seguida, a estrutura dos rendimentos não tarifários:

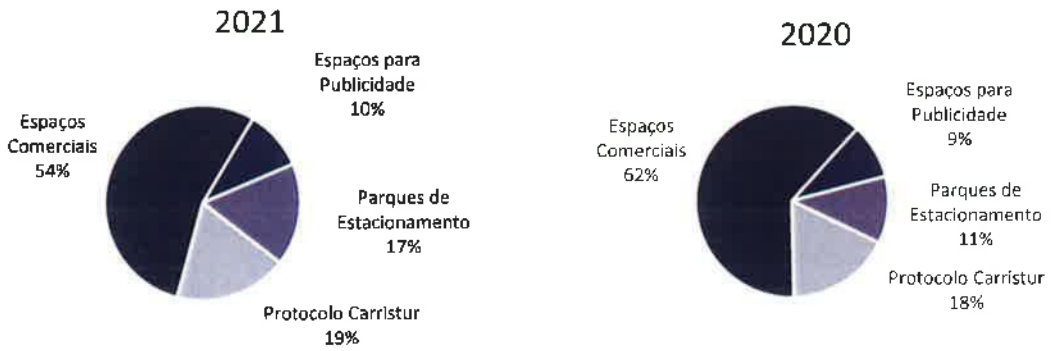



Gráfico 6 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários TTSL (2020-2021)

# 5. Gestão Corporativa

## 5.1. Segurança e Vigilância

### 5.1.1. Segurança de Exploração (*Safety*)

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens dentro da Organização.

Em Maio de 2021 foram estabelecidos, no âmbito da exploração, os seguintes objetivos, em matérias de gestão de segurança marítima, análise de ocorrências e treinos:

1. Monitorizar o cumprimento dos Planos de Segurança dos navios.
2. Assegurar o cumprimento e a atualização dos procedimentos previstos no Plano de Emergência Interno (PEI), no que respeita a navios e pontões.
3. Propor e promover ações corretivas ou de melhoria na realização de treinos e exercícios para situações de emergências.
4. Realizar inspeções periódicas a todos os meios de deteção e combate a incêndio dos navios e pontões.
5. Realizar inspeções periódicas aos meios de salvação e aos equipamentos de emergência e socorro dos navios e pontões.
6. Investigação e análise de acidentes marítimos.
7. Fiscalizar a sinalização e farolagem dos canais de navegação, bem como a difusão dos Avisos Locais à Navegação e Editais da Capitania do Porto de Lisboa.
8. Monitorizar os processos necessários, quando legalmente exigido, de modo a garantir a certificação dos navios, pontões e equipamentos em matéria de segurança.

Enumeram-se as ações e medidas preventivas tomadas, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Acompanhamento das vistorias e inspeções, para certificação e classificação dos navios e pontões;
b) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações e instalações da Empresa;
c) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de combate a incêndio de todas as instalações e embarcações da Transtejo e Soflusa;
d) Vistorias e testes aos equipamentos de deteção de incendio de todas as instalações;
e) Implementação de medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.

### 5.1.2. Vigilância e Segurança Humana *(Security)*

Em 2021, manteve-se, o modelo de gestão desta atividade, dando continuidade ao processo em curso nos anos anteriores, designadamente:

a) Gestão do contrato e do serviço de Vigilância e Segurança Humana;
b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças policiais (Polícia Marítima e PSP);
c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, plenário, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos;
d) Gestão e manutenção das centrais de alarme de intrusão, existentes nos terminais e estações.

Ao nível da formação foram desenvolvidas 5 ações de formação no domínio do Controle de Multidões, Segurança Marítima e Combate a incêndios.

Destaca-se o acompanhamento da manutenção dos equipamentos de deteção de intrusão bem como a testes e vistorias programadas, para aferir o seu funcionamento, assim como o acompanhamento das manutenções programadas dos equipamentos de videovigilância dos edifícios, bem como a vigilância constante destes equipamentos para aferir o seu estado de funcionamento, tendo sido solicitadas intervenções sempre que se detetaram problemas.

Relativamente aos equipamentos de combate a incêndio dos edifícios, bem como a respetiva sinalética dos edifícios e embarcações, foram ambos objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima trimestral, sendo que a manutenção anual foi assegurada por empresa certificada, tendo sido efetuada a gestão e acompanhada a manutenção dos equipamentos de combate a incêndio em conjunto com o prestador de serviços, foram também realizados testes trimestrais aos equipamentos de deteção automática de incêndio (SADI) de todos os edifícios, estando a sua manutenção anual a cargo de empresas certificadas.

### 5.1.3. Higiene e Segurança no Trabalho

No ano de 2021, foram realizadas 12 visitas técnicas na TT e 7 visitas técnicas na SL aos postos de trabalho no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Transtejo-Soflusa contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

No decorrer das visitas técnicas foram realizadas ações de sensibilização sobre a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual atribuídos a cada trabalhador. Manteve-se de igual forma a sensibilização para os comportamentos defensivos e de higiene a adotar para prevenção da infeção por SARS-COV-19, e distribuído equipamento de proteção para o mesmo efeito.

Ocorreram 31 acidentes de trabalho na TT e 10 na SL, o que constitui um aumento de 11 acidentes face a 2020.

| Empresa | Indicadores Segurança no Trabalho | Var 2021/2020 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Sinistralidade no trabalho** | | | | |
| | N.º Acidentes de trabalho | 36,67% | 11 | 41 | 30 | 43 |
| TTSL | N.º Contraturas musculares e contusões dos membros superiores | 8,33% | 1 | 13 | 12 | 44 |
| | **Consequências dos acidentes de trabalho** | | | | |
| | Dias de trabalho perdidos devido a acidentes | 65,37% | 653 | 1652 | 999 | 1884 |

Tabela 12 – Indicadores de Segurança no trabalho (2019-2021)

### 5.1.4. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, encontram-se estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências com a finalidade de determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

| Empresa | Indicadores de Sinistralidade | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TTSL | I. Total de Acidentes (AT+ E + AP + AV) | 0,0% | 0 | 62 | 62 | 83 |
| | Acidentes de Trabalho (AT) | 36,7% | 11 | 41 | 30 | 43 |
| | Emergências (E) | | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | Acidentes com Passageiros e nos Terminais (AP) | -41,9% | -13 | 18 | 31 | 38 |
| | Acidentes em viaturas transportadas (AV) | 100,0% | 1 | 2 | 1 | 2 |
| | II. Incidentes Criminais | -13,8% | -8 | 50 | 58 | 69 |
| | III. Outros | -26,0% | -13 | 37 | 50 | 85 |
| | Embates e avarias com passageiros a bordo | 100,0% | 1 | 2 | 1 | 1 |
| | Doença súbita a bordo de passageiro | -5,0% | -1 | 19 | 20 | 38 |
| | Doença súbita em terminal fluvial | 140,0% | 7 | 12 | 5 | 32 |
| | Outras Ocorrências | -83,3% | -20 | 4 | 24 | 14 |
| | Total (I)+(II)+(III) | -12,4% | -21 | 149 | 170 | 237 |

Tabela 13 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2019-2021)

Em 2021, registou-se 1 ocorrências na Transtejo enquadrada nas **Emergências** [Grau 1], em que foi possível resolver a situação pelos próprios meios da empresa, tratou-se de uma colisão entre um batelão e o navio Sé no percurso entre o Seixalinho (Montijo) – Cais Sodré, e não se registaram ocorrências que se enquadrem em Emergências [Grau 2, 3].

Contudo, no que respeita a **Acidentes com passageiros** registaram-se **18** (TT=13 e SL=5) ocorrências, assinalando-se uma redução de 41,9% face ao período homólogo. Relativamente a **outras ocorrências** durante a exploração da atividade, totalizaram 37 (TT=15 SL=22), uma redução de 26% em relação ao ano de 2020.

## 5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, destacam-se as atividades desenvolvidas, com maior relevância:

a) Acompanhamento do Plano de Racionalização do Consumo de Energia para o triénio 2020-2022;
b) Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia através da intranet e do sítio da internet da TTSL;
c) Acompanhamento da implementação das medidas impostas na RCM n.º 141/2018 com vista à redução do consumo de plástico e outros consumíveis e à promoção da economia circular.
d) Preparação para a Elaboração dos Planos de Eficiência Energética ECO.AP.2030[10]

[10] O Barómetro de Eficiência de Recursos na Administração Pública (Barómetro ECO.AP) é uma ferramenta que tem como objetivo caraterizar, comparar e divulgar os consumos e emissões da Administração Pública, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro vide https://www.barometroecoap.pt/.

### 5.2.1. Principais indicadores Ambientais

O combustível (Gasóleo) foi, em 2021, o principal recurso energético consumido na exploração da atividade de transporte de passageiros. Este ano registou-se um aumento do consumo na Transtejo e uma redução na Soflusa em consequência da diminuição da oferta. Em termos globais, registou-se um aumento das emissões de GEE's.

| Empresa | Indicadores Ambientais | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consumo energético | | | | | |
| | Gasóleo das embarcações (L) | 3,03% | 340 417 | 11 570 703 | 11 230 286 | 11 476 760 |
| | Consumo total de energia elétrica (kWh) | -6,03% | -91 227 | 1 422 609 | 1 513 836 | 1 639 083 |
| TTSL | Energia elétrica para tração (kWh) | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Energia elétrica com exceção da tração (kWh) | -6,03% | -91 227 | 1 422 609 | 1 513 836 | 1 639 083 |
| | Emissões GEEs | | | | | |
| | Emissões CO2 (eq.)* (10^3 Ton ) | 3,03% | 1 | 29 | 28 | 29 |

* Emissões diretas. Fator de emissão do fornecedor

Tabela 14 - Principais indicadores ambientais (2019-2021)

## 5.3. Gestão de Recursos

### 5.3.1. Recursos Materiais

#### 5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios

A exploração da atividade da Transtejo foi realizada por uma frota constituída por 7 catamarans (classe Algés/S. Julião) e 8 monocascos (classe Cacilhense + S. Jorge e Alemã (S. Paulus)) para transporte de passageiros e 2 Ferrys catamarans de passageiros e veículos (estes últimos os navios mais recentes) Todas as embarcações são a motor com combustão a Gasóleo.

Os catamarans da classe Algés/S. Julião estão designados para a operação nas ligações do Montijo e do Seixal em conjunto com os dois catamarans da classe Austal afretados à Soflusa, e o catamaran Fantasia, que se encontra designado para a operação da ligação do Seixal, igualmente afretado à Soflusa.

O navio S. Jorge e as embarcações da classe Cacilhense operaram geralmente na ligação de Cacilhas e os navios mistos de passageiros e viaturas, da classe Ferry, servem a ligação da Trafaria - Porto Brandão - Belém.

O navio S. Paulus está vocacionado para o serviço de turismo no rio Tejo, encontrando-se ao serviço da Carristur, no âmbito de Protocolo em vigor, referente à atividade marítimo-turística - "Cruzeiros no Tejo".

Os 8 navios da classe *Damen* operaram exclusivamente na Soflusa. (Ligação do Barreiro). Estes navios têm capacidade de transporte de 600[11] passageiros e idade média de 17 anos.

[11] Prevê-se a conclusão do projeto de aumento de lotação dos navios da classe Dámen de 600 para 700 lugares, no ano de 2022, projeto com cobertura financeira enquadrado no protocolo com o Fundo Ambiental.

No final de 2021, a frota global da Transtejo era composta por 17 navios, com idade média de 32,5 anos e com a seguinte tipologia:



**Classe Algés/S. Julião– 7 navios**
Catamaran com capacidade
para 496 passageiros
Idade média: 25 anos



**Classe S. Jorge – 1 navio**
Monocasco com capacidade
para 996 passageiros
Idade média: 29 anos



**Classe Cacilhense – 5 navios**
Monocasco com capacidade
para 476 passageiros
Idade média: 40 anos



**Classe Alemã – 1 navio**
Monocasco com capacidade
para 280 passageiros
Idade média: 62 anos



**Ferry catamaran – 2 navios**
Ferry com capacidade
para 360 passageiros e 29 veículos
Idade média: 11 anos



**Ferry convencional - 1 navio**
Ferry Monocasco com capacidade
para 346 passageiros e 24 veículos
Idade média: 67 anos

Ilustração 4 - Frota da Transtejo, em 31-12-2021

No final de 2021, a frota global da Soflusa era composta por 11 catamarans, com idade média de 18 anos e com a seguinte tipologia:



**Classe Dámen – 8 navios**
Catamaran com capacidade
para 600 passageiros
Idade média: 17 anos



**Classe Austal – 2 navios**
Catamaran com capacidade
para 320 passageiros
Idade média: 19 anos



**Navio Fantasia**
Catamaran com capacidade
para 150 passageiros
Idade média: 22 anos

Ilustração 5 - Frota da Soflusa, em 31-12-2021

### 5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota

A Manutenção da Frota (navios e pontões) de cada uma das empresas é da responsabilidade interna da Direção de Manutenção (DMN), embora com modelos de Gestão diferenciados:

- O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Transtejo é assegurado internamente, compreendendo a coordenação das atividades de manutenção, a obtenção de certificação estatutária e de classe. A realização de grandes intervenções em motores e docagem de navios e pontões, de obrigatoriedade periódica, é efetuada por entidade externa, com recurso a concursos públicos (consideradas no Plano de Investimentos e no Orçamento de Exploração).

- O modelo de gestão das atividades de manutenção da frota da Soflusa é assegurado por uma entidade externa. A Soflusa tem vindo a recorrer à subcontratação do serviço de gestão técnica, tendo em 26 de abril de 2021 sido celebrado um contrato plurianual de Manutenção Global com o consórcio composto pela S&C-Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e pela Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.. Este contrato contempla serviços de manutenção global de 8 navios da classe Damen e 2 navios da classe Austal da frota da Soflusa, nos quais se incluem, entre outras, as manutenções preventivas, as corretivas, e as grandes intervenções. Nos anos anteriores e até à entrada em vigor deste novo contrato, o regime de outsourcing era assegurado pela SCMA - Sociedade Consultores Marítimos, LDA.

Os Planos de Manutenção têm vindo a contemplar o objetivo estratégico de recuperar o atraso nas intervenções indispensáveis para manter as condições de operacionalidade da frota de navios e pontões, assegurando que estes equipamentos se encontram em perfeitas condições técnicas, de segurança, fiabilidade e detentores de Certificados de Navegabilidade devidamente validados pelas autoridades marítimas.

Este ano houve um aumento de n.º de horas de manutenção preventiva e corretiva nos navios, este indicador é em grande parte influenciado pelo n.º de docagens, grandes intervenções, assim como pela quantidade de sinistros registados.

Durante o ano de 2021 foram registadas 13 participações de sinistro, sendo 5 pela Transtejo, referentes a ocorrências nos navios Seixalense (2), Carnide, Sé e Dafundo e 8 pela Soflusa referentes a ocorrências nos navios Antero de Quental (2), Fernando Pessoa (2), Miguel torga (2) Gil Vicente e Fantasia, totalizando assim mais 1 participação face ao ano anterior.

#### 5.3.1.2.1. Transtejo

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 2 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

| REAL 2021 | GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS | | | | Total GASTOS |
|---|---|---|---|---|---|
| Grandes Rubricas | Serviço Gestão Técnica | Estaleiros | Oficinas | Sobressalentes + Materiais | |
| Campolide | 0 | 173 987 | 32 011 | 20 255 | 226 253 |
| Dafundo | 0 | 0 | 8 746 | 6 797 | 15 544 |
| Eborense | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Madragoa | 0 | 18 990 | 0 | 0 | 18 990 |
| Seixalense | 0 | 45 795 | 13 081 | 10 412 | 69 288 |
| Sintrense | 0 | 173 754 | 37 168 | 15 645 | 226 567 |
| S. Jorge | 0 | 0 | 281 | 1 912 | 2 193 |
| Algés | 9 000 | 160 804 | 12 121 | 41 698 | 223 623 |
| Castelo | 9 000 | 300 432 | 2 630 | 53 729 | 365 791 |
| Chiado | 9 000 | 0 | 4 275 | 3 164 | 16 440 |
| S. Julião | 0 | 45 657 | 13 529 | 36 414 | 95 601 |
| S. Paulus | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Aroeira | 0 | 0 | 14 012 | 56 362 | 70 374 |
| Carnide | 0 | 14 613 | 9 823 | 51 530 | 75 967 |
| Sé | 0 | 101 978 | 68 856 | 71 860 | 242 695 |
| Lisbonense | 0 | 0 | 11 078 | 20 503 | 31 581 |
| Almadense | 0 | 110 118 | 24 476 | 33 258 | 167 852 |
| Comuns à Frota | 0 | 0 | 0 | 52 050 | 52 050 |
| **TOTAL** | **27 000** | **1 146 128** | **252 090** | **475 594** | **1 900 812** |

Tabela 15 - Gastos de Manutenção por navio da Transtejo (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 878.474 € com a manutenção dos pontões (infraestruturas flutuantes para atracação das embarcações) e outros gastos comuns de manutenção, perfazendo 2.779.286 €, registados em Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destacam-se, em 2021, a execução entre outras intervenções as docagens dos navios Algés, Almadense, Campolide, Castelo, Sé e Sintrense e nos Pontões Alto Pina, Alvito, Melinde, Pragal, Seixalinho.

Importa referir que face a elevada antiguidade da frota registou-se um maior número de avarias com impacto na oferta da prestação do serviço, face ao ano anterior.

#### 5.3.1.2.2. Soflusa

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 3 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

| REAL 2021<br>Grandes Rubricas | GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS | | | | Total GASTOS |
|---|---|---|---|---|---|
| | Serviço Gestão Técnica | Estaleiros | Oficinas | Sobressalentes + Materiais | |
| Damião de Goes | 193 703 | 0 | 0 | 0 | 193 703 |
| Miguel Torga | 588 492 | 0 | 19 685 | 0 | 608 177 |
| Fernando Namora | 589 724 | 0 | 43 434 | 0 | 633 158 |
| Gil Vicente | 194 896 | 0 | 0 | 0 | 194 896 |
| Jorge de Sena | 193 003 | 27 540 | 2 062 | 0 | 222 605 |
| Almeida Garret | 191 337 | 0 | 0 | 0 | 191 337 |
| Fernando Pessoa | 197 277 | 20 404 | 0 | 0 | 217 682 |
| Antero de Quental | 191 494 | 88 939 | 54 516 | 0 | 334 949 |
| Cesário Verde | 199 985 | 0 | 0 | 16 | 200 001 |
| Fantasia | 0 | 0 | 6 269 | 4 | 6 273 |
| Pedro Nunes | 187 626 | 0 | 0 | 0 | 187 626 |
| *Comuns* | - € | - € | - € | 882 | 882 |
| **TOTAL** | **2 727 537** | **136 883** | **125 965** | **902** | **2 991 287** |

Tabela 16 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 31.524€ referente a manutenção dos pontões (infraestruturas de atracação das embarcações), perfazendo o total de 3.022.811€ - Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destaca-se, em 2021, as intervenções no navio Fernando Namora para obtenção e certificado de navegabilidade, no navio Gil Vicente devido à colisão com o pontão no Terreiro do Paço no dia 9 de março, bem como, as grandes reparações em doca dos navios Antero de Quental e Damião de Goes. Manteve-se em curso o projeto de investimento, financiado pelo Fundo Ambiental, referente ao aumento de lotação dos navios da Classe Damen de 600 para 700 lugares, prevendo-se a conclusão em 2022 com as intervenções nos navios Damião de Goes e Jorge de Sena.

Importa referir que o esforço de recuperação da frota resultou num menor número de avarias com impacto na oferta da prestação do serviço, face ao ano anterior.

### 5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD)

A Manutenção das ILD ao serviço da TTSL, interfaces essenciais à operacionalização do Serviço de Transporte Público Fluvial, compreende a realização de intervenções corretivas e preventivas, no sentido de garantir a segurança tanto de passageiros como de trabalhadores.

Em 2021 deu-se continuidade ao contrato plurianual de prestação de serviços externos, iniciado em finais de 2020, no âmbito do qual se encontra subcontratada a conservação de edifícios e manutenção de instalações técnicas da TTSL. Tendo por objeto a conservação dos edifícios, a manutenção de instalações técnicas, sistemas/equipamentos de AVAC e elevadores foi possível diagnosticar e planear intervenções prioritárias, detetando e corrigindo situações que poderiam ocasionar intervenções mais profundas.

Da análise efetuada aos edifícios da Empresa identificaram-se patologias incidentes em infiltrações e irregularidades nas coberturas, tornando premente a sua reabilitação e impermeabilização. Com apoio do subsídio ao investimento obtido através do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) foi possível mitigar a evolução de situações críticas e agilizar intervenções que permitiram a melhoria das condições de segurança e conforto, nomeadamente:

- Início da empreitada de substituição da cobertura do TF Seixal com a remoção das placas de fibrocimento com asbestos.
- Conclusão da construção da nova zona de desembarque, devido à alteração do pontão e respetiva localização. Tal como delimitação com vedação em rede, portão automático e iluminação envolvente.
- Conclusão da substituição dos portões de embarque do TF Seixal.
- Conclusão da instalação de UPS principal, iniciado em 2020, nos TF Cais do Sodré e TF Seixal de modo a garantir os serviços mínimos, em caso de falha de energia.
- Recondicionamento das portas de entrada do TF do Cais do Sodré.
- Aquisição e instalação de ventiladores para as salas de embarque do TF do Cais do Sodré.
- Reparação da muralha, pavimento, estruturas metálicas e substituição da cobertura de fibrocimento da EF do Porto Brandão
- Projeto de execução e apoio à obra de remodelação da Doca 13.
- Deu-se início à empreitada da construção das instalações de apoio à manutenção, no âmbito do projeto de execução da reformulação e ampliação de instalações da Doca 13.
- A conclusão da empreitada de reabilitação cobertura das instalações do TF Barreiro, dos envidraçados das salas de embarque, recondicionamento dos quadros elétricos e iluminação, e a substituição dos motores de embarque e desembarque.
- O início da empreitada de remodelação da bilheteira e sala de controlo e da construção de vedação do parque de combustíveis do TF Barreiro.
- Aquisição de UPS para o TF Barreiro, por forma a garantir os serviços mínimos, em caso de falha de energia.
- A construção de nova bilheteira do TF Terreiro do Paço.
- O início da construção da nova sala de controlo do TF Terreiro do Paço.

Dando continuidade à política da melhoria das condições de conforto, bem como da segurança das instalações foram efetuadas diversas beneficiações nos terminais e estações:

a) Continuação dos trabalhos de beneficiação das não conformidades detetadas pelo Técnico Responsável pela Exploração das Instalações Elétricas.
b) Aquisição de bens e consumíveis diversos para garantir a manutenção dos espaços e equipamentos (geradores, sistema AVAC, elevadores).
c) Reparação/substituição e beneficiações diversas em portões de embarque/desembarque (p. ex. TF Cacilhas, TF Cais do Sodré, TF Seixal, TF Seixalinho).

d) Reparação/substituição e aquisição de equipamentos AVAC (incluindo a reformulação/substituição de tubagens e condutas – TF Seixalinho, auditório do TF Cais do Sodré, escritórios de Cacilhas).
e) Substituição de vidros (p. ex. TF Cais do Sodré, TF Cacilhas, EF Porto Brandão, TF Barreiro).
f) Beneficiação nas redes de água e esgotos (incluindo unidades de aquecimento de águas – EF Porto Brandão) e manutenção/limpeza de poço de bombagem de águas residuais do TF Cais do Sodré.
g) Reparação de teto e pintura de paredes do auditório do TF Cais do Sodré.
h) Instalação de alçapões em escritórios do TF Cais do Sodré.
i) Substituição de estores nos escritórios do TF Cais do Sodré.
j) Instalação de diversas vedações de segurança nomeadamente na muralha a montante do TF Cais do Sodré e saídas de passageiros no TF Seixal.
k) Impermeabilização e vedação do parque de óleos da Doca 13.
l) Deu-se início à pintura do interior do TF Seixal.
m) Reparação de paredes e teto de uma sala da EF do Porto Brandão.
n) Beneficiação/reparação em instalações sanitárias (p. ex. TF Cais do Sodré, TF Cacilhas, TF Seixalinho, EF Trafaria.)
o) Beneficiação/reparação em salas de embarque/desembarque (p. ex. EF Trafaria, TF Seixal.)
p) Beneficiação/reparação de spots de iluminação (p. ex. TF Seixal, TF Cais do Sodré, TF Seixalinho e TF do Terreiro do Paço)
q) Substituição da canalização de água potável no TF Seixalinho (Montijo).

Destaca-se, ainda:

a) Reinstalação dos serviços nas novas instalações modulares do TF Barreiro;
b) Beneficiações diversas em portões de embarque/desembarque, grades/vedações e equipamentos de segurança, p. ex. reforço da vedação do parque de estacionamento e reforço da vedação da frente do rio no TF Barreiro e portão de embarque TF Terreiro do Paço.
c) Aquisição e instalação de portas para os nichos da eletricidade do TF Terreiro do Paço.

Em termos de eficiência energética, deu-se continuidade ao processo de substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias mais eficientes.

## 5.3.2. Recursos Tecnológicos

### 5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética

A manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de bilhética da Transtejo/Soflusa, foi, em 2021, assegurado por um prestador de serviço externo.

### 5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real

Dando seguimento ao projeto de melhoria das condições de Informação ao Público, iniciado em 2018 – designadamente, proporcionando informação em tempo real sobre o serviço, com recurso a painéis eletrónicos instalados nos terminais, foram em 2021, melhorados conteúdos e canais de difusão, promovendo a permanente atualização de informação, disponibilizada em várias plataformas digitais, nomeadamente no Site e APP institucionais, no Google *Maps* e na plataforma Transporlis.pt.

#### 5.3.2.3. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas na TTSL, ao longo de 2021, foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

A. **Postos de Trabalho e melhorias funcionais**:
   a) Aquisição de computadores portáteis;
   b) Preparação dos computadores atribuídos aos colaboradores para o teletrabalho;
   c) Aquisição de computadores portáteis para as Direções para facilitar a mobilidade de trabalhadores que possam ter trabalho repartido entre trabalho presencial e teletrabalho.

B. **Implementação de projetos**, salientando-se os seguintes:
   a) Apoio na implementação do sistema de informação ao Público;
   b) Continuação da renovação de equipamentos informáticos para postos de trabalho;
   c) Lançamento do processo de aquisição de sistema de Gestão Documental com possibilidade de integração com o ERP Primavera.
   d) Lançamento do processo de aquisição de sistema de Gestão da Manutenção e Armazéns.
   e) Inicio do projeto de upgrade de software e computadores das Máquinas Automática de Vendas de Bilhetes (MAVB).
   f) Aquisição de novo sistema de som para o Terminal do Barreiro.
   g) Instalação de equipamentos para abrir as cancelas do parque de estacionamento e para abertura de portas nas instalações do Terminal do Barreiro.

## 5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna

Em novembro de 2021, realizou-se a auditoria de conformidade legal nos âmbitos Ambiente, Qualidade e Segurança e Saúde do Trabalho. A auditoria incidiu sobre todas as instalações da TTSL.

No âmbito da Gestão de Risco, foi realizado, em 2021, o Relatório de execução do PPRIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020 tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de novembro de 2021, e carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 30 de novembro de 2021.

O Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, respeitante ao exercício de 2021 encontra-se em fase de elaboração.

## 5.5. Gestão da Marca

A Gestão da Marca engloba a comunicação com o Cliente, a promoção da comunicação interna e o estabelecimento e gestão de acordos e parcerias com diversas entidades institucionais.

## 5.5.1. Apoios e parcerias institucionais

### janeiro 2021

- Cartão Lisboa VIVA gerido pela TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa

A TTSL informou os seus utilizadores da alteração que teve lugar no dia 17 de fevereiro de 2021, decorrente da de entrada em funcionamento da TML: De acordo com o Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que a TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. ("TML"), sucedeu à OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E. em todos os serviços prestados, incluindo a emissão e gestão do Lisboa VIVA, bem como o tratamento de dados pessoais. Cartão




### março 2021

- TTSL apoia a nova campanha da DGS "PORCAUSA"

A TTSL divulgou a campanha da DGS - Direção-Geral de Saúde "PORCAUSA" (PORtuguese CAmpaign for the safe USe of Antibiotics), com o objetivo de sensibilizar a população para a utilização segura de antibióticos e para as infeções causadas por bactérias multirresistentes a estes que, na União Europeia, atingem 670 mil pessoas por ano.




### maio 2021

- Associação Transportis lança novo site "Lisboa Viagem"

A TTSL apoiou a divulgação do lançamento do novo site da Transportis - associação, formada por operadores de transporte (incluindo a TTSL - Transtejo Soflusa), autarquias e outras entidades, tem vindo a trabalhar na promoção da informação sobre transportes públicos.




O objetivo foi promover o transporte público, enquanto vetor estratégico para a transição energética e mobilidade sustentável, e posicionar o Lisboa Viagem como o planeador multimodal oficial da área metropolitana de Lisboa .

### julho 2021

- Viaje nos transportes públicos, em segurança, com o Navegante

A TTSL lembrou, os seus utilizadores, das vantagens de viajar com o Navegante Metropolitano, associando-se á campanha oficial da TML.

A campanha destacou que todos os passes (Navegante Metropolitano Família; Navegante Metropolitano; Navegante 12 e Navegante +65), permitem a utilização de todos os serviços de transporte público regular de passageiros, em todos os 18 municípios da área metropolitana de Lisboa.




- Academia da Força Aérea - Um ensino de Excelência

A TTSL promoveu a campanha recrutamento da Força Aérea, para o Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, no ano letivo 2021/2022, destinada a jovens entre os 18 e os 21 anos, que tenham concluído o Ensino Secundário e realizado os respetivos exames nacionais.




### setembro 2021

- Força aérea abre 500 vagas em Regime de Contrato

A TTSL divulgou nova campanha de recrutamento da Força Aérea, relativa ao concurso em Regime de Contrato nas categorias de Oficiais, Sargentos e Praças.

O Curso de Formação de Oficiais destinava-se a jovens com licenciatura ou mestrado, que tivessem até 27 anos de idade.

- BoCA - Bienal de Artes Contemporâneas 2021 une Lisboa, Almada e Faro

A TTSL apoiou a divulgação da 3ª edição da BOCA Bienal de Artes Contemporâneas que decorreu entre o dia 3 de setembro a 17 de outubro e ligou as cidades de Lisboa, Almada e Faro, através da cultura e das práticas artísticas.

- Navegante é o novo cartão de transporte!

A TTSL promoveu o lançamento do novo cartão navegante em todos os seus operadores de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, com base na campanha oficial da TML.

A marca navegante constitui-se como marca de um sistema partilhado entre os vários Operadores de Transporte e Mobilidade com vista à simplificação, digitalização, integração e interoperabilidade, associando o cartão de transporte e o tarifário.




- Oper House Lisboa apresenta "Os caminhos da Água"

A TTSL apoiou a divulgação da realização da 10ª edição do Open House Lisboa - grande evento anual que abre as portas para conhecer, experimentar e explorar a arquitetura espalhada pela cidade - , que decorreu nos dias 25 e 26 de setembro.

Sob tema "Os Caminhos da Água", a edição do ano de 2021 navegou até à margem sul do Tejo e alargou o território a Almada, oferecendo um programa de visitas que sublinha o papel do rio como centro unificador.

- Mova-se de forma sustentável, Seja saudável

A TTSL divulgou as comemorações da Semana Europeia da Mobilidade 2021.

Sob o tema "Mova-se de forma sustentável. Seja saudável", a 20.a edição celebrou a resiliência dos operadores de transporte público e dos municípios, debateu a mobilidade integrada ativa e promoveu a utilização de modos de transporte com emissões baixas ou nulas.



outubro 2021

- Pirilampo Mágico 2021

A TTSL apoiou a divulgação da Campanha Pirilampo Mágico 2021, cujo lema foi "Pirilampo Mágico: Estamos juntos, pró que der e vier!", apelando à união e resiliência coletiva, à construção e desenvolvimento de sinergias.
Esta é uma iniciativa que visa informar, sensibilizar e defender a integração das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, tendo em conta a rentabilização do seu potencial.




novembro 2021

- Navegante Antigo Combatente

A TTSL divulgou o lançamento do navegante Antigo Combatente, novo título destinado aos/às antigos/as combatentes ou respetivos/as viúvos/as, que confere do direito de acesso à gratuitidade do passe navegante®.
navio, em determinados períodos horários, do dia 4 de outubro, nas ligações fluviais do Barreiro, Cacilhas, Montijo e Seixal.

### 5.5.2. Comunicação interna e ações de *endomarketing*

janeiro 2021

- Atualização Carta Náutica 2021

A TTSL atualizou, ao longo do ano, a Carta Náutica – um boletim mensal do centro de documentação e informação -, que incluí documentos mensais de informações relevantes à área de trabalho do Porto de Lisboa...




- Atualização CEEP News 2021

A TTSL atualizou, durante mais um ano, a CEEP News (atualmente, denominada de SGI) – uma newsletter mensal com informações relevantes à atividade de empresas e trabalhadores de Serviços de Interesse Geral.




- A Soflusa está a recrutar

A Soflusa divulgou a abertura de vagas para recrutamento de marinheiros/as de tráfego local. Os candidatos tinham até ao dia 24 de janeiro de 2021 para se candidatarem.

julho 2021

- A Transtejo está a oferecer

A Transtejo lançou campanha de recrutamento de marinheiros/as de tráfego local. Os candidatos tinham até ao dia 30 de julho de 2021 para se candidatarem.

setembro 2021

- A Transtejo está a oferecer

A Transtejo divulgou a abertura de vagas para recrutamento de bilheteiros/as. Os candidatos tinham até ao dia 30 de setembro de 2021 para se candidatarem.

outubro 2021

- A TTSL - Transtejo Soflusa está a recrutar Maquinistas Práticos

A Transtejo e a Soflusa lançaram campanha de recrutamento para vaga de Maquinistas Práticos.




## 5.6. Relações Internacionais

A Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na Associação SGI Portugal e na UITP.

# 6. Gestão de Recursos Humanos

## 6.1. Gestão do Efetivo

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e, no âmbito do processo de autonomização das empresas, anteriormente sob gestão conjunta, foi necessário, ao longo de 2019, continuar o processo de recomposição da estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o seu nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Em 2021 persistiu a necessidade de dar continuidade ao processo de otimização da estrutura organizacional da TTSL e à recomposição do quadro de efetivos das empresas, para permitir colmatar a ausência de recursos decorrente do anterior processo de gestão conjunta das empresas de transportes, que vigorou entre 2015 e 2017.

Ainda não foi possível concretizar todas as contratações necessárias e destaca-se o permanente esforço para superar dificuldades associadas à escassez de valências técnicas, mantendo-se o foco neste objetivo, contendo com o empenho dos recursos humanos disponíveis.

| Empresas | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Efetivo médio | -2,0% | -6 | 289 | 295 | 302 |
| | Nº efetivos a 31.DEZ | 1,0% | 3 | 294 | 291 | 298 |
| SL | Efetivo médio | 1,5% | 2 | 138 | 136 | 136 |
| | N.º efetivos - 31.DEZ | 2,2% | 3 | 138 | 135 | 138 |
| TTSL | Efetivo médio | 0,2% | 1 | 432 | 431 | 438 |
| | N.º efetivos - 31.DEZ | 1,4% | 6 | 432 | 426 | 436 |

Tabela 17 - Gestão do Efetivo (2019-2021)

O gráfico seguinte apresenta a evolução do total do efetivo médio nas duas empresas ao longo dos anos:

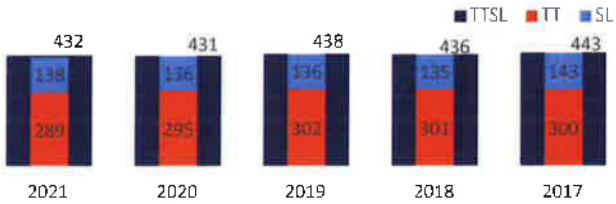



Gráfico 7 - Evolução do n.º de efetivo médio da TTSL (2017-2021)

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se na Transtejo **11 entradas,** com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **8 saídas**, sendo **4**- por iniciativa do trabalhador, **2**- por motivo de reforma, e **2**- por outro motivo. Na Soflusa verificaram-se **7 entradas**, todas com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **4 saídas**, sendo **1** - por iniciativa do trabalhador e **3** - por motivo de reforma.

| Empresas | Indicadores de Recursos Humanos | 2021/2020 | 2020/2019 | 2019/2018 |
|---|---|---|---|---|
| TT | Variação do nº efetivos a 31.DEZ | 3 | -7 | -10 |
| SL | Variação do nº efetivos a 31.DEZ | 3 | -3 | 2 |
| TTSL | Variação do nº efetivos a 31.DEZ | 6 | -10 | -8 |

Tabela 18 - Variação do número de efetivos (2018-2021)

Os quadros seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2021, por faixa etária, género e área de atividade.

| Grupo Etário | Homens | Mulheres |
|---|---|---|
| < 30 anos | 1,9% | 0,2% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 30,8% | 8,0% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 43,1% | 5,5% |
| ≥ 60 anos | 10,2% | 2,3% |
| **Área da Atividade** | **Homens** | **Mulheres** |
| Tripulantes | 55,8% | 0,9% |
| Comercial | 12,3% | 3,7% |
| Manutenção | 3,9% | 0,0% |
| Administrativos | 3,7% | 3,9% |
| Técnicos e Chefias | 6,7% | 5,3% |
| Outros | 3,5% | 0,2% |
| **Empresa** | **Homens** | **Mulheres** |
| TT | 84,7% | 15,3% |
| SI. | 88,4% | 11,6% |
| TTSL | 85,9% | 14,1% |

Gráfico 8 – Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31 de dezembro de 2021

| Grupo Etário | Homens | Mulheres |
|---|---|---|
| **Tripulantes** | 55,79% | 0,93% |
| < 30 anos | 1,85% | 0,00% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 20,14% | 0,69% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 28,24% | 0,23% |
| ≥ 60 anos | 5,56% | 0,00% |
| **Comercial** | 12,27% | 3,70% |
| < 30 anos | 0,00% | 0,00% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 4,86% | 2,31% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 6,25% | 0,69% |
| ≥ 60 anos | 1,16% | 0,69% |
| **Manutenção** | 3,94% | 0,00% |
| < 30 anos | 0,00% | 0,00% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 1,85% | 0,00% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 1,39% | 0,00% |
| ≥ 60 anos | 0,69% | 0,00% |
| **Administrativos** | 3,70% | 3,94% |
| < 30 anos | 0,00% | 0,00% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 1,16% | 0,23% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 2,08% | 2,55% |
| ≥ 60 anos | 0,46% | 1,16% |
| **Técnicos e Chefias** | 6,71% | 5,32% |
| < 30 anos | 0,00% | 0,23% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 1,85% | 2,55% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 3,70% | 2,08% |
| ≥ 60 anos | 1,16% | 0,46% |
| **Outros** | 3,47% | 0,23% |
| < 30 anos | 0,00% | 0,00% |
| ≥ 30 anos < 49 anos | 0,93% | 0,23% |
| ≥ 49 anos < 60 anos | 1,39% | 0,00% |
| ≥ 60 anos | 1,16% | 0,00% |

Gráfico 9 – Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31 de dezembro de 2021

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 76,5% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes (56%), Comerciais (16%) e Manutenção (4%));
b) 61% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 48,6% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
c) Apenas 14% dos trabalhadores da TTSL são do género feminino, estando estes, maioritariamente, afetos às áreas Comercial (16) e Administrativa (17) e Técnicos e Chefias (23).

### 6.1.1. Princípio de Igualdade do Género

Falar de Igualdade de Género é reconhecer um direito fundamental para todos os homens e mulheres. Significa igualdade de direitos e de oportunidades, reconhecimento, valorização, poder e participação de mulheres e homens, em todas as esferas da sociedade, laboral, pessoal e familiar.

Considerando o desenvolvimento organizacional e das políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género. A conceção e implementação de planos que promovam a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, que contribuam para diminuir situações de discriminação e que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, torna-se premente na promoção das políticas de Responsabilidade Social e nos princípios de Bom Governo das empresas nacionais, sobretudo no sector público.

Assim, a Transtejo/Soflusa elaborou em 2021 um '**Plano de Ação para a Igualdade de Género**'[12]„ considerando que importa desenvolver ações que promovam uma atitude diária e natural de igualdade entre mulheres e homens (IMH), que seja exercida em todos os domínios da vida individual e coletiva. Efetivamente trabalhar políticas que visam a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação, é um imperativo ético a que a TTSL está vinculada. Cumprindo o dever de comunicação[13] a Transtejo/Soflusa remeteu o documento a 06.01.2021, no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e efetuou a divulgação no sítio da Empresa. Este mesmo Plano foi também divulgado junto da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), a 08.09.2020.

**Caracterização do universo laboral**

A TTSL, de acordo com dados de dezembro de 2021, conta com **432 trabalhadores** no ativo, sendo 14,1% mulheres e 86,9% homens, verificando-se que o quadro de pessoal do grupo é maioritariamente masculino, facto que decorre da prestação de uma atividade ligada a profissões tradicionalmente masculinas, sobretudo nas áreas operacionais, marítima, de manutenção e comercial, que se justifica pela especificidade das funções, pela dispersão geográfica no estuário do Tejo e pelos horários de funcionamento (24h diárias nas ligações de maior fluxo de passageiros).

Verifica-se ainda que a maioria dos profissionais se encontra na faixa etária dos 49 aos 60 anos, o que evidencia um efetivo envelhecido, relacionado com a antiguidade do efetivo na Empresa e com o número reduzido de novas admissões, nos últimos 10 anos, o que tem impedido o rejuvenescimento dos quadros.

Relativamente à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em particular no que respeita à parentalidade e assistência à família, verifica-se que estes direitos dos trabalhadores têm sido gozados por ambos os géneros.

Em termos de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, a Empresa tem vindo a percorrer um caminho no sentido de proporcionar aos seus trabalhadores condições para esta conciliação.

Considerando a antiguidade e a especificidade dos Recursos Humanos, especialmente no que diz respeito às funções operacionais marítimas, tendo em conta a marcada exigência física, esta atividade da Empresa tem sido, maioritariamente e tradicionalmente, desempenhada por pessoas do sexo masculino.

[12] Vide link https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2021/01/TTSL-_-Plano-Igualdade-Genero-_-2018-2021-_-VF.pdf
[13] Vide artigo 3º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

Consciente desta realidade, mas adotando o lema "Ninguém pode ficar para trás", a Empresa tem vindo a implementar algumas medidas, ao nível da Formação, Recrutamento e Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, pretendendo, contudo, intensificar e desenvolver esta prática.

Assim, a proposta tem sido por um lado reforçar as medidas já praticadas, e por outro lado desenvolver outras medidas, sendo as áreas de intervenção as seguintes:

- Promoção das condições da Igualdade de Género nos processos de Recrutamento e Seleção, com a adoção de práticas não discriminatórias nestes processos, especialmente no que respeita às profissões marítimas (tradicionalmente masculinas);
- Promoção das condições da Igualdade de Género na Formação contínua, com ações diversificadas nas várias áreas de atividade da Empresa;
- Promoção da utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho;
- Adoção de medidas de apoio ao trabalhador que facilitem a Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- Desenvolvimento de um sistema de gestão que promova a valorização do trabalhador e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, com aplicação transversal a toda a Empresa;
- Adoção da linguagem inclusiva em todos os meios da Comunicação Interna e Externa;
- Divulgação do Plano de Ação para a Igualdade de Género quer na intranet, quer no site institucional, com o objetivo de tornar publico as intensões da Empresa;
- Assinalar algumas efemérides, designadamente o dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher.

Com a implementação e intensificação das referidas ações, pretende-se integrar na Empresa, de forma transversal, a prática de Igualdade de Género, identificando para cada uma das ações propostas, os temas e as áreas da Empresa que deverão intervir para que seja alcançado o resultado definido.

Pretende-se ainda contribuir para que todos os trabalhadores percecionem a preocupação da Empresa para as questões da Igualdade de Género e da Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, fazendo com que aquelas ações possam favorecer a satisfação, motivação e produtividade.

De acordo com o n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, apresenta- se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, distribuídos por género, nas duas Empresas.

| | Indicadores de Recursos Humanos | 2021 | | |
|---|---|---|---|---|
| Empresa | Remunerações Pagas | H | M | Total |
| TT | Remunerações Órgãos Sociais | 141 284 | 109 879 | **251 163** |
| | Remunerações do Pessoal | 5 591 516 | 1 440 002 | **7 031 518** |
| | Indemnizações | 2 279 | 0 | **2 279** |
| | Encargos sobre remunerações | 1 319 656 | 329 767 | **1 649 423** |
| | Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)* | 369 743 | 63 276 | **433 018** |
| | **Total Remunerações Pagas** | **7 424 477** | **1 942 925** | **9 367 402** |
| 5L | Remunerações Órgãos Sociais | 0 | 0 | **0** |
| | Remunerações do Pessoal | 2 809 915 | 312 098 | **3 122 013** |
| | Indemnizações | 254 949 | 1 128 | **256 077** |
| | Encargos sobre remunerações | 671 361 | 71 240 | **742 601** |
| | Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)* | 165 882 | 14 365 | **180 247** |
| | **Total Remunerações Pagas** | **3 902 107** | **398 831** | **1 300 939** |

Tabela 19 - Remunerações pagas por género, em 2021

### 6.1.2. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2021, e nos termos do n.º 6 do artigo 33.º da LOE 2021, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, os regulamentos internos e outros instrumentos legais ou contratuais vigentes ou, na falta, o disposto no DLEO-2019[14].

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se na Transtejo um aumento total de 1,8% e na Soflusa um aumento de 7,8%.

| Empresa | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Gastos com Pessoal | 0,4% | 38 | 9 367 | 9 330 | 9 052 |
| | Massa Salarial | 0,7% | 49 | 7 147 | 7 098 | 6 971 |
| SL | Gastos com Pessoal | 7,8% | 313 | 4 301 | 3 988 | 3 930 |
| | Massa Salarial | 9,3% | 292 | 3 432 | 3 140 | 3 126 |

Tabela 20 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2019-2021)

Estas variações refletem o impacto da aplicação do Acordo de Empresa revisto em 2021, designadamente no que se refere a matéria de diuturnidades e Regulamento de Carreiras.

Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial para 2021, que resultou em acordos entre a Transtejo e a Soflusa e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, em que as partes acordaram:

i. Antecipação da eliminação do prémio de assiduidade por integração na retribuição base, integrando-se, com efeitos a 1 de outubro de 2021.
ii. Atualização da Tabela Salarial, conforme preâmbulo do Decreto-Lei n.º 10/2021, de 1 de fevereiro, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, nos seguintes termos:
    a. As retribuições base mensais até € 791,91 têm uma atualização de € 10,00;
    b. As retribuições base mensais entre € 791,92 e € 801,90 são atualizadas para € 801,91.
iii. No que se refere ao Subsídio de Turnos, considerando que a laboração no regime de turnos/escalas rotativas durante todos os dias do ano, incluindo turnos noturnos e na madrugada, apresenta uma especial penosidade para os trabalhadores, os valores serão atualizados, com efeitos a 1 de novembro de 2021 (incluindo subsídio de Natal), para: subsídio de 2 turnos de € 40,00 e subsídio de 3 turnos: € 65,00.

## 6.2. Desenvolvimento de competências e formação

Em 2021, a pandemia veio dar visibilidade e agravar as dificuldades na realização da formação profissional, já sentidas em anos anteriores, também derivado do déficit do quadro de efetivos, que ainda se mantém.

Com efeito, na Transtejo, o volume de formação em 2021 teve um ligeiro acréscimo de 2%, com 989 horas de formação e um total de 10 ações, apenas mais 1 face ao ano de 2020.

| Empresa | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | Horas de Formação | 2% | 20 | 989 | 969 | 2856 |
| | Ações de Formação | 11% | 1 | 10 | 9 | 56 |
| | Participantes em Formação | 93% | 28 | 58 | 30 | 206 |

Tabela 21 - Formação (Horas, ações e participações) na TT (2019-2021)

[14] *Vide* Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 (DLEO)

Relativamente à Soflusa, o volume de formação em 2021, teve um acréscimo de 122%, com 122 horas de formação, e um total de 8 ações, apenas mais 4 face ao ano de 2020.

| Empresa | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SL | Horas de Formação | 122% | 67 | 122 | 55 | 1415 |
| | Ações de Formação | 100% | 4 | 8 | 4 | 29 |
| | Participantes em Formação | 260% | 26 | 36 | 10 | 88 |

Tabela 22 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2019-2021)

Destaca-se o início de ações de formação, dirigidas aos trabalhadores das áreas corporativas no âmbito da gestão, com Comunicação e *Empowerment*, tendo como objetivos o desenvolvimento de competências de *Personal Efectiveness*, liderança e comunicação e no domínio das ferramentas de gestão como o *Power-BI* e *OKR's*. Esta formação foi dada à distância e totalizou, no ano em apreço, 700 horas.

## 6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho

### 6.3.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horário por turnos (76%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horário flexível ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

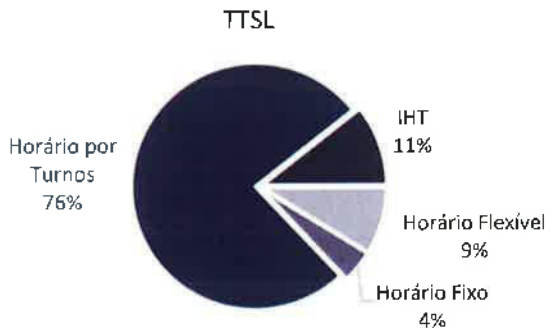



Gráfico 10 - Distribuição de efetivos da TTSL, por regime de horário de trabalho a 31 de dezembro de 2021

### 6.3.2. Taxa de Absentismo

| Empresa | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| TT | Taxa de Absentismo | 1,83 pp | 9,6% | 7,8% | 7,7% |
| SL | | -0,33 pp | 13,6% | 13,9% | 10,7% |
| **TTSL** | | **2,02 pp** | **11,8%** | **9,8%** | **8,8%** |

Tabela 23 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2021)

A taxa de absentismo registou uma variação de +1,83 pp na Transtejo, e de -0,33pp na Soflusa face ao ano anterior, o que totalizou na TTSL um incremento de 2,02pp explicado pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente, pelo aumento de (+83%) por acidente de trabalho e de (+84%) por outros motivos, e que representa, respetivamente 11% e 17% da estrutura, conforme evidenciado no gráfico seguinte:

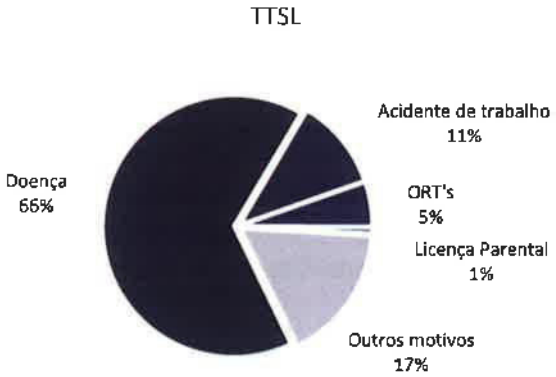



Gráfico 11 - Causas do absentismo TTSL – 2021

### 6.3.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado entre outras variáveis ao absentismo. No ano de 2021 registou-se uma redução de 2,70% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

| Empresa | Indicadores de Recursos Humanos | VAR 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| TT | **Horas Trabalhadas** | -3,63% | -18547 | 492 090 | 510 637 | 521 507 |
| SL | Horas Trabalhadas | -0,65% | -1509 | 231 417 | 232 926 | 245 148 |
| **TTSL** | **Horas Trabalhadas** | **-2,70%** | **-20056** | **723 507** | **743 563** | **766 655** |

Tabela 24 - Horas Trabalhadas (2019-2021)

# 7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira

## 7.1. A Transtejo e a Soflusa como Entidades Públicas Reclassificadas

O baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios, gerados pela atividade (aferido pelo Rácio de Mercantilidade) determinou que em abril de 2013, com base nos dados de 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluísse a Transtejo e a Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos). Desta condição, decorrem impactos relevantes para estas empresas em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação especifica aplicável desde o ano de 2013, com destaque para a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[15] , Lei de enquadramento Orçamental[16] e a Lei do Orçamento de Estado[17] e de Execução Orçamental[18] estes últimos, publicados anualmente.

No exercício de 2021, foi dada continuidade ao cumprimento das obrigações acima referidas, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, isto é, à Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (SG MAAC) e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

## 7.2. Adoção do SNC-AP

A Transtejo e a Soflusa, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro, utiliza, desde 2018, o referencial contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

**Contabilidade Orçamental**

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 – Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

---

[15] *Vide* Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual, a qual aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

[16] Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto e alterada pela Lei n.º41/2020, de 18 agosto), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

1- Em 2021: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2022, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO - Série A n.º 1404, de 02.08.2021 (Instruções de preparação do OE2022);

2- No âmbito da execução do OE (de 2021): reportes, previstos no artigo 95.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho, na sua versão atual)

[17] *Vide* para o ano de 2021 a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual, LOE 2021.

[18] *Vide* para o ano de 2021 a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual, a qual, no seu capítulo II, estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento de Estado.

**Contabilidade Financeira**

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

**Contabilidade de Gestão**

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos);
- Destaca-se a NCP 27;
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC).

A adoção do SNC-AP na Transtejo e Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

## 7.3. Análise sobre as Contas Individuais

### 7.3.1. Fluxos Financeiros

| Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro | Var.2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| **Total de Rendimentos Operacionais** | 10,8 | 2 455 137 | 25 228 484 | **22 773 347** | **13 687 382** |
| Prestação de Serviços | 25,5 | 1 589 012 | 7 820 393 | 6 231 380 | 8 439 953 |
| Subsídios à Exploração | 4,1 | 578 220 | 14 824 414 | 14 246 194 | 2 736 655 |
| Reversões | (84,5) | (23 226) | 4 259 | 27 485 | 37 828 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 13,7 | 311 130 | 2 579 418 | 2 268 288 | 2 472 946 |
| **Total de Gastos Operacionais** | 14,3 | 3 160 433 | 25 297 460 | **22 137 028** | **22 122 387** |
| Custo Matérias Consumidas | 39,7 | 965 528 | 3 399 379 | 2 433 851 | 3 566 052 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 12,1 | 939 571 | 8 719 654 | 7 780 084 | 5 483 333 |
| Gastos com o Pessoal | 0,4 | 37 778 | 9 367 402 | 9 329 624 | 9 052 124 |
| Gastos de Depreciação e de Amortização | 7,1 | 173 999 | 2 621 248 | 2 447 249 | 2 235 664 |
| Perdas por Imparidade | - | - | - | - | - |
| Provisões do Período | 192,6 | 54 670 | 83 050 | 28 380 | 39 160 |
| Outros Gastos e Perdas | 839,2 | 988 887 | 1 106 727 | 117 840 | 1 746 054 |
| Prejuízo da SOFLUSA (Eq. Patrimonial) | - | 1 059 183 | 1 059 183 | - | 1 659 357 |
| Outros Gastos e Perdas - Residual | (59,7) | (70 296) | 47 544 | 117 840 | 86 697 |
| **Resultado Operacional** | (110,8) | (705 296) | (68 976) | **636 319** | **(8 435 005)** |
| EBITDA | (17,2) | (531 297) | 2 552 272 | 3 083 569 | (6 199 341) |
| **Resultado Financeiro** | (67,2) | 398 755 | (194 200) | **(592 955)** | **(1 118 527)** |
| **Resultado Líquido** | (795,3) | (305 190) | (266 817) | **38 373** | **(9 556 013)** |

Tabela 25 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo, no ano de 2021, face a 2020, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

a) Globalmente, verifica-se um acréscimo de 11% (+2.455 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de 25,5% (1.589 mil €) na rubrica de **Prestação de Serviços**, de 4,1% (+578 mil €) em **Subsídios à Exploração**, e em **Outros Rendimentos e Ganhos** devido fundamentalmente, aumento de receitas das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística). Em sentido inverso encontra-se a rubrica das reversões com -84,5% (-23 mil €).

b) Os **Gastos Operacionais** registam um acréscimo de +14,3% (+3.160 mil €), consequência do aumento de +39,7% (+966 mil €) em **Custo das Matérias Consumidas**, de +12% (+940 mil€) em **Fornecimentos e Serviços Externos**, de +0,4% (+38 mil €) em **Gastos com Pessoal** e de +7% (+174 mil €). em **Gastos de Depreciação e de Amortização**, bem como, o aumento de (+989 mil €) em **Outros Gastos e Perdas**, para esta variação contribuiu, essencialmente, o prejuízo do exercício referente à participada Soflusa, refletido pelo método de equivalência patrimonial (1.059 mil €), em sentido inverso regista-se em decréscimo de **Outros gastos e perdas - residual** -59,7% (-70 mil €) rubrica que contempla os gastos associados a taxas de consumo (água e eletricidade), quotizações e outros;

c) Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado pelo apoio do Estado, através de empréstimo a Médio/Longo Prazo para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimentos (através do PEES), assegurando também o apoio financeiro à participada Soflusa.

Em 2021, os *Cash-flows*[19] gerados pela atividade de prestação de serviço público (Atividades Operacionais) foram os que se apresentam no quadro seguinte:

| Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas Individuais) unidade: euro | Var.2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | | | |
| Fluxo Atividades Operacionais | -81,32% | (1 803 873) | 414 297 | 2 218 170 | (5 545 981) |
| Fluxo das Atividades de Investimento | -433,10% | 1 563 599 | 1 202 577 | (361 022) | (1 287 331) |
| Fluxo das Atividades de Financiamento | -100,00% | 360 971 | - | (360 971) | 8 252 831 |
| **Variação de caixa e seus equivalentes** | 8,07% | 120 697 | 1 616 874 | **1 496 177** | **1 419 519** |
| **Caixa e seus equivalentes no início do período** | 35,12% | 1 496 177 | 5 755 779 | **4 259 602** | **2 840 083** |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | 28,09% | 1 616 874 | 7 372 653 | **5 755 779** | **4 259 602** |

Tabela 26 - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021)

## 7.3.2. Modelo de Financiamento

Na sequência da reclassificação das sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, foi necessário alterar o modelo de financiamento, promovendo a sua concentração no apoio financeiro do Estado. Foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido nesse ano, a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo, contratados junto do IGCP.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

[19] *Cash flow* - estrangeirismo utilizado para designar o fluxo de caixa

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo, celebrados com o Estado (através da DGFT), destacando-se as seguintes operações:

| MAPA RESUMO - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS COM O ESTADO (DGTF) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| DATA CONTRATO | | DOCUMENTO DE SUPORTE | MONTANTE | MONTANTE | FINALIDADE |
| **2013** | | | | | |
| 28/08/2013 | | Despacho nº 169/13/MEF de 23 de agosto e nº182/13/MEF de 27 de agosto | 11 496 000,00 | 5 748 000,00 | Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial) |
| 11/09/2013 | a) | Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro | 81 050 000,00 | 40 524 999,98 | Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial) |
| 11/09/2013 | a) | Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro | 20 579 000,00 | 10 289 499,98 | Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial) |
| 11/09/2013 | a) | Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro | 2 500 000,00 | 1 250 000,02 | Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial) |
| 11/09/2013 | a) | Despacho nº 1642/13-SET de 03 de setembro | 3 000 000,00 | 1 500 000,00 | Apoio tesouraria e reestrut. dívida curto prazo (B. Comercial) |
| | | | **118 625 000,00** | **59 312 499,98** | |
| **2014** | | | | | |
| 26/02/2014 | b) | Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro | 1 500 000,00 | 1 000 000,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 26/02/2014 | b) | Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro | 707 188,00 | 471 458,68 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 26/02/2014 | b) | Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro | 2 000 000,00 | 1 333 333,32 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 26/02/2014 | b) | Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro | 2 268 413,00 | 1 512 275,32 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 26/02/2014 | b) | Despacho nº 267/14-SET de 20 de fevereiro | 1 507 577,00 | 1 005 051,32 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **7 983 178,00** | **5 322 118,64** | |
| **2015** | | | | | |
| 12/02/2015 | | Despacho nº 142/15-SET de 04 de fevereiro | 4 423 741,00 | 3 686 450,84 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 27/04/2015 | c) | Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril | 1 179 020,00 | 982 516,66 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 27/04/2015 | c) | Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril | 3 094 939,00 | 2 579 115,84 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 27/04/2015 | c) | Despacho nº 492/15-SET de 10 de abril | 3 000 000,00 | 2 500 000,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **11 697 700,00** | **9 748 083,34** | |
| **2016** | | | | | |
| 13/07/2016 | d) | Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho | 2 267 721,00 | 2 267 721,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 13/07/2016 | d) | Despacho nº 626/16-SEATF de 06 de julho | 2 000 000,00 | 2 000 000,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **4 267 721,00** | **4 267 721,00** | |
| **2017** | | | | | |
| 27/12/2017 | | Despacho nº 557/19-SET de 28 de junho | 2 500 000,00 | 2 500 001,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **2 500 000,00** | **2 500 001,00** | |
| **2018** | | | | | |
| 04/07/2018 | | Despacho nº 518/18-SET de 3 de julho | 6 000 000,00 | 6 000 000,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 07/11/2018 | | Despacho nº 837/18-SET de 29 de outubro | 5 470 780,00 | 5 470 780,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **11 470 780,00** | **11 470 780,00** | |
| **2019** | | | | | |
| 24/04/2019 | | Despacho nº 303/19-SET de 23 de Abril | 4 553 215,00 | 4 553 215,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 22/07/2019 | e) | Despachos nº 562/19-SET de 28 de junho e nº 618/19-SET de 4 de julho | 5 491 672,00 | 2 991 672,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| 30/12/2019 | | Despacho nº 303/19-SET de 23 de Abril | 2 005 650,00 | 2 005 650,00 | Apoio de tesouraria / atividade operacional serviço público |
| | | | **12 050 537,00** | **9 550 537,00** | |
| **2020** | | | | | |
| 08/05/2020 | f) | Despacho nº 159/20-SET de 7 de Maio | 639 029,00 | 639 029,00 | Contrato de Suprimentos / Mitigação efeito pandemia Covid-19 |
| | | | **639 029,00** | **639 029,00** | |
| **2021** | | | | | |
| **Capital em dívida / 31-12-2021** | | | | **102 810 769,96** | |

*a) Empréstimo de média e longa prazo no valor de 107.129.000 € disponibilizado por 4 tranches (montante integralmente utilizado)*
*b) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 7.983.178 € disponibilizado por 5 tranches (montante integralmente utilizado)*
*c) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 11.242.162 € disponibilizado por 3 tranches (montante efetivamente utilizado = 7.273.959 €)*
*d) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de até 16.911.381 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 4.267.721 €)*
*e) Empréstimo de médio e longo prazo no valor de 5.491.672 € disponibilizado por 2 tranches (montante efetivamente utilizado = 2.991.672 €)*
*f) Contrato Suprimentos de 639.029 € finalidade de atenuar os efeitos da pandemia Covid-19 (Reembolso em 31/12/2021 - não são devidos juros)*

Tabela 27- Resumo dos contratos de empréstimos celebrados com o Estado (DGTF) até 31.12.2021

## 7.3.3. Serviço da Dívida e Gestão do Risco Financeiro

A Transtejo apresenta uma estrutura financeira pouco equilibrada, uma vez que, como já referido anteriormente, não consegue gerar receita suficiente que permita cobrir a sua estrutura de custos operacionais, pelo que o Modelo de

Financiamento seguido desde 2013, é suportado em apoio do Acionista Estado, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e financiamento do plano de investimentos.

Na sequência desse modelo de financiamento, a Transtejo tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013, considerando que os contratos de financiamento celebrados com o IGCP, através da DGTF, são remunerados ao custo do financiamento da República.

Importa referir que o cumprimento do serviço da dívida associado a estes financiamentos tem sido assegurado também com o apoio do Acionista Estado, através da conversão desses créditos (referentes a juros e reembolsos) em aumento de capital em espécie.

No final de 2021, o montante em dívida ao IGCP ascendia a 102.811 mil €. Em 2021, foi solicitado à DGTF diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados de médio e longo prazo e do contrato de suprimentos (Apoio de tesouraria no âmbito da pandemia Covid-19), tendo sido obtida essa autorização[20].

Conforme se demonstra na tabela publicada, referente ao Capital em dívida a 31.12.2018, a 31.12.2019, a 31.12.2020 e a 31.12.2021, verifica-se que no final de 2021, não foi possível concretizar, por parte da DGTF, a operação de conversão de créditos, permanecendo sem amortização os seguintes montantes:

| Serviço da Dívida | | | JUROS | AMORTIZAÇÕES | TOTAL (euros) |
|---|---|---|---|---|---|
| **2018** | | | | | **25 407 524,48 €** |
| | 30/11/2017 | 31/05/2018 | 887 898,72 € | 11 881 133,25 € | 12 769 031,97 € |
| | 31/05/2018 | 30/11/2018 | 757 359,27 € | 11 881 133,25 € | 12 638 492,52 € |
| | | **Conversão de créditos em Capital \| 2018** | | | **- €** |
| **2019** | | | | | **25 393 557,64 €** |
| | 30/11/2018 | 31/05/2019 | 684 670,70 € | 12 089 466,58 € | 12 774 137,28 € |
| | 31/05/2019 | 30/11/2019 | 529 953,78 € | 12 089 466,58 € | 12 619 420,36 € |
| | | **Conversão de créditos em Capital \| 2019** | | | **- €** |
| **2020** | | | | | **26 771 772,01 €** |
| | 30/11/2019 | 31/05/2020 | 415 851,72 € | 13 045 364,92 € | 13 461 216,64 € |
| | 31/05/2020 | 30/11/2020 | 265 190,45 € | 13 045 364,92 € | 13 310 555,37 € |
| | | **Conversão de créditos em Capital \| 2020** | | | **- €** |
| **2021** | | | | | **8 134 447,03 €** |
| | 30/11/2020 | 31/05/2021 | 123 581,80 € | 3 955 826,33 € | 4 079 408,13 € |
| | 31/05/2021 | 30/11/2021 | 99 212,57 € | 3 955 826,33 € | 4 055 038,90 € |
| | | **Conversão de créditos em Capital \| 2021** | | | **- €** |

Tabela 28 - Serviço da Dívida até 31.12.2021

Como se pode verificar na tabela e gráfico seguinte, foi possível reduzir significativamente os encargos financeiros associados ao financiamento obtido.

| Stock da Dívida (milhares de euros) | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | | | |
| Taxa de Juro Efetiva | - | - | 1,82% | 1,82% | 1,84% |
| Juros Suportados (milhares €) | (62,6) | (394) | 235 | 629 | 1 158 |
| Stock da Dívida ($10^3$ €uros) | - | - | 102 811 | 102 811 | 102 172 |

Tabela 29- Stock da Dívida

[20] Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, n.º 680/2021-SET, de 28 de julho, foi aprovado o diferimento do pagamento do serviço da divida dos empréstimos, concedidos pela DGTF à Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (TT), vencido em 31 de maio de 2021, para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais. Subsequentemente, através do despacho n.º 254/2022-SET, de 8 de março, foi aprovado o novo diferimento do pagamento do serviço da dívida dos empréstimos, concedidos pela DGTF à Transtejo, de 30 novembro para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais, bem como, aprovada a prorrogação do vencimento do suprimento, no montante de 639.029 €, concedido pelo Estado à Transtejo em 2020, de 31 de dezembro para 31 de maio de 2022
À data da preparação deste documento é do conhecimento da empresa que foi obtido novo diferimento do serviço desta dívida, para o ano de 2022, sem encargos financeiros adicionais.

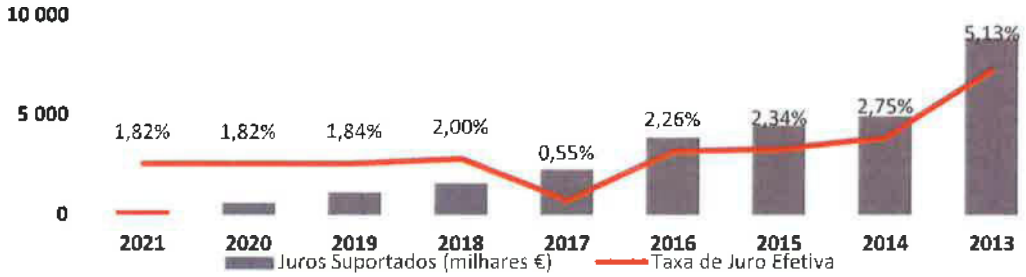



Gráfico 12 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2021

### 7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2021, constituiu o ano inicial da vigência do novo Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CSP) celebrado entre o Estado e a Transtejo no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2021-2025.

O contrato celebrado entre a Transtejo e o Estado, enquadrou a possibilidade de subcontratação, entre a Transtejo e a Soflusa, da exploração do serviço público de transporte de passageiros na ligação do Barreiro a Lisboa, assegurando os níveis de oferta e respeitando as condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes ao contrato que vigorou no período entre 2012-2014 (em modelo de contratação direta entre a Soflusa e o Estado), bem como nos anos posteriores.

O montante da compensação previsto no CSP pelo cumprimento das obrigações de serviço público, no ano de 2021, ascendeu 14.628.000€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), tendo sido autorizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2020, de 9 de outubro. Deste montante, a transferência para a Soflusa ascendeu a 2.887.000€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), conforme previsto no contrato plurianual de subcontratação do serviço, encontrando-se este encargo da Transtejo autorizado através da Portaria de Extensão de Encargos n.º 230-A/2021, de 15 de junho.

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio à Transtejo durante os exercícios de 2019 a 2021:

| RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (Contas Individuais) (euros) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | | | |
| Indemnizações Compensatórias | -100,00% | (14 075 755) | 0 | 14 075 755 | 2 549 043 |
| Comp. Tarifária 4_18 e Sub-23 | 17,11% | 16 857 | 115 379 | 98 522 | 106 709 |
| Comp. Tarifária Passe Social + | 12,68% | 9 118 | 81 035 | 71 916 | 80 904 |
| Compensação CSP - DI | - | 2 800 000 | 2 800 000 | | |
| Compensação CSP - OSP | - | 11 828 000 | 11 828 000 | | |
| **TOTAL** | 4,06% | 578 220 | **14 824 414** | **14 246 194** | **2 736 655** |

Tabela 30 – Transtejo- Rendimentos de Subsídios à Exploração (2019-2021)

Salienta-se que as compensações atribuídas em 2020 (Indemnização Compensatória) e 2021 (Compensação CSP), incluem os montantes respeitantes à Soflusa, transferidos pela Transtejo através de reconhecimento como prestação de subcontrato (2 828 157 € em 2020 e 2.887.000€ em 2021).

O montante atribuído em 2021 para efeitos de compensações tarifárias aos títulos subsidiados à Transtejo em 2021 (de até 231 347,38 € IVA incluído), foi determinado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2021, de 19 de agosto.

## 7.3.5. Investimento

No ano em análise, a Transtejo realizou um total de 10.204 mil€, em investimento (Ótica económica) sendo de salientar as principais rubricas, evidenciadas no quadro seguinte:

| INVESTIMENTO ( Ótica Económica (Contas Individuais) (euros) | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Aquisição/NOVA Frota | 8 558 814 | 31 600 | 172 338 |
| Aquisição/Construção de Pontões | - | - | 39 600 |
| Beneficiações de Infraestruturas | 946 477 | 51 554 | 87 701 |
| Beneficiações da Frota (Navios e Pontões) | 384 807 | 1 297 968 | 876 155 |
| Segurança | - | 9 777 | 57 493 |
| Investimentos Correntes | 313 714 | 320 614 | 469 794 |
| **Total** | **10 203 811** | **1 711 513** | **1 703 082** |

Tabela 31 -Investimentos - Ótica económica (2019-2021)

Salientamos, ainda, os investimentos registados nas seguintes rubricas:

i. **Aquisição de navios**: O Projeto Plurianual de aquisição de 10 navios elétricos em desenvolvimento compreendendo a realização de estudos e projetos;
ii. **Beneficiação da Frota (Grandes Intervenções):** Projeto plurianual de remotorização de navios catamaran, que visa assegurar a sua operacionalidade para o serviço, até conclusão do projeto de renovação de frota.
iii. **Beneficiações de Infraestruturas de Longa Duração (ILD's)** - diversas intervenções nos terminais e estações, com destaque para Cacilhas e para o Seixal.
iv. **Investimentos Correntes:** destacam-se os investimentos em **Bilhética e controlo de acessos** (novos PC e Software das MAVBs), em **Sistemas e tecnologias de informação** (hardware e software) que contempla, nomeadamente, a renovação de postos de trabalho e aquisição Software e **Informação ao Publico** (novo sistema de informação nos terminais e estações).

| Investimento/Projeto | PAO 2021 | Executado 2021 | Desvio | Grau Realização | Observações (FF) Fonte Financiamento |
|---|---|---|---|---|---|
| **Aquisição/Construção de Navios e Pontões** | **21 220 000** | **8 558 814** | -12 661 186 | **40,3%** | |
| *Navios (10 un.)* | 17 520 000 | 8 390 400 | -9 129 600 | 47,9% | FF: FA e POSEUR |
| *Postos Carregamento (Nova Frota)* | 3 000 000 | 0 | -3 000 000 | 0,0% | |
| *Pontões (2 un) [1=2019 \| 1=2020]* | 700 000 | 0 | -700 000 | 0,0% | |
| *Outras despesas relacionadas com o projeto da nova frota* | 0 | 168 414 | 168 414 | | FF: POSEUR |
| **Beneficiações da Frota** | **600 000** | **384 807** | -215 193 | **64,1%** | |
| *Aquisição de motores para catamarans - 3*2un (Série S. Julião)* | 600 000 | 0 | -600 000 | 0,0% | |
| *Aquisição de motores para catamarans - 3*2un+2un (Série Algés + Rotáveis)* | 0 | 193 050 | 193 050 | | FF: Receita Própria |
| *Pontão Telheiros* | 0 | 191 757 | 191 757 | | FF: Receita Própria |
| **Outros Investimentos (Frota)** | **262 500** | **0** | -262 500 | **0,0%** | |
| *Aquisição AIS 5 navios (classe Cacilhense)* | 12 500 | 0 | -12 500 | 0,0% | |
| *Ferries - Substituição completa de 4 elevadores* | 200 000 | 0 | -200 000 | 0,0% | |
| *Aquisição de Radares Cl. Cacilhense + S. Jorge* | 50 000 | 0 | -50 000 | 0,0% | |
| **Beneficiações de Infraestruturas** | **750 000** | **946 477** | 196 477 | **126,2%** | |
| *Estação BELÉM* | 0 | 0 | 0 | | |
| *Estação PORTO BRANDÃO* | 0 | 19 998 | 19 998 | | FF: PEES |
| *Estação TRAFARIA* | 0 | 2 385 | 2 385 | | FF: Receita Própria |
| *Terminal CACILHAS I + Edifício Manutenção* | 300 000 | 698 947 | 398 947 | 233,0% | FF: PEES |
| *Terminal CAIS DO SODRÉ* | 50 000 | 42 300 | -7 700 | 84,6% | FF: PEES |
| *Terminal MONTIJO* | 100 000 | 0 | -100 000 | **0,0%** | |
| *Terminal SEIXAL* | 0 | 100 845 | 100 845 | | FF: PEES |
| *Doca 13 (Recuperação infraestruturas marítimas)* | 300 000 | 82 003 | -217 997 | 27,3% | FF: PEES |
| **Segurança** | **146 000** | **0** | -146 000 | **0,0%** | |
| **Sistemas e Tecnologias de Informação** | **55 000** | **130 174** | 75 174 | **236,7%** | FF: PEES e Receita Própria |
| **Bilhética e Controlo de Acessos** | **344 000** | **8 215** | -335 785 | **2,4%** | FF: Receita Própria |
| **Informação ao Público** | **80 000** | **132 464** | 52 464 | **165,6%** | FF: PEES |
| **Equipamentos Sociais e Administrativos** | **5 100** | **5 734** | 634 | **112,4%** | FF: Receita Própria |
| **Outros Investimentos** | **123 000** | **37 126** | -85 874 | **30,2%** | FF: Receita Própria |
| | **23 585 600** | **10 203 811** | **-13 381 789** | **43,3%** | |

Tabela 32 - Indicadores de Execução PAO - Investimento (2021)

Além do projeto de renovação da frota, releve-se também, a importância do Programa de Estabilização Económica e Social que previa a execução de diversas intervenções dirigidas à operação da Transtejo, por via do financiamento do Fundo Ambiental, durante o biénio 2020 -2021 (alargado ao ano de 2022[21]), no montante global de 2.596.850,00 €.

**Fundo Ambiental - PEES**

| Projetos | Data | Valores Recebidos 2020 | Valores recebidos 2021 | Total 2020-2021 |
|---|---|---|---|---|
| A) Promoção da Mobilidade Sustentável | 2020-09-28<br>2021-02-24 | 1 476 000,00 € | 1 100 850,00 € | 2 576 850,00 € |
| B) Instalação de equipamentos de estacionamento de bicicletas em interfaces de transportes | 2020-09-28 | 20 000,00 € | 0,00 € | 20 000,00 € |
| | **Total** | 1 496 000,00 € | 1 100 850,00 € | 2 596 850,00 € |

Tabela 33 - Financiamento recebido FA (PEES)

Ao abrigo do projeto de Promoção da Mobilidade Sustentável, salienta-se as seguintes ações ao concluídas em 2021:

- Sistema de dinamização da Informação ao Público (132.464 € + IVA)
- Instalação de estacionamento para bicicletas nos Terminais (21.425 €+ IVA)
- Porto Brandão - Reparações de beneficiação da Estação (19.998€)
- Seixal - Reparações e beneficiações do Terminal inclui a substituição de gradeamentos (23.072€ + IVA)
- Cais do Sodré - Reparação de beneficiação inclui recondicionamento das portas da fachada e ventiladores (37.301€ + IVA)

Importa referir que no ano 2021 foi recebido o montante de 1.100.850,00€, para afetar a projetos a desenvolver nesse ano, tendo a sua conclusão sido limitada na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento de alguns projetos financiados.

### 7.3.6. Estrutura Patrimonial

| SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Individuais) (euros) | Var 2021/2020 % | Var 2021/2020 Abs. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | 99,91 | 55 739 208 | **111 529 355** | **55 790 147** |
| Ativo não Corrente | 9,71 | 4 546 825 | 51 392 242 | 46 845 417 |
| Ativo Corrente | 572,32 | 51 192 383 | 60 137 113 | 8 944 730 |
| **Património Líquido e Passivo** | 99,91 | 55 739 208 | **111 529 355** | **55 790 147** |
| Património Líquido | 5,03 | (2 850 343) | (59 474 671) | (56 624 328) |
| Passivo não Corrente | -31,96 | (6 502 332) | 13 845 305 | 20 347 637 |
| Passivo Corrente | 70,70 | 65 091 884 | 157 158 722 | 92 066 838 |

Tabela 34 – Evolução da situação Patrimonial (2020-2021)

a) **Ativo não Corrente.** Esta rubrica contempla o efeito líquido das depreciações acumuladas e a contabilização dos novos investimentos efetuados no exercício, apresentando um acréscimo de 4.547 mil€ que decorre, essencialmente, do efeito conjugado do aumento dos **Ativos Fixos Tangíveis** em 7.465 mil€ e da redução da

[21] Face a diversos constrangimentos, nomeadamente circunstâncias totalmente excecionais que decorreram da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Transtejo, S.A, foi assinado, em dezembro de 2021, o 2.º aditamento ao protocolo n.º 24 de colaboração técnica e financeira, no âmbito do financiamento das medidas previstas no PEES com o Fundo Ambiental. *Vide* ponto 2. do presente relatório.

rubrica **Investimentos Financeiros,** no montante de -3.072 mil €. Destaca-se, ainda, um aumento do valor em dívida registado em **Acionistas/Sócios**, em 38 mil€ (efeito do financiamento concedido à participada Soflusa).

b) **Ativo Corrente.** O acréscimo de +51.192 mil € reflete, essencialmente, o aumento na rubrica "**Devedores por transferência e Subsídios não reembolsáveis**" de +48.082 mil €, associado a financiamento do projeto da Nova Frota, e também do saldo de gerência (**Caixa e Depósitos Bancários**) em +1.617 mil €. Destaca-se, ainda, em **Inventários** um acréscimo de 220 mil€ e um acréscimo na rubrica de **Estado e Outros Entes Públicos** de 70 mil € relativo ao valor dos reembolsos de IVA.

c) **Património Líquido.** De acordo com o referencial SNC-AP, no final de 2021, a Transtejo apresentava Património Líquido negativo, no montante de -59.475 mil €, representando uma variação de -2.850 mil€ no período.
Esta variação reflete, essencialmente, o acréscimo na rubrica de **Outras variações no património líquido** a qual reflete a amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e o reconhecimento, no exercício, de subsídios a receber do Fundo Ambiental no montante de 2.566 mil € para a Transtejo, no âmbito dos protocolos celebrados, destinados à cobertura financeira dos projetos de investimento (i) adaptação de navios para transporte de bicicletas, no valor de 72,5 mil €, (ii) 2.494 mil € projetos ao abrigo do Programa de Estabilização Económica e Social PEES para a Promoção da Mobilidade. E do subsídio do POSEUR no montante de 69 mil € respeitantes ao projeto de Renovação da Frota. Destaca-se, ainda, o acréscimo dos **Resultados Transitados** resultante da incorporação do **Resultado Líquido do Exercício de 2020** no montante de (+38.372,61 €), e a redução do **Resultado Líquido do período**, que é de (-305 mil €).

*Nos termos do n.º 3, do artigo 35º, do RJSPE[22], nos casos em que as empresas públicas apresentem capital próprio (Património Líquido) negativo por um período de três exercícios económicos consecutivos, como é o caso da Transtejo, o órgão de administração deve alertar o titular o Acionista[23], para que sejam tomadas medidas concretas destinadas a superar a situação deficitária da Empresa. Conforme nota colocada no anexo às contas deste exercício, esta medida será remetida para a Assembleia Geral de Aprovação de Contas.*

d) **Passivo não Corrente.** Esta rubrica ascendeu a 13.845 mil € refletindo uma redução líquida no período montante de -6.502 mil €. No que respeita à rubrica de **Provisões**, na qual se inclui montantes para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso, a mesma apresenta um aumento de 79 mil €. Quanto à rubrica de **Financiamentos Obtidos**, salienta-se a transferência do montante de 6.581 mil € para o Passivo Corrente, correspondente ao financiamento com vencimento a curto prazo (12 meses).

e) **Passivo Corrente.** O aumento nesta rubrica de 65.092 mil € resulta, maioritariamente, (i) do aumento da rubrica de **Diferimentos** (+58.701 mil €) valor a reconhecer essencialmente relacionado com o projeto da Nova Frota repartido pelo Fundo Ambiental no montante de 49.044 mil € e pelo POSEUR no montante de 9.640 mil €, (ii) de **Financiamentos Obtidos** no montante de 6.581 mil € e (ii) da redução do **saldo de Fornecedores (gerais e de investimento)** no montante de 634 mil €, e (iv) do **saldo de Outras Contas a Pagar**, no montante de +416 mil €, refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2021. Aguarda-se desenvolvimento da operação de conversão de créditos em Capital, não tendo sido possível a sua realização em 2021.

[22] Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro
[23] Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março

## 7.3.7. Resultados Globais (Contas individuais)

### 7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2021, a Transtejo apresenta um Resultado Líquido negativo de 267 mil€, o que representa um agravamento do prejuízo em 305 mil €, face ao período homólogo.

Este resultado reflete o acréscimo dos Gastos Operacionais de +3.160 mil € (+14.3%) por comparação com o ano de 2020, não obstante um aumento de Rendimentos Operacionais em +2.455 mil € (+10,8%). Estas variações encontram-se explicadas nos pontos seguintes deste documento.

| Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| **Resultado Operacional** | (110,8) | (705 296) | **(68 976)** | **636 319** | **(8 435 005)** |
| EBITDA | (17,2) | (531 297) | 2 552 272 | 3 083 569 | (6 199 341) |
| **Resultado Financeiro** | (67,2) | 398 755 | **(194 200)** | **(592 955)** | **(1 118 527)** |
| **Resultado Líquido** | (795,3) | (305 190) | **(266 817)** | **38 373** | **(9 556 013)** |

Tabela 35 - Resultados (2019-2021)

### 7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Da observação do gráfico seguinte, pode constatar-se alguma evolução positiva no valor da receita proveniente do serviço público de transporte até 2019 (evidenciando que no período pré-pandemia se verificava uma tendência de recuperação de receitas da atividade). Demonstra-se o inesperado impacto da situação de pandemia, que marcou os anos de 2020 e 2021, traduzindo-se numa redução de receitas decorrente da redução da procura e contexto económico e social. Ainda assim, assinala-se, face a 2020, uma ligeira recuperação em 2021.

Evidencia-se também o impacto da redução das indemnizações compensatórias desde 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014), e o aumento em 2020, ano do início do cenário pandémico caracterizado por dificuldades de tesouraria, que suscitaram apoio urgente à empresa, em conformidade com o modelo de financiamento do CSP que se encontrava em fase de negociação (apoio enquadrado pela RCM nº 41-A/2020 de 09 de junho), bem como, o efeito da compensação atribuída em 2021 já no âmbito do novo Contrato de Serviço Público, celebrado para o período 2021 -2025.

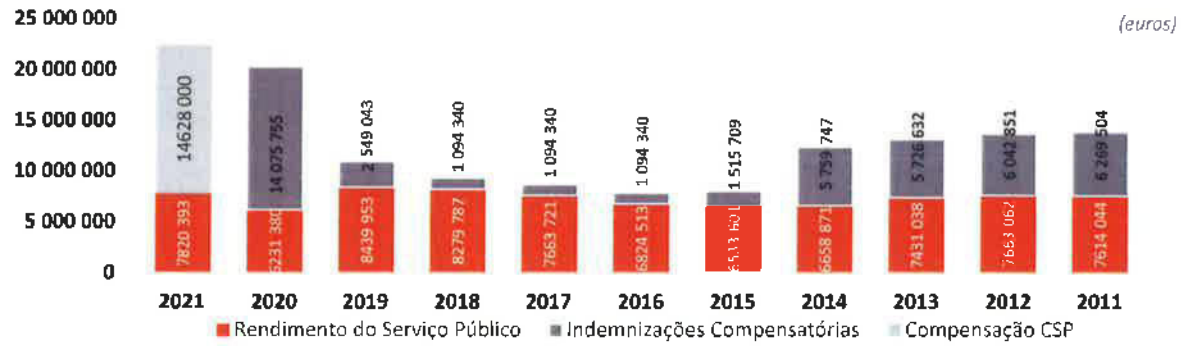



Gráfico 13 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2021)

Na análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Aumento do **Rendimento do Serviço Público**, que contempla 2 componentes, receitas diretas da atividade e compensação ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), no montante de 3.855,5 mil € (+66,6%) face a 2020.
- Aumento das **Compensações Tarifárias**, referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4_18 e Sub-23), no montante de 26 mil € (+15,2%) face a 2020.
- Aumento de Compensações **(IC's /Compensação CSP)**, no montante de 552 mil € (+4%)
- Os rendimentos de atividades acessórias relativas a concessões (aluguer de espaços comerciais, parque de estacionamento e espaços para publicidade), incluindo afretamentos e vendas de suportes "Viva-viagem", tiveram uma variação negativa de 8 mil € justificada, na sua maioria, pelo decréscimo de receita relacionada com a Venda de Cartões para Passes ( -4,4%) e com a concessão da atividade turística (protocolo celebrado com a Carristur) (-9,5%) e alugueres de espaços comerciais (-19.8%) e espaço para publicidade (-5,9%).

| Rendimentos Operacionais (Contas Individuais) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| **Rendimento do Serviço Público** (Transporte Passageiros) | **25,5** | **1 589 012** | **7 820 393** | **6 231 380** | **8 439 953** |
| **Subsídios à Exploração** | **4,1** | **578 220** | **14 824 414** | **14 246 194** | **2 736 655** |
| Indemnizações Compensatórias | (100,0) | (14 075 755) | - | 14 075 755 | 2 549 043 |
| Compensações Tarifárias | 15,2 | 25 976 | 196 414 | 170 438 | 187 612 |
| Compensação CSP - DI | - | 2 800 000 | 2 800 000 | - | - |
| Compensação CSP - OSP | - | 11 828 000 | 11 828 000 | - | - |
| **Outros Rendimentos e Ganhos** | **13,7** | **311 130** | **2 579 418** | **2 268 288** | **2 472 946** |
| Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística | (1,8) | (8 412) | 465 196 | 473 608 | 1 427 215 |
| Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...) | (27,7) | (259 987) | 679 113 | 939 100 | 257 345 |
| Ganhos em investimentos não financeiros | - | 216 | 216 | - | 58 671 |
| Subsídios ao Investimento (afetação ao período) | 23,6 | 190 024 | 995 542 | 805 518 | 641 442 |
| Outros | 777,6 | 389 290 | 439 352 | 50 062 | 88 272 |
| **Reversões** | **(84,5)** | **(23 226)** | **4 259** | **27 485** | **37 828** |
| **TOTAL** | **10,8** | **2 455 137** | **25 228 484** | **22 773 347** | **13 687 382** |

Tabela 36 - Rendimentos Operacionais (2019-2021)

Em 2021 os rendimentos provenientes da **prestação de serviços** representaram 30,9% da estrutura total de rendimentos, assinalando-se um aumento da sua relevância na estrutura face ao ano de 2020. Quanto ao total de rendimentos este registou uma evolução positiva de 10,8%, relativamente ao período homólogo.

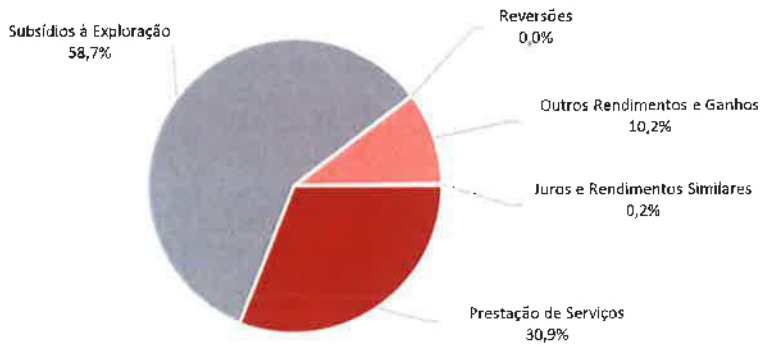



Gráfico 14 - Estrutura de Rendimentos (2021)

### 7.3.7.3. Evolução dos Gastos Totais por Natureza

O gráfico e tabela seguintes apresentam a estrutura de Gastos. As rúbricas com maior destaque – Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal – representam em conjunto 84% do total de Gastos.

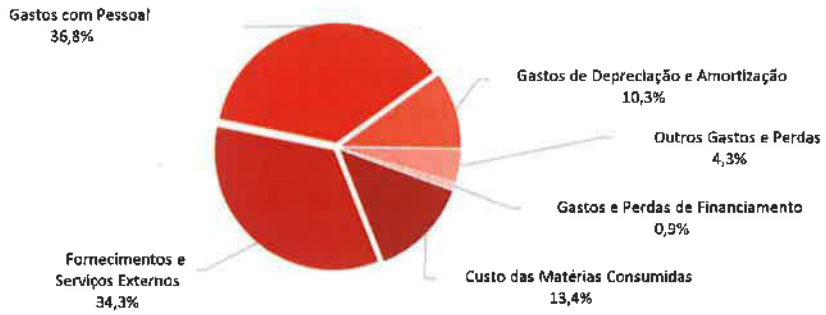



Gráfico 15 - Estrutura de Gastos (2021)

A evolução dos Gastos totais por natureza nos anos de 2019 a 2021 detalha-se no quadro seguinte. Os Gastos totais de funcionamento registaram um acréscimo no montante de 2.767 mil € (+12,2%) face a 2020.

| GASTOS (Contas individuais) | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| Custo das Matérias Consumidas | 39,7 | 965 528 | 3 399 379 | 2 433 851 | 3 566 052 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 12,1 | 939 571 | 8 719 654 | 7 780 084 | 5 483 333 |
| Gastos com Pessoal | 0,4 | 37 778 | 9 367 402 | 9 329 624 | 9 052 124 |
| Gastos de Depreciação e Amortização | 7,1 | 173 999 | 2 621 248 | 2 447 249 | 2 235 664 |
| Perdas por Imparidade | - | - | - | - | - |
| Provisões | 192,6 | 54 670 | 83 050 | 28 380 | 39 160 |
| Outros Gastos e Perdas | 839,2 | 988 887 | 1 106 727 | 117 840 | 1 746 054 |
| Prejuízo da SOFLUSA (Equivalência Patrimonial) | - | 1 059 183 | 1 059 183 | - | 1 659 357 |
| Outros Gastos e Perdas - *Residual* | (100,0) | (117 840) | - | 117 840 | 86 697 |
| Gastos Financeiros | (62,5) | (393 170) | 235 959 | 629 129 | 1 157 786 |
| **TOTAL** | **12,2** | **2 767 262** | **25 533 419** | **22 766 157** | **23 280 174** |

Tabela 37 – Síntese de Gastos (2019-2021)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

a) **Custo das Matérias Consumidas** (3.399 mil €) – relativamente ao período homólogo, regista-se um acréscimo nos gastos com combustível para as embarcações (+51,4%; +949 mil €).

| CMCMV (Contas individuais) | Var. 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| Consumo de Gasóleo | 51,4 | 948 732 | 2 794 464 | 1 845 732 | 2 857 634 |
| Consumo de Lubrificantes | 26,3 | 14 820 | 71 171 | 56 351 | 66 421 |
| Consumo Material de Consumo Diverso | (12,5) | (3 408) | 23 955 | 27 363 | 25 976 |
| Fardamentos | - | - | - | - | - |
| Consumo Material Fotocópia | 27,6 | 590 | 2 727 | 2 137 | - |
| Consumo de Bilhetes | (7,7) | (1 963) | 23 690 | 25 653 | 81 350 |
| Consumo de Sobressalentes | 3,6 | 12 695 | 370 101 | 357 406 | 384 346 |
| Consumo Material de Reparações | (5,0) | (5 939) | 113 271 | 119 210 | 150 325 |
| **TOTAL** | **39,7** | **965 528** | **3 399 379** | **2 433 851** | **3 566 052** |

Tabela 38 – Detalhe CMVMC (2019-2021)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais. Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos dez anos foram marcados pela irregularidade do custo médio por litro.




Gráfico 16 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2011-2021)

No ano em análise, registou-se um aumento do preço médio por litro (+0,14 €/L face ao ano anterior, acompanhado de um acréscimo da quantidade de combustível consumida (+949 mil L), fruto de um ligeiro aumento da oferta (+1 % Viagens) o que conduziu a um acréscimo deste gasto, diretamente relacionado com a atividade de transporte fluvial de passageiros.

| GASÓLEO | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| Gasto do consumo na operação TT (euros) | 51,40% | 948 732 | 2 794 464 | 1 845 732 | 2 857 634 |
| Quantidades consumidas (litros) | 12,41% | 570 339 | 5 165 614 | 4 595 275 | 5 252 048 |
| **Custo médio por litro** | 34,69% | 0,14 | **0,54 €\L** | **0,40 €\L** | **0,54 €\L** |

Tabela 39 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2019-2021)

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** (8.720 mil€) - regista-se um acréscimo de 939,5 mil€ (+12,1%) face a 2020.

| FSE *(Contas Individuais)* | Var.2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| Soflusa | 2,1 | 58 843 | 2 887 000 | 2 828 157 | - |
| Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)* | 88,8 | 1 161 163 | 2 468 956 | 1 307 793 | 1 791 291 |
| Conservação e reparação *(outra)* | (17,6) | (27 693) | 129 435 | 157 129 | 253 492 |
| Trabalhos Especializados | (6,5) | (66 590) | 958 430 | 1 025 020 | 1 011 257 |
| Seguros | (3,4) | (8 124) | 229 189 | 237 313 | 307 454 |
| Vigilância e Segurança | 2,0 | 12 862 | 655 484 | 642 623 | 684 522 |
| Combustíveis | 21,2 | 2 180 | 12 439 | 10 260 | 13 972 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | (18,9) | (62 528) | 267 763 | 330 291 | 225 499 |
| Rendas e Alugueres | (21,7) | (62 516) | 225 421 | 287 938 | 239 794 |
| Comunicação | (13,8) | (7 482) | 46 864 | 54 346 | 40 879 |
| Publicidade | 103,0 | 14 620 | 28 817 | 14 197 | 25 293 |
| Eletricidade + Água | (0,9) | (1 360) | 147 778 | 149 137 | 180 975 |
| Honorários | (100,0) | (2 675) | - | 2 675 | 3 584 |
| Afretamento de Navios (SL) | 7,3 | 29 400 | 432 000 | 402 600 | 367 150 |
| Outros Afretamentos | 114,1 | 15 541 | 29 163 | 13 622 | - |
| (Outros) | (36,6) | (116 069) | 200 914 | 316 984 | 338 172 |
| **TOTAL** | **12,1** | **939 571** | **8 719 654** | **7 780 084** | **5 483 333** |

Tabela 40 - Detalhe de FSE (2019-2021)

A estrutura das rubricas de FSE de gastos operacionais, do ano de 2021, encontra-se evidenciada no gráfico seguinte, no qual se destacam os gastos de "conservação e reparação da frota" que representaram 18%.

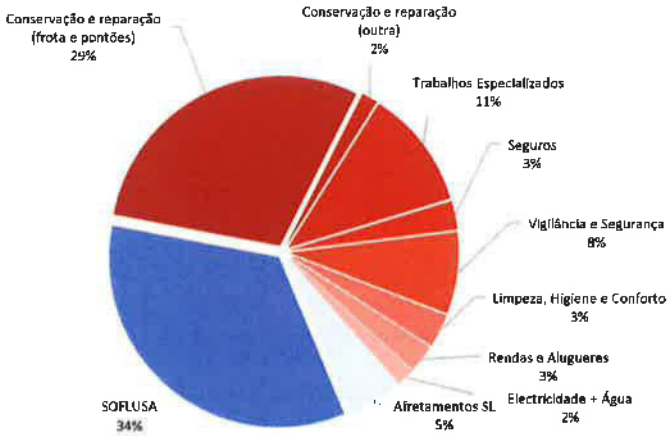



Gráfico 17 - Estrutura de FSE (2021)

Merecem destaque as seguintes rúbricas, que se apresentam com indicação da variação face ao período homólogo:

i. **Conservação e Reparação (frota)** (+89%) - A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenções na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).

   Merece referência o estado de envelhecimento da frota, que importa manter operacional, até ao desenvolvimento do projeto de investimento em aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.

ii. **Trabalhos Especializados** (-6,5%) – Esta rubrica comtempla diversos contratos de prestação de serviços, na sua maioria correspondentes ao recurso externo visando colmatar a insuficiência de recursos e competências internas para assegurar intervenções e trabalhos de elevada complexidade e *Know-how* específicos. Esta rubrica contempla ainda o serviço externo de amarração prestado nas operações de atracação das embarcações (401.612,16 €)

iii. **Seguros** (-3,4%) - Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo cascos referentes aos 19 navios que compõem a frota da Transtejo.

iv. **Limpeza, Higiene e Conforto** (-18.9%) – Gastos decorrentes dos serviços de limpeza e desinfeção extraordinárias desenvolvidas pela empresa para cumprimento das medidas de saúde pública, em contexto de pandemia, e segurança dos clientes e trabalhadores. Assinala-se uma redução face aos valores de 2020, mas ainda assim, destacam-se nestes dois anos, um aumento significativo de gastos face ao ano 2019.

v. **Comunicação** (-13.8%) – Rubrica inclui o serviço wi-fi disponibilizado aos clientes.

vi. **Vigilância e Segurança** (+2%) - Serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita.

vii. **Afretamento** de Navios (à SL) (+7,3%) – Operação intra-grupo, associada à utilização dos navios Pedro Nunes e Cesário Verde da Soflusa, por parte da Transtejo, no âmbito de contrato de aluguer;

viii. **Rendas e Alugueres** (-21,7%) – Encargos decorrentes do arrendamento temporário de uma doca na margem sul e referentes à utilização de bens de domínio público marítimo, implicando pagamento de licença à Administração do Porto de Lisboa.

c) **Gastos com Pessoal** (9.367 mil €) – Apresenta um acréscimo de 38 mil € (+0.4%) face a 2020, refletindo nomeadamente, o decréscimo em -4,1% (-270 mil €) de encargos com vencimentos e em -19,4% (-73 mil €) dos encargos com os prémios de seguros de saúde e acidentes de trabalho, e por outro lado do aumento em Indemnizações e de encargos com Trabalho Extraordinário (+321 mil €).

| Gastos com Pessoal (Contas Individuais) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 5,6 | 13 272 | 251 163 | 237 892 | 202 776 |
| Vencimentos e Outras Remunerações | (4,1) | (269 565) | 6 309 934 | 6 579 499 | 6 541 961 |
| Trabalho Extraordinário | 80,2 | 321 121 | 721 584 | 400 464 | 341 984 |
| Encargos sobre Remunerações | 1,4 | 22 728 | 1 649 423 | 1 626 695 | 1 576 055 |
| Indemnizações | 237,7 | 1 604 | 2 279 | 675 | 669 |
| Seguros (Saúde e Acidentes trabalho) | (19,4) | (73 307) | 305 405 | 378 712 | 321 084 |
| Gastos extra processamento [1] | 20,7 | 21 925 | 127 613 | 105 688 | 67 596 |
| **TOTAL** | **0,4** | **37 778** | **9 367 402** | **9 329 624** | **9 052 124** |

**Notas:** (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 41 – Detalhe de Gastos com Pessoal (2019-2021)

d) **Provisões do Período** (83 mil €) – decréscimo de 56 mil € (+192%) em relação a 2020, montante que visa reconhecer o risco associado a processos judiciais relacionados com a componente remuneratória de trabalhadores marítimos.

e) **Gastos de Depreciação e Amortização** (2.621 mil €) – acréscimo de 174 mil € (+7,1%) face ao período homólogo. Este aumento está associado às amortizações dos novos investimentos efetuadas no período.

f) **Outros Gastos e Perdas** (1.107 mil €) – acréscimo de 989 mil € (+839,2%) em relação ao ano transato. Para esta variação contribui a rubrica de "Gastos e Perdas em Subsidiárias - Equivalência Patrimonial (SL)" no montante de (-1.059 mil €) face ao período homologo e as taxas associadas ao consumo de água e eletricidade.

g) **Gastos e Perdas de Financiamento** (236 mil€) - decréscimo de 383 mil€ (-62,5%), em relação ao período homólogo. Esta rubrica apresenta 2021, os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo IGCP, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

h)

| Gastos de Financiamento (Contas Individuais) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | SNC-AP | SNC-AP | SNC-AP |
| Juros de Financiamentos Obtidos | (45,7) | (528 657) | 235 358 | 629 129 | 1 157 786 |
| Outros Gastos de Financiamento | - | - | 601 | - | - |
| **TOTAL** | **(45,7)** | **(528 657)** | **235 959** | **629 129** | **1 157 786** |

Tabela 42 – Gastos de Financiamento (2019-2021)

## 7.4. Análise sobre as Contas Consolidadas

### 7.4.1. Fluxos financeiros – Resultados Operacionais

| Resultados (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| **Total de Rendimentos Operacionais** | **9,8** | **3 229 724** | **36 333 021** | **33 103 297** | **26 385 595** |
| Prestação de Serviços | 15,5 | 2 275 687 | 16 959 707 | 14 684 020 | 18 467 461 |
| Subsídios à Exploração | 4,3 | 623 184 | 15 106 238 | 14 483 054 | 3 226 120 |
| Reversões | (45,4) | (265 948) | 320 408 | 586 356 | 95 799 |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 17,8 | 596 801 | 3 946 668 | 3 349 866 | 4 596 216 |
| **Total de Gastos Operacionais** | **14,4** | **4 666 100** | **37 036 928** | **32 370 828** | **34 780 138** |
| Custo Matérias Consumidas | 36,0 | 1 844 217 | 6 968 040 | 5 123 823 | 7 258 361 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 25,6 | 2 140 820 | 10 511 037 | 8 370 217 | 9 248 755 |
| Gastos com o Pessoal | 2,6 | 350 541 | 13 668 340 | 13 317 799 | 12 981 908 |
| Gastos de Depreciação e de Amortização | 7,0 | 366 595 | 5 640 986 | 5 274 391 | 4 881 735 |
| Perdas por Imparidade | - | - | - | - | 1 661 |
| Provisões do Período | 24,3 | 33 149 | 169 757 | 136 608 | 197 208 |
| Outros Gastos e Perdas | (46,8) | (69 222) | 78 767 | 147 990 | 210 509 |
| **Resultado Operacional** | **(196,1)** | **(1 436 376)** | **(703 907)** | **732 469** | **(8 394 543)** |
| EBITDA | (6,5) | (390 668) | 5 616 191 | 6 006 860 | (3 512 807) |
| **Resultado Financeiro** | **221,7** | **(1 394 481)** | **(2 023 610)** | **(629 129)** | **(1 157 786)** |
| **Resultado Líquido** | **(795,3)** | **(305 190)** | **(266 817)** | **38 373** | **(9 556 013)** |

Tabela 43 – Contas Consolidadas - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2019-2021)

O desempenho económico e financeiro da Transtejo, na perspetiva consolidada, no ano de 2021, face a 2020, caracterizou-se fundamentalmente pelas seguintes variações:

a) Verifica-se um acréscimo de 9,8% (+3.230 mil €) dos **Rendimentos Operacionais**, devido ao aumento de 15,5% (2.276 mil €) na rubrica de **Prestação de Serviços**, de 4,3% (+623 mil €) em **Subsídios à Exploração**, e em Outros Rendimentos e Ganhos devido fundamentalmente, aumento de receitas das atividades não transporte (aluguer de navios, venda de cartões passe e atividade turística). Em sentido inverso, encontra-se a rubrica das reversões com -45,4% (-266 mil €).

b) Os **Gastos Operacionais** registam um acréscimo de +14,4% (+4.666 mil €), consequência do aumento de +36% (+1.844 mil €) em **Custo das Matérias Consumidas**, de +25,6% (+2.141 mil€) em **Fornecimentos e Serviços Externos**, de +2,6% (+351 mil €) em **Gastos com Pessoal** e de +7% (+367 mil €), em **Gastos de Depreciação e de Amortização e** de +24,3% (33 mil €) da rubrica de **Provisões do Período**, em sentido inverso regista-se um decréscimo em **Outros Gastos e Perdas**, -47% (-69 mil €) rubrica que contempla os gastos associados a taxas de consumo (água e eletricidade), quotizações e outros;

## 7.4.2. Modelo de Financiamento

Desde 2013 que as empresas Transtejo e Soflusa integram o perímetro das Administrações Públicas, EPR - Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos. Na sequência desta reclassificação, por força do novo modelo de financiamento e cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, a Transtejo e a Soflusa, deixaram de recorrer a financiamentos junto da Banca Comercial, passando essas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Acionista, contratados junto do IGCP, em conformidade com o estipulado na legislação em vigor.

Relativamente aos principais fluxos financeiros, realizados em conformidade com as operações de Despesa e Receita reportados na execução orçamental, apresenta-se a seguinte síntese (conforme DFC):

euros

| Demonstração dos Fluxos de Caixa (Contas Consolidadas) | Var 2021/2020 | | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|---|---|
| | % | Abs. | | | |
| Fluxo Atividades Operacionais | -116,38% | (4 031 405) | (567 362) | 3 464 043 | (5 389 240) |
| Fluxo das Atividades de Investimento | -240,33% | 2 927 488 | 1 709 352 | (1 218 136) | (83 129) |
| Fluxo das Atividades de Financiamento | -100,00% | (639 029) | - | 639 029 | 7 050 537 |
| **Variação de caixa e seus equivalentes** | **-60,42%** | **(1 742 946)** | **1 141 990** | **2 884 936** | **1 578 168** |
| **Caixa e seus equivalentes no início do período** | **31,11%** | **2 884 936** | **12 158 382** | **9 273 446** | **7 695 278** |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | **9,39%** | **1 141 990** | **13 300 372** | **12 158 382** | **9 273 446** |

Tabela 44 – Contas Consolidadas - Variação de caixa e seus equivalentes (2019-2021)

## 7.4.3. Investimento

Considerando as restrições financeiras e orçamentais, o cumprimento do Plano de Investimentos das empresas Transtejo e Soflusa teve como consequência o adiamento de alguns projetos.

Em 2021, a despesa de investimento realizada ascendeu a 12.732 mil €. A tabela seguinte apresenta os investimentos mais relevantes realizados pela Transtejo e pela Soflusa.

| (valores em Euros) | Contas Individuais | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| INVESTIMENTO \| Ótica Economica | TT 2021 | SL 2021 | 2021 | 2020 | 2019 |
| Aquisição/NOVA Frota | 8 558 814 | - | 8 558 814 | 31 600 | 172 338 |
| Aquisição/Construção de Pontões | - | - | - | - | 39 600 |
| Beneficiações de Infraestruturas | 946 477 | 1 265 993 | 2 212 470 | 266 662 | 229 361 |
| Beneficiações da Frota (Navios e Pontões) | 384 807 | 1 207 259 | 1 592 065 | 2 272 962 | 2 180 411 |
| Segurança | - | - | - | 9 777 | 139 893 |
| Investimentos Correntes | 313 714 | 54 745 | 368 459 | 422 119 | 627 616 |
| **Total** | **10 203 811** | **2 527 997** | **12 731 808** | **3 003 120** | **3 389 219** |

Tabela 45 – Contas Consolidadas - Investimentos - ótica económica (2019-2021)

## 7.4.4. Estrutura Patrimonial

(valores em Euros)

| SITUAÇÃO PATRIMONIAL *(Contas Consolidadas)* | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | **97,04** | **55 469 765** | **112 629 140** | **57 159 376** |
| Ativo não Corrente | 18,20 | 6 746 988 | 43 812 454 | 37 065 466 |
| Ativo Corrente | 242,48 | 48 722 777 | 68 816 686 | 20 093 909 |
| **Património Líquido e Passivo** | **97,04** | **55 469 765** | **112 629 140** | **57 159 376** |
| Património Líquido | 5,03 | (2 850 343) | (59 474 671) | (56 624 328) |
| Passivo não Corrente | -32,27 | (6 731 775) | 14 130 326 | 20 862 101 |
| Passivo Corrente | 70,01 | 65 051 883 | 157 973 486 | 92 921 603 |

Tabela 46 - Contas Consolidadas - Variação do Património (2020-2021)

No decorrer do ano de 2021 a posição financeira consolidada apresenta as seguintes variações:

a) **Ativo não Corrente.** Esta rubrica apresenta uma variação de +18,2% (6.747 mil €) contemplando o efeito líquido das Amortizações Acumuladas (incrementadas pelos **Gastos de Depreciação e de Amortização** do exercício no montante de 5.640 mil €) e o total das capitalizações, associadas aos **novos Investimentos** efetuados no exercício, identificados no ponto anterior.

b) **Ativo Corrente.** O acréscimo obtido no exercício (+242,48%; + 48.723 mil €), nesta rubrica, decorre essencialmente, do aumento do saldo da rubrica de "**Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis**" no montante global de 45.070 mil €, bem como, da rubrica de "**Caixa e depósitos bancários**" +1.142 mil €.

c) **Património Líquido** (Capital Próprio). De acordo com o referencial SNC-AP, no final de 2021, esta rubrica apresentava-se negativa, montante de -59.475 mil €, representando uma variação de -2.850 mil € no período. Reflete, fundamentalmente, os efeitos conjugados, do decréscimo dos **Resultados Transitados negativos**, resultante da incorporação do Resultado Líquido positivo referente ao Exercício de 2020 no montante de (+38 372,61€), o **Resultado Líquido negativo** de 2021, (-266.817,23€), e a variação na rubrica de **Outras variações no património líquido** de (-2.583.526,06€), que contempla a amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e o reconhecimento, no exercício, de subsídios do Fundo Ambiental (no montante de 2.566 mil € para a Transtejo, de 4.328 mil € para a Soflusa, no âmbito dos protocolos celebrados referentes ao PEES), bem como do subsídio do POSEUR no montante de 69 mil € respeitante ao projeto de Renovação da Frota.

d) **Passivo não Corrente** (-32,27%). Esta rubrica ascende a (14.130 mil €) decorre do efeito líquido da transferência para passivo corrente dos montantes de endividamento com vencimento no período inferior a 12 meses (6 581 mil €). Em 2021 não existiram novos Financiamentos Obtidos de Médio/Longo Prazo.

e) **Passivo Corrente.** O aumento nesta rubrica de 65.052 mil € resulta, maioritariamente, (i) do aumento da rubrica de Diferimentos (+58.711 mil €) valor a reconhecer essencialmente relacionado com o projeto da Nova Frota repartido pelo Fundo Ambiental no montante de 49.044 mil € e pelo POSEUR no montante de 9.640 mil €, e (ii) de **Financiamentos Obtidos** no montante de 6.581 mil € e (iii) da redução do saldo **de Fornecedores** (gerais e de investimento) no montante de -665 mil €, e (iv) do saldo de **Outras Contas a Pagar**, no montante de +428 mil €, refletindo o montante de juros em dívida à DGTF referentes aos financiamentos contratados, vencidos em maio e novembro de 2021. Aguarda-se desenvolvimento da operação de conversão de créditos em Capital, não tendo sido possível a sua realização em 2021.

## 7.4.5. Resultados Globais (Contas consolidadas)

### 7.4.5.1. Evolução de Resultados

O **Resultado Líquido Consolidado**, apurado em 2021 foi negativo em 267 mil €, refletindo, um agravamento do prejuízo face ao período homólogo.

A agravamento do resultado reflete o aumento do valor dos Gastos Operacionais em +4.666 mil € (14,4%), superior ao aumento dos rendimentos operacionais de +3.230 mil € (+9,8%) por comparação com o ano de 2020, de acordo com os pontos seguintes deste documento.

*(valores em Euros)*

| Resultados (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| EBITA *(Cash-flow Operacional)* | (6,5) | (390 668) | 5 616 191 | 6 006 860 | (3 512 807) |
| EBIT *(Resultado Operacional)* | (196,1) | (1 436 376) | (703 907) | 732 469 | (8 394 543) |
| RESULTADO LÍQUIDO | (795,3) | (305 190) | (266 817) | 38 373 | (9 556 013) |

Tabela 47 - Contas Consolidadas - Resultados (2019-2021)

### 7.4.5.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Da observação do gráfico seguinte, pode constatar-se uma evolução com tendência de recuperação em 2021 no valor da receita proveniente do serviço público de transporte. É, porém, também evidenciado, o aumento do valor das compensações pela entrada em vigor do novo Contrato de Serviço Público (CSP).

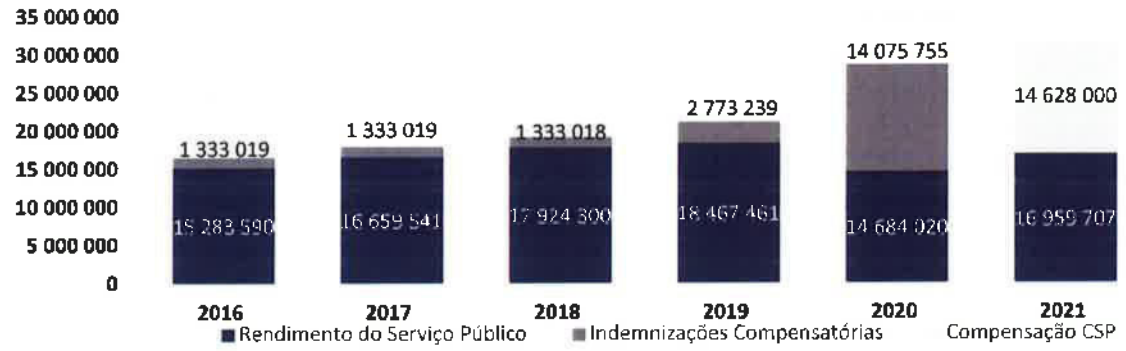



Gráfico 18 - Contas Consolidadas - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2016-2021)

Na análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se o acréscimo do **Rendimento do Serviço Público** em +15,5% e dos **Subsídios à Exploração** em +4,3%, por outro lado, o decréscimo do rendimento das atividades acessórias em -15% (Alugueres, venda de cartões passe, atividade turística).

*(valores em Euros)*

| Rendimentos Operacionais (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| **Rendimento do Serviço Público** (Transporte Passageiros) | **15,5** | **2 275 687** | **16 959 707** | **14 684 020** | **18 467 461** |
| **Subsídios à Exploração** | **4,3** | **623 184** | **15 106 238** | **14 483 054** | **3 226 120** |
| Indemnizações Compensatórias | (100,0) | (14 075 755) | - | 14 075 755 | 2 773 239 |
| Compensações Tarifárias | 17,4 | 70 939 | 478 238 | 407 299 | 452 880 |
| Compensação CSP - DI | - | 2 800 000 | 2 800 000 | - | - |
| Compensação CSP - OSP | - | 11 828 000 | 11 828 000 | - | - |
| **Outros Rendimentos e Ganhos** | **38,1** | **1 275 914** | **4 625 780** | **3 349 866** | **4 596 216** |
| Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística | (15,0) | (113 931) | 646 749 | 760 680 | 1 912 346 |
| Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias, Associadas (...) | 831,3 | 606 194 | 679 113 | 72 919 | 257 345 |
| Subsídios ao Investimento (afetação ao período) | 11,0 | 263 306 | 2 665 721 | 2 402 415 | 2 205 204 |
| Outros | 457,0 | 520 345 | 634 197 | 113 852 | 221 319 |
| **Reversões** | **(45,4)** | **(265 948)** | **320 408** | **586 356** | **95 799** |
| **TOTAL** | **11,8** | **3 908 837** | **37 012 134** | **33 103 297** | **26 385 595** |

Tabela 48 - Contas Consolidadas - Rendimentos (2019-2021)

### 7.4.5.3. Evolução dos Gastos por Natureza

O total dos gastos, apresentou um aumento de 12,8 % face ao período homólogo. Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as rubricas Custo das Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal que representam no seu conjunto 84% do total desses Gastos.

*(valores em Euros)*

| GASTOS (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| Custo das Matérias Consumidas | 36,0 | 1 844 217 | 6 968 040 | 5 123 823 | 7 258 361 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 25,6 | 2 140 820 | 10 511 037 | 8 370 217 | 9 248 755 |
| Gastos com Pessoal | 2,6 | 350 541 | 13 668 340 | 13 317 799 | 12 981 908 |
| Gastos de Depreciação e Amortização | 7,0 | 366 595 | 5 640 986 | 5 274 391 | 4 881 735 |
| Perdas por Imparidade | - | - | - | - | 1 661 |
| Provisões | 24,3 | 33 149 | 169 757 | 136 608 | 197 208 |
| Outros Gastos e Perdas | (46,8) | (69 222) | 78 767 | 147 990 | 210 509 |
| Gastos Financeiros | (69,0) | (434 193) | 194 936 | 629 129 | 1 157 786 |
| **TOTAL** | **12,8** | **4 231 907** | **37 231 864** | **32 999 957** | **35 937 924** |

Tabela 49 - Contas Consolidadas - Gastos (2019-2021)

a) **Custo das Matérias Consumidas** apresenta uma variação de +36%. Para este aumento contribuíram as variações registadas nas rubricas Consumo de Gasóleo (+1.806 mil€), Lubrificantes (+21 mil €), Bilhetes (+13 mil €) e Sobressalentes (+13 mil €).

*(valores em Euros)*

| CMCMV (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| Consumo de Gasóleo | 40,3 | 1 806 298 | 6 287 460 | 4 481 162 | 6 466 169 |
| Consumo de Lubrificantes | 18,9 | 21 008 | 131 901 | 110 893 | 124 672 |
| Consumo Material de Consumo Diverso | (12,5) | (3 408) | 23 955 | 27 363 | 25 976 |
| Fardamentos | - | - | - | - | - |
| Consumo Material Fotocópia | 27,6 | 590 | 2 727 | 2 137 | - |
| Consumo de Bilhetes | 50,6 | 12 973 | 38 626 | 25 653 | 102 729 |
| Consumo de Sobressalentes | 3,6 | 12 695 | 370 101 | 357 406 | 388 490 |
| Consumo Material de Reparações | (5,0) | (5 939) | 113 271 | 119 210 | 150 325 |
| **TOTAL** | **36,0** | **1 844 217** | **6 968 040** | **5 123 823** | **7 258 361** |

Tabela 50 - Contas Consolidadas - CMVMC (2019-2021)

Importa referir o efeito no consumo de bilhetes, da recuperação da venda de títulos de transporte, e o efeito de preço do gasóleo que sendo uma variável exógena, é também um forte condicionante na prossecução dos objetivos de redução dos gastos operacionais.

b) **Fornecimentos e Serviços Externos** apresenta uma variação de +25,9% face a 2020, salientando-se nesta rubrica os gastos de Conservação e Reparação da Frota (navios e pontões) que representam 57% da estrutura de gastos de FSE.

*(valores em Euros)*

| FSE *(Contas Consolidadas)* | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)* | 69,4 | 2 353 583 | 5 745 055 | 3 391 473 | 4 035 468 |
| Conservação e reparação *(outra)* | (24,3) | (70 025) | 217 615 | 287 640 | 234 254 |
| Trabalhos Especializados | 7,1 | 96 355 | 1 449 128 | 1 352 773 | 1 378 805 |
| Seguros | (5,5) | (32 538) | 556 127 | 588 665 | 658 995 |
| Vigilância e Segurança | 3,5 | 33 976 | 992 491 | 958 515 | 1 136 559 |
| Combustíveis | 18,7 | 2 599 | 16 474 | 13 875 | 18 450 |
| Limpeza, Higiene e Conforto | (16,6) | (94 610) | 474 726 | 569 336 | 399 542 |
| Rendas e Alugueres | (15,0) | (66 516) | 376 207 | 442 723 | 400 913 |
| Comunicação | (18,6) | (15 415) | 67 511 | 82 926 | 51 674 |
| Publicidade | 232,0 | 49 154 | 70 343 | 21 188 | 31 213 |
| Eletricidade + Água | (6,4) | (14 731) | 213 801 | 228 532 | 271 817 |
| Honorários | (97,6) | (13 907) | 347 | 14 253 | 7 078 |
| Outros Afretamentos | 184,8 | 25 817 | 39 789 | 13 972 | 22 800 |
| (Outros) | (27,9) | (112 924) | 291 423 | 404 347 | 601 188 |
| **TOTAL** | **25,6** | **2 140 820** | **10 511 037** | **8 370 217** | **9 248 755** |

Tabela 51 – Contas Consolidadas - FSE (2019-2021)

Da análise comparativa dos FSE destacam-se as principais variações, face a 2020:

i. **Conservação e Reparação da Frota** constitui a principal natureza de Gastos Operacionais em FSE e registou um aumento de 69 %. Engloba gastos referentes a estaleiros, oficinas e diversos e apoio técnico especializado à frota de navios. Em 2021 foi dada continuidade à recuperação dos níveis de operacionalidade da frota, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas).
Merece referência o estado de envelhecimento da frota da Transtejo, que importa manter operacional, até ao progresso do projeto de investimento com a aquisição de novas unidades, que permitirão a sua substituição.
Relativamente à participada Soflusa, salienta-se a entrada em vigor de um novo contrato de serviços externos – manutenção global da frota de navios, subjacente ao modelo de gestão das atividades de manutenção da frota de navios.

ii. A rubrica **Conservação e Reparação (outra)** apresenta um decréscimo de 24,3%. Esta rubrica contempla os gastos de manutenção de instalações (infraestruturas), o menor valor relevado em gastos decorre da realização de intervenções nos ILD relevadas em investimentos (projetos em curso nos diversos terminais das empresas).

iii. **Trabalhos especializados** regista uma variação de +7,1%. Contempla essencialmente contratos de prestação de serviços (assistência e avenças) destacando-se os serviços externos de amarração de navios nos e os serviços de auditoria financeira e apoio de consultoria aos diversos projetos em desenvolvimento nas empresas. Face à atual situação de insuficiência de recursos internos especializados, tem sido necessário recorrer à subcontratação de serviços externos para assegurar trabalhos e estudos de maior complexidade.

iv. **Rendas e Alugueres** apresenta uma variação de -15%. Reflete os gastos com o arrendamento de uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo (APL) por ocupação e utilização da estação de Belém, Terminais Cais do Sodré e de Cacilhas e a concessão por ocupação e utilização dos terminais do Terreiro do Paço e Barreiro.

v. **Seguros** regista uma redução de 5,5%. Destacam-se pelo maior valor envolvido, os prémios de cobertura de riscos referentes ao ramo marítimo-cascos e os seguros de responsabilidade civil (passageiros).

c) **Gastos com Pessoal** apresentam uma variação +2,6% face a 2020. A variação verificada deve-se essencialmente, ao aumento dos encargos com as indemnizações.

*(valores em Euros)*

| Gastos com Pessoal *(Contas Consolidadas)* | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| Remunerações dos Órgãos Sociais | 25,3 | 50 747 | 251 163 | 200 417 | 203 425 |
| Vencimentos e Outras Remunerações | 1,5 | 142 962 | 9 587 009 | 9 444 047 | 9 345 685 |
| Trabalho Extraordinário | (14,4) | (95 177) | 566 522 | 661 699 | 608 913 |
| Encargos sobre Remunerações | 2,9 | 68 452 | 2 392 024 | 2 323 573 | 2 267 217 |
| Indemnizações | 26 238,9 | 257 375 | 258 356 | 981 | 4 705 |
| Seguros (Saúde e Acidentes trabalho) | (14,2) | (73 735) | 446 522 | 520 258 | 441 740 |
| Gastos extra processamento [1] | (0,0) | (81) | 166 743 | 166 825 | 110 222 |
| **TOTAL** | **2,6** | **350 541** | **13 668 340** | **13 317 799** | **12 981 908** |

**Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros**

Tabela 52 - Contas Consolidadas - Gastos com Pessoal (2019-2021)

d) **Gastos e Perdas de Financiamento** esta rubrica regista uma variação de -69%, refletido os juros de financiamento de médio e longo prazo, debitados pelo Estado, correspondendo ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Salienta-se ainda que no final de 2020 se venceram alguns financiamentos, com impacto na redução de encargos financeiros.

*(valores em Euros)*

| Gastos de Financiamento (Contas Consolidadas) | Var.2021/2020 % | Var.2021/2020 Abs. | 2021 SNC-AP | 2020 SNC-AP | 2019 SNC-AP |
|---|---|---|---|---|---|
| Juros de Financiamentos Obtidos | (69,2) | (435 530) | 193 599 | 629 129 | 1 157 786 |
| Empréstimo Obrigacionista | - | - | 0 | 0 | 0 |
| Outros Juros | - | - | 0 | 0 | 0 |
| Outros Gastos de Financiamento | - | 1 337 | 1 337 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **(69,0)** | **(434 193)** | **194 936** | **629 129** | **1 157 786** |

Tabela 53 - Contas Consolidadas - Gastos de Financiamento (2019-2021)

# 8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II - "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, a Transtejo, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do diploma supra identificado, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2021, transmitidas através do ofício n.º 359/2022, de 20.01.2022, será elaborado um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2021, que se publicará em documento autónomo.

| Relatório do Governo Societário | | Identificação | | Divulgação | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | S | N | S | N |
| **I.** | **Sumário Executivo** | √ | | √ | |
| **II.** | **Missão, Objetivos e Políticas** | √ | | √ | |
| **III.** | **Estrutura de Capital** | √ | | √ | |
| **IV.** | **Participações Sociais e Obrigações legais detidas** | √ | | √ | |
| **V.** | **Órgãos Sociais e Comissões** | √ | | √ | |
| A. | Modelo de Governo | √ | | √ | |
| B. | Assembleia Geral | √ | | √ | |
| C. | Administração e Supervisão | √ | | √ | |
| D. | Fiscalização | √ | | √ | |
| E. | Revisor Oficial de Contas | √ | | √ | |
| F. | Conselho Consultivo (caso aplicável) | | √ | | √ |
| G. | Auditor Externo (caso aplicável) | √ | | √ | |
| **VI.** | **Organização Interna** | √ | | √ | |
| A. | Estatutos e comunicações | √ | | √ | |
| B. | Controlo interno e gestão de riscos | √ | | √ | |
| C. | Regulamentos e códigos | √ | | √ | |
| D. | Deveres especiais de informação | √ | | √ | |
| E. | Sítio na internet | √ | | √ | |
| F. | Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral | √ | | √ | |
| **VII.** | **Remunerações dos Órgãos Sociais** | √ | | √ | |
| A. | Competência para a determinação | √ | | √ | |
| B. | Comissão de fixação de remunerações | √ | | √ | |
| C. | Estrutura das remunerações | √ | | √ | |
| D. | Divulgação das remunerações | √ | | √ | |
| **VIII.** | **Transações com partes relacionadas e outras** | √ | | √ | |
| **IX.** | **Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental** | √ | | √ | |
| **X.** | **Avaliação do Governo Societário** | √ | | √ | |
| **XI.** | **Anexos do Relatório** | √ | | √ | |

Tabela 54 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Transtejo disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado - http://www.dgtf.gov.pt - mantendo-a periodicamente, atualizada.

# 9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021", de 20.01.2022, apresenta-se detalhe da informação solicitada, que segue o esquema do respetivo Anexo I:

## Objetivos de gestão (artigo 38.º de RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

### 1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

No ano de 2021, apesar de não terem sido celebrados os Contratos de Gestão, o Conselho de Administração, deu cumprimento às orientações recebidas do Acionista, e ao cumprimento dos regulamentos e normativos legais a que a empresa se encontra sujeita, designadamente a Lei do Orçamento de Estado para 2021 e o Despacho n.º 395/2020 de 27.07.2020 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro relativo às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2021".

Procurou ainda, em toda a sua atuação, seguir a estratégia definida pelo Governo, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e descarbonização da economia, tendo em julho de 2021, aprovado o Plano Estratégico para 2021-2022 [24],

Apresenta-se, em seguida, resumo dos objetivos a alcançar e respetivas estratégias definidas no Plano Estratégico:




[24] Vide documento em "documentos oficiais" no website www.ttsl.pt.

Apresenta-se, ainda, neste contexto, um conjunto de indicadores de monitorização extraídos do PAO de 2021, destinados a acompanhar o cumprimento dos objetivos operacionais subjacentes à estratégia de sustentabilidade da Transtejo:

| | INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO (Perspetiva: Contas Individuais) | | PAO 2021 | REAL 2021 | Variação | Grau de Execução |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | **Rendimentos do Serviço Público** | $10^3$ € | | | | |
| | *Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros + PART* | | 6 062 | 7 820 | 1 758 | 129% |
| 2 | **Margem do EBITDA** | (%) | | | | |
| | *EBITDA (€) / Volume de Negócios (Prestação de Serviços + PART)* | | -76,4% | 32,6% | -109,05 pp | -109,05 pp |
| 3 | **Prazo Médio Pagamentos (PMP)** | Dias | | | | |
| | *Prazo Médio Pagamentos (PMP)* | | 30 | 21 | -9 | 70% |
| 4 | **Consumo de combustível por LKO** | Litros | | | | |
| | *Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos* | | 0,026 L | 0,033 L | 0,007 L | 128% |
| 5 | **Gastos de Manutenção por LKO** | (€) | | | | |
| | *Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos* | | 0,014 € | 0,019 € | 0,005 € | 133% |
| 6 | **Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais** | (%) | | | | |
| | *Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais* | | 23,6% | 106,9% | 83,22 pp | 83,22 pp |
| 7 | **Gastos Operacionais por Passageiro Transportado** | (€) | | | | |
| | *Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados* | | 4,01 € | 4,62 € | 0,61 € | 115% |
| 8 | **Taxa de Absentismo** | (%) | | | | |
| | *Taxa de Absentismo* | | | 9,6% | | |
| 9 | **Grau cumprimento Plano de Investimentos** | (%) | | | | |
| | *Grau cumprimento Plano de Investimentos* | | | 43,3% | | 43% |
| 10 | **Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)*** | | | | | |
| a) | **Nº Reclamações por mil PT** | | | 0,13 | | 13% |
| b) | **Regularidade** | | | 90,8% | | 90,8% |
| c) | **Nº acidentes com passageiros por mil PT** | | | 0,3% | | 0,3% |

De acordo com o quadro anterior, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos vetores da estratégia de sustentabilidade, apoiados nos indicadores de acompanhamento:

- **Prestar um serviço público de qualidade** (Indicador 10) – ainda que não tenha sido definido objetivo nas várias componentes deste indicador, é possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT são reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi de 90,8%;
- **Promover o consumo eficiente de recursos** (Indicadores 4, 5 e 6) – os indicadores de consumo de combustível por LKO, gastos de manutenção por LKO e gastos operacionais por passageiro transportado apresentam agravamento face ao previsto;
- **Criar valor para o Acionista** (Indicadores 2 e 6) – a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais e a margem do EBITDA apresentam variações negativas face ao previsto.

## 1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2021 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

euros

| INDICADORES (Perspetiva: Contas Individuais) Unidade: euro | PAO 2021 | REAL 2021 | Desvio Abs. | Desvio % |
|---|---|---|---|---|
| **Rendimentos Operacionais[1]** | **23 656 521** | **24 228 683** | **572 161** | **2,4%** |
| *72 Prestações de serviços* | 6 062 144 | 7 820 393 | 1 758 248 | 22,5% |
| *75 Subsídios à exploração* | 15 699 067 | 14 824 414 | (874 653) | -5,9% |
| *78 Outros rendimentos e ganhos* [1] | 1 895 310 | 1 583 876 | (311 434) | -19,7% |
| **Gastos Operacionais[2]** | **28 288 686** | **22 593 162** | **(5 695 524)** | **-25,2%** |
| *61 Custo das mercadorias e das matérias consumidas* | 4 006 020 | 3 399 379 | (606 641) | -17,8% |
| *62 Fornecimentos e serviços* | 10 245 165 | 8 719 654 | (1 525 510) | -17,5% |
| *63 Gastos com pessoal* | 11 269 525 | 9 367 402 | (1 902 123) | -20,3% |
| *68 Outros gastos e perdas* | 2 767 977 | 1 106 727 | (1 661 250) | -150,1% |
| **EBITDA** *(Ajustado)* [3] | **(4 632 165)** | **1 635 521** | **6 267 685** | **383,2%** |
| **Resultado Operacional** | **(7 772 735)** | **(68 976)** | **7 703 759** | **-11168,7%** |
| **Resultado Líquido** | **(7 963 018)** | **(266 817)** | **7 696 198** | **-2884,4%** |
| **Gasóleo - Custo Total** | **2 970 000** | **2 794 464** | **-175 536** | **-6,3%** |
| Consumo *(litros)* | 5 500 000 L | 5 165 614 L | -334 386 L | -6,5% |
| Preço média / litro | 0,54 | 0,54 | 0,00 | 0,2% |
| **Plano de Investimentos** | **23 585 600** | **10 203 811** | **-13 381 789** | **-131,1%** |
| Aquisição NOVA FROTA | 21 220 000 | 8 558 814 | (12 661 186) | -147,9% |
| Aquisição/Construção de Pontões | - | - | - | |
| Frota - Navios e Pontões | 862 500 | 384 807 | (477 693) | -124,1% |
| Infraestruturas (IUD's) | 750 000 | 946 477 | 196 477 | 20,8% |
| Investimentos Correntes | | | - | |
| - Segurança | 146 000 | - | (146 000) | |
| - Sistemas e Tecnologias de Informação | 55 000 | 130 174 | 75 174 | 57,7% |
| - Informação ao Público | 80 000 | 132 464 | 52 464 | 39,6% |
| - Equipamentos Sociais e Administrativos | 5 100 | 5 734 | 634 | 11,1% |
| - Bilhética e controlo de Acessos | 344 000 | 8 215 | (335 785) | -4087,5% |
| - Outras | 123 000 | 37 126 | (85 874) | -231,3% |
| **Quadro de Pessoal** | | | | |
| Nº Médio de Efetivos | 343 | 289 | -54 | -18,7% |
| Nº de trabalhadores a 31 dez | 343 | 294 | -49 | -16,7% |
| **Endividamento** | | | | |
| Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente) | 53 905 016 | 102 810 769 | 48 905 753 | 47,6% |

***Notas:***

*1 - Exclui Subsídios ao Investimento*

*2 - Exclui Amortizações, Provisões e Ajustamentos*

*3 - Exclui rubricas No-Cash (referidas em 1 e 2)*

Tabela 55 – Indicadores de Execução PAO (2021)

## 1.c) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capítulo de Demonstrações Orçamentais.

## 2 Gestão do risco financeiro

A divulgação revista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa de juro anual dos últimos 5 anos, encontra-se no quadro abaixo:

| Anos | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Encargos Financeiros (€)** | **235 358** | **629 129** | **1 157 786** | **1 629 215** | **2 321 800** |
| **Taxa Média de Financiamento (%)** | **1,82%** | **1,82%** | **1,84%** | **2,00%** | **0,55%** |

Tabela 56 – Execução Orçamental (2017-2021)

## 3 Limite de crescimento do endividamento

O limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), é apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, na sua versão atualizada, (DLEO2019 - normas de execução do orçamento do estado):

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR – Financiamento Remunerado
Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado

Nos termos definidos do n.º 2 do artigo 159º da DLEO 2019, consideram-se novos investimento com expressão material os que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior e 10.000.000 e ou a 10% do orçamento anual da empresa.

Aplicação da fórmula do "**limite máximo de crescimento do endividamento**":

| Variação do Endividamento (execução) | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| | Valores (€) | |
| Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente) | 0 | |
| Capital Social / Capital Estatutário realizado | 0 | |
| Novos investimentos no ano t (com expressão material) | 0 | |
| **Variação do Endividamento:** | 0 % | |

Tabela 57 - Variação do Envidamento - execução (2020-2021)

## 4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do **Prazo Médio de Pagamentos** (PMP) a Fornecedores, em conformidade com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e a divulgação dos **atrasos nos pagamentos** ("*arrears*"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, constam nos quadros seguintes:

| Prazo Médio de Pagamentos (PMP) | 2021 | 2020 | Var.2021/2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Valor | % |
| Prazo (dias) | 21 | 19 | 2 | 11,8% |

Tabela 58 - PMP (2020-2021)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento. Estas medidas permitiram alcançar o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias, data de vencimento acordada com os fornecedores.

O quadro seguinte divulga a posição em 31-12-2021 das contas a pagar, com evidência das **dívidas não vencidas** e do valor das **dívidas vencidas** (*"arrears"*):

| TT 2021 | Dívidas não vencidas | Dívidas Vencidas de acordo com o Art.º1º DL 65-A/2011 | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 0-90 dias | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | > 360 dias |
| Aquisições de Bens e Serviços | 31 968,28 | 5 159,21 | 9,44 | 0 | | |
| Aquisições de Capital | | | | | | |
| Saldo em dívida | 31 968,28 | 5 159,21 | 9,44 | 0 | 0 | 0 |

Tabela 59 –Atrasos nos Pagamentos a 31 de dezembro (2021)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[25], aplicável às sociedades Transtejo e Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da reclassificação destas entidades no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviços e Fundos Autónomos.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

## 5 Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo Acionista, a Transtejo procura reportar atempadamente toda a informação e prestar os esclarecimentos solicitados.

## 6 Remunerações (*Apêndice 1*)

### 6.a) Órgãos Sociais

#### 1- Mesa da Assembleia Geral

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Valor da Senha Fixado (€) | Valor Bruto Auferido (€) |
|---|---|---|---|---|
| 2015-2017 | Presidente | Dr. Pedro Miguel Nascimento Ventura | 500 | - |
| 2015-2017 | Vice-Presidente | Dra. Tânia Rodrigues do Nascimento | 425 | 425 |
| 2015-2017 | Secretário | Dr. André Bernardo de Lemos Alves | 350 | 350 |
| | | | | 775 |

Tabela 60 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

#### 2- Conselho de Administração

Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa referir que o Conselho de Administração da Transtejo, nomeado em 01.06.2020 em regime de acumulação de funções, não aufere qualquer remuneração especifica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.

| Mandato | Cargo | Nome | Designação | | OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| (Início - Fim) | | | Forma (1) | Data | Sim/Não | Entidade de Origem | Entidade Pagadora (O/D) | Identificação da data da autorização e Forma | Nº de Mandatos |
| (2020-2022) | Presidente | Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | DUE | 01/06/2020 | n/a | n/a | n/a | n/a | 2 |
| (2020-2022) | Vogal | Luís Filipe Dias Carvalho Maia | DUE | 01/06/2020 | n/a | n/a | n/a | n/a | 2 |
| (2020-2022) | Vogal | José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | DUE | 01/06/2020 | n/a | n/a | n/a | n/a | 1 |

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)
(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 61 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

[25] O Art.º 3 da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura.

| Membro do CA | Acumulação de Funções | | |
|---|---|---|---|
| | Função | Entidade | Regime |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | Presidente | Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | Público |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | Vogal | Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | Público |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | Vogal | Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | Público |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia (*) | Vogal | OTLIS - A.C.E. | Público |

(*) Cessou funções a 17.02.2021, na sequência do Decreto-Lei n.º 121/2019 de 22 de agosto, no qual se determinou a constituição da Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A. (TML), e a extinção da OTLIS, A.C.E.

Tabela 62 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração

| Membro do CA (Nome) | EGP | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Fixado | Classificação | Remuneração mensal bruta (€) | |
| | [S/N] | [A/B/C] | Vencimento mensal | Despesas Representação |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | S | C | 4 578,20 | 1 831,28 |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | S | C | 3 662,56 | 1 465,02 |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | S | C | 3 662,56 | 1 465,02 |

Tabela 63 - Estatuto do Gestor Público

| Membro do CA (Nome) | Remuneração Anual (€) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Fixa (1) | Variável (2) | Valor Bruto (3) = (1) +(2) | Reduções (4) | Valor Bruto Final (5) = (3)-(4) |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | 86 070,16 € | - € | 86 070,16 € | 4 303,46 € | 81 766,70 € |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | 68 856,08 € | - € | 68 856,08 € | 3 442,82 € | 65 413,26 € |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | 68 856,08 € | - € | 68 856,08 € | 3 442,82 € | 65 413,26 € |
| | | | 223 782,32 € | 11 189,10 € | 212 593,22 € |

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+ despesas de representação (sem reduções).
(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 64 - Remunerações do Conselho de Administração

| Membro do CA (Nome) | Benefícios Sociais (€) | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Subsídio de Refeição | | Regime de Proteção Social | | Encargo Anual Seguro de Saúde | Encargo Anual Seguro de Vida | Outros | |
| | Valor / Dia | Montante pago Ano | Identificar | Encargo Anual | | | Identificar | Valor |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | **9,13** | 2299,16 | **Segurança Social** | 19510,80 | 386,00 | - | - | - |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | **9,13** | 2290,00 | **Segurança Social** | 15626,49 | 386,00 | - | - | - |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | **9,13** | 2299,16 | **Segurança Social** | 15626,86 | 386,00 | - | - | - |
| | - | 6888,32 | - | 50764,15 | 1158,00 | - | - | - |

Tabela 65 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração

| Membro do CA (Nome) | Encargos com Viaturas | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Viatura atribuída | Celebração de contrato | Valor de referência da viatura | Modalidade (1) | Ano início | Ano Termo | Valor da Renda Mensal | Gasto Anual com Rendas | Prestações Contratuais Remanescentes |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | Grupo Alugado_L | n/a | n/a | Aluguer Mensal | 01/01/2021 | 31/12/2021 | 647,14 | 8 151,63 | n/a |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | Grupo Alugado_L | n/a | n/a | Aluguer Mensal | 01/01/2021 | 31/12/2021 | 647,14 | 7 681,85 | n/a |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | Grupo Alugado_L | n/a | n/a | Aluguer Mensal | 01/01/2021 | 31/12/2021 | 647,14 | 7 727,83 | n/a |

Tabela 66 - Encargos com Viaturas

| Membro do CA (Nome) | Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Deslocações em Serviço | Custo com Alojamento | Ajudas de custo | Outras | | Gasto total com viagens (Σ) |
| | | | | Identificar | Valor | |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | | | | | | |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | | | **50,06** | | | **50,06** |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | | | | | | |
| | | | | | | **50,06** |

Tabela 67 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

## 3 - Fiscalização - Conselho Fiscal

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Nome | Designação | | Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€) | Nº de Mandatos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Forma (1) | Data | | |
| 2015-2017 | Presidente | Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho | DUE | 08/07/2015 | 1 281,90 | 2 |
| 2015-2017 | Vogal Efetiva | Ana Paula Fernandes dos Santos | DUE | 30/12/2016 | 961,42 | 1 |
| 2015-2017 | Vogal Suplente | André Bernardo de Lemos Alves | DUE | 30/12/2016 | n.a. | 1 |

Tabela 68 - Identificação e Estatuto remuneratório dos membros do Conselho Fiscal

| Nome | Remuneração Anual (€) | | |
|---|---|---|---|
| | Bruto (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Valor Final (3) = (1)-(2) |
| Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho | 17946,60 | | 17946,60 |
| Ana Paula Fernandes dos Santos | 13459,88 | | 13459,88 |
| André Bernardo de Lemos Alves | n.a | | |
| | | | 31406,48 |

Tabela 69 - Remuneração dos membros do Conselho Fiscal

## 4 - Fiscalização - Revisor Oficial de Contas

| Mandato (Início - Fim) | Cargo | Identificação SROC/ROC | | | Designação | | | Nº de anos de funções exercidas no grupo | Nº de anos de funções exercidas na sociedade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Nome | Nº de inscrição na OROC | Nº Registo na CMVM | Forma (1) | Data | Data do Contrato | | |
| 2008-... | Efetivo | Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda. - representado por Dr. Vítor Manuel do Carmo Martins (ROC n.º 456 \| CMVM n.º 20160148) | 100 | 20161423 | DUE | 29/08/2008 | n/a | 12 | n/a |
| 2015-2017 | Suplente | Dr. Issuf Ahmad (ROC n. º 779 \| CMVM n. º 20160412) | 779 | 20160412 | | | | | |

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Tabela 70 - Identificação do Revisor Oficial de Contas

| Nome ROC/FU | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2020 (€) | | | Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Valor Final (3) = (1)-(2) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Reduções (2) | Valor Final (3) = (1)-(2) |
| Vítor Martins & Ahmad, SROC Lda. | 24 030 | 0 | 24 030 | n/a | n/a | n/a | n/a |

Tabela 71 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas

## 6.b) Auditor Externo[26]

| Identificação do Auditor Externo | | | Data da Contratação | Duração do Contrato | Nº de anos de funções exercidas no grupo | Nº de anos de funções exercidas na sociedade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome Auditor Externo | Nº OROC | Nº CMVM | | | | |
| PKF & Associados, SROC | 152 | 20161462 | 08/05/2020 | 2 | 0 | 0 |

Tabela 72 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2020)

[26] Tabelas relativas ao n.º 4 do apêndice 1, das "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021", divulgadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

| Nome Auditor Externo | Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2020 (€) | | | Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020(€) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Valor Final (3) = (1)-(2) | Identificação do Serviço | Valor (1) | Reduções Remuneratórias (2) | Valor Final (3) = (1) (2) |
| PKF & Associados, SROC | 11.200 | | 11.200 | n/a | | | |

Tabela 73 - Remuneração do Auditor Externo

| Identificação do Auditor Externo | | | Data da Contratação | Duração do Contrato | Nº de anos de funções exercidas no grupo | Nº de anos de funções exercidas na sociedade |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Nome Auditor Externo | Nº OROC | Nº CMVM | | | | |
| PKF & Associados, SROC | 152 | 20161462 | 08/05/2020 | 2 | 0 | 0 |

Tabela 74 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021)

# 7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

## 7.a) Não utilização de cartões de crédito

Nada a reportar

## 7.b) Não reembolso de despesas de representação pessoal

Nada a reportar

## 7.c) Despesas associadas a comunicações

| Membro do CA (Nome) | Gastos com Comunicações (€) | | |
|---|---|---|---|
| | Plafond Mensal Definido | Valor Anual | Observações |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | 80,00 | 0 | DSUE_01/06/2020 |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | 80,00 | 459,52 | DSUE_01/06/2020 |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | 80,00 | 165,20 | DSUE_01/06/2020 |
| | | 620,63 | |

Tabela 75 - Gastos com Comunicações

## 7.d) Despesas associadas a viaturas de serviço

| Membro do CA (Nome) | Plafond Mensal Combustível e Portagens | Gastos anuais associados a Viaturas (€) | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Combustível | Portagens | Total | Observações |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | 457,82 | 972,60 | 469,98 | 1 442,58 | Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020 |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | 366,26 | 1 878,82 | 1 005,47 | 2 884,29 | Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020 |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | 366,26 | 1 631,13 | 478,60 | 2 109,73 | Valor mensal calculado com base na DSUE_01/06/2020 |
| | | | | 6 436,60 | |

Tabela 76 – Gastos com Viaturas

# 8 Despesas não documentadas ou confidenciais

A Transtejo cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e o disposto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o novo Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado despesas não documentadas.

# 9 Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

O n.º 2, da RCM n. º18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.1.1. – Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

Destaca-se ainda, sobre este tema, o Plano Ação Igualdade Género 2018-2021, aprovado por deliberação do Conselho de Administração a 03.09.2020.

## 10 Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Foi elaborado o Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2020, o qual obteve aprovação do Conselho de Administração em 18 de novembro de 2021.

O relatório de execução do ano de 2020, foi carregado no SIRIEF em 30 de novembro de 2021.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2021.

## Contratação Pública

Em 2020, a Transtejo, aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017[27] , de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho.

Em sessão de 24 de fevereiro de 2021, foi concedido o Visto Prévio do Tribunal de Contas relativo ao Processo de Fiscalização Prévia 3044/2020 – Contrato de prestação de serviço publico celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, para prestação do serviço de transporte fluvial de passageiros na ligação "Lisboa – Barreiro".

Em sessão de 18 de março de 2021, foi concedido o Visto Prévio do Tribunal de Contas relativo ao Processo de Fiscalização Prévia 237/2021 – Contrato nº 03/2021-TT, referente ao fornecimento de dez navios para a Transtejo –

[27] Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.ºs 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.
As alterações introduzidas agregam-se em três grandes grupos: (i) alterações decorrentes da transposição das diretivas; (ii) medidas de simplificação, desburocratização e flexibilização; e (iii) medidas de transparência e boa gestão pública.

Referência 006/2020-DJC/TT, adjudicado por deliberação do Conselho de Administração de 22/10/2020 à firma Astilleros Gondán, S.A

Em sessão de 18 de junho de 2021, foi concedido o Visto Prévio do Tribunal de Contas, relativo ao Processo de Fiscalização Prévia do contrato nº 20/2021 - referente à contratação do serviço de manutenção global da frota de navios da Soflusa (ao Consórcio S&C- Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A.

## 12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Nesta matéria, desde 2010 que a Transtejo implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo ao fornecimento de eletricidade, para o Grupo Transtejo (Acordo Quadro, de 17 de agosto de 2010).

## 13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Despacho n.º 395/2020 do SET de 27.07.2020, referente às "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos - 2021", que estabeleceu como principais orientações de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no nºs 1 e 3 do artigo 158º do DLEO 2019:

| | | |
|---|---|---|
| Resultado Líquido (1) | Resultado Líquido | Objetivo: (Empresas do SEE reclassificadas)<br>Apresentar Resultado Líquido positivo para o triénio |
| Resultado Líquido (2) | Resultado Líquida | Objetivo (Empresas do SEE reclassificadas - deficitárias):<br>Se apresentar Resultado Líquido negativo - Integrar anexo com memória justificativa do facto |
| EBIT | Resultados Antes de Juros e Impostos | Objetivo (Empresas deficitárias):<br>Se apresentar *EBIT* (excluindo Variações de Justo Valor, Provisões e Imparidades) negativo - Integrar no anexo anterior, proposta de estratégia para reposição da viabilidade económica e financeira a curto e médio prazo |
| Eficiência Operacional | - [Gastos CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações)] / Volume de Negócios | Objetivo: Garantir que, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior, ao estimado para 2019 |
| PRC | (a) Gastos com Pessoal<br>(b.I) Gastos com Deslocações, Ajudas de Custo e Alojamento;<br>(b.II) Gastos com Frota Automóvel<br>(c) Gastos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria | Objetivo: Manutenção ou redução face a 2019 |

Tabela 77 – Medidas de otimização da estrutura de Gastos Operacionais

Ao longo de 2021, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas. O desempenho da Transtejo, foi o seguinte:

| EFICIÊNCIA OPERACIONAL | 2021 Exec. | 2021 Orç. | 2020 Exec. | 2019 Exec. | 2021/2020 Δ Absol. | 2021/2020 Var. % | 2021/2019 Δ Absol. | 2021/2019 Var. % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| (0) EBITDA | 2 552 272 | (4 632 165) | 3 083 569 | (6 199 341) | (531 297) | -20,8% | 8 751 613 | 342,9% |
| (1) CMVMC | 3 399 379 | 4 006 020 | 2 433 851 | 3 566 052 | 965 528 | 28,4% | (166 673) | -4,9% |
| (2) FSE | 8 719 654 | 10 245 165 | 7 780 084 | 5 483 333 | 939 571 | 10,8% | 3 236 322 | 37,1% |
| (3) Gastos com o pessoal | 9 367 402 | 11 269 525 | 9 329 624 | 9 052 124 | 37 778 | 0,4% | 315 277 | 3,4% |
| (3.i) Indemnizações pagas por rescisão | - | 100 000 | - | - | - | | - | |
| (3.ii) Valorizações remuneratórias | 43 063 | 7 923 | 137 132 | 244 447 | (94 069) | -218,4% | (201 384) | -467,6% |
| (3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT | - | - | - | - | - | | - | |
| (3.iv) Indemnizações extraordinárias | 2 820 | 866 250 | 835 | 827 | 1 985 | 70,4% | 1 992 | 70,7% |
| (4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv | 9 321 519 | 10 295 352 | 9 191 657 | 8 806 850 | 129 861 | 1,4% | 514 669 | 5,5% |
| (5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais a) | 65 909 | 174 694 | 172 574 | - | (106 665) | -161,8% | 65 909 | 100,0% |
| (6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5) | 21 374 643 | 24 371 842 | 19 233 018 | 17 856 235 | 2 141 625 | 10,0% | 3 518 408 | 16,5% |
| (7) Volume de negócios (VN) | 4 410 076 | 5 526 003 | 4 390 072 | 9 600 787 | 40 004 | 0,9% | (5 170 711) | -116,7% |
| (7.i) Subsídios à exploração | 14 628 000 | 15 699 067 | - | - | 14 628 000 | 100,0% | 14 628 000 | 100,0% |
| (7.ii) Indemnizações Compensatórias | - | - | 14 075 755 | 2 549 043 | (14 075 755) | | (2 549 043) | |
| (8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19[a] | 2 993 995 | 1 071 067 | 3 119 567 | - | (125 572) | -4,2% | 2 993 995 | 100,0% |
| (9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8) | 7 424 071 | 6 597 070 | 7 509 639 | 9 600 787 | (85 568) | -1,2% | (2 176 715) | -29,3% |
| (10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9) | 288% | 369% | 256% | 186% | | 11,0% | 1 | 35,4% |
| 11. i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE) | 10 | 20 350 | 120 | 288 | (110) | -1146,6% | (279) | -2902,6% |
| 11. ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal) | 85 | - | 1 169 | 20 | (1 084) | -1280,4% | 65 | 76,5% |
| 11. iii. Gastos associados à frota automóvel[b] | 58 486 | 87 318 | 49 640 | 53 270 | 8 847 | 15,1% | 5 216 | 8,9% |
| (11) Total = (i) + (ii) + (iii) | 58 580 | 107 668 | 50 928 | 53 579 | 7 652 | 13,1% | 5 002 | 8,5% |
| (12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria | 87 406 | 238 841 | 56 932 | 66 261 | 30 474 | 34,9% | 21 145 | 24,2% |
| Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) | 302 | 350 | 299 | 306 | 3 | 1,0% | (4) | -1,3% |
| N.º Órgãos Sociais (OS) | 8 | 10 | 8 | 8 | - | 0,0% | - | 0,0% |
| N.º Cargos de Direção (CD) | 9 | 9 | 9 | 9 | - | 0,0% | - | 0,0% |
| N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) | 285 | 331 | 282 | 289 | 3 | 1,1% | (4) | -1,4% |
| N.º Trabalhadores/N.º CD | 32 | 37 | 31 | 32 | | 1,1% | () | -1,4% |
| N.º de viaturas | 12 | 14 | 12 | 11 | - | 0,0% | 1 | 8,3% |

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Nota: (7) O Volume de Negócios inclui rendimentos da atividade (prestação de serviços de transporte e rendimentos das atividades acessórias). Para efeitos de comparabilidade, os valores dos períodos anteriores foram reexpressos.

Tabela 78 - Avaliação do cumprimento do PRC (2021)

Os impactos da pandemia Covid-19 nos gastos operacionais (5) foram essencialmente, a aquisição de produtos de desinfestação e de material de proteção (luvas, máscaras, viseira, etc.), bem como a desinfestação de espaços passíveis de contaminação de COVID-19/ desinfestação da Frota.

O Volume de Negócios (7), engloba os rendimentos da atividade de transporte e atividades acessórias, sendo para efeitos de análise, adicionados os valores referentes a compensações financeiras (CSP) e tarifárias.

Em relação à frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, contudo salienta-se a sua elevada antiguidade.

## 14 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria - cumprimento do disposto n.º 7 do artigo 49.º do DLEO2019

As empresas públicas do setor empresarial do Estado devem evidenciar o cumprimento do procedimento regulado no Artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, relativo à Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria por empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, submetendo, sempre que for aplicável, à Parpública - Participações Públicas, SGPS, S. A. para parecer prévio, procedimentos de contratação de estudos,

pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidam sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do DLEO2019. Na Transtejo, em 2020, houve lugar à submissão de 2 procedimentos de contratação enquadrados nesta legislação, tendo dado cumprimento ao previsto na supramencionada legislação.

## 15 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho[28], a Transtejo dispõe de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (doravante IGCP)[29], no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 172.º relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria da LOE[30] e no artigo 115.º relativo à Unidade de Tesouraria do DLEO de 2019[31], a Transtejo procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

| IGCP | 1º Trimestre (€) | 2º Trimestre (€) | 3º Trimestre (€) | 4º Trimestre (€) |
|---|---|---|---|---|
| **Disponibilidades** | 12 164 915 | 10 082 278 | 8 462 438 | 7 166 044 |
| **Aplicações financeiras** | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Total** | **12 164 915** | **10 082 278** | **8 462 438** | **7 166 044** |

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a Transtejo procedeu abertura de conta no IGCP, no âmbito do cumprimento do Princípio de UTE.

| Banca Comercial* | 1º Trimestre (€) | 2º Trimestre (€) | 3º Trimestre (€) | 4º Trimestre (€) |
|---|---|---|---|---|
| BANCO BPI, S.A. | 12 164 915 | 10 082 278 | 8 462 438 | 7 166 044 |
| BES/Novo Banco | 465 419 | 351 784 | 357 505 | 141 962 |
| **Total** | **12 630 333** | **10 434 062** | **8 819 943** | **7 308 005** |
| **Juros auferidos**** | **0** | **0** | **0** | **0** |

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Tabela 79 - Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Transtejo dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente, a emissão e gestão de garantias bancárias, que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e serviço de recolha de valores e abastecimento de trocos.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa, fundamentada, do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE).

Através de ofício de 09.01.2020, a Transtejo solicitou ao IGCP, o reforço de dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2020 e extensão para o ano de 2021. Por ofício n.º 1689A de 02.11.2020, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021.

[28] *Vide* n.º 1, do Artigo 63º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).
[29] Anteriormente designada como Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)
[30] *Vide* artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro Lei do Orçamento do Estado para 2021
[31] *Vide* artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para o ano de 2019 e que vigorou no ano de 2021.

## 16 Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

## 17 Informação divulgada a 31 de dezembro de 2021 no site do SEE (portal DGTF)

| Informação a constar no Site do SEE | Divulgação | | Comentários |
|---|---|---|---|
| | S/N/N.A. | Data Atualização | |
| **Estatutos** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Caracterização da Empresa** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Função de Tutela e Acionista** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Identificação dos Órgãos Sociais | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Estatuto Remuneratório Fixado | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Esforço Financeiro Público** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Ficha Síntese** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Informação Financeira histórica e atual** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| **Princípios de Bom Governo** | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Transações relevantes com entidades relacionadas | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Outras transações | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios: | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| Económico | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| Social | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| Ambiental | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |
| - Código de ética | S | 05/03/2021 | Vide site Transtejo e Soflusa |

Tabela 80 - Informação divulgada no SEE

## 18 Cumprimento das Orientações legais – quadro síntese (*Apêndice 2*)

Apêndice 2 — EPNF SA - 2021

| Cumprimento das Orientações legais - 2021 | Cumprimento S/N/N.A. | Quantificação/Identificação | Justificação / Referência ao ponto do Relatório |
|---|---|---|---|
| **Objetivos de Gestão** | | | |
| Indicadores de Acompanhamento definidos para 2021 | S | | 9-1.a) |
| **Metas a atingir constantes no PAO 2021** | S | | 9-1.b) |
| Investimento | S | Cumprimento - Grau de execução 43,26% | 9-1.b) |
| Nível de endividamento | S | | 9-1.b) |
| Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE | S | Receita = 75% \| Despesa =77% | 9-1.c) |
| **Gestão do Risco Financeiro** | S | Taxa média de financiamento 1,82% | 9-2 |
| **Limites de Crescimento do Endividamento** | S | Var. Endividamento 0,21% | Justificar se superior a 2% |
| **Evolução do PMP a fornecedores** | S | -9 dias relativamente ano anterior | 9-4. |
| **Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")** | S | Total de 'Arrears' em 31 de dezembro (em euros) 5168,65€ | 9-4. |
| **Recomendações do acionista na última aprovação de contas** | | | |
| (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida em 28 de julho de 2021 - aprovação de contas do exercício de 2018) | S | | 9-5. |
| **Reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas (CLC)** | | | |
| Reserva ... | N.A. | | |
| **Remunerações /honorários** | | | |
| Não atribuição de prémios de gestão | N.A. | | 9-6.a) |
| CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável) | N.A. | | 9-6.a) |
| Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável) | N.A. | | 9-6.a) |
| Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável) | N.A. | | 9-6.b) |
| **EGP - artigo 32º e 33.º do EGP** | | | |
| Não utilização de cartões de crédito | S | | 9-7. |
| Não reembolso de despesas de representação pessoal | S | | 9-7. |
| Valor máximo das despesas associadas a comunicações | S | | 9-7. |
| Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço | S | | 9-7. |
| **Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP** | | | |
| Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais | S | | 9-8. |
| **Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014** | | | |
| Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens | S | https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/ | 9-9. |
| **Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção** | S | https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/ | 9-10. |
| **Contratação Pública** | | | |
| Aplicação das normas de contratação pública pela empresa | S | | 9-11. / 9-12. |
| Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas | S | | 9-11. / 9-12. |
| Contratos submetidos a visto prévio do TC | S | N.º de Contratos: 2 - Valor: 66.915.000 € | 9.11. |
| **Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas** | S | | 9-12. |
| **Gastos Operacionais das Empresas Públicas** | S | | 9-13. |
| **Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)** | S | N.º de Procedimentos: 2 | 9.14. |
| ***Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)*** | S | | 9-15. |
| Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP | S | 98,06% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31.12.2021 | 9-15. |
| Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial | N.A. | Ofício IGCP n.º 1689A, 02.novembro.2020 | 9-15. |
| Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado | N.A. | - Dispensa do cumprimento 2020 e 2021 | 9-15. |
| **Auditorias do Tribunal de Contas (b)** | | | |
| Recomendações | S | 2010 \| Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS | 9-16. |
| **Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto** | S | Plano para Igualdade 2018-2021 | 9-9. |
| **Apresentação da demonstração não financeira** | N.A. | | |

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.
(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

Tabela 81 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2021)

# 10. Notas Finais

## 10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Transtejo, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

## 10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício 2021, no montante negativo de -266.817,23€ (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e dezassete euros e vinte e três cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

## 10.3. Eventos Subsequentes

A preparação destes documentos de prestação de contas, reportados ao ano 2021, decorre, ainda, num contexto de grande incerteza, derivado da situação geopolítica na União Europeia, associado ao desenrolar de uma guerra no Leste da Europa, com grande impacto ao nível social e económico, nomeadamente, decorrente do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, e em especial dos recursos energéticos e matérias-primas.

Embora se encontrem significativamente atenuados os efeitos decorrentes do surto de Covid-19, mantém-se a expectativa da sustentabilidade desta situação e aguarda-se a efetiva recuperação dos níveis de atividade económica e confiança numa retoma da normalidade da vida das empresas.

Lisboa, 24 de novembro de 2022,

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

(Presidente)

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

(Vogal)

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

(Vogal)



TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2021 - Contas Consolidadas

# Demonstrações Financeiras & Anexo às Demonstrações Financeiras

# Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021

| Rubricas | Notas | Datas | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| **ATIVO** | | | |
| **Ativo Não Corrente** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 43 087 111,11 | 36 135 380,05 |
| Ativos intangíveis | 3 | 715 294,52 | 580 595,05 |
| Investimentos Financeiros | | 0,00 | 342 236,38 |
| Outros ativos financeiros | | 10 048,67 | 7 254,97 |
| **Total Ativo Não Corrente** | | **43 812 454,30** | **37 065 466,45** |
| **Ativo Corrente** | | | |
| Inventários | 10 | 1 550 087,78 | 1 304 122,74 |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | | 49 350 470,82 | 4 280 401,30 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 9, 18.2.a) | 82 443,07 | 129 392,78 |
| Estado e outros ente públicos | 18.2.f) | 991 207,22 | 937 461,43 |
| Outras contas a receber | 18.2.b), 14 | 3 495 288,73 | 707 140,74 |
| Diferimentos | 18.2.e) | 46 816,61 | 577 007,97 |
| Caixa e depósitos | 1.2.e) | 13 300 371,82 | 12 158 382,15 |
| **Total Ativo Corrente** | | **68 816 686,05** | **20 093 909,11** |
| **Total do ATIVO** | | **112 629 140,35** | **57 159 375,56** |
| | | | |
| **PATRIMÓNIO LÍQUIDO** | | | |
| Património/Capital | 18.15 | 208 025 085,00 | 208 025 085,00 |
| Resultados transitados | 18.18 | (286 003 550,77) | (286 041 923,38) |
| Ajustamentos em ativos financeiros | 18.18 | 290 521,51 | 290 521,51 |
| Outras variações no património líquido | 18.18 | 18 480 090,07 | 21 063 616,13 |
| Resultado líquido do período | | (266 817,23) | 38 372,61 |
| | | | |
| **TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO** | | **(59 474 671,42)** | **(56 624 328,13)** |
| | | | |
| **PASSIVO** | | | |
| **Passivo Não Corrente** | | | |
| Provisões | 15 | 483 291,42 | 633 943,01 |
| Financiamentos obtidos | 7, 18.9 | 13 647 034,82 | 20 228 157,83 |
| **Total Passivo Não Corrente** | | **14 130 326,24** | **20 862 100,84** |
| **Passivo Corrente** | | | |
| Fornecedores | 18.2.c) | 70 063,40 | 692 668,49 |
| Estado e outros entes públicos | 18.2.f) | 443 589,82 | 446 031,59 |
| Financiamentos obtidos | 7, 18.9 | 89 163 734,17 | 82 582 611,16 |
| Fornecedores de Investimentos | | 11 252,80 | 53 869,85 |
| Outras contas a pagar | 18.2.d) | 9 324 958,09 | 8 897 228,73 |
| Diferimentos | 18.2.e) | 58 959 887,25 | 249 192,93 |
| **Total Passivo Corrente** | | **157 973 485,53** | **92 921 602,85** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **172 103 811,77** | **113 783 703,69** |
| **TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO** | | **112 629 140,35** | **57 159 375,56** |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueroia Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidada
# período findo em 31 de dezembro de 2021

| Rendimentos e Gastos | Notas | Período | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Prestações de serviços e concessões | 13 | 16 959 707,19 | 14 684 020,12 |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 14 | 15 106 237,81 | 14 483 054,28 |
| Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos | | 679 112,70 | 72 918,57 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10 | (6 968 040,46) | (5 123 823,37) |
| Fornecimentos e serviços externos | 23.2 | (10 511 037,42) | (8 370 217,36) |
| Gastos com pessoal | 23.3 | (13 668 340,36) | (13 317 799,12) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 15 | 150 651,59 | 449 748,11 |
| Outros rendimentos | 13/14 | 3 946 667,65 | 3 276 947,80 |
| Outros Gastos | 23.4 | (78 767,22) | (147 989,53) |
| **Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento** | | **5 616 191,48** | **6 006 859,50** |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização | 3/5 | (5 640 986,01) | (5 274 390,99) |
| **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)** | | **(24 794,53)** | **732 468,51** |
| Juros e gastos similares suportados | 7 | (236 694,84) | (629 129,08) |
| **Resultado antes de imposto** | | **(261 489,37)** | **103 339,43** |
| Imposto sobre o rendimento | 18.2.f) | (5 327,86) | (64 966,82) |
| **Resultado líquido do Período** | | **(266 817,23)** | **38 372,61** |
| **Resultado líquido do Período atribuível a: (2)** | | | |
| Detentores do capital da entidade-mãe | | | |
| Interesses que não controlam | | | |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2021

| Descrição | Notas | Património Líquido atribuído aos detentores de Património líquido da entidade-mãe | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital/Património Realizado | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas Legais | Reservas decorrentes da transferência de ativos | Outras Reservas | Resultados Transitados | Ajustamentos em ativos financeiros | Excedentes de revalorização | Outras variações no património líquido | Resultado líquido do período | Total |
| Posição no início do Período (1) | | 208 035 885,00 | | | | | (186 041 992,39) | 390 521,53 | | 21 063 616,33 | 38 373,61 | (56 634 328,13) |
| Alterações no Período | | | | | | | | | | | | |
| Transferências e subsídios de capital | 18 18 | | | | | | | | | (2 583 526,06) | | (2 583 526,06) |
| Outras alterações reconhecidas no Património líquido | 19 18 | | | | | | 38 373,61 | | | | (38 373,61) | |
| (2) | | | | | | | 38 373,61 | | | (2 583 526,06) | (38 373,61) | (2 583 526,06) |
| Resultado líquido do período (3) | | | | | | | | | | | (166 817,23) | (166 817,23) |
| Resultado Integral (4)=(2)+(3) | | | | | | | 38 373,61 | | | (2 583 526,06) | (205 189,84) | (2 750 343,29) |
| Operações com detentores de Capital no Período | | | | | | | | | | | | |
| Realizações de capital/património | | | | | | | | | | | | |
| (5) | | | | | | | | | | | | |
| Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(4)+(5) | | 208 035 885,00 | | | | | (186 003 550,77) | 390 521,53 | | 18 480 090,27 | (166 817,23) | (59 479 671,42) |

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lupata Ferrol

Eng. Luís Felipe Dias Carvalho Maia

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Manuel Rocha de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021

| Rubricas | Notas | Período | |
|---|---|---|---|
| | | 2021 | 2020 |
| Fluxos de Caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 18 228 272,40 | 16 706 683,51 |
| Recebimentos de transferências e subsídios correntes | | 16 079 747,59 | 2 415 824,10 |
| Pagamentos a fornecedores | | (20 771 438,12) | (17 214 222,44) |
| Pagamentos ao pessoal | | (13 172 554,59) | (12 591 602,15) |
| Pagamentos de transferências e subsídios | | (1 991 210,00) | |
| **Caixa Gerada de Operações** | | **(1 627 182,72)** | **(10 683 316,98)** |
| Outros recebimento/pagamentos | | 1 059 820,37 | 14 107 747,28 |
| **Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)** | | **(567 362,35)** | **3 464 042,77** |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Investimentos Financeiros | | 1 021 349,08 | 257 345,48 |
| Subsídios ao Investimento | | 13 695 362,48 | 2 150 749,70 |
| Ativos Fixos tangíveis | | (12 655 614,19) | (3 382 969,85) |
| Ativos Intangíveis | | (351 745,35) | (243 261,25) |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)** | | **1 709 352,02** | **(1 218 135,92)** |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Financiamentos obtidos | | - | 1 639 029,00 |
| **Pagamentos respeitantes a:** | | | |
| Outras operações de financiamento | | - | (1 000 000,00) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)** | | **-** | **639 029,00** |
| **Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)** | | **1 141 989,67** | **2 884 935,85** |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | 12 158 382,15 | 9 273 446,30 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | 13 300 371,82 | 12 158 382,15 |
| **CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA** | | | |
| **Caixa e seus equivalentes no início do período** | | **12 158 382,15** | **9 273 446,30** |
| - Equivalentes a caixa no início do período | | | |
| - Variações cambiais de caixa no início do período | | | |
| = Saldo da gerência anterior | | 12 158 382,15 | 9 273 446,30 |
| De execução orçamental | | | |
| De operações de tesouraria | | | |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | | **13 300 371,82** | **12 158 382,15** |
| - Equivalentes a caixa no fim do período | | | |
| - Variações cambiais de caixa no fim do período | | | |
| = Saldo para a gerência seguinte | | 13 300 371,82 | 12 158 382,15 |
| De execução orçamental | | 13 422 203,47 | 12 140 765,05 |
| De operações de tesouraria | | - | - |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueiredo Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

## 1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1. Identificação a entidade e período de relato

O Grupo Transtejo ("Grupo") é constituído pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. ("Transtejo" ou "Empresa") e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. ("Soflusa").

| | | Percentagem efectiva do capital | |
|---|---|---|---|
| **Denominação Social** | **Sede** | **2021** | **2020** |
| Transtejo - Transportes Tejo, S.A. | Lisboa | Empresa-mãe | |
| Soflusa - Sociedade Fluvial de Trasnportes, S.A. | Lisboa | 100,00 | 100,00 |

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos, com sede em Lisboa, criada em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública e transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A Empresa tem como atividade principal a exploração de transportes fluviais de passageiros, podendo, acessoriamente, explorar os serviços e efetuar as operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com aquele objeto ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização. Na prossecução deste objetivo, o Grupo, constituído pela Transtejo e sua participada Soflusa, explora as cinco carreiras fluviais existentes entre as margens do rio Tejo.

O Grupo detém, presentemente, uma área de negócio principal: prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. Exerce ainda atividades acessórias de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques de estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado Português, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do setor público.

Esta sociedade rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo). Desenvolve a sua atividade em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A Transtejo e a Soflusa são Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) desde 2013, encontrando-se sob tutela do Ministério do Ambiente. Os códigos da classificação orgânica são 5871 (Transtejo) e 5872 (Soflusa).

Considerando a condição de EPR com autonomia de reporte e execução orçamental junto da DGO, estas sociedades divulgam informação referente ao desempenho orçamental de 2021 (Demonstrações Orçamentais e Anexo) apenas nos documentos de prestação de contas individuais.

Com efeitos desde 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro destas entidades encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2021);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2021, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2022, foi aplicada a Circular Série A nº 1404 de 02 de agosto de 2021);
d) No âmbito da execução do OE2021: reportes, previstos no artigo 120.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

**Participação financeira da Transtejo na Soflusa**

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição da totalidade do capital da Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa foi constituída pela CP – Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos – que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo – com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa – Barreiro.

Em 2021, através da celebração de Contrato de prestação de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado Português, foi concedida à Transtejo a exploração das 5 ligações fluviais de serviço público de transporte de passageiros no rio Tejo, incluindo a ligação fluvial Lisboa – Barreiro. Nessa sequência, foi concessionada a exploração dessa ligação fluvial, pela Transtejo à Soflusa, através de subcontrato de serviço público (com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021).

## 1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

### a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas.

### b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do exercício anterior.

### c) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

### d) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

| Conta PCM | Natureza | 31.dez.2021 | 31.dez.2020 |
|---|---|---|---|
| 111 | Caixa/Máquinas Automáticas | 89 617,76 | 89 265,79 |
| 118 | Caixa Pequena | 300,00 | 300,00 |
| 121 | Depósitos à ordem no Tesouro | 12 531 166,31 | 11 466 190,12 |
| 1221 | Banco BPI, S.A. | 679 287,75 | 602 626,24 |
| Total | | 13 300 371,82 | 12 158 382,15 |

# 2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

## 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional do Grupo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

**Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

**Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Respeitando o Princípio da Continuidade do Grupo, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

**Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante os leitores destas demostrações financeiras.

**Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

**Compensação**

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

**Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, o Grupo Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

## 2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

### i) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração dos resultados por natureza consolidada desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a Empresa e suas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

### ii) Investimentos financeiros em empresas subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

### iii) Investimentos em empreendimentos conjuntos

Os interesses do Grupo em entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas do empreendimento conjunto é reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada e a quota-parte nos movimentos de reservas do empreendimento conjunto é reconhecida em reservas. Transações e ganhos ainda não

realizados entre o Grupo e os empreendimentos conjuntos são eliminados tendo em conta o interesse do Grupo.

As políticas contabilísticas das entidades em empreendimento conjunto são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando os interesses em empreendimentos conjuntos são imateriais, o Grupo Transtejo regista-os ao custo de aquisição, tendo em conta qualquer potencial de imparidade.

**iv) Conversão cambial**

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

**Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

**Cotações utilizadas**

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

| Moeda | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| USD | 1,1326 | 1,2271 |
| GBP | 0,8403 | 0,8990 |

**Fonte:** cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**v) Ativos fixos tangíveis**

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), o Grupo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

| | Anos |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | Entre 3 a 50 anos |
| Embarcações | Entre 16 a 22 anos |
| Recondicionamento motores embarcações | Entre 5 a 7 anos |
| Equipamento básico - Outros | Entre 3 a 22 anos |
| Equipamento de transporte | 4 anos |
| Ferramentas e utensílios | Entre 4 a 8 anos |
| Equipamento administrativo | Entre 3 a 12 anos |
| Outros ativos tangíveis | Entre 3 a 12 anos |

As embarcações de uma das empresas do Grupo (Soflusa) e duas unidades da frota Transtejo (novos ferries adquiridos em 2011) encontram-se componentizadas, estando separado do custo de aquisição da embarcação, o montante correspondente ao recondicionamento dos motores principais, o qual é amortizado entre cinco e sete anos, período estimado da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem concluídos e na condição de uso pretendido pela gestão.

Aos ativos fixos tangíveis que demorem mais do que 12 meses a ficar na sua condição de uso, são adicionados durante o período de construção, os custos de financiamento específico ou geral incorrido na quota-parte do investimento em ativos que não tenha sido subsidiada.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

**vi) Ativos intangíveis**

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a software informático (licenças), amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos e a projetos de desenvolvimento (estudos e projetos no âmbito do plano de renovação da frota de navios).

**vii) Imparidade de ativos não financeiros**

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. O Grupo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

**viii) Ativos financeiros**

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("*bid*"). Se não existir um mercado ativo, o Grupo estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de fluxos de caixa descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da Transtejo visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço consolidado como "Clientes" e "Outros créditos a receber", e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;

- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

**ix) Inventários**

O Grupo reconhece como inventários as matérias de consumo (ex.: combustível, lubrificantes), materiais para reparações e peças sobressalentes a consumir pelo Grupo em intervenções de manutenção das embarcações e instalações fixas, assim como consumíveis utilizados na Operação.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização.

**x) Clientes e outras contas a receber**

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza consolidada, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente, ao seu justo valor.

**xi) Caixa e depósitos bancários**

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

**xii) Capital social**

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

**xiii) Passivos financeiros**

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

**xiv) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza consolidada ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

**xv) Gastos com financiamentos**

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pelo Grupo ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

**xvi) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza consolidada, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O Grupo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

**xvii) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação;
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

**xviii) Subsídios e apoios do Governo**

O Grupo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza consolidada à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados por natureza consolidada no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

O Grupo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes

e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

**xix) Locações**

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza consolidada, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza consolidada numa base linear, durante o período da locação.

**xx) Fornecedores e outras contas a pagar**

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, o Grupo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

**xxi) Especialização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

**xxii) Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade do Grupo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito do Grupo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela prestação destes serviços resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo ou Soflusa;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (Sistema PART, implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) - Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo e Soflusa é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do sistema PART – Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

**xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração de fluxos de caixa consolidada é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros do Grupo. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;

(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços do Grupo. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e

(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital ao Grupo. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

**xxiv) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

**xxv) Segmentos operacionais**

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades do Grupo e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

## 2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As

estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  O Grupo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza consolidada de cada exercício.

  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.

- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

  No entanto, tendo em conta a estrutura acionista do Grupo e a natureza dos serviços prestados, a determinação da existência de imparidade não é expectável.

### 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.5. Aplicação inicial de uma NCP

No Grupo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

### 2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

### 2.7. Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

*i) Fatores do risco financeiro*

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco do Grupo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que o Grupo está sujeito, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pelo Grupo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

**Risco de mercado:**

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional do Grupo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional do Grupo, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade do Grupo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.
- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas do Grupo, o custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

  O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

**Risco de crédito:**

O risco de crédito do Grupo é reduzido, uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pelo Grupo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

**Risco de liquidez:**

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

*ii) Gestão do risco de capital*

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

### 2.8. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

### 2.9. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

## 3 Ativos Intangíveis

### 3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

#### a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

#### b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

#### c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| Rubricas | Início do período | | | | Final do período | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantia bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por imparidade Acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por imparidade Acumuladas | Quantia escriturada |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(2)-(3)-(4) | (6) | (7) | (8) | (9)=(6)-(7)-(8) |
| **ATIVOS INTANGÍVEIS** | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Goodwill | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projectos de desenvolvimento | 139 250,00 | 4 645,84 | - | 134 604,16 | 305 911,10 | 71 539,20 | - | 234 371,90 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 2 598 568,26 | 2 283 096,89 | - | 315 471,37 | 2 719 909,77 | 2 446 276,64 | - | 273 633,13 |
| Propriedade industrial e intelectual | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativos intangíveis em curso | 130 519,52 | - | - | 130 519,52 | 207 289,49 | - | - | 207 289,49 |
| Total | 2 868 337,78 | 2 287 742,73 | - | 580 595,05 | 3 233 110,36 | 2 517 815,84 | - | 715 294,52 |

### d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza consolidada. Em 2020 ascenderam ao montante de 174.120,27 € e em 2021 ascenderam a 230.073,11 €.

### e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões e perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| **ATIVOS INTANGÍVEIS** | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Goodwill | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Projectos de desenvolvimento | 134 604,16 | 1 500,00 | 166 161,10 | - | - | - | (66 893,36) | - | - | 234 371,90 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 315 471,37 | 21 238,53 | 100 102,98 | - | - | - | (163 179,75) | - | - | 273 633,13 |
| Propriedade industrial e intelectual | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativos intangíveis em curso | 130 519,52 | 342 034,05 | (265 264,08) | - | - | - | - | - | - | 207 289,49 |
| Total | 580 595,05 | 364 772,58 | - | - | - | - | (230 073,11) | - | - | 715 294,52 |

### i) Ativos Intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Rubricas | Adições | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em Pagamento | Locação Financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| **ATIVOS INTANGÍVEIS** | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | | | |
| Projectos de desenvolvimento | 165 161,10 | 1 500,00 | | | | | | | | 166 661,10 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 100 102,98 | 21 238,53 | | | | | | | | 121 341,51 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | (265 264,08) | 342 034,05 | | | | | | | | 76 769,97 |
| Total | | 364 772,58 | | | | | | | | 364 772,58 |

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 364.772,58 respeita, essencialmente à aquisição de software AutoCad (8.815,00€), à conclusão de diversos projetos associados à renovação da frota, de apoio técnico e jurídico (102.161,10€), à implementação de software referente ao Sistema de Gestão de Escalas (45.701,00€), ao projeto da bilheteira no Terreiro do Paço (49.500,00€), ao software de Gestão da Manutenção (12.423,53€), à implementação do software Power BI (20.807,84€), e de suporte à Faturação Eletrónica (8.645,00€) e outros softwares ligados à operação da Empresa (17.303,00€).

O valor em ativos intangíveis em curso, corresponde ao projeto de implementação do módulo de Recursos Humanos no ERP Primavera (40.504,08€) e a estudos relacionados com os projetos de reabilitação da estação de Cacilhas (78.930,00€) e das Estações de Carregamento para a nova frota de navios elétricos (11.980,00€).

**ii) Ativos intangíveis - Diminuições**

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, não ocorreram diminuições nos ativos intangíveis.

### 3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

**a) Ativos intangíveis materialmente relevantes**

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentassem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

**b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor**

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

**c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos**

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não detinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

**d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis**

Em 2021 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 304.166,20€, correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

Em 2020 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 189.695,51€, correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição dos módulos de RH do Primavera e upgrade do ERP, assim como desenvolvimentos decorrentes da introdução de novos títulos no sistema de bilhética (adoção de passe família no âmbito do PART), implementação de QRCode na faturação, aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

**e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações**

No exercício de 2021 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

### 3.3. Ativos intangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 3.5. Outras divulgações

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

## 5 Ativos fixos tangíveis

### 5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

**a) Bases de mensuração**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

**b) Método de depreciação usado**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

**c) Vidas úteis ou taxas de depreciação**

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por natureza consolidada.

### d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| Rubricas | Início do Período | | | | Final do Período | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade Acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por imparidade Acumuladas | Quantia escriturada |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(2)-(3)-(4) | (6) | (7) | (8) | (9)=(6)-(7)-(8) |
| **Outros Ativos Tangíveis** | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 44 996,79 | - | - | 44 996,79 | 44 996,79 | - | - | 44 996,79 |
| Edifícios e outras construções | 17 049 262,01 | 8 966 926,75 | - | 8 082 335,26 | 18 469 194,08 | 9 353 312,16 | - | 9 115 881,92 |
| Equipamento básico | 134 717 405,02 | 108 625 549,73 | - | 26 091 855,29 | 136 045 774,80 | 113 406 983,85 | - | 22 638 790,95 |
| Equipamento de transporte | 247 398,65 | 247 398,65 | - | - | 247 398,65 | 247 398,65 | - | - |
| Equipamento Administrativo | 1 945 508,62 | 1 455 835,48 | - | 489 673,14 | 2 103 032,68 | 1 604 017,28 | - | 499 015,40 |
| Equipamentos biológicos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros | 1 114 144,51 | 780 598,72 | - | 333 545,79 | 1 247 047,53 | 875 510,29 | - | 371 537,24 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 1 092 973,78 | - | - | 1 092 973,78 | 10 416 888,81 | - | - | 10 416 888,81 |
| | 156 211 689,38 | 120 076 309,33 | - | 36 135 380,05 | 168 574 333,34 | 125 487 222,23 | - | 43 087 111,11 |
| Total | **156 211 689,38** | **120 076 309,33** | - | **36 135 380,05** | **168 574 333,34** | **125 487 222,23** | - | **43 087 111,11** |

### e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações do período | Diferenças Cambiais | Diminuições | Quantia escriturada (final) |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| Outros Ativos Tangíveis | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 44 996,79 | - | - | - | - | - | - | - | - | 44 996,79 |
| Edifícios e outras construções | 8 082 335,26 | 40 383,06 | 1 374 548,13 | - | - | - | (386 385,48) | - | - | 9 115 881,92 |
| Equipamento básico | 26 091 855,29 | 86 774,24 | 1 747 099,58 | - | - | - | (4 781 434,17) | - | - | 22 638 790,95 |
| Equipamento de transporte | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Equipamento Administrativo | 489 673,14 | 20 967,88 | 136 556,23 | - | - | - | (148 181,80) | - | - | 499 015,40 |
| Outros | 333 545,79 | 110 773,61 | 22 129,41 | - | - | - | (94 911,57) | - | - | 371 537,24 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 1 092 973,78 | 12 104 244,32 | (2 780 929,29) | - | - | - | - | - | - | 10 416 888,81 |
| | 36 135 380,05 | 12 362 643,96 | - | - | - | - | (5 410 912,90) | - | - | 43 087 111,11 |
| Total | 36 135 380,05 | 12 362 643,96 | - | - | - | - | (5 410 913,90) | - | - | 43 087 111,11 |

### i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Rubricas | Adições | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Internas | Compras | Cessão | Transferência ou troca | Expropriação | Doação, herança, legado ou perdida a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11) | (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11) |
| Outros Ativos Tangíveis | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 1 379 548,11 | 40 388,96 | | | | | | | | | 1 419 937,07 |
| Equipamento básico | 1 242 095,54 | 86 274,24 | | | | | | | | | 1 328 369,78 |
| Equipamento de transporte | | | | | | | | | | | |
| Equipamento Administrativo | 136 556,23 | 20 967,93 | | | | | | | | | 157 524,06 |
| Outros | 24 129,41 | 158 773,61 | | | | | | | | | 182 903,02 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | (2 780 329,29) | 12 108 244,32 | | | | | | | | | 9 323 915,03 |
| | - | 12 362 643,96 | | | | | | | | | 12 362 643,96 |
| Total | - | 12 362 643,96 | | | | | | | | | 12 362 643,96 |

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 12.362.643,96€, resultou, parcialmente da capitalização de ativos que se encontravam em curso (426.112,79€), tais como diversas obras nos terminais e cais de desembarque (229.437,65€) financiadas pelo PEES - Programa de Estabilização Económica e Social - promoção da mobilidade sustentável, assessoria técnica no âmbito do plano de renovação da frota (48.000,00€) financiada pelo POSEUR - Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos, aquisição de sistema de dinamização de informação ao cliente (125.964,30€) também financiado pelo subsídio do PEES, aquisição de 19 bastidores e docking station HP Thunderbolt (581,43€), substituição do termoacumulador do terminal do Porto Brandão (704,41€), aquisição de equipamentos para estacionamento de bicicletas (21.425,00€) financiado pelo subsídio do Fundo Ambiental (FA).

Contempla ainda as primeiras despesas relacionadas com o contrato de construção de 10 novos navios elétricos, no âmbito do Plano de Renovação da Frota, no montante de 8.390.400€, com a seguinte distribuição e cobertura financeira:

| | | FINANCIAMENTO | |
|---|---|---|---|
| **Descrição / fase do pagamento:** | **VALOR** | FUNDO AMBIENTAL | POSEUR |
| 10 % do preço global após notificação emissão visto do Contrato / Tribunal de Contas | 5 244 000 € | 5 012 539 € | 231 461 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 1º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 2º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 3º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| | **8 390 400 €** | **7 985 344 €** | **405 056 €** |

Este contrato plurianual celebrado entre a Transtejo e o estaleiro asturiano "Astilleros Gondán" tem previsto o montante global de 52.440.000 € e conclusão prevista para 2024.

Salientam-se ainda as adições de Ativos Fixos Tangíveis realizadas na subsidiária Soflusa, no montante de 2.481.345,95 € destacando-se projetos no âmbito da mobilidade sustentável financiados também pelo PEES - Empreitada de reabilitação do Terminal fluvial do Barreiro (1.131.136,46 €), grandes beneficiações de frota: revisão geral dos motores principais e caixas redutoras dos navios Antero de Quental (826.706,38 €), Miguel Torga (111.232,00 €), Fernando Namora (111.232,00 €) e caixas redutoras do Fernando Pessoa (144.925,16 €).

**ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições**

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

## 5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

**a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis**

Em 2021 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 11.052.488,52€ na Transtejo e 2.985.220,65 € na Soflusa, destacando-se:

Transtejo:
- Contrato de construção de 10 novos navios – no âmbito do plano de renovação da frota = 8.390.400€
- Projeto de remotorização de catamarans = 474.903 €
- Projetos desenvolvidos no âmbito do PEES: 398.398,45 €;
- Intervenção em ILD / doca 13 = 973.281,78 €

Soflusa:
- Intervenção em ILD / Terminal do Barreiro = 1.068.253,30 €
- Compromissos relacionados com grandes intervenções na frota de navios / remotorizações.

Em 2020 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 2.679.546,98 € na Transtejo e 1.986.379,29 € na Soflusa, destacando-se:

Transtejo:
- Grandes intervenções na frota de navios: 1.741.532,40€;
- Projetos desenvolvidos no âmbito do PEES: 747.352,35€;
- Aquisição de 7 quiosques de venda de títulos de transporte: 135.659,16€;
- Intervenções do Terminal do Seixal - Fornecimento e cravação de duas estacas (205.958,38€) e adaptações (55.017,90€);
- Aquisição de novos Servidores: 58.144,86€.

Soflusa:
- Compromissos no montante de 1.986.379,29 €, na sua maioria relacionados com grandes intervenções na frota de navios.

**d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

| Rubricas | Depreciações do período | |
|---|---|---|
| | Reconhecidas nos resultados | Incluídas nos custos de outros ativos |
| **Outros Ativos fixos Tangíveis** | | |
| Terrenos e recursos naturais | - | - |
| Edifícios e outras construções | 386 385,41 | - |
| Equipamento básico | 4 781 434,12 | - |
| Equipamento de transporte | - | - |
| Equipamento Administrativo | 148 181,80 | - |
| Equipamentos biológicos | - | - |
| Outros | 94 911,57 | - |
| Ativos fixos tangíveis em curso | - | - |
| | 5 410 912,90 | - |
| **Total** | **5 410 912,90** | - |

## 5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 5.6. Outras divulgações

**a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso**

A 31 de dezembro de 2021 o Grupo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

| Descrição | Consolidado |
|---|---|
| Edifícios | 912 628,26 |
| Estações Fluviais e Cais Embarque | 2 399 950,38 |
| Pontões, Passadiços e Flutuadores | 6 805 432,02 |
| Embarcações | 46 816 181,35 |
| Acessórios Utensílios de Navegação | 251 925,95 |
| Máquinas e Acessórios | 2 990 603,68 |
| Ferramentas e Utensílios | 191 594,54 |
| Veículos | 247 398,65 |
| Equipamento informático e de telecomunicações | 899 570,65 |
| Equipamento de escritório e de reprografia | 62 225,18 |
| Mobiliário de escritório e de arquivo | 289 787,93 |
| Equipamento do Servico Medicina do Trabalho | 13 655,20 |
| Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum | 611 210,85 |
| Utensílios de decoração e conforto | 1 211,06 |
| Equipamento e dispositivos de iluminação | 9,67 |
| Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar | 2 476,19 |
| Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos | 852,09 |
| | **62 496 713,65** |

### c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

Nos anos de 2020 e 2021 não se verificaram quaisquer alienações de ativos fixos.

## 6 Locações

Norma não aplicável.

## 7 Custos de empréstimos obtidos

### a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

**b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2021 foram os seguintes:**

| Entidade | Data do Contrato | Data do visto do TC | Prazo do Contrato | Capital | | Taxa de juro | | Movimentos de anos anteriores | | | Movimentos do ano | | | Encargos vencidos e não pagos | | Saldo em 1 de Janeiro | Saldo a 31 de dezembro |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Contratado | Utilizado | Inicial | Atual | Amortização | Juros | Total | Amortização | Juros | Total | Amortização | Juros | | |
| Direção Geral do Tesouro e Finanças | 28/08/2013 | n/a | 7 anos | 11 496 000,00 | 5 748 000,00 | 2,37% | 2,37% | 5 748 000,00 | 1 153 479,44 | 6 901 479,44 | | | | 5 748 000,00 | 241 740,92 | 5 748 000,00 | 5 748 000,00 |
| | 11/09/2013 | n/a | 7 anos | 81 050 000,00 | 81 525 000,00 | 2,39% | 2,39% | 40 525 000,00 | 8 132 660,19 | 48 657 660,19 | | | | 40 525 000,00 | 1 748 723,41 | 40 525 000,00 | 40 525 000,00 |
| | 08/10/2013 | n/a | 7 anos | 20 579 000,00 | 10 289 500,00 | 2,18% | 2,18% | 10 289 500,00 | 1 857 331,99 | 12 146 831,99 | | | | 10 289 500,00 | 198 048,34 | 10 289 500,00 | 10 289 500,00 |
| | 18/11/2013 | n/a | 7 anos | 2 500 000,00 | 1 250 000,00 | 1,84% | 1,84% | 1 250 000,00 | 187 703,41 | 1 437 703,41 | | | | 1 250 000,00 | 48 479,80 | 1 250 000,00 | 1 250 000,00 |
| | 19/12/2013 | n/a | 7 anos | 3 000 000,00 | 1 500 000,00 | 1,80% | 1,89% | 1 500 000,00 | 197 242,50 | 1 697 242,50 | | | | 1 500 000,00 | 59 818,33 | 1 500 000,00 | 1 500 000,00 |
| | 27/01/2014 | n/a | 7 anos | 1 500 000,00 | 1 000 000,00 | 3,19% | 3,19% | 500 000,00 | 140 147,46 | 640 147,46 | | 6 058,78 | 6 058,78 | 1 000 000,00 | 72 794,03 | 1 000 000,00 | 1 000 000,00 |
| | 28/02/2014 | n/a | 7 anos | 207 188,00 | 471 458,67 | 2,80% | 2,89% | 335 720,33 | 75 132,32 | 410 852,65 | | 2 587,83 | 2 587,83 | | 471 458,67 | 471 458,67 | 471 458,67 |
| | 15/04/2014 | n/a | 7 anos | 2 000 000,00 | 1 333 333,33 | 2,59% | 2,59% | 666 666,67 | 181 805,17 | 848 471,84 | | 6 958,04 | 6 958,04 | 1 333 333,33 | 78 803,85 | 1 333 333,33 | 1 333 333,33 |
| | 15/07/2014 | n/a | 7 anos | 2 768 413,00 | 1 512 275,33 | 2,78% | 2,78% | 756 137,67 | 207 826,85 | 963 964,52 | | 7 884,92 | 7 884,92 | 1 512 275,33 | 85 935,81 | 1 512 275,33 | 1 512 275,33 |
| | 15/10/2014 | n/a | 7 anos | 1 907 577,00 | 1 005 053,33 | 1,72% | 1,72% | 502 525,67 | 78 829,19 | 581 354,86 | | 3 283,31 | 3 283,31 | 1 005 053,33 | 39 447,71 | 1 005 053,33 | 1 005 053,33 |
| | 19/02/2015 | n/a | 7 anos | 4 423 791,00 | 3 686 459,83 | 1,43% | 1,43% | 737 290,17 | 196 225,83 | 933 516,00 | | 18 688,62 | 18 688,62 | 2 949 160,67 | 139 024,45 | 3 686 459,83 | 3 686 459,83 |
| | 14/05/2015 | n/a | 7 anos | 1 179 120,00 | 982 516,67 | 1,17% | 1,17% | 196 503,33 | 38 276,10 | 235 779,44 | | 4 077,09 | 4 077,09 | 786 013,33 | 30 136,05 | 982 516,67 | 982 516,67 |
| | 15/09/2015 | n/a | 7 anos | 3 094 938,00 | 2 579 115,83 | 1,40% | 1,40% | 515 823,17 | 100 761,15 | 616 584,32 | | 12 835,61 | 12 835,61 | 2 063 292,67 | 95 427,88 | 2 579 115,83 | 2 579 115,83 |
| | 17/11/2015 | n/a | 7 anos | 3 000 000,00 | 2 500 000,00 | 1,41% | 1,41% | 500 000,00 | 99 616,00 | 599 616,00 | | 12 486,22 | 12 486,22 | 2 000 000,00 | 92 830,22 | 2 500 000,00 | 2 500 000,00 |
| | 15/07/2016 | n/a | 7 anos | 2 267 721,00 | 2 267 721,00 | 2,00% | 2,00% | | 47 708,72 | 47 708,72 | | 21 060,37 | 21 060,37 | 1 511 814,00 | 130 286,78 | 2 267 721,00 | 2 267 721,00 |
| | 23/09/2016 | n/a | 7 anos | 2 000 000,00 | 2 000 000,00 | 2,17% | 2,17% | | 75 099,43 | 75 099,43 | | 20 200,08 | 20 200,08 | 1 333 333,33 | 124 564,74 | 2 000 000,00 | 2 000 000,00 |
| | 28/12/2017 | n/a | 7 anos | 2 500 000,00 | 2 500 000,00 | 0,55% | 0,55% | | 8 896,52 | 8 896,52 | | 8 241,19 | 8 241,19 | 1 250 000,00 | 46 135,84 | 2 500 000,00 | 2 500 000,00 |
| | 06/07/2018 | n/a | 7 anos | 6 000 000,00 | 6 000 000,00 | 0,76% | 0,76% | | 22 524,17 | 22 524,17 | | 36 355,35 | 36 355,35 | 2 000 000,00 | 184 918,06 | 6 000 000,00 | 6 000 000,00 |
| | 08/11/2018 | n/a | 7 anos | 5 470 780,00 | 5 470 780,00 | 0,83% | 0,83% | | 6 703,51 | 6 703,51 | | 36 542,58 | 36 542,58 | 1 823 593,33 | 178 894,23 | 5 470 780,00 | 5 470 780,00 |
| | 30/04/2019 | n/a | 7 anos | 4 553 215,00 | 4 553 215,00 | 0,30% | 0,30% | | | | | 13 182,25 | 13 182,25 | 4 553 215,00 | 35 042,74 | | 4 553 215,00 |
| | 23/07/2019 | n/a | 7 anos | 1 491 672,00 | 1 491 672,00 | 0,25% | 0,25% | | | | | 3 623,00 | 3 623,00 | 1 491 672,00 | 8 760,98 | | 1 491 672,00 |
| | 19/09/2019 | n/a | 7 anos | 1 500 000,00 | 1 500 000,00 | 0,25% | 0,25% | | | | | 3 643,33 | 3 643,33 | 1 500 000,00 | 8 206,79 | | 1 500 000,00 |
| | 31/12/2019 | n/a | 7 anos | 2 005 650,00 | 2 005 650,00 | 0,45% | 0,45% | | | | | 4 871,36 | 4 871,36 | 2 005 650,00 | 9 537,28 | | 2 005 650,00 |
| | 08/05/2020 | n/a | | 639 029,00 | 639 029,00 | | | | | | | | | 639 029,00 | | | 639 029,00 |
| | | | | 165 733 945,00 | 102 810 788,98 | | | 83 923 176,00 | 12 897 671,83 | 96 820 847,83 | | 777 494,54 | 777 494,54 | 90 548 391,99 | 3 763 717,97 | 97 621 203,00 | 102 810 788,98 |

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

Em 2018, através dos Despachos do Secretário de Estado do Tesouro nº518/18 - SET, de 3 de julho, e nº837/18 - SET, de 29 de outubro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018, respetivamente.

Ainda em 2018, foi solicitado à Direção Geral de Tesouro e Finanças um diferimento do pagamento do serviço da dívida referente aos empréstimos contratados junto do IGCP. Nesse âmbito, foi diferido o pagamento de juros e amortizações vencidos em 31 de maio e em 30 de novembro de 2018, sem encargos financeiros adicionais.

Em 30 de Abril de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 - SET, de 23 de abril.

Em 23 de julho de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.491.672,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 19 de Setembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.500.000,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 31 de dezembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 - SET, de 27 de dezembro.

Em 08 de maio de 2020, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 159/2020-SET, de 7 de maio, foi celebrado contrato de suprimentos entre Estado (na qualidade de acionista, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças), e a TRANSTEJO, destinando-se o financiamento obtido, no montante de 639.029 € a mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19.

Através do Despacho nº 1555/19-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2019, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 381/20-SET de 26 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 962/20-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30

de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 680/21-SET de 28 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Através do Despacho nº 254/22-SET de 08 de março, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2021, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.810.769€.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

## 8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

## 9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

| Ativos Financeiros | Natureza | Quantia Bruta | Imparidade acumulada | Quantia recuperável | Modelo Utilizado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Justo Valor | Valor de Uso |
| Dívidas de Clientes | Gerador de caixa | 357 653,81 | (275 399,49) | 82 254,32 | - | Fluxos de Caixa |
| TOTAL | | 357 653,81 | (275 399,49) | 82 254,32 | | |

O montante em imparidade, 275.399,49€, diz respeito, essencialmente, às entidades:

| | Saldo 31/12/2020 | Reforços | Reversões | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A. | 30 302,16 | - | - | 30 302,16 |
| João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A. | 24 197,60 | - | - | 24 197,60 |
| Bússola Perfeita, Unipessoal Lda | 11 936,15 | - | - | 11 936,15 |
| S. Energia | 200,00 | - | - | 200,00 |
| Damen Shipyards | 183 019,18 | - | - | 183 019,18 |
| Navalria - Docas Constr. Reparações Navais, S.A. | 1 290,98 | - | - | 1 290,98 |
| Outros | 24 453,42 | - | | 24 453,42 |
| | **275 399,49** | - | - | **275 399,49** |

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2021 contempla, como montantes mais relevantes, os direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa Damen Shipyards, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €) e às entidades: Turisbuilding (30.302,16€) e João Lagos (24.197,60€).

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

## 10 Inventários

### a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

### b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2021, os inventários detalham-se conforme se segue:

| Descrição | Quantia escriturada inicial | Compras líquidas | Consumos / Gastos | Perdas por imparidade | Reversão de perdas por imparidade | Outras reduções de inventários | Outros aumentos de inventários | Quantia escriturada final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mercadorias | | | | | | | | |
| Matérias primas, subsidiárias e de consumo | 1 304 122,74 | 7 422 915,33 | 6 968 040,46 | - | - | 208 909,83 | - | 1 550 087,78 |
| Produtos acabados e intermédios | | | | | | | | |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | | | | | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | | | | | | |
| Total | 1 304 122,74 | 7 422 915,33 | 6 968 040,46 | - | - | 208 909,83 | - | 1 550 087,78 |

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresenta a seguinte decomposição:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Combustíveis | 178 019,58 | 124 423,66 |
| Lubrificantes | 49 119,94 | 36 846,20 |
| Materiais de consumo | 37 067,80 | 30 697,11 |
| Fardamentos | 24 600,20 | 24 600,20 |
| Bilhetes | 19 091,87 | 18 385,57 |
| Papel de fotocópia | 313,58 | 462,88 |
| Material de escritório | 1 266,79 | 1 441,11 |
| Outros - economatos | 163,21 | 163,21 |
| Sobresselentes | 1 869 593,25 | 1 701 959,08 |
| Materiais para reparações | 200 527,06 | 194 819,22 |
| Alimentação géneros para confecionar | 255,75 | 255,75 |
| **Subtotal** | **2 380 019,03** | **2 134 053,99** |
| Imparidades de inventários | (829 931,25) | (829 931,25) |
| **Total inventários** | **1 550 087,78** | **1 304 122,74** |

Nos exercícios de 2021 e 2020, a variação das imparidades dos inventários foi a seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **A 1 de janeiro** | **829 931,25** | **829 931,25** |
| Aumentos | - | - |
| Utilizações | - | - |
| Reduções | - | - |
| **A 31 de dezembro** | **829 931,25** | **829 931,25** |

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2021, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 6.968.040,46€ (em 2020: 5.123.823,37€), dos quais 6.287.460,37€ correspondem a consumos de combustíveis (2020: 4.481.162,19€).

**c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período**

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Combustíveis | 6 287 460,37 | 4 481 162,19 |
| Consumo de lubrificantes | 131 900,62 | 110 892,93 |
| Materiais de consumo | 23 954,62 | 27 362,53 |
| Fardamento | - | - |
| Consumo de sobressalentes | 370 101,08 | 357 406,03 |
| Consumo mat. Reparações | 113 270,89 | 119 209,99 |
| Consumo de bilhetes | 38 626,10 | 25 653,13 |
| Papel de fotocópia | 159,10 | 1 790,62 |
| Material de escritório | 2 567,68 | 345,95 |
| **Total** | **6 968 040,46** | **5 123 823,37** |

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações da Transtejo e da Soflusa na atividade de exploração.

O consumo de combustível reflete o impacto na atividade de exploração das empresas, decorrente da pandemia provocada pelo covid-19, destacando-se a fixação do limite máximo de 1/3 da taxa de ocupação, determinada pelas medidas de contingência. Em 2021 realizaram-se 124.686 viagens, e um consumo de 11.583.056 L de combustível, quando em 2020, foram realizadas 125.024 viagens e consumidos 11.230.286 litros de combustível. O principal aspeto que justifica o significativo aumento de gastos com gasóleo em 2021, decorre da variação do preço médio por litro na aquisição deste combustível: em 2020, face ao contexto económico, o preço do combustível encontrava-se anormalmente baixo (custo médio por L = 0,40 €). Em 2021, o custo médio por litro associado aos consumos ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2021 e 2020 foi determinado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Existências iniciais | 1 304 122,74 | 1 325 943,45 |
| Compras de materiais diversos | 8 005 590,15 | 5 765 547,89 |
| Regularização de existências | (791 584,65) | (663 545,23) |
| Existências finais | (1 550 087,78) | (1 304 122,74) |
| **Gastos do exercício** | **6 968 040,46** | **5 123 823,37** |

**e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período**

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é detalhada como se segue:

| Imparidades | Saldo inicial 31.12.2020 | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 829 931,25 | - | - | - | 829 931,25 |
| Produtos acabados e intermédios | | | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | | | |
| **Total** | **829 931,25** | - | - | - | **829 931,25** |

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos (582.674,82 € na Transtejo e 247.256,43 € na Soflusa)

**g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários**

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados por natureza consolidada como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

**h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 11 Agricultura

Norma não aplicável.

## 12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

## 13 Rendimentos de transações com contraprestação

**a) Política contabilística e métodos adotados**

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;

iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados por natureza consolidada através do método do juro efetivo.

**b) Quantia de cada categoria de Rendimentos**

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

| Rendimento | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|---|---|
| Prestação de Serviços | 16 959 707,19 | 14 684 020,12 |
| Venda de bens | - | - |
| Outros rendimentos | 1 134 834,97 | 815 973,06 |
| Juros | - | - |
| **Total** | **18 094 542,16** | **15 499 993,18** |

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

| Descrição | | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Tráfego de passageiros | | | |
| Apoio PART | i) | 8 106 014,25 | 5 857 109,51 |
| Bilhetes | ii) | 1 544 500,98 | 1 202 672,05 |
| Passes próprios | iii) | 148 100,61 | 179 746,77 |
| Combinados | iv) | 260,70 | 10 167,79 |
| Zapping | v) | 1 334 451,36 | 1 139 654,58 |
| Bilhete 24h | vi) | 39 643,06 | 27 078,48 |
| Navegante Metropolitano | i) | 5 527 648,91 | 5 996 417,53 |
| Navegante Municipal | i) | 215 785,83 | 226 263,81 |
| Tráfego de veículos | vii) | 41 279,14 | 42 947,72 |
| Aluguer de embarcações | viii) | 1 000,00 | - |
| Outros | | 1 022,35 | 1 961,88 |
| **Total prestações de serviços** | | **16 959 707,19** | **14 684 020,12** |

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 – A/2019 – Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos meses de abril a dezembro de 2018.

ii) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo/Soflusa.

iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte. Títulos também substituídos, a partir de abril de 2019, com a entrada em vigor do PART.

v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Soflusa, Carris e Metro mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Outros rendimentos** | | |
| Aluguer de espaços e outros | 355 228,83 | 384 965,27 |
| Cedências | 43 043,67 | 85 928,85 |
| Concessão/protocolo | 83 196,17 | 95 141,48 |
| Cartões para passes e outros | 192 411,79 | 226 952,27 |
| Outros | 460 954,51 | 22 985,19 |
| | **1 134 834,97** | **815 973,06** |

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e ao contrato de concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo, celebrado com a Carristur.

**c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços**

O Grupo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 14 Rendimentos de transações sem contraprestação

### 14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados por natureza consolidada:

| Rendimentos | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|---|---|
| **Subsídios obtidos** | **15 106 237,81** | **14 483 054,28** |
| Indemnizações Compensatórias | - | 14 075 755,49 |
| Compensação 4/18 e Sub 23 | 292 738,12 | 253 355,84 |
| Compensação Passe Social + | 185 499,69 | 153 942,95 |
| Compensação CSP - Dispon. Infraestruturas | 2 800 000,00 | - |
| Compensação CSP - Obrig. Serviço Público | 11 828 000,00 | - |
| **Outros Rendimentos** | **2 811 832,68** | **2 460 974,74** |

Em 2020, no seguimento das necessidades financeiras decorrentes da redução do nível de receitas provocado pela situação de pandemia, considerando que se encontrava em fase de aprovação o contrato de prestação do serviço público, foi atribuído à Transtejo o montante de Indemnizações Compensatórias, correspondente ao nível de serviço praticado e em coerência com o modelo de financiamento subjacente ao CSP. O referido montante, encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e teve subjacente a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadrava a atribuição de Indemnizações Compensatórias à Transtejo, referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 2020, no montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), responsabilizando a Transtejo, pela transferência para a Soflusa, do montante de 2.843.000 € + IVA (= 3.013.580 €), incluído na referida Indemnização Compensatória;

Em 2021 destaca-se a celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português tendo o mesmo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Nesta sequência, foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um subcontrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa - Barreiro", tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Encontrando-se reunidas todas as condições para a produção de efeitos financeiros, foram recebidas pela Transtejo as compensações financeiras previstas no CSP (Disponibilização de Infraestruturas = 11.828.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.800.000 € + IVA) e efetuado o pagamento à Soflusa, das compensações financeiras referentes ao referido subcontrato (nos montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 870.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.017.000 € + IVA).

O valor na rubrica "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

| Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço | | | Período de 2021 | | | Período de 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Demonstração de Resultados | Balanço | | Demonstração de Resultados | Balanço | |
| | | | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Quantias reconhecidas em gastos do período | Quantias reconhecidas no capital | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Quantias reconhecidas em gastos do período | Quantias reconhecidas no capital |
| Não reembolsáveis | Subsídios relacionados com ativos | SGMAMB - Subsídios a Imputar | 259 336,94 | 259 336,94 | 0,00 | - | - | 259 336,94 |
| | | DGTT Novo Interface Seixal | 79 807,68 | 79 807,68 | 1 995 191,58 | 79 807,68 | 79 807,68 | 2 074 999,26 |
| | | Feder PIDDAC C. Salvalinho | 96 927,24 | 96 927,24 | 2 996 665,75 | 96 927,24 | 96 927,24 | 3 093 592,99 |
| | | PIDDAC - Ferries Novos | 398 818,92 | 398 818,92 | 3 589 370,84 | 398 818,92 | 398 818,92 | 3 988 189,76 |
| | | PIDDAC - T. F. Cacilhas I | - | - | - | - | - | - |
| | | SGMAMB - Remot. Campolide | (5 869,64) | (5 869,64) | 150 238,64 | 22 953,00 | 22 953,00 | 144 369,00 |
| | | SGMAMB - Remot. Sé | (11 588,47) | (11 588,47) | 295 760,35 | 43 718,76 | 43 718,76 | 284 171,88 |
| | | SGMAMB - Implement. Wi-Fi | 28 714,75 | 28 714,75 | 95 329,98 | 42 529,56 | 42 529,56 | 124 044,73 |
| | | FA - Transporte Bicicletas | 7 803,08 | 7 803,08 | 72 543,57 | 7 803,09 | 7 803,09 | 80 346,65 |
| | | SGMAMB - Renovação MAVB | 6 344,83 | 6 344,83 | 126 736,44 | 19 240,68 | 19 240,68 | 133 081,27 |
| | | SGMAMB - Rep. Pontão Ribeira | 25 675,56 | 25 675,56 | 143 355,22 | 25 675,56 | 25 675,56 | 169 030,78 |
| | | SGMAMB - Aplicação Telemóvel | 13 547,36 | 13 547,36 | 18 355,41 | 17 166,67 | 17 166,67 | 32 902,77 |
| | | SGMAMB - MPPs Navio Lisboonense | -11 266,00 | -11 266,00 | 247 065,98 | 34 933,32 | 34 933,32 | 235 799,98 |
| | | SGMAMB - Caixas Redutoras Lisboonense | -737,22 | -737,22 | 48 276,67 | 8 267,76 | 8 267,76 | 47 539,45 |
| | | FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável | 95 341,22 | 95 341,22 | 2 473 833,05 | 7 675,73 | 7 675,73 | 2 569 174,27 |
| | | FA - PEES - Estacionamento Bicicletas | 208,33 | 208,33 | 19 791,67 | - | - | 20 000,00 |
| | | POSEUR - Renovação da Frota | 12 477,30 | 12 477,30 | 69 717,70 | | | |
| | | Damião de Goes (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 195 707,52 | 195 707,52 | 359 269,14 | 195 707,52 | 195 707,52 | 554 976,66 |
| | | Miguel Torga (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 197 615,76 | 197 615,76 | 461 611,95 | 197 615,76 | 197 615,76 | 659 227,71 |
| | | Fernando Namora (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 197 842,20 | 197 842,20 | 462 176,86 | 197 842,20 | 197 842,20 | 660 019,06 |
| | | Gil Vicente (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 197 864,04 | 197 864,04 | 462 025,84 | 197 864,04 | 197 864,04 | 659 889,88 |
| | | Jorge Senna (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 192 604,68 | 192 604,68 | 450 380,19 | 192 604,68 | 192 604,68 | 642 984,87 |
| | | Almeida Garrett (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 192 746,64 | 192 746,64 | 449 838,31 | 192 746,64 | 192 746,64 | 642 584,95 |
| | | Fernando Pessoa (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 192 828,60 | 192 828,60 | 529 634,10 | 192 828,60 | 192 828,60 | 722 462,70 |
| | | Antero Quental (FEDER - 50% / PIDDAC - 31%) | 196 227,96 | 196 227,96 | 538 084,40 | 196 227,96 | 196 227,96 | 734 312,36 |
| | | FA - Transporte Bicicletas | 3 900,00 | 3 900,00 | 23 075,00 | 3 900,00 | 3 900,00 | 26 975,00 |
| | | FA - Aumento de Lotação | 58 186,99 | 58 186,99 | 712 253,03 | 29 559,98 | 29 559,98 | 770 440,02 |
| | | FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável | 44 565,52 | 44 565,52 | 3 583 735,47 | - | - | 3 628 301,00 |
| | | FA - PEES - Estacionamento Bicicletas | 89,27 | 89,27 | 9 910,73 | - | - | 10 000,00 |
| Total | | | 2 665 721,06 | 2 665 721,06 | 20 385 227,87 | 2 402 415,35 | 2 402 415,35 | 22 968 753,94 |

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 têm a seguinte decomposição no balanço:

| Balanço | Ano 2021 | Ano 2020 |
|---|---|---|
| Activos Sujeitos a restrições | | |
| Contas a Receber de transações sem contraprestação | 28 327,51 | 22 426,97 |
| Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação | | |
| Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições | | |
| Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos | | |
| Passivos perdoados | | |

O valor indicado corresponde a subsídios à exploração a receber, referentes a regularizações de compensações de passes 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

### 14.2. Outras divulgações

**a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação**

O valor mais significativo registado nesta rubrica em 2020 correspondeu às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida das obrigações assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas, tendo como suporte a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadrou a atribuição de Indemnizações Compensatórias à Transtejo.

O montante atribuído encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado de 2020 aprovado pela Lei nº 2/2020 de 31 de março

Relativamente às compensações tarifárias, a Resolução do Conselho de Ministros nº 118/2020 de 30 de dezembro, aprovou a sua atribuição (indemnizações compensatórias), referentes aos passes subsidiados ((4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+).

Em 2021, enquadrado pelo Contrato de Serviço Público já referido, foi transferido pelo Estado Português para a Transtejo o montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), valor que se encontrava previsto no Orçamento de Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

As compensações tarifárias referentes ao ano 2021, correspondentes aos passes subsidiados (4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), foram aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2021 de 19 de agosto.

**b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

**c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

**d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

### 14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

## 15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

| Provisões | Saldo inicial 31.12.2020 | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Impostos | 81,96 | - | - | - | 81,96 |
| Contribuições | | | | | |
| Juros de mora | | | | | |
| Garantias a clientes | | | | | |
| Processos judiciais em curso | 609 861,05 | 169 756,68 | (316 680,69) | (3 727,58) | 459 209,46 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | | | | | |
| Matérias ambientais | 24 000,00 | - | - | - | 24 000,00 |
| Contratos onerosos | | | | | |
| Reestruturação | | | | | |
| Outras Provisões | | | | | |
| **Total** | **633 943,01** | **169 756,68** | **(316 680,69)** | **(3 727,58)** | **483 291,42** |

Em 2021, foram revertidas provisões no total de 316.149,00€. Este montante é referente às provisões que estavam constituídas para o Sindicato da Marinha Mercante, referentes a trabalhadores ao serviço da Soflusa e trabalhadores ao serviço de empresas externas, no seguimento do desfecho de processos judiciais, desfavorável à empresa, o que implicou a sua utilização;

Em 2021 foram reforçadas as provisões para processos judiciais em curso no montante total de 169.756,68€, respeitante às ações intentadas por trabalhadores ao serviço do Grupo, que têm vindo a reclamar a reposição salarial correspondente ao pagamento da média das remunerações variáveis nas férias, subsídio de férias e subsídio de natal.

### 15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

### 15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

### 15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

## 16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O Grupo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

### 16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças de câmbio registadas.

### 16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro.

## 17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 24 de novembro de 2022 pelo Conselho de Administração.

O ano 2021 foi marcado pela retoma da normalidade e recuperação dos níveis de atividade, embora se tenham mantido constrangimentos associados a novos períodos de contingência, medidas de confinamento, teletrabalho obrigatório e algum retrocesso que condicionou a mobilidade e procura dos serviços de transporte. Ainda assim, estas circunstâncias não colocaram em causa a continuidade da operação da Transtejo, assistindo-se em 2022 (janeiro a agosto) a uma significativa recuperação do nível de receitas.

É nossa convicção que esta retoma progressiva irá marcar os exercícios subsequentes, destacando-se que se têm mantido as medidas de apoio financeiro aplicadas pelo Governo, no âmbito do apoio à prestação do serviço público, designadamente a coberto do Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril e sucessivas atualizações.

No âmbito da referência aos acontecimentos após a data de relato, cumpre ainda salientar os desenvolvimentos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que estabelece o regime aplicável às empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Ao abrigo do mencionado Decreto-Lei, foi determinada a constituição e registo comercial da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T, S.A com efeitos a 17 de fevereiro de 2021, e a dissolução do agrupamento complementar de empresas OTLIS, ACE e a transmissão do seu património para a AML.

Desde a sua constituição, a TML tem vindo a desenvolver a sua atividade de coordenação do sistema de bilhética, recolha de indicadores e coordenação da atribuição de compensações tarifárias e articulação entre os vários modos de transporte, destacando-se a implementação do projeto da Carris Metropolitana, não tendo, porém, sido afetado nem alterado o Serviço Público prestado pelo Grupo.

Merece ainda referência os recentes desenvolvimentos do plano de renovação da frota de navios, salientando-se a criticidade dos projetos complementares ao contrato de conceção e construção dos 10 navios elétricos, designadamente, (i) construção dos postos de carregamento elétrico e (ii) aquisição de baterias marítimas a instalar nos novos navios. Considerando o atraso do projeto, condicionado pelas vicissitudes que marcaram os anos de 2020 e 2021, em particular o impacto nos processos aquisitivos e clarificação de pressupostos dos referidos projetos complementares, foi necessário proceder à reprogramação financeira e atualizar os montantes de financiamento. Nesse sentido, através da publicação da RCM nº 33/2022 de 25 de março, foi atualizado o financiamento e autorizada a despesa plurianual até ao montante global de 70.545.497 € para a componente investimento e 28.800.505€ para a componente manutenção.

Até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 relacionadas com os assuntos referidos supra.

## 18 Instrumentos financeiros

### 18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pelo Grupo quando este se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em

perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse do Grupo.

### 18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

| | Notas | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Quantia Bruta | Imparidade Acumulada | Quantia líquida | Quantia Bruta | Imparidade Acumulada | Quantia líquida |
| **Ativos Financeiros** | | | | | | | |
| **Caixa e equivalentes a caixa** | | | | | | | |
| Caixa | | 89 917,76 | - | 89 917,76 | 89 565,79 | - | 89 565,79 |
| Depósitos bancários | | 13 210 454,06 | - | 13 210 454,06 | 12 068 816,36 | - | 12 068 816,36 |
| | | **13 300 371,82** | - | **13 300 371,82** | **12 158 382,15** | - | **12 158 382,15** |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | g) | 49 350 470,82 | - | 49 350 470,82 | 4 280 401,30 | - | 4 280 401,30 |
| Clientes | a) | 357 842,56 | (275 399,49) | 82 443,07 | 404 792,27 | (275 399,49) | 129 392,78 |
| Estado e Outros Entes Públicos | f) | 991 207,22 | - | 991 207,22 | 937 461,43 | - | 937 461,43 |
| Outras contas a receber | b) | 3 579 969,28 | (84 680,55) | 3 495 288,73 | 791 821,29 | (84 680,55) | 707 140,74 |
| Diferimentos | e) | 46 816,61 | - | 46 816,61 | 12 263,98 | - | 12 263,98 |
| | | **54 326 306,49** | **(360 080,04)** | **53 966 226,45** | **6 426 740,27** | **(360 080,04)** | **6 066 660,23** |
| | | **67 626 678,31** | **(360 080,04)** | **67 266 598,27** | **18 585 122,42** | **(360 080,04)** | **18 225 042,38** |
| **Passivos Financeiros** | | - | - | - | - | - | - |
| Financiamentos bancários | | 13 647 034,82 | - | 13 647 034,82 | 20 228 157,83 | - | 20 228 157,83 |
| | | **13 647 034,82** | - | **13 647 034,82** | **20 228 157,83** | - | **20 228 157,83** |
| Fornecedores | c) | 70 063,40 | - | 70 063,40 | 692 668,49 | - | 692 668,49 |
| Financiamentos bancários | | 89 174 986,97 | - | 89 174 986,97 | 82 582 611,16 | - | 82 582 611,16 |
| Estado e Outros Entes Públicos | f) | 443 589,82 | - | 443 589,82 | 446 031,69 | - | 446 031,69 |
| Fornecedores de Investimento | | - | - | - | 53 869,85 | - | 53 869,85 |
| Outras contas a pagar | d) | 9 324 958,09 | - | 9 324 958,09 | 8 897 228,73 | - | 8 897 228,73 |
| Diferimentos | e) | 58 959 887,25 | - | 58 959 887,25 | 249 192,93 | - | 249 192,93 |
| Acionistas/ sócios | | - | - | - | - | - | - |
| | | **157 973 485,53** | - | **157 973 485,53** | **92 921 602,85** | - | **92 921 602,85** |
| | | **171 620 520,35** | - | **171 620 520,35** | **113 149 760,68** | - | **113 149 760,68** |

**a) Clientes:** nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.), assim como valores a receber de concessionários de espaços comerciais, correspondentes a rendas pendentes, já com imparidade reconhecida;

**b) Outras Contas a receber:** A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

| Descrição | Obs. | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Outros devedores | i) | 339 729,74 | 398 016,98 |
| Pessoal | ii) | 66 554,18 | 33 637,67 |
| Perdas de imparidade | | (84 680,55) | (84 680,55) |
| **Outros Devedores** | | **321 603,37** | **346 974,10** |
| Rendimentos a reconhecer no período | | 7 158,60 | 5 445,06 |
| Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A. | | 3 286,40 | - |
| Indemnizações compensatórias | | 28 327,51 | 22 426,97 |
| Otlis - Operadores Trans. Região Lisboa | | 23 595,26 | 23 595,26 |
| Operadores Repartição | | 8 746,17 | 5 996,21 |
| Indemnizações a receber de seguradoras | | 900,00 | 900,00 |
| Sinistros em regularização | | 325 969,74 | 136 071,11 |
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa | | 937 836,88 | - |
| Outros | | 1 420 212,25 | 161 451,99 |
| **Acréscimos de rendimentos** | | **2 756 032,81** | **355 886,60** |
| Gastos a reconhecer | | 417 652,55 | 4 280,04 |
| **Gastos diferidos** | | **417 652,55** | **4 280,04** |
| | **Total** | **3 495 288,73** | **707 140,74** |

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

| | | 2021 | | | 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Valor bruto | Imparidade | Total | Valor bruto | Imparidade | Total | Valor bruto |
| Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda. | a] | 61 904,48 | (61 904,48) | - | 61 904,48 | (61 904,48) | - | 61 904,48 |
| Cristina de Jesus Vaz da Costa | b) | 1 523,04 | (1 523,04) | - | 1 523,04 | (1 523,04) | - | 1 523,04 |
| Outros | c) | 203 952,45 | (19 716,68) | 184 235,77 | 283 381,30 | (19 716,68) | 263 664,62 | 177 638,75 |
| **Total** | | **267 379,97** | **(83 144,20)** | **184 235,77** | **346 808,82** | **(83 144,20)** | **263 664,62** | **261 891,27** |

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Transtejo e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à totalidade do saldo pendente com a entidade em questão. Durante o primeiro semestre de 2012 a Transtejo rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;

b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços pelo concessionário referido no ponto anterior;

c) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda (61.904,48€), MOP-Multimédia Outdoors

Portugal (34.549,15€); Banco BPI, SA (12.187,86€) Eurest-Soc Europeia de Restaurantes, Lda. (3.613,99€); Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (4.513,94€); Favoriteagle, Lda. (13.506,49€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

**c) Fornecedores:** Os saldos mais significativos são como segue:

| Descrição entidade | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT | 14 037,68 | - |
| Primavera, S.A. | 7 243,22 | - |
| Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, L | 6 809,88 | 12 393,93 |
| Sovial - Soc. De Viaturas de Aluguer, Lda | 4 951,30 | - |
| Cotesi, SA. | 4 551,00 | - |
| Transportes Sul do Tejo, S.A. | 3 983,78 | 159 041,13 |
| Ozec Equipamentos Industriais, Lda | 3 656,30 | - |
| Marques & Abrantes, Lda. | 3 404,89 | - |
| EPAL, S.A. | 3 270,98 | 1 443,79 |
| Companhia Carris Ferro Lisboa | 2 197,61 | 4 153,11 |
| Câmara Municipal do Barreiro | 2 065,83 | 1 513,19 |
| Policia de Segurança Pública de Setúbal | 1 569,60 | - |
| Endesa Energia, SA. | 1 476,70 | - |
| Sove, SA. | 1 292,24 | - |
| Masapi-Motores Diesel Mat.T. | 1 070,72 | - |
| Prosegur, Lda. | 1 021,49 | - |
| Unicre-Inst.Financeira de Crédito, SA. | 856,28 | - |
| Via Verde Portugal, SA. | 10,46 | 11,80 |
| Nova Serviços, Lda. | - | 31 780,13 |
| Faster Ways | - | 19 873,78 |
| Otlis ACE | - | 126,14 |
| Petrogal | - | 1 060,28 |
| Lusitânia | - | 117 079,89 |
| OTLIS | - | 1 022,51 |
| ARTMT, Eng de Manutenção, Lda | - | 54 254,99 |
| Capitania do Porto de Lisboa | - | 915,40 |
| Jaime Rodrigues n Ribeiro ( Dr. ) | - | 615,00 |
| Navaltagus, SA. | - | 31 967,70 |
| Galp Power, S.A. | - | 3 548,80 |
| Operandus | - | 31 189,00 |
| Macedo Vitorino & Associados | - | 14 760,00 |
| Soc. Rebelo de Sousa & Advogados, SP,RL | - | 7 853,06 |
| Rinave-Reg. Internacional Naval,SA. | - | 4 385,74 |
| PSG - Segurança Privada, SA. | - | 55 620,93 |
| Outras entidades | 6 593,44 | 138 058,19 |
| **Total** | **70 063,40** | **692 668,49** |

**d) Outras contas a pagar:**

| Descrição | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Credores diversos | i) | 3 456 889,43 | 3 479 033,00 |
| **Outros credores** | | **3 456 889,43** | **3 479 033,00** |
| Juros a pagar | ii) | 3 776 281,41 | 3 540 923,68 |
| Remunerações a pagar | iii) | 1 616 254,92 | 1 682 831,30 |
| Outros | iv) | 475 532,33 | 198 160,97 |
| **Acréscimo de gastos** | | **5 868 068,66** | **5 421 915,95** |
| **Total** | | **9 324 958,09** | **8 900 948,95** |

i) Credores Diversos: O saldo mais significativo refere-se a um valor pendente de regularização com a DGTF (2.650.239,56€), correspondente ao montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e a Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré. O valor em questão, corresponde à diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo, apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de Capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo tem vindo a solicitar à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos;

ii) Juros a pagar - especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;

iii) Remunerações a pagar - especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros;

iv) Outros - diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte e à especialização de licenças de ocupação.

**e) Diferimentos:**

Esta rubrica inclui os valores referentes aos subsídios aprovados para cobertura financeira do Plano de Renovação da Frota de Navios da Transtejo, conforme enquadrado pela RCM nº 45-A/2021 de 28 de abril, tendo como suporte os montantes previstos nos Protocolos de colaboração técnica e financeira celebrados com o Fundo Ambiental (49.043.571€) e os montantes aprovados no âmbito da candidatura ao POSEUR -Programa Operacional para Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (9.721.861€). Considerando que o projeto se encontra em curso, ainda não foi iniciado o processo de reconhecimento proporcional destes rendimentos, em compensação da amortização do ativo capitalizado.

A rubrica inclui, também, a especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro de 2020, referentes a janeiro de 2021.

### f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

| | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas | 122 746,89 | - | 122 746,89 | - |
| Retenções na fonte efectuadas por terceiros - Outros | 2 663,30 | 496,82 | - | - |
| Retenções na fonte de prediais | 57 715,30 | 0,01 | - | 3 682,01 |
| Imposto a recuperar | 30 258,07 | - | 21 070,80 | - |
| Imposto a pagar | - | 43 893,87 | - | 145 442,41 |
| IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares | - | 107 469,61 | 391 461,72 | 37 099,50 |
| IVA - Imposto s/ valor acrescentado | 777 823,66 | - | 402 182,02 | - |
| Contribuições p/ segurança social | - | 287 644,04 | - | 255 722,30 |
| Outras tributações | - | 4 085,47 | - | 4 085,47 |
| **Total** | **991 207,22** | **443 589,82** | **937 461,43** | **446 031,69** |

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de IVA a receber ascendia a 777.823,66€. Um reembolso, no montante de 300.000,00€ foi solicitado em novembro de 2021, tendo o mesmo sido recebido na totalidade em março de 2022.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

**Imposto sobre o rendimento corrente**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Imposto a recuperar | 89 660,57 | 21 070,80 |
| Imposto a pagar | (5 327,86) | (58 374,99) |
| **Total** | **84 332,71** | **(37 304,19)** |
| Estimativa de imposto a pagar | (5 327,86) | (58 374,99) |
| Retenções na fonte de terceiros | 89 660,57 | 21 070,80 |
| **Total** | **84 332,71** | **(37 304,19)** |

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Tributação Autónoma | (5 327,86) | (58 374,99) |
| | **(5 327,86)** | **(58 374,99)** |

As empresas Transtejo e Soflusa são tributadas individualmente em sede de IRC não sendo aplicado o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2013), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Transtejo e Soflusa respeitantes aos anos de 2015 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as referidas empresas encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

| Prejuízos fiscais | 2021 | 2020 | Ano Limite de Utilização |
|---|---|---|---|
| Gerados no exercício de 2021 | 1 538 304,76 | - | 2026 |
| Gerados no exercício de 2019 | 9 540 544,54 | 9 540 544,54 | 2024 |
| Gerados no exercício de 2018 | 13 242 727,47 | 13 242 727,47 | 2023 |
| Gerados no exercício de 2017 | 10 020 870,21 | 10 020 870,21 | 2022 |
| Gerados no exercício de 2016 | 9 916 048,72 | 9 916 048,72 | 2028 |
| Gerados no exercício de 2015 | 7 088 014,40 | 7 088 014,40 | 2027 |
| | **51 346 510,10** | **49 808 205,34** | |

As empresas Transtejo e Soflusa encontram-se sujeitas ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º- A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82- B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o artigo 52º do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30 de março, alterou a redação do nº1 do artigo 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas as empresas Transtejo e Soflusa encontram-se sujeitas adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2021 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 51.346.510,10€ (2020: 49.808.205,34€). O Grupo não reconhece os ativos por impostos diferidos, em

virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.

**g) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:**

Este saldo corresponde ao valor por receber no âmbito dos financiamentos aprovados para cobertura financeira do Plano de Renovação da Frota de navios, conforme explicado na nota 18.2. e). Inclui o montante a receber do Fundo Ambiental (39.865.571,00 €), do POSEUR (9.316.804,52 €). Inclui ainda o remanescente do subsídio a receber da Secretaria-Geral do Ambiente, no montante de 8.095,30€, referente aos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental para adaptação de navios para transporte de bicicletas, no âmbito da promoção de mobilidade sustentável.

### 18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros do Grupo, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

| 31 de dezembro de 2021 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | | |
| Empréstimos Obtidos | 89 163 734,17 | 13 647 034,82 | - | 102 810 768,99 |
| **Outros passivos não correntes** | - | - | - | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | - | - | - | - |
| **Fornecedores** | 70 063,40 | - | - | 70 063,40 |
| **Outras contas a pagar** | 8 613 323,73 | - | - | 8 613 323,73 |
| **Diferimentos** | 58 858 237,55 | - | - | 58 858 237,55 |
| | 156 705 358,85 | 13 647 034,82 | - | 170 352 393,67 |

| 31 de dezembro de 2020 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | | |
| Empréstimos Obtidos | 82 582 611,16 | 18 636 401,65 | 1 591 756,18 | 102 810 768,99 |
| **Outros passivos não correntes** | - | - | - | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | - | - | - | - |
| **Fornecedores** | 692 668,49 | - | - | 692 668,49 |
| **Outras contas a pagar** | 8 184 072,91 | - | - | 8 184 072,91 |
| **Diferimentos** | 157 069,36 | - | - | 157 069,36 |
| | 91 616 421,92 | 18 636 401,65 | 1 591 756,18 | 111 844 579,75 |

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde, em 2021, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (6.581.123,01 €) e inclui o montante acumulado de 82.582.611,16 € transitado de 2020, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde, em 2020, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (8.550.681,67 €) e inclui o montante acumulado de 74.031.929,49 € transitado de 2019, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado, em 2020, o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 381/20-SET de 26 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais) e nº 962/20-SET de 30 de dezembro, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com

vencimento previsto para 30 de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais).

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

### 18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

### 18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.15. Ações representativas do Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Capital Social do Grupo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações e 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do Capital Social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

| 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|
| Número de acções | Capital Social | Número de acções | Capital Social |
| 41 605 017 | 208 025 085 | 41 605 017 | 208 025 085 |

As ações representativas do Capital Social são detidas integralmente pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

### 18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável no Grupo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.17. Aumentos de Capital realizados no período

Em 2021 e 2020 não existiram aumentos de capital.

### 18.18. Outros instrumentos de Capital Próprio (património líquido) emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

| | Reserva de Cobertura | Resultados Transitados | Ajustamentos | Outras Variações Capital Próprio |
|---|---|---|---|---|
| **1 de janeiro de 2020** | - | **(286 041 923,38)** | **290 521,51** | **21 063 616,13** |
| Reserva de Cobertura | - | - | - | - |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | - | - | - | - |
| Ajustamentos de Transição | - | | - | - |
| Aplicação de Resultado 2019 | - | - | - | - |
| **31 de dezembro de 2020** | - | **(286 041 923,38)** | **290 521,51** | **21 063 616,13** |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | - | - | | - |
| Outros Ajustamentos | - | 38 372,61 | | (2 583 526,06) |
| Aplicação de Resultado 2020 | - | - | - | - |
| **31 de dezembro de 2021** | - | **(286 003 550,77)** | **290 521,51** | **18 480 090,07** |

**Património Líquido (Capital Próprio)**

Em 31 de dezembro de 2021, o Património Líquido do Grupo encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Os ajustamentos de transição dizem respeito à alteração do referencial contabilístico (adoção do SNC-AP) no âmbito do qual os subsídios ao investimento foram reclassificados de Diferimentos, no Passivo, para Outras Variações no Património Líquido.

**Resultados transitados**

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 24 de novembro de 2022, os prejuízos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

No final do de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações

formuladas no relatório n. 01786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Transtejo apenas o montante de 625.534,35€ (acrescido de IVA).

O montante referido, correspondente à Transtejo, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2021 permanece por regularizar, tendo já sido reforçados os contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

### 18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

## 20 Divulgações de partes relacionadas

### 20.1. Divulgação de controlo

Em 31 de dezembro de 2021, a Transtejo é detida a 100% pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e de Finanças, sendo este o único acionista da Empresa.

## 20.2. Transações entre partes relacionadas

### a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

| Partes relacionadas | Sede | Percentagem de Participação | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| **Empresa-mãe:** | | | |
| **Entidades conjuntamente controladas:** | | | |
| OTLIS, ACE | Rua 1º de Maio, 103<br>1300-472 Lisboa | 0,00% | 14,28% |
| **Subsidiárias:** | | | |
| **Associadas:** | | | |
| **Outras entidades:** | | | |

### b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

| Transações | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Compra ou venda de ativos | Compra ou venda de bens | Prestação de serviços | Outras | Compra ou venda de ativos | Compra ou venda de bens | Prestação de serviços | Outras |
| **Empresa-mãe** | | | | | | | | |
| Transtejo - Transportes Tejo, S.A. | - | - | 2 687 000,00 | 624 280,30 | - | - | 310 028,42 | 653 520,65 |
| **Entidades com controlo conjunto** | | | | | | | | |
| Otlis, A.C.E. | - | - | 368 205,86 | 6 217,68 | - | 40 025,56 | 3 122 060,12 | 118 172,24 |
| **Subsidiárias** | | | | | | | | |
| Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | - | - | 624 280,30 | 2 687 000,00 | - | - | 653 520,65 | 310 028,42 |
| **Outras partes relacionadas** | | | | | | | | |
| APL - Administração do Porto de Lisboa | - | - | - | 144 562,50 | - | - | - | 126 801,54 |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. | - | - | 37 196,70 | 749,63 | - | - | 43 866,97 | 416 610,63 |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | - | - | 66 553,60 | 149 847,19 | - | - | 60 129,48 | 175 505,96 |
| Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | - | - | 22 549,26 | - | - | - | - | 328 189,01 |
| | - | - | 4 005 785,72 | 3 812 157,30 | - | 40 025,56 | 4 189 605,64 | 2 128 828,45 |

### c) Quantias ou proporções de itens em saldo

| Saldos | 31 de dezembro de 2021 | | 31 de dezembro de 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldos Ativos | Saldos Passivos | Saldos Ativos | Saldos Passivos |
| **Entidades com controlo conjunto** | | | | |
| Otlis, A.C.E. | 27 041,79 | 19 431,56 | - | 22 820,94 |
| **Subsidiárias** | | | | |
| **Outras Partes relacionadas** | | | | |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. | 9 372,20 | 2 246,85 | - | 4 153,11 |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | 24 120,86 | - | 3 765,16 | 702,07 |
| Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | 5 161,05 | - | 20 809,56 | - |

## 21 Relato por segmentos

O Grupo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

## 22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

## 23 Outras divulgações

### 23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

#### Contrato de serviço público (CSP)

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Transtejo, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, na ligação Lisboa -- Barreiro nas ligações Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2021, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

### 23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

| | | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Conservação e reparação | i) | 6 036 689,71 | 3 679 112,67 |
| Trabalhos especializados | ii) | 1 285 368,50 | 1 352 772,73 |
| Vigilância e Segurança | iii) | 992 491,12 | 958 514,65 |
| Seguros | iv) | 719 886,95 | 588 665,00 |
| Rendas e alugueres | v) | 432 384,39 | 442 722,95 |
| Limpeza, Higiene e conforto | vi) | 322 909,01 | 569 336,35 |
| Eletricidade | vii) | 280 674,19 | 197 976,91 |
| Outros | | 440 633,55 | 581 116,10 |
| **Fornecimentos e serviços externos** | | **10 511 037,42** | **8 370 217,36** |

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Contempla os gastos com reparações em estaleiros dos navios e pontões da frota da Transtejo e os gastos com a manutenção da frota de navios da Soflusa, ao abrigo de contrato de gestão técnica (outsourcing de manutenção). Estas intervenções compreendem a manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações e infrarestruturas marítimas, por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões - certificados de navegabilidade), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultoria financeira e jurídica;

iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pelo Grupo com os serviços de segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio mais preponderante se refere à cobertura de riscos (ramo marítimo-cascos) relacionados com as 28 embarcações que compõem a frota patrimonial do Grupo;

v) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento de uma doca na margem sul (Doca 13) para parqueamento de navios da Transtejo e apoio às atividades de manutenção. Contempla ainda o encargo com a licença da APL referente ao uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo e o valor correspondente ao pagamento à CP referente à taxa de concessão por ocupação e utilização do Terminal do Barreiro;

vi) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos do Grupo - Salienta-se que nos anos 2020 e 2021 foram relevados nesta rubrica encargos associados às medidas de reforço de higienização de espaços e navios, decorrentes da mitigação e prevenção da propagação do Covid-19;

vii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

### 23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, foram como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Remunerações | | |
| Orgãos sociais | 251 163,48 | 238 540,12 |
| Pessoal | 10 153 531,12 | 10 067 623,46 |
| **Sub-total** | **10 404 694,60** | **10 306 163,58** |
| Encargos sobre remunerações | 2 392 024,17 | 2 323 572,62 |
| Seguros acidentes de trabalho | 269 858,78 | 317 799,52 |
| Custos ação social | - | 125,00 |
| Indemnizações | 258 356,11 | 980,89 |
| Outros gastos com pessoal | 343 406,70 | 369 157,51 |
| **Sub-total** | **3 263 645,76** | **3 011 635,54** |
| **Gastos com o pessoal** | **13 668 340,36** | **13 317 799,12** |

Em 2021, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, decorrente do impacto das atualizações associadas à revisão dos Acordos de Empresa, realizada em 2021. Existem, porém, outras variações (aumentos e diminuições) menos relevantes em todas as restantes rubricas relacionadas com gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2021 foi de 432 (em 31 dezembro de 2020: 426), assinalando-se a entrada de 6 trabalhadores.

### 23.4. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Outros gastos** | | |
| Impostos | 57 917,25 | 51 706,75 |
| Perdas em investimentos não financeiros | - | 15 000,06 |
| Outros gastos | 20 849,97 | 81 282,72 |
| | **78 767,22** | **147 989,53** |

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, gastos com sinistros de navios (franquias), perdas em inventários e outros gastos, tais como quotizações e correções relativas a exercícios anteriores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Gonçalo Maria R.C. de Almeida e Vasconcelos



**TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.**

# Exercício de 2021- Contas Consolidadas

# Demonstrações Orçamentais & Anexo às Demonstrações Orçamentais

# Demonstração Consolidada do desempenho orçamental

| Rubrica | Recebimentos | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| | **Saldo de gerência anterior** | | |
| | **Operações orçamentais (1)** | 12 140 765,05 | 9 333 571,67 |
| | Restituição do saldo por. Orçamentais | | |
| | **Operações de tesouraria (A)** | 17 617,10 | (16 125,77) |
| | **Receita corrente** | **43 255 238,57** | **33 174 681,77** |
| R1 | **Receita Fiscal** | - | - |
| R11 | Impostos diretos | - | - |
| R12 | Impostos Indiretos | - | - |
| R2 | Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde | - | - |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | - | - |
| R4 | Rendimentos de propriedade | 1 021 349,08 | 257 345,48 |
| R5 | **Transferências Correntes** | **20 192 053,59** | **15 179 552,90** |
| R51 | **Administrações Públicas** | **20 177 685,18** | **15 179 552,90** |
| R511 | Administração central - Estado | 15 737 027,38 | 15 151 648,20 |
| R512 | Administração Central - Outras entidades | 4 440 657,80 | 27 904,70 |
| R513 | Segurança Social | - | - |
| R514 | Administração Regional | - | - |
| R515 | Administração Local | - | - |
| R52 | Exterior - EU | - | - |
| R53 | Outras | 14 368,41 | - |
| | | - | - |
| R6 | Venda de bens e serviços | 20 142 418,55 | 15 784 272,28 |
| R7 | Outras receitas correntes | 1 899 417,35 | 1 953 511,11 |
| | **Receita de capital** | **9 585 192,07** | **2 133 069,62** |
| R8 | Venda de bens de investimento | - | - |
| R9 | **Transferências de Capital** | **9 583 056,48** | **2 122 845,00** |
| R91 | **Administrações Públicas** | **9 178 000,00** | **2 122 845,00** |
| R911 | Administração Central - Estado | - | - |
| R912 | Administração Central - Outras entidades | 9 178 000,00 | 2 122 845,00 |
| R913 | Segurança Social | - | - |
| R914 | Administração Regional | - | - |
| R915 | Administração Local | - | - |
| R92 | Exterior - EU | 405 056,48 | - |
| R93 | Outras | - | - |
| R10 | Outras receitas de capital | - | - |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 2 135,59 | 10 224,62 |
| | **Receita efetiva (2)** | **52 840 430,64** | **35 307 751,69** |
| | **Receita não efetiva (3)** | - | **639 029,00** |
| R12 | Receita com ativos financeiros | - | - |
| R13 | Receita com passivos financeiros | - | 639 029,00 |
| | **Soma (4)= (1)+(2)+(3)** | **64 981 195,69** | **45 280 352,36** |
| | **Operações de tesouraria (B)** | **379 526,33** | **201 193,67** |

| Rubrica | Pagamentos | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| | **Despesa corrente** | **34 847 328,06** | **30 028 146,15** |
| D1 | Despesas com o pessoal | **13 124 158,53** | **11 771 695,21** |
| D11 | Remunerações certas e permanentes | 8 324 355,38 | 7 039 330,50 |
| D12 | Abonos variáveis ou eventuais | 2 320 115,80 | 2 379 652,21 |
| D13 | Segurança Social | 2 479 687,35 | 2 352 912,50 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 25 070 331,73 | 18 141 174,88 |
| D3 | Juros e outros encargos | - | - |
| D4 | **Transferências correntes** | **31 307,44** | **38 843,92** |
| D41 | **Administrações Públicas** | - | - |
| D411 | Administração Central - Estado | - | - |
| D412 | Administração Central - Outras entidades | - | - |
| D413 | Segurança Social | - | - |
| D414 | Administração Regional | - | - |
| D415 | Administração Local | - | - |
| D42 | **Instituições sem fins lucrativos** | - | - |
| D43 | Famílias | 31 307,44 | 29 197,60 |
| D44 | Outras | - | 9 446,32 |
| D5 | Subsídios | - | - |
| D6 | Outras despesas correntes | 213 110,36 | 76 432,14 |
| | **Despesa de capital** | **13 120 084,16** | **3 493 292,47** |
| D7 | Investimento | 13 120 084,16 | 3 493 292,47 |
| D8 | **Tranferências de capital** | - | - |
| D81 | **Administrações Públicas** | - | - |
| D811 | Administração Central - Estado | - | - |
| D812 | Administração Central - Outras entidades | - | - |
| D813 | Segurança Social | - | - |
| D814 | Administração Regional | - | - |
| D815 | Administração Local | - | - |
| D82 | Instituições sem fins lucrativos | - | - |
| D83 | Famílias | - | - |
| D84 | Outras | - | - |
| D9 | Outras despesas de capital | - | - |
| | **Despesa efetiva (5)** | **47 967 412,22** | **33 521 438,62** |
| | **Despesa não efetiva (6)** | - | - |
| D10 | Despesa com ativos financeiros | - | - |
| D11 | Despesa com passivos financeiros | - | - |
| | **Soma (7) = (5)+(6)** | **47 967 412,22** | **33 521 438,62** |
| | **Operações de tesouraria ( C)** | 518 975,08 | - |
| | **Saldo para a gerência seguinte** | - | |
| | Operações orçamentais (8)= (4)-(7) | 13 422 203,47 | 11 758 913,74 |
| | Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-( C) | (121 831,65) | 185 067,90 |
| | **Saldo global (2)-(5)** | 1 281 438,42 | 1 786 313,07 |
| | Despesa primária | 51 558 992,22 | 33 521 438,62 |
| | Saldo corrente | 4 816 330,51 | 3 146 535,62 |
| | Saldo de capital | (3 537 027,68) | (1 360 222,55) |
| | **Saldo primário** | 1 281 438,42 | 1 786 313,07 |
| | **Receita total (1)+(2)+(3)** | 64 981 195,69 | 45 280 352,36 |
| | **Despesa total (5)+(6)** | 47 967 412,22 | 33 521 438,62 |

# Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza

| Liquidações | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Receita corrente** | **41 032 595,98** | **40 338 942,98** |
| **R1 Receita Fiscal** | - | - |
| R1.1 Impostos diretos | - | - |
| R1.2 Impostos Indiretos | - | - |
| R2 Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde | - | - |
| R3 Taxas, multas e outras penalidades | - | - |
| R4 Rendimentos de Propriedade | 1 021 349,08 | 257 345,48 |
| **R5 Transferências correntes** | **15 751 395,79** | **16 134 749,70** |
| **R5.1 Administrações Públicas** | **15 737 027,38** | **16 134 749,70** |
| R5.1.1 Administração Central - Estado | 15 737 027,38 | 15 498 544,70 |
| R5.1.2 Administração Central - Outras entidades | - | 636 205,00 |
| R5.1.3 Segurança Social | - | - |
| R5.1.4 Administração Regional | - | - |
| R5.1.5 Administração Local | - | - |
| R5.2 Exterior - EU | - | - |
| R5.3 Outras | 14 368,41 | - |
| R6 Venda de bens e serviços | 22 302 276,67 | 22 032 290,76 |
| R7 Outras receitas correntes | 1 957 574,44 | 1 914 557,04 |
| **Receita de capital** | **9 990 248,55** | **642 568,75** |
| R8 Venda de bens de investimento | - | - |
| **R9 Transferências de capital** | **9 988 112,96** | **639 029,00** |
| **R9.1 Administrações Públicas** | **9 583 056,48** | **639 029,00** |
| R9.1.1 Administração Central - Estado | - | 639 029,00 |
| R9.1.2 Administração Central - Outras entidades | 9 178 000,00 | - |
| R9.1.3 Segurança Social | - | - |
| R9.1.4 Administração Regional | - | - |
| R9.1.5 Administração Local | - | - |
| R9.2 Exterior - EU | 405 056,48 | - |
| R9.3 Outras | - | - |
| R10 Outras receitas de capital | - | - |
| R11 Reposições não abatidas aos pagamentos | 2 135,59 | 3 539,75 |
| **Receita efetiva (2)** | **51 022 844,53** | **40 981 511,73** |
| **Receita não efetiva (3)** | - | **639 029,00** |
| R12 Receita com ativos financeiros | - | - |
| R13 Receita com passivos financeiros | - | 639 029,00 |
| | 12 140 765,05 | 9 333 571,67 |
| **Total** | **63 163 609,58** | **50 954 112,40** |

| Classificações orçamentais detalhadas | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Despesa Corrente** | **39 017 955,21** | **34 449 763,51** |
| **D1 Despesas com o pessoal** | **13 636 849,67** | **13 089 522,77** |
| D1.1 Remunerações certas e permanentes | 8 595 863,22 | 8 177 681,24 |
| D1.2 Abonos variáveis ou eventuais | 2 361 207,57 | 2 383 500,43 |
| D1.3 Segurança Social | 2 679 778,88 | 2 528 341,10 |
| D2 Aquisição de bens e serviços | 25 134 703,75 | 21 210 188,14 |
| D3 Juros e outros encargos | - | - |
| **D4 Transferências correntes** | **31 307,44** | **38 643,92** |
| **D4.1 Administrações Públicas** | - | - |
| D4.1.1 Administração Central - Estado | - | - |
| D4.1.2 Administração Central - Outras entidades | - | - |
| D4.1.3 Segurança Social | - | - |
| D4.1.4 Administração Regional | - | - |
| D4.1.5 Administração Local | - | - |
| D4.2 Instituições sem fins lucrativos | - | - |
| D4.3 Famílias | 31 307,44 | 38 643,92 |
| D4.4 Outras | - | - |
| D5 Subsídios | - | - |
| D6 Outras despesas correntes | 215 094,35 | 111 408,68 |
| **Despesa de Capital** | **13 131 336,96** | **3 644 947,32** |
| D7 Investimento | 13 131 336,96 | 3 644 947,32 |
| **D8 Transferências de capital** | - | - |
| **D8.1 Administrações Públicas** | - | - |
| D8.1.1 Administração Central - Estado | - | - |
| D8.1.2 Administração Central - Outras entidades | - | - |
| D8.1.3 Segurança Social | - | - |
| D8.1.4 Administração Regional | - | - |
| D8.1.5 Administração Local | - | - |
| D8.2 Instituições sem fins lucrativos | - | - |
| D8.3 Famílias | - | - |
| D8.4 Outras | - | - |
| D9 Outras despesas de capital | - | - |
| **Despesa efetiva (5)** | **52 149 292,17** | **38 094 710,83** |
| **Despesa não efetiva (6)** | - | - |
| D10 Despesa com ativos financeiros | - | - |
| D11 Despesa com passivos financeiros | - | - |
| **Total** | **52 149 292,17** | **38 094 710,83** |

## Anexo às Demonstrações Orçamentais Consolidadas

A apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas é determinada pela aplicação do SNC-AP, Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, em cumprimento da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental e a apresentação.

Estas demonstrações orçamentais consolidadas foram preparadas com base nas demonstrações orçamentais de cada uma das sociedades que integram o Grupo Transtejo: Transtejo -Transportes Tejo, SA. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5871) e Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (EPR - Entidade Pública Reclassificada com código 5872). Neste sentido, as demonstrações orçamentais consolidadas apresentam a informação orçamental relativa a estas entidades como se de uma única entidade se tratasse, utilizando o método de consolidação simples.

As demonstrações orçamentais consolidadas, constituindo um complemento, e não um substituto, das demonstrações orçamentais individuais, são elaboradas após a realização das homogeneizações e das eliminações de operações orçamentais internas para que seja possível obter uma imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos efetuados no exercício.

Lisboa, 24 de outubro de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia



**TRANSTEJO** – Transportes Tejo, S.A.

Exercício de 2021 - Contas Individuais

# Demonstrações Financeiras & Anexo às Demonstrações Financeiras

# Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

| Rubricas | Notas | Datas | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| ATIVO | | | |
| **Ativo Não Corrente** | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 5 | 31 489 744,40 | 24 025 260,55 |
| Ativos intangíveis | 3 | 589 733,10 | 476 045,33 |
| Investimentos Financeiros | 23.2 | 12 102 417,67 | 15 174 015,87 |
| Accionistas/sócios/associados | 18.2 g) | 7 202 369,35 | 7 163 897,11 |
| Outros ativos financeiros | | 7 977,72 | 6 198,27 |
| **Total Ativo Não Corrente** | | **51 392 242,24** | **46 845 417,13** |
| **Ativo Corrente** | | | |
| Inventários | 10 | 1 393 921,89 | 1 173 977,46 |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | 18.2 h) | 49 190 470,82 | 1 108 945,30 |
| Clientes, contribuintes e utentes | 18.2 a) | 24 294,05 | 36 785,76 |
| Estado e outros ente públicos | 18.2 f) | 554 736,00 | 484 443,80 |
| Outras contas a receber | 18.2 b) | 1 554 220,42 | 372 534,57 |
| Diferimentos | 18.2 e) | 46 816,61 | 12 263,98 |
| Caixa e depósitos | 1.2 c) | 7 372 653,40 | 5 755 779,13 |
| **Total Ativo Corrente** | | **60 137 113,19** | **8 944 730,00** |
| **Total do ATIVO** | | **111 529 355,43** | **55 790 147,13** |
| **PATRIMÓNIO LÍQUIDO** | | | |
| Património/Capital | 18.15 | 208 025 085,00 | 208 025 085,00 |
| Resultados transitados | 18.18 | (276 036 780,38) | (276 075 152,99) |
| Ajustamentos em ativos financeiros | 18.18 | (1 634 253,85) | 35 925,33 |
| Outras variações no património líquido | 18.18 | 10 438 095,04 | 11 351 441,92 |
| Resultado líquido do período | | (266 817,23) | 38 372,61 |
| **TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO** | | **(59 474 671,42)** | **(56 624 328,13)** |
| **PASSIVO** | | | |
| **Passivo Não Corrente** | | | |
| Provisões | 15 | 198 270,24 | 119 479,51 |
| Financiamentos obtidos | 7/18.9 | 13 647 034,82 | 20 228 157,83 |
| **Total Passivo Não Corrente** | | **13 845 305,06** | **20 347 637,34** |
| **Passivo Corrente** | | | |
| Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis | | | |
| Fornecedores | 18.2 c) | 46 225,59 | 626 979,59 |
| Estado e outros entes públicos | 18.2 f) | 301 838,00 | 273 675,00 |
| Financiamentos obtidos | 7/18.9 | 89 163 734,17 | 82 582 611,16 |
| Fornecedores de investimentos | | - | 53 869,85 |
| Outras contas a pagar | 18.2 d) | 8 788 686,48 | 8 372 632,96 |
| Diferimentos | 18.2 e) | 58 858 237,55 | 157 069,36 |
| **Total Passivo Corrente** | | **157 158 721,79** | **92 066 837,92** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **171 004 026,85** | **112 414 475,26** |
| **TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO** | | **111 529 355,43** | **55 790 147,13** |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração dos Resultados por Natureza Individual período findo em 31 de dezembro de 2021

| Rendimentos e Gastos | Notas | Período | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| Prestações de serviços e concessões | 13 | 7 820 392,53 | 6 231 380,08 |
| Transferências e subsídios correntes obtidos | 14 | 14 824 413,83 | 14 246 193,74 |
| Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos | 23.2 | (380 069,94) | 939 100,06 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10 | (3 399 379,26) | (2 433 851,08) |
| Fornecimentos e serviços externos | 23.3 | (8 719 654,24) | (7 780 083,53) |
| Gastos com pessoal | 23.4 | (9 367 401,57) | (9 329 624,01) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 15 | (78 790,73) | (894,51) |
| Outros rendimentos | 13/14 | 1 900 305,47 | 1 329 187,86 |
| Outros Gastos | 23.5 | (47 544,35) | (117 840,07) |
| **Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento** | | **2 552 271,74** | **3 083 568,54** |
| Gastos/reversões de depreciação e amortização | 3/5 | (2 621 248,23) | (2 447 249,32) |
| **Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)** | | **(68 976,49)** | **636 319,22** |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 23.6 | 41 758,64 | 36 174,00 |
| Juros e gastos similares suportados | 7 | (235 958,72) | (629 129,08) |
| **Resultado antes de imposto** | | **(263 176,57)** | **43 364,14** |
| Imposto sobre o rendimento | 18.2.f) | (3 640,66) | (4 991,53) |
| **Resultado líquido do Período** | | **(266 817,23)** | **38 372,61** |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2021

| Descrição | Notas | Património Líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade-mãe | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Capital/Património Realizado | Resultados Transitados | Ajustamentos em ativos financeiros | Outras variações no património líquido | Resultado líquido do período | Total |
| **Posição no início do Período (1)** | | **208 025 085,00** | **(276 075 152,99)** | **35 925,33** | **11 351 441,92** | **38 372,61** | **(56 624 328,13)** |
| **Alterações no Período** | | | | | | | - |
| Transferências e subsídios de capital | 14.1 | | | | (913 346,88) | | (913 346,88) |
| Outras alterações reconhecidas no Património Líquido | 18.18 | | 38 372,61 | (1 670 179,18) | | (38 372,61) | (1 670 179,18) |
| **(2)** | | - | **38 372,61** | **(1 670 179,18)** | **(913 346,88)** | **(38 372,61)** | **(2 583 526,06)** |
| **Resultado Líquido do Período (3)** | | | | | | **(266 817,23)** | **(266 817,23)** |
| **Resultado Integral (4)=(2)+(3)** | | - | **38 372,61** | **(1 670 179,18)** | **(913 346,88)** | **(305 189,84)** | **(2 850 343,29)** |
| **Operações com detentores de Capital no Período** | | | | | | | - |
| Outras operações | | | | | | | - |
| **(5)** | | - | - | - | - | - | - |
| **Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)** | | **208 025 085,00** | **(276 036 780,38)** | **(1 634 253,85)** | **10 438 095,04** | **(266 817,23)** | **(59 474 671,42)** |

**O Conselho de Administração:**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueroia Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Maia

**O Contabilista Certificado:**

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos

# Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2021

| Rubricas | Notas | Período | |
|---|---|---|---|
| | | 2021 | 2020 |
| Fluxos de Caixa das atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 8 465 507,33 | 7 419 160,54 |
| Recebimentos de transferências e subsídios correntes | | 16 079 747,59 | 2 415 824,10 |
| Pagamentos a fornecedores | | (13 386 207,67) | (12 125 154,53) |
| Pagamentos ao pessoal | | (8 976 614,99) | (8 808 715,84) |
| Pagamentos de transferências e subsídios | | (1 991 210,00) | - |
| **Caixa Gerada de Operações** | | **191 222,26** | **(11 098 885,77)** |
| Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento | | - | 39 612,47 |
| Outros recebimento/pagamentos | | **223 074,96** | **13 277 443,12** |
| **Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)** | | **414 297,22** | **2 218 169,82** |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Ativos Fixos tangíveis | | | - |
| Investimentos Financeiros | | 1 021 349,08 | 257 345,46 |
| Subsídios ao investimento | | 10 683 906,48 | 1 514 544,70 |
| **Pagamentos respeitantes a:** | | | |
| Ativos Fixos tangíveis | | (10 177 281,44) | (1 955 264,49) |
| Ativos intangíveis | | (825 397,07) | (177 647,44) |
| Propriedades de Investimento | | - | - |
| Investimentos Financeiros | | - | - |
| Outros ativos | | - | - |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)** | | **1 202 577,05** | **(361 021,75)** |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| **Recebimentos provenientes de:** | | | |
| Financiamentos obtidos | | - | 639 029,00 |
| Realizações de capital e de outros instrumentos de capital | | - | - |
| Outras Operações de Financiamento | | - | - |
| **Pagamentos respeitantes a:** | | | |
| Outras operações de financiamento | | - | (1 000 000,00) |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)** | | - | **(360 971,00)** |
| **Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)** | | **1 616 874,27** | **1 498 177,07** |
| Efeito das diferenças de câmbio | | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 1.2.o) | 5 755 779,13 | 4 259 602,06 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 1.2.n) | 7 372 653,40 | 5 755 779,13 |
| **CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA** | | | |
| **Caixa e seus equivalentes no início do período** | | **5 755 779,13** | **4 259 602,06** |
| - Equivalentes a caixa no início do período | | | |
| - Variações cambiais de caixa no início do período | | | |
| = Saldo da gerência anterior | | 5 755 779,13 | 4 259 602,06 |
| De execução orçamental | | | |
| De operações de tesouraria | | 11 087,82 | (56 436,11) |
| **Caixa e seus equivalentes no fim do período** | | **7 372 653,40** | **5 755 779,13** |
| - Equivalentes a caixa no fim do período | | | |
| Variações cambiais de caixa no fim do período | | | |
| = Saldo para a gerência seguinte | | 7 372 653,40 | 5 755 779,13 |
| De execução orçamental | | 7 445 198,84 | 5 744 691,31 |
| De operações de tesouraria | | (73 545,44) | 11 087,82 |

O Conselho de Administração:

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng. Luís Filipe Dias Carvalho Mata

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

# Anexo às demonstrações financeiras individuais 2021

## 1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

### 1.1. Identificação a entidade e período de relato

A Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (referida neste documento como "Transtejo" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, Concelho de Lisboa, Freguesia de Misericórdia, foi constituída em 17 de dezembro de 1975 como empresa pública, tendo sido transformada em sociedade anónima em 21 de julho de 1992. A principal atividade comercial desempenhada pela sociedade corresponde à exploração de transportes fluviais, sendo que, acessoriamente, poderá explorar quaisquer outras atividades turísticas, comerciais ou industriais, conexas, complementares, ou atividades que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, designadamente atividades marítimo - turísticas.

A Empresa presta serviços de transporte fluvial de passageiros, nos quais se incluem quatro ligações fluviais (Cacilhas - Cais do Sodré, Seixal - Cais do Sodré, Montijo - Cais do Sodré e Belém - Porto Brandão - Trafaria), sendo a ligação fluvial Lisboa - Barreiro assegurada pela subsidiária Soflusa - Sociedade Fluvial de Transporte, S.A. (Soflusa). A Transtejo exerce ainda atividades acessórias de exploração de espaços comerciais (espaços publicitários, parques estacionamento, entre outros).

A Transtejo é detida integralmente pelo Estado Português, representado pela Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), entidade responsável pela realização das intervenções financeiras do Estado, acompanhamento de assuntos respeitantes às políticas financeiras da Administração Pública, assegurar a gestão integrada do património estatal, e ainda intervir em operações patrimoniais do setor público.

A Transtejo é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa (disciplina estatutária da Transtejo).

A Transtejo é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5871 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado de 2021);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;

c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2021, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2022, foi aplicada a Circular Série A nº 1404 de 02 de agosto de 2021);
d) No âmbito da execução do OE2021: reportes, previstos no artigo 120.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 84/2019, de 28 de junho);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

**Participação financeira da Transtejo na Soflusa (subsidiária)**

A constituição do Grupo Transtejo ocorreu em dezembro de 2001, desencadeada pela aquisição do capital da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., constituída por escritura pública de 11 de novembro de 1992, com o objeto social de exploração de transportes fluviais de passageiros, bem como o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais, conexas ou complementares, suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal.

A Soflusa foi constituída pela CP - Caminhos-de-ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa-Barreiro, com o objetivo de articular a rede ferroviária entre as duas margens do Rio Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. - Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Em 2021, através da celebração de Contrato de prestação de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado Português, foi concedida à Transtejo a exploração das 5 ligações fluviais de serviço público de transporte de passageiros no rio Tejo, incluindo a ligação fluvial Lisboa - Barreiro. Nessa sequência, foi concessionada a exploração dessa ligação fluvial, pela Transtejo à Soflusa, através de subcontrato de serviço público (com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021).

## 1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

### a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

### b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

### c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2021, não se verificaram reclassificações nas demostrações financeiras.

### d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

### e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

| Conta PCM | Natureza | 31.dez.2021 | 31.dez.2020 |
|---|---|---|---|
| 111 | Caixa/Máquinas Automáticas | 64 485,44 | 63 548,02 |
| 118 | Caixa Pequena | 162,50 | 162,50 |
| 121 | Depósitos à ordem no Tesouro | 7 166 043,54 | 5 673 674,30 |
| 1221 | Banco BPI, S.A. | 141 961,92 | 18 394,31 |
| Total | | 7 372 653,40 | 5 755 779,13 |

## 2 Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Transtejo, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

**Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

**Informação comparativa**

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;

c) Razão para a reclassificação.

**Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demostrações Financeiras.

**Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

**Compensação**

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

**Continuidade**

Com base na informação disponível e nas expetativas futuras, a Transtejo continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

## 2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

### i) Investimentos em subsidiárias

Empresas subsidiárias são todas aquelas entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) nas quais a Transtejo tem poder de decisão sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se a Transtejo detém o controlo sobre uma entidade.

Os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Os dividendos recebidos das subsidiárias são registados como um rendimento do exercício, quando deliberados pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

**ii) Investimentos em empreendimentos conjuntos**

Os interesses em empreendimentos conjuntos da Transtejo correspondem a entidades conjuntamente controladas, ou seja, empreendimentos que envolvem o estabelecimento de uma sociedade, parceria, ou outra entidade em que cada empreendedor (incluindo a Transtejo) tem um interesse.

A Transtejo tem um interesse numa Entidade conjuntamente controlada quando tenha acordado contratualmente partilhar o controlo sobre uma atividade económica ou entidade, e apenas existe quando as decisões financeiras e operacionais estratégicas relacionadas com essa atividade ou entidade têm de ser tomadas por unanimidade de todos os investidores na Entidade. O interesse neste tipo de entidades está suportado por Acordos parassociais assinados com os restantes investidores.

A classificação como Entidade conjuntamente controlada cessa quando a Transtejo passa a controlar a Entidade, o que pode ocorrer quando: i) a Transtejo adquire a quota-parte dos outros investidores e o acordo parassocial cesse; ou ii) quando a Transtejo adquire o direito incondicional de comprar (opção de compra) a participação dos restantes investidores, mesmo que não tenha exercido esse direito mas o possa fazer a todo o tempo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os interesses em Entidades conjuntamente controladas são mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. Os dividendos distribuídos pelas Entidades conjuntamente controladas são reconhecidos como ganhos do período em que são atribuídos.

Adicionalmente, sempre que as responsabilidades assumidas pela Empresa ultrapassem o custo de aquisição, além da perda de imparidade registada para o investimento financeiro, é registada adicionalmente uma provisão pelo montante das responsabilidades que ultrapassam a perda de imparidade reconhecida.

**iii) Conversão cambial**

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Transtejo, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

**Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

**Cotações utilizadas**

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

| Moeda | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| USD | 1,1326 | 1,2271 |
| GBP | 0,8403 | 0,8990 |

**Fonte:** cotações do Banco de Portugal à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

**iv) Ativos fixos tangíveis**

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP* 5 - *Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Transtejo efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

Os dispêndios a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

| | Anos |
|---|---|
| Edifícios e outras construções | Entre 3 a 50 anos |
| Embarcações | Entre 16 a 22 anos |
| Equipamento básico - Outros | Entre 3 a 22 anos |
| Equipamento de transporte | 4 anos |
| Ferramentas e utensílios | Entre 4 a 8 anos |
| Equipamento administrativo | Entre 3 a 12 anos |
| Outros ativos tangíveis | Entre 3 a 12 anos |

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

**v) Ativos intangíveis**

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;
ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;
iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Transtejo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Transtejo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Transtejo referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos e a projetos de desenvolvimento (no âmbito da renovação da frota).

**vi) Imparidade de ativos não financeiros**

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Transtejo não tem reconhecido ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Transtejo avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

**vii) Ativos financeiros**

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

b) Empréstimos concedidos e contas a receber - inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade - incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda - incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

**viii) Inventários**

Os inventários na Transtejo são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 - Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

**ix) Clientes e outras contas a receber**

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

**x) Caixa e depósitos bancários**

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Transtejo não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

**xi) Capital social**

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

**xii) Passivos financeiros**

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

**xiii) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Transtejo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

**xiv) Gastos com financiamentos**

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;
- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

**xv) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Transtejo não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de dezembro de 2021, não existem situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

**xvi) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Transtejo tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;
ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Transtejo divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Transtejo tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Transtejo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

**xvii) Subsídios e apoios do Governo**

A Transtejo reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis" no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na demonstração de resultados por natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados por natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Transtejo regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Adicionalmente são reconhecidos subsídios à exploração referentes às compensações a atribuir ao transporte fluvial, relativas às modalidades de passes "4_18@", "Sub_23" e "Social +".

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

**xviii) Locações**

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Transtejo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Transtejo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Transtejo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Transtejo não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

**xix) Fornecedores e outras contas a pagar**

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Transtejo terá de registar os passivos pelo valor presente.

As rubricas de "Outras contas a pagar" não correntes são valorizadas ao valor nominal da dívida acrescido dos juros a pagar decorridos.

**xx) Especialização de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

**xxi) Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Transtejo. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Transtejo refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Transtejo resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Transtejo;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (Sistema PART, implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) - Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;
ii) O rédito da venda de passes exclusivos Transtejo é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do sistema PART – Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Transtejo. Assim, o rédito é reconhecido na demonstração de resultados por natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

**xxii)Demonstração dos fluxos de caixa**

A demonstração de fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;

(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;

(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

**xxiii) Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados nas notas às demonstrações financeiras, se materiais.

**xxiv) Segmentos operacionais**

A Transtejo identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, materialmente relevante, o transporte fluvial de passageiros.

## 2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Transtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Transtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.
  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A Transtejo utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.

- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.
  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Transtejo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Transtejo.

## 2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Transtejo, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

## 2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Transtejo não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

## 2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

**Políticas de Gestão de Riscos Financeiros**

*i)Fatores do risco financeiro*

As atividades da Transtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Transtejo, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Transtejo está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Transtejo.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Transtejo, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

**Risco de mercado:**

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Transtejo desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco expressivo para a realidade da Transtejo, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Transtejo associado ao custo do serviço da dívida contratada com instituições financeiras nacionais e internacionais.

  O objetivo da gestão do risco de taxa de juro é a redução da flutuação dos custos financeiros, permitindo a obtenção de um resultado líquido mais estabilizado.

**Risco de crédito:**

O risco de crédito da Transtejo é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes navegantes, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar.

No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações pontuais, contudo existem saldos a receber das atividades imobiliárias para os quais o risco de crédito é mais significativo. A política de cobertura de risco definida pela Transtejo passa pela exigência da prestação de garantias e cauções no início do contrato e uma monitorização das atividades dos arrendatários.

**Risco de liquidez:**

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Transtejo no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

***ii)*** *Gestão do risco de capital*

O objetivo da Transtejo em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

## 2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

## 2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

# 3 Ativos Intangíveis

## 3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

### a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

### b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

### c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| Rubricas | Início do período | | | | Final do período | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantia bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Amortizações Acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia escriturada |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(2)-(3)-(4) | (6) | (7) | (8) | (9)=(6)-(7)-(8) |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | |
| Projectos de desenvolvimento | 139 250,00 | 4 645,84 | | 134 604,16 | 256 411,10 | 65 830,87 | | 190 580,23 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 2 209 334,50 | 1 979 579,29 | | 229 755,21 | 2 305 452,48 | 2 098 557,70 | | 206 894,78 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | 111 685,96 | | | 111 685,96 | 192 258,09 | | | 192 258,09 |
| Total | 2 460 270,46 | 1 984 225,13 | - | 476 045,33 | 2 754 121,67 | 2 164 388,57 | - | 589 733,10 |

### d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

### e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | Quantia escriturada final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões e perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Amortizações do período | Diferenças cambiais | Diminuições | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | | | |
| Projectos de desenvolvimento | 134 604,16 | | 117 161,10 | | | | (61 185,03) | | | 190 580,23 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 229 756,23 | 8 815,00 | 87 302,98 | | | | (118 978,41) | | | 206 894,78 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | 111 685,94 | 285 036,21 | (204 464,08) | | | | | | | 192 258,09 |
| Total | 476 045,33 | 293 851,21 | - | - | - | - | (180 163,44) | - | - | 589 733,10 |

### i) Ativos Intangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Rubricas | Adições | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Internas | Compra | Cessão | Transferência ou troca | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em Pagamento | Locação Financeira | Fusão, cisão, reestruturação | Outras | Total |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| ATIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural | | | | | | | | | | |
| Goodwill | | | | | | | | | | |
| Projectos de desenvolvimento | 117 161,10 | - | | | | | | | | 117 161,10 |
| Programas de computador e sistemas de informação | 87 302,98 | 8 815,00 | | | | | | | | 96 117,98 |
| Propriedade industrial e intelectual | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis em curso | (204 464,08) | 285 036,21 | | | | | | | | 80 572,13 |
| Total | - | 293 851,21 | - | - | - | - | - | - | - | 293 851,21 |

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 213.279,08€ respeita, essencialmente à aquisição de software AutoCad (8.815,00€), à conclusão de diversos projetos associados à renovação da frota, de apoio técnico e jurídico (102.161,10€), à implementação de software referente ao Sistema de Gestão de Escalas (45.701,00€), Power BI (12.800,00€), e de suporte à Faturação Eletrónica (8.645,00€) e outros softwares ligados à operação da Empresa (16.313,00€).

O valor em ativos intangíveis em curso, corresponde ao projeto de implementação do módulo de Recursos Humanos no ERP Primavera (40.504,08€) e a estudos relacionados com os projetos de reabilitação da estação de Cacilhas (78.930,00€) e das Estações de Carregamento para a nova frota de navios elétricos (11.980,00€).

### ii) Ativos Intangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

## 3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

### a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Transtejo, em 31 de dezembro de 2021, não detinha ativos intangíveis que, individualmente, se apresentassem como materialmente relevantes para as demonstrações financeiras.

### b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Transtejo não detinha ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação.

### c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

Em 31 de dezembro de 2021 a Transtejo não tinha passivos garantidos por ativos intangíveis.

### d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis

Em 2021 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 304.166,20€, correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

Em 2020 foram assumidos compromissos referentes a ativos intangíveis, no montante de 189.695,51€, correspondendo a aquisições de software, destacando-se a aquisição dos módulos de RH do Primavera e upgrade do ERP, assim como desenvolvimentos decorrentes da introdução de novos títulos no sistema de bilhética (adoção de passe família no âmbito do PART), implementação de QRCode na faturação, aquisição de licenças de software PowerBI e software de gestão de escalas.

### e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações

No exercício de 2021 não existiu revalorização de ativos intangíveis.

## 3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

## 3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente ao exercício de 2021 e de 2020.

## 3.5. Outras divulgações

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

## 4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

## 5 Ativos fixos tangíveis

### 5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

#### a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

#### b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

#### c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utlizadas correspondem aos períodos de vida estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

#### d) Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| Rubricas | Início do Período | | | | Final do Período | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia escriturada | Quantia bruta | Depreciações acumuladas | Perdas por Imparidade Acumuladas | Quantia escriturada |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5)=(2)-(3)-(4) | (6) | (7) | (8) | (9)=(6)-(7)-(8) |
| Outros Ativos Tangíveis | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 44 996,79 | | - | 44 996,79 | 44 996,79 | | - | 44 996,79 |
| Edifícios e outras construções | 16 383 501,18 | 8 716 812,24 | - | 7 666 688,94 | 16 653 322,79 | 9 020 330,56 | - | 7 632 992,23 |
| Equipamento básico | 74 874 445,40 | 60 165 357,11 | - | 14 709 088,29 | 74 928 124,64 | 62 090 649,84 | - | 12 837 474,80 |
| Equipamento de transporte | 157 377,40 | 157 377,40 | - | - | 157 377,40 | 157 377,40 | - | - |
| Equipamento Administrativo | 1 768 142,45 | 1 346 986,13 | - | 421 156,32 | 1 914 288,18 | 1 472 659,73 | - | 441 628,45 |
| Outros | 1 038 515,07 | 761 729,97 | - | 276 785,05 | 1 126 251,42 | 848 330,11 | - | 277 921,31 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 906 545,16 | - | - | 906 545,16 | 10 254 730,82 | - | - | 10 254 730,82 |
| | 95 173 523,40 | 71 148 262,85 | - | 24 025 260,55 | 105 079 092,04 | 73 589 347,64 | - | 31 489 744,40 |
| Total | 95 173 523,40 | 71 148 262,85 | - | 24 025 260,55 | 105 079 092,04 | 73 589 347,64 | - | 31 489 744,40 |

### e) Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações:

| Rubricas | Quantia escriturada inicial | Variações | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Adições | Transferências internas à entidade | Revalorizações | Reversões de perdas por imparidade | Perdas por imparidade | Depreciações do período | Diferenças Cambiais | Diminuições | Quantia escriturada (final) |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10) |
| Outros Ativos Tangíveis | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 44 996,79 | - | - | | | | | | | 44 996,79 |
| Edifícios e outras construções | 7 666 668,04 | 40 383,96 | 229 437,65 | | | | (303 516,32) | | | 7 632 992,23 |
| Equipamento básico | 14 709 088,29 | 5 679,24 | 48 000,00 | | | | (1 925 292,73) | | | 12 837 474,80 |
| Equipamento de transporte | - | - | - | | | | - | | | - |
| Equipamento Administrativo | 421 156,32 | 19 600,00 | 126 545,73 | | | | (125 673,60) | | | 441 628,45 |
| Outros | 276 785,05 | 65 606,99 | 22 129,41 | | | | (86 600,14) | | | 277 921,31 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | 906 545,16 | 9 774 298,45 | (426 112,79) | | | | - | | | 10 254 730,82 |
| | 24 025 260,55 | 9 905 568,64 | - | - | - | - | (2 441 084,79) | - | - | 31 489 744,40 |
| Total | 24 025 260,55 | 9 905 568,64 | - | - | - | - | (2 441 084,79) | - | - | 31 489 744,40 |

### i) Ativos Fixos Tangíveis - Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes adições:

| Rubricas | Adições | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Internas | Compras | Cessão | Transferência ou trocs | Expropriação | Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado | Dação em pagamento | Locação Financeira | Fusão, Cisão, reestruturação | Outras | Total |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11) | (12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11) |
| Outros Ativos Tangíveis | | | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | | | | | - |
| Edifícios e outras construções | 229 437,65 | 40 383,96 | | | | | | | | | 269 821,61 |
| Equipamento básico | 48 000,00 | 5 679,24 | | | | | | | | | 53 679,24 |
| Equipamento de transporte | | - | | | | | | | | | - |
| Equipamento Administrativo | 126 545,73 | 19 600,00 | | | | | | | | | 146 145,73 |
| Outros | 22 129,41 | 65 606,99 | | | | | | | | | 87 736,40 |
| Ativos fixos tangíveis em curso | (426 112,79) | 9 774 298,45 | | | | | | | | | 9 348 185,66 |
| - | - | 9 905 568,64 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 905 568,64 |
| Total | - | 9 905 568,64 | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 905 568,64 |

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis no exercício de 2021, no montante de 9.905.568,64€, resultou, parcialmente da capitalização de ativos que se encontravam em curso (426.112,79€), tais como diversas obras nos terminais e cais de desembarque (229.437,65€) financiadas pelo PEES - Programa de Estabilização Económica e Social, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável, assessoria técnica no âmbito do projeto de renovação da frota (48.000,00€) financiada pelo subsídio POSEUR - Renovação Frota , aquisição de sistema de dinamização de informação ao cliente (125.964,30€) também financiado pelo subsídio do PEES, aquisição de 19 bastidores e docking Station HP Thunderbolt (581,43€), substituição do termoacumulador do terminal do Porto Brandão (704,41€), aquisição de equipamentos para estacionamento de bicicletas ( 21.425,00€) financiado pelo subsídio do Fundo Ambiental (FA).

Contempla ainda as primeiras despesas relacionadas com o contrato de construção de 10 novos navios elétricos, no âmbito do Plano de Renovação da Frota, no montante de 8.390.400€, com a seguinte distribuição e cobertura financeira:

| Descrição / fase do pagamento: | VALOR | FINANCIAMENTO | |
|---|---|---|---|
| | | FUNDO AMBIENTAL | POSEUR |
| 10 % do preço global após notificação emissão visto do Contrato / Tribunal de Contas | 5 244 000 € | 5 012 539 € | 231 461 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 1º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 2º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| 2 % do preço global (20% do preço do navio) após assentamento da quilha do 3º navio | 1 048 800 € | 990 935 € | 57 865 € |
| | **8 390 400 €** | **7 985 344 €** | **405 056 €** |

Este contrato plurianual celebrado entre a Transtejo e o estaleiro asturiano "Astilleros Gondán" tem previsto o montante global de 52.440.000 € e conclusão prevista para 2024.

**ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições**

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, não ocorreram diminuições nos Ativos Tangíveis.

## 5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

**a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

**b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

**c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis**

Em 2021 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 11.052.488,52€.

Em 2020 foram assumidos compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 2.679.546,98€, destacando-se:

- Grandes intervenções na frota de navios: 1.741.532,40 €;
- Projetos desenvolvidos no âmbito do PEES: 747.352,35 €;
- Aquisição de 7 quiosques de venda de títulos de transporte (135.659,16€);
- Intervenções do Terminal do Seixal - Fornecimento e cravação de duas estacas (205.958,38€) e adaptações no passadiço e ligação ao pontão (55.017,90€);
- Aquisição de novos Servidores (58.144,86€).

**d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

## 5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis

| Rubricas | Depreciações do período | |
|---|---|---|
| | Reconhecidas nos resultados | Incluídas nos custos de outros ativos |
| **Outros Ativos fixos Tangíveis** | | |
| Terrenos e recursos naturais | - | - |
| Edifícios e outras construções | 303 518,32 | - |
| Equipamento básico | 1 925 292,73 | - |
| Equipamento de transporte | - | - |
| Equipamento Administrativo | 125 673,60 | - |
| Outros | 86 600,14 | - |
| Ativos fixos tangíveis em curso | - | - |
| | 2 441 084,79 | - |
| **Total** | **2 441 084,79** | - |

## 5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

## 5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

## 5.6. Outras divulgações

### a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e de 2020.

### b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2021 a Transtejo tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

| Descrição | |
|---|---|
| Edifícios | 702 645,05 |
| Estações Fluviais e Cais Embarque | 2 399 950,38 |
| Pontões, Passadiços e Flutuadores | 6 700 589,73 |
| Embarcações | 38 664 509,36 |
| Acessórios Utensílios de Navegação | 228 616,08 |
| Máquinas e Acessórios | 2 773 951,04 |
| Ferramentas e Utensílios | 177 210,44 |
| Veículos | 157 377,40 |
| Equipamento informático e de telecomunicações | 881 685,53 |
| Equipamento de escritório e de reprografia | 62 105,87 |
| Mobiliário de escritório e de arquivo | 221 974,56 |
| Equipamento do Serviço Medicina do Trabalho | 13 655,20 |
| Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum | 598 983,24 |
| | **53 582 853,88** |

### c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

No ano de 2021 não se verificaram quaisquer alienações de ativos fixos

## 6 Locações

Norma não aplicável.

## 7 Custos de empréstimos obtidos

### a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

### b) Os custos de empréstimos incorridos no exercício de 2021 foram os seguintes:

| Entidade | Data do Contrato | Data de início do TE | Prazo do Contrato | Capital | | Taxa de juro | | Movimentos de amortizações | | | Movimento do ano | | | Encargos vencidos e não pagos | | Saldo em 1 de janeiro | Saldo a 31 de dezembro |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Contratado | Utilizado | Inicial | Atual | Amortização | Juros | Total | Amortização | Juros | Total | Amortização | Juros | | |
| Direção-Geral do Tesouro e Finanças | 29/03/13 | n/a | 7 anos | 11 406 000,00 | 5 748 000,00 | 2,37% | 2,37% | 5 748 000,00 | 1 155 975,48 | 6 903 975,48 | | | | 5 748 000,00 | 241 740,92 | 5 748 000,00 | 5 748 000,00 |
| | 13/09/13 | n/a | 7 anos | 81 625 000,00 | 40 525 000,00 | 4,43% | 4,43% | 40 525 000,00 | 8 372 660,19 | 48 897 660,19 | | | | 40 525 000,00 | 1 718 723,61 | 40 525 000,00 | 40 525 000,00 |
| | 08/10/13 | n/a | 7 anos | 20 539 500,00 | 10 289 500,00 | 2,18% | 2,18% | 10 289 500,00 | 1 867 334,39 | 12 156 834,39 | | | | 10 289 500,00 | 258 648,64 | 10 289 500,00 | 10 289 500,00 |
| | 19/11/13 | n/a | 7 anos | 3 900 000,00 | 1 250 000,00 | 3,67% | 1,67% | 1 250 000,00 | 187 302,41 | 1 437 302,41 | | | | 1 250 000,00 | 43 479,63 | 1 250 000,00 | 1 250 000,00 |
| | 19/12/13 | n/a | 7 anos | 1 000 000,00 | 1 500 000,00 | 3,85% | 3,59% | 1 500 000,00 | 193 242,50 | 1 693 242,50 | | | | 1 500 000,00 | 50 208,13 | 1 500 000,00 | 1 500 000,00 |
| | 27/03/14 | n/a | 7 anos | 1 350 500,00 | 1 000 000,00 | 3,19% | 3,19% | 1 000 000,00 | 130 557,46 | 1 130 557,46 | | | | 1 000 000,00 | 72 754,13 | 1 000 000,00 | 1 000 000,00 |
| | 28/07/14 | n/a | 7 anos | 49 [illegible] | 49 [illegible] 67 | 2,89% | 2,89% | 335 338,13 | 75 152,32 | 410 490,45 | | | | 2 587,89 | 3 587,43 | 471 458,67 | 471 458,67 |
| | 05/04/14 | n/a | 7 anos | 3 000 000,00 | 1 333 333,33 | 4,59% | 4,59% | 666 666,67 | 133 300,97 | 800 [illegible] | | | | 6 [illegible] | 5 558,94 | 1 333 333,33 | 1 333 333,33 |
| | 13/06/14 | n/a | 7 anos | 2 288 413,00 | 1 517 335,33 | 3,78% | 3,48% | 758 333,67 | 207 326,85 | 965 664,52 | | | | 7 584,92 | 7 584,92 | 1 512 [illegible] | 1 512 [illegible] |
| | 15/10/14 | n/a | 7 anos | 2 367 577,00 | 1 183 053,33 | 1,72% | 1,72% | 592 523,67 | 76 872,40 | 669 396,06 | | | | 3 283,31 | 3 283,31 | 1 [illegible] | 1 [illegible] |
| | 15/09/15 | n/a | 7 anos | 4 823 144,00 | 3 866 434,84 | 1,45% | 1,43% | 737 290,17 | 195 335,67 | 932 [illegible] | | | | 16 [illegible] | 12 699,62 | 3 949 100,67 | 3 [illegible] |
| | 13/06/15 | n/a | 7 anos | 6 179 000,00 | 6 [illegible] | 3,13% | 3,11% | 186 503,33 | 39 [illegible] | 225 [illegible] | | | | 4 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 15/09/15 | n/a | 7 anos | 9 864 [illegible] | 49 [illegible] | 1,39% | 1,40% | 1 [illegible] | 109 [illegible] | [illegible] | | | | 52 [illegible] | 13 [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 12/11/15 | n/a | 7 anos | 1 950 000,00 | 1 500 000,00 | 1,42% | 1,42% | 500 000,00 | 99 [illegible] | [illegible] | | | | 14 [illegible] | 12 [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 15/09/16 | n/a | 7 anos | 2 267 [illegible] | 2 267 [illegible] | 2,00% | 2,00% | - | 83 [illegible] | 83 [illegible] | | | | 31 [illegible] | 23 060,37 | [illegible] | [illegible] |
| | 23/08/16 | n/a | 7 anos | 3 000 000,00 | 3 000 000,00 | 2,17% | 2,17% | - | 35 [illegible] | [illegible] | | | | 20 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 13/12/17 | n/a | 7 anos | 2 500 000,00 | 2 500 000,00 | 0,53% | 0,53% | - | 8 [illegible] | [illegible] | | | | 8 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 06/07/18 | n/a | 7 anos | 6 000 000,00 | 6 000 000,00 | 0,78% | 0,78% | - | 32 [illegible] | [illegible] | | | | 16 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 08/11/18 | n/a | 7 anos | 5 470 [illegible] | 5 470 [illegible] | 0,83% | 0,83% | - | [illegible] | [illegible] | | | | 16 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 30/04/19 | n/a | 7 anos | 4 553 [illegible] | 4 553 [illegible] | 0,30% | 0,30% | - | - | - | | | | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 25/07/19 | n/a | 7 anos | 1 491 [illegible] | 1 491 [illegible] | 0,25% | 0,25% | - | - | - | | | | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 19/09/19 | n/a | 7 anos | 1 500 000,00 | 1 500 000,00 | 0,35% | 0,35% | - | - | - | | | | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 31/12/19 | n/a | 7 anos | 2 005 650,00 | 2 005 650,00 | 0,25% | 0,25% | - | - | - | | | | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 06/05/20 | n/a | | [illegible] | [illegible] | | | | | | | | | 650 [illegible] | | | [illegible] |
| | | | | 166 783 [illegible] | 102 810 [illegible] | | | 63 823 [illegible] | 13 [illegible] | 76 [illegible] | | | | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

Desde 2013 a Transtejo tem vindo a aplicar um modelo de financiamento com recurso à contratação de empréstimos de médio e longo prazo junto do Estado Português, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Recorrendo à dotação orçamental inscrita no OE2013 retificativo, foi possível reestruturar toda a dívida de curto prazo contratada na banca comercial, contraindo para o efeito, uma operação de financiamento no montante de 118.625.000,00€, a reembolsar em 12 prestações semestrais de igual montante, com início em 31 de maio de 2014 e termo em 30 de novembro de 2019.

Este modelo de financiamento, possibilitado pela condição de Entidade Pública Reclassificada, tem-se mantido em vigor, tendo em 2014 sido celebrado novo contrato de financiamento a 7 anos, com as mesmas condições, no montante de 7.983.178,00€, destinando-se a cobrir necessidades de tesouraria corrente.

Em 2015, no âmbito do mesmo modelo de financiamento, o stock de dívida contratada foi reforçado em 11.697.700,00€.

Em 2016, através de Despacho nº626/16-SEATF de 06 de julho, foi autorizado novo reforço do stock de dívida contratada, tendo ocorrido 2 novos desembolsos, totalizando 4.267.721€.

Também em 2016 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida dos exercícios de 2015 e 2016 (aumento de capital em espécie no montante de 46.543.955,38€, contemplado os juros vencidos no montante de 5.671.759,04€ e amortizações no montante de 40.872.196,34€.

Em 2017, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 22 de dezembro, foi autorizada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo para reforço da dívida contratada, no montante de 2.500.000€.

Ainda em 2017 ocorreu uma operação de conversão em capital, dos créditos referentes ao serviço da dívida do exercício de 2017 (aumento de capital em espécie no montante de 25.242.161,23€ (nota 21)), contemplado os juros vencidos no montante de 2.191.181,55€ e amortizações no montante de 23.050.979,68€.

No final de 2017, em consequência das operações acima descritas, o montante em dívida ao Estado ascendia a 81.150.422,99€.

Em 2018, através de Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, foram autorizadas as concessões de dois empréstimos de médio e longo prazo para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da atividade operacional, nos montantes de 6.000.000€ em julho de 2018 e de 5.470.780€ em outubro de 2018.

Em 30 de Abril de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 4.553.215€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 303/19 - SET, de 23 de abril.

Em 23 de julho de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.491.672,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 19 de Setembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 1.500.000,00€, pelo prazo de 7 anos, no Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 562/19 - SET, de 28 de junho e nº 618/19-SET, de 4 de julho.

Em 31 de dezembro de 2019 foi atribuído pelo IGCP um empréstimo no valor de 2.005.650,00€, pelo prazo de 7 anos, pelo Despacho do Senhor Secretário do Estado do Tesouro nº 1513/19 - SET, de 27 de dezembro.

Em 08 de maio de 2020, ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 159/2020-SET, de 7 de maio, foi celebrado contrato de suprimentos entre Estado (na qualidade de acionista, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças), e a TRANSTEJO, destinando-se o financiamento obtido, no montante de 639.029 € a mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19.

Através do Despacho nº 1555/19-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para

30 de novembro de 2019, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 381/20-SET de 26 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 962/20-SET de 30 de dezembro, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais;

Através do Despacho nº 680/21-SET de 28 de julho, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais.

Através do Despacho nº 254/22-SET de 08 de março, foi concedido o diferimento do pagamento do serviço da dívida, referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais.

Face a todas estas situações, no final de 2021, o montante em dívida ao Estado ascendia a 102.810.769€.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

O detalhe destes empréstimos de acordo com o prazo de reembolso é apresentado na Nota 18.9.

Todos os empréstimos estão negociados em euros.

## 8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

## 9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

| Ativos Financeiros | Natureza | Quantia Bruta | Imparidade acumulada | Quantia recuperável | Modelo Utilizado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Justo Valor | Valor de Uso |
| Dívidas de Clientes | Gerador de caixa | 114 994,63 | 90 889,33 | 24 105,30 | | Fluxos de Caixa |
| TOTAL | | 114 994,63 | 90 889,33 | 24 105,30 | | |

O montante de 90.889,33€ diz respeito, essencialmente, às entidades:

| | Saldo 31/12/2020 | Reforços | Reversões | Saldo 31/12/2021 |
|---|---|---|---|---|
| Turisbuilding, Act Maritimo-Turísticas, S.A. | 30 302,16 | - | - | 30 302,16 |
| João Lagos Sports - Gestão de Eventos, S.A. | 24 197,60 | - | - | 24 197,60 |
| Bússola Perfeita, Unipessoal Lda | 11 936,15 | - | - | 11 936,15 |
| Outros | 24 453,42 | - | - | 24 453,42 |
| | **90 889,33** | - | - | **90 889,33** |

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é superior a 24 meses.

## 10 Inventários

### a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Transtejo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

### b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2021 os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

| Descrição | Quantia escriturada inicial | Compras líquidas | Consumos / Gastos | Perdas por imparidade | Reversão de perdas por imparidade | Outras reduções de inventários | Outros aumentos de inventários | Quantia escriturada final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mercadorias | | | | | | | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 1 173 977,46 | 3 619 323,69 | 3 399 379,26 | - | - | | | 1 393 921,89 |
| Produtos acabados e intermédios | | | | | | | | |
| Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos | | | | | | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | | | | | | |
| **Total** | **1 173 977,46** | **3 619 323,69** | **3 399 379,26** | - | - | - | - | **1 393 921,89** |

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresenta a seguinte decomposição:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Gasóleo | 127 347,80 | 90 993,10 |
| Lubrificantes | 23 328,81 | 25 241,46 |
| Materiais de consumo | 37 067,80 | 30 697,11 |
| Fardamentos | 24 600,20 | 24 600,20 |
| Bilhetes | 16 081,87 | 9 968,57 |
| Papel de fotocópia | 313,58 | 462,88 |
| Material de escritório | 1 266,79 | 1 441,11 |
| Outros - economatos | 163,21 | 163,21 |
| Sobresselentes | 1 545 643,84 | 1 378 009,67 |
| Materiais para reparações | 200 527,06 | 194 819,22 |
| Alimentação géneros para confecionar | 255,75 | 255,75 |
| **Subtotal** | **1 976 596,71** | **1 756 652,28** |
| Imparidades de inventários | (582 674,82) | (582 674,82) |
| **Total inventários** | **1 393 921,89** | **1 173 977,46** |

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2021, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 3.339.379,26€ (em 2020: 2.433.851,08€), dos quais 2.794.464,17€ correspondem a consumos de combustíveis (2020: 1.845.731,71€).

**c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período**

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Combustíveis | 2 794 464,17 | 1 845 731,71 |
| Consumo de lubrificantes | 71 171,42 | 56 351,12 |
| Materiais de consumo | 23 954,62 | 27 362,53 |
| Fardamento | - | - |
| Consumo de sobressalentes | 370 101,08 | 357 406,03 |
| Consumo mat. Reparações | 113 270,89 | 119 209,99 |
| Consumo de bilhetes | 23 690,30 | 25 653,13 |
| Papel de fotocópia | 159,10 | 1 790,62 |
| Material de escritório | 2 567,68 | 345,95 |
| **Total** | **3 399 379,26** | **2 433 851,08** |

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações na atividade de exploração. O aumento registado no custo do consumo de gasóleo, reflete o efeito à normalidade, após pandemia provocada pelo Covid-19, salientando-se o aumento da procura/oferta.

O consumo de combustível reflete o impacto na atividade de exploração da Transtejo, decorrente da pandemia provocada pelo covid-19, destacando-se a fixação do limite máximo de 1/3 da taxa de ocupação, determinada pelas medidas de contingência. Em 2021 realizaram-se 83.601 viagens, e um consumo de 5.177.967 L de combustível, para disponibilizar 156.292.944 LKO, quando em 2020, para disponibilizar 138.258.555 LKO, tinham sido realizadas 82.733 viagens e consumidos 4.595.275 litros de combustível. O principal aspeto que justifica o significativo aumento de gastos com gasóleo em 2021, decorre da variação do preço médio por litro: em 2020, face ao contexto económico, o preço do combustível encontrava-se anormalmente baixo (custo médio por L = 0,40 €). Em 2021, o custo médio por litro associado aos consumos ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2021 e 2020 foi determinado como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Existências iniciais | 1 173 977,46 | 1 198 756,40 |
| Compras de materiais diversos | 4 201 998,51 | 2 991 746,96 |
| Regularização de existências | (582 674,82) | (582 674,82) |
| Existências finais | (1 393 921,89) | (1 173 977,46) |
| **Gastos do exercício** | **3 399 379,26** | **2 433 851,08** |

**e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

**f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período**

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada como se segue:

| Imparidades | Saldo inicial 31.12.2020 | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 582 674,82 | - | - | - | 582 674,82 |
| Produtos acabados e intermédios | | | | | |
| Produtos e trabalhos em curso | | | | | |
| **Total** | **582 674,82** | - | - | - | **582 674,82** |

A imparidade de inventário acumulada corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2021 foram efetuadas contagens físicas aos diversos armazéns, originando a reversão de imparidades.

**g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários**

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram movimentos de reversão de ajustamento de inventários.

**h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 11 Agricultura

Norma não aplicável.

## 12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

## 13 Rendimentos de transações com contraprestação

**a) Política contabilística e métodos adotados**

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de concretização da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

### b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, têm a seguinte decomposição:

| Rendimento | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|---|---|
| Prestação de Serviços | 7 820 392,53 | 6 231 380,08 |
| Venda de bens | - | - |
| Outros rendimentos | 904 763,59 | 523 669,87 |
| Juros | 41 758,64 | 36 174,00 |
| **Total** | **8 766 914,76** | **6 791 223,95** |

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

| Descrição | | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Tráfego de passageiros | | | |
| Apoio PART | i) | 3 855 512,20 | 2 314 916,07 |
| Bilhetes | ii) | 905 234,22 | 668 847,90 |
| Intermodais | iii) | - | - |
| Passes próprios | iv) | 59 786,06 | 81 443,06 |
| Combinados | v) | 260,70 | 10 167,79 |
| Zapping | vi) | 747 174,68 | 650 798,78 |
| Bilhete 24h | vii) | 39 643,06 | 27 078,48 |
| Navegante Metropolitano | i) | 2 127 725,64 | 2 389 374,44 |
| Navegante Municipal | i) | 42 127,61 | 44 186,62 |
| Tráfego de veículos | viii) | 41 279,14 | 42 947,72 |
| Aluguer de embarcações | ix) | 1 000,00 | - |
| Outros | | 649,22 | 1 619,22 |
| **Total prestações de serviços** | | **7 820 392,53** | **6 231 380,08** |

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 - A/2019 - Regulamento Metropolitano das Regras Gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos meses de abril a dezembro de 2018.

ii) **Bilhetes:** rendimentos de títulos de transporte para viagens ocasionais (carregamentos de cartões Viva Viagens e em máquinas de venda automática).

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para carreiras Transtejo.

iv) **Combinados:** sistema de passes que permitem a realização de viagens entre um conjunto limitado de operadores de transporte. Estes títulos também foram substituídos, a partir de abril de 2019, com a entrada em vigor do PART.

v) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar os serviços da Transtejo, Carris e Metro Lisboa mediante carregamento de valores em suporte Viva Viagens.

vi) **Bilhete 24h:** rendimentos de títulos de transporte válidos por um dia para um número ilimitado de viagens.

vii) **Tráfego de veículos:** serviço de transporte de veículos em ferryboats na ligação Belém-Trafaria-Porto Brandão.

viii) **Aluguer de embarcações:** alugueres pontuais de embarcações a terceiros.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Outros rendimentos** | | |
| Aluguer de espaços e outros | 182 182,47 | 180 641,51 |
| Cedências | 40 032,98 | 80 322,02 |
| Concessão/protocolo | 83 196,17 | 95 141,48 |
| Cartões para passes e outros | 146 995,85 | 154 668,65 |
| Ganhos em alienações | - | - |
| Outros | 452 356,12 | 12 896,21 |
| | **904 763,59** | **523 669,87** |

A rubrica "Outros rendimentos" decompõe-se essencialmente em: rendimentos referentes ao aluguer de espaços nas suas instalações (terminais, parques de estacionamento e administrativas), à venda de cartões para carregamento de títulos de transporte e a concessão da atividade de passeios turísticos, efetuados diariamente no Tejo.

**c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços**

A Transtejo não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

## 14 Rendimentos de transações sem contraprestação

### 14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados por Naturezas:

| Rendimentos | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|---|---|---|
| **Subsídios obtidos** | **14 824 413,83** | **14 246 193,74** |
| Indemnizações Compensatórias | | 14 075 755,49 |
| Compensação 4/18 e Sub 23 | 115 379,00 | 98 521,89 |
| Compensação Passe Social + | 81 034,83 | 71 916,36 |
| Compensação CPSP - Dispon. Infraestruturas | 2 800 000,00 | - |
| Compensação CPSP - Cumprim. Obriga. | 11 828 000,00 | - |
| **Outros Rendimentos** | **995 541,88** | **805 517,99** |

Em 2020, no seguimento das necessidades financeiras decorrentes da redução do nível de receitas provocado pela situação de pandemia, considerando que se encontrava em fase de aprovação o contrato de prestação do serviço público, foi atribuído à Transtejo o montante de Indemnizações Compensatórias, correspondente ao nível de serviço praticado e em coerência com o modelo de financiamento subjacente ao CSP. O referido montante, encontrava-se inscrito no Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março e teve subjacente a Resolução do Conselho de Ministros nº 41-A/2020 de 09 de junho, que enquadrava a atribuição de Indemnizações Compensatórias à Transtejo, referentes à compensação pelo cumprimento das obrigações de serviço público em 2020, no montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), responsabilizando a Transtejo, pela transferência para a Soflusa, do montante de 2.843.000 € + IVA (= 3.013.580 €), incluído na referida Indemnização Compensatória;

Em 2021 destaca-se a celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português, tendo o mesmo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021.

Nesta sequência, foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um subcontrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa - Barreiro", tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Encontrando-se reunidas todas as condições para a produção de efeitos financeiros, foram recebidas pela Transtejo as compensações financeiras previstas no CSP (Disponibilização de Infraestruturas = 11.828.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.800.000 € + IVA) e efetuado o pagamento à Soflusa, das compensações financeiras referentes ao referido subcontrato (nos montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 870.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.017.000 € + IVA).

O valor na rubrica de "Outros Rendimentos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

| Quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço | | | Período de 2021 | | | Período de 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Demonstração de Resultados | Balanço | | Demonstração de Resultados | Balanço | |
| | | | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Quantias reconhecidas em gastos do período | Quantias reconhecidas no capital | Imputadas em outros rendimentos e ganhos | Quantias reconhecidas em gastos do período | Quantias reconhecidas no capital |
| Não reembolsáveis | Subsídios relacionados com ativos | SGMAMB - Subsídios a Impulsar | 259 336,94 | 259 336,94 | - | - | - | 259 336,94 |
| | | DGTT Novo Interface Seixal | 79 807,68 | 79 807,68 | 1 895 193,58 | 79 807,68 | 79 807,68 | 2 074 999,26 |
| | | Feder - PIDDAC - C. Seixalinho | 96 927,24 | 96 927,24 | 2 996 665,75 | 96 927,24 | 96 927,24 | 3 093 592,99 |
| | | PIDDAC - Ferries Novos | 398 818,92 | 398 818,92 | 3 589 370,84 | 398 818,92 | 398 818,92 | 3 988 189,76 |
| | | PIDDAC - T. F. Cacilhas I | - | - | - | - | - | - |
| | | SGMAMB - Remat. Campolide | (5 869,64) | (5 869,64) | 150 238,64 | 22 953,00 | 22 953,00 | 144 369,00 |
| | | SGMAMB - Remat. Sé | (11 588,47) | (11 588,47) | 295 760,35 | 43 718,76 | 43 718,76 | 284 171,88 |
| | | SGMAMB - Implement. Wi-Fi | 28 714,75 | 28 714,75 | 95 329,98 | 42 529,56 | 42 529,56 | 124 044,73 |
| | | FA - Transporte Bicicletas | 7 803,08 | 7 803,08 | 72 549,57 | 7 803,09 | 7 803,09 | 80 346,65 |
| | | SGMAMB - Renovação MAV8 | 6 344,83 | 6 344,83 | 126 736,44 | 19 240,68 | 19 240,68 | 133 081,27 |
| | | SGMAMB - Rep. Pontão Ribeira | 25 675,56 | 25 675,56 | 143 355,22 | 25 675,56 | 25 675,56 | 169 030,78 |
| | | SGMAMB - Aplicação Informóvel | 13 547,36 | 13 547,36 | 19 355,41 | 17 366,67 | 17 366,67 | 32 902,77 |
| | | SGMAMB - MPPs Navio Lisboonense | (11 266,00) | (11 266,00) | 247 085,98 | 34 933,32 | 34 933,32 | 235 799,98 |
| | | SGMAMB - Cabos Redutores Lisboonense | (737,22) | (737,22) | 48 276,63 | 8 267,76 | 8 267,76 | 47 539,45 |
| | | FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável | 95 341,22 | 95 341,22 | 2 473 883,05 | 7 675,73 | 7 675,73 | 2 569 171,27 |
| | | FA - PEES - Estacionamento Bicicletas | 208,33 | 208,33 | 19 791,67 | - | - | 20 000,00 |
| | | FA - Renovação da Frota | - | - | - | - | - | - |
| | | POSEUR - Renovação da Frota | 12 477,30 | 12 477,30 | 69 717,70 | - | - | - |
| Total | | | 995 543,88 | 995 543,88 | 12 343 232,85 | 805 517,97 | 805 517,97 | 13 256 579,73 |

O saldo por utilizar em 31 de dezembro de 2021 dos subsídios ao investimento é de 12.343.232,85€ (13.256.579,73€ em 2020), os quais são reconhecidos em rendimentos, à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados.

Em setembro de 2020 foi celebrado um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Transtejo e o Fundo Ambiental, referente à atribuição de financiamento, no âmbito do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social, para cobertura financeira de investimento no âmbito de projetos a desenvolver em 2020 e 2021, visando intervenções diversas em navios e infraestruturas para promoção de uma mobilidade mais sustentável, designadamente:
- Remoção de coberturas de fibrocimento nos Terminais;
- Recuperação de infraestruturas marítimas;
- Dinamização da informação ao público;
- Reforço do sistema de bilhética e controlo de acessos;
- Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Reabilitação de infraestruturas de apoio;
- Instalação de equipamento de estacionamento de bicicletas em interfaces da Transtejo.

O referido programa contemplou um subsídio de 2.596.850,00 €, sendo que o montante de 2.576.850,00€ se destinou a financiar as medidas de promoção de mobilidade sustentável, e 20.000,00€ ao projeto de instalação de infraestruturas para estacionamento de bicicletas.

Do montante supra referido, 1.496.000 € foram recebidos em 2020 conforme previsto no Protocolo. Em 2021 foi recebido o montante de 1.100.850,00€, para afetar a projetos a desenvolver nesse ano, tendo a sua conclusão sido limitada na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento de alguns projetos financiados. Com base nessa exposição foi solicitada e autorizada pelo Fundo Ambiental, entidade gestora do PEES, a prorrogação do prazo de execução dos projetos, até 31-12-2022.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 têm a seguinte decomposição no balanço:

| Balanço | Ano 2021 | Ano 2020 |
|---|---|---|
| Activos Sujeitos a restrições<br>Contas a Receber de transações sem contraprestação<br>Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação | - | 653,18 |
| Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições<br>Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos<br>Passivos perdoados | | |

O valor indicado corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

## 14.2. Outras divulgações

**a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação**

No ano de 2020, o valor mais significativo registado nesta rubrica ascendeu a 14.075.755,49€ e corresponde às indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado Português como contrapartida pelo cumprimento das obrigações do serviço público, conforme já referido anteriormente.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 118/2020 de 30 de dezembro, aprovou a atribuição referente a 2020, de compensações tarifárias (indemnizações compensatórias), referentes aos passes subsidiados ((4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 236.860,54 € + IVA

Em 2021, enquadrado pelo Contrato de Serviço Público já referido, foi transferido pelo Estado Português para a Transtejo o montante de 14.400.000 € + IVA (= 15.264.000 €), valor que se encontrava previsto no Orçamento de Estado de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2021, de 19 de agosto, foi aprovada atribuição referente a 2021, de compensações tarifárias, referentes aos passes subsidiados (4_18@escola.tp; sub23@superior.pt e Social+), num total de 247.145,05 € + IVA (=261.973,75€).

**b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

**c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

**d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos**

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

### 14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

## 15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### 15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um ex-fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2021 e 2020, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

| Provisões | Saldo inicial 31.12.2020 | Aumentos | Reversões | Utilizações | Saldo final 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Impostos | | | | | |
| Contribuições | | | | | |
| Juros de mora | | | | | |
| Garantias a clientes | | | | | |
| Processos judiciais em curso | 116 479,51 | 83 050,00 | (531,69) | (3 727,58) | 195 270,24 |
| Acidentes de trabalho e doenças profissionais | - | | | | - |
| Matérias ambientais | 3 000,00 | | | | 3 000,00 |
| Contratos onerosos | | | | | |
| Reestruturação | | | | | |
| Outras Provisões | | | | | |
| **Total** | **119 479,51** | **83 050,00** | **(531,69)** | **(3 727,58)** | **198 270,24** |

Em 2021 as provisões foram reforçadas em 83.050,00€ e dizem respeito a diversos processos judiciais interpostos por trabalhadores ao serviço da Empresa.

### 15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer ex-fluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

### 15.3. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 a Transtejo não tinha qualquer passivo contingente a reportar. Porém, salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

### 15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021 a Transtejo não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

## 16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Transtejo reconhece as transações em moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

### 16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam diferenças de câmbio registadas.

### 16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro

## 17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 24 de novembro de 2022 pelo Conselho de Administração.

O ano 2021 foi marcado pela retoma da normalidade e recuperação dos níveis de atividade, embora se tenham mantido constrangimentos associados a novos períodos de contingência, medidas de confinamento, teletrabalho obrigatório e algum retrocesso que condicionou a mobilidade e procura dos serviços de transporte. Ainda assim, estas circunstâncias não colocaram em causa a continuidade da operação da Transtejo, assistindo-se em 2022 (janeiro a agosto) a uma significativa recuperação do nível de receitas.

É nossa convicção que esta retoma progressiva irá marcar os exercícios subsequentes, destacando-se que se têm mantido as medidas de apoio financeiro aplicadas pelo Governo, no âmbito do apoio à prestação do serviço público, designadamente a coberto do Decreto-Lei nº 14-C/2020 de 07 de abril e sucessivas atualizações.

No âmbito da referência aos acontecimentos após a data de relato, cumpre ainda salientar os desenvolvimentos decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, que estabelece o regime aplicável às empresas locais de natureza metropolitana de mobilidade e transportes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Ao abrigo do mencionado Decreto-Lei, foi determinada a constituição e registo comercial da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T, S.A com efeitos a 17 de fevereiro de 2021, e a dissolução do agrupamento complementar de empresas OTLIS, ACE e a transmissão do seu património para a TML.

Desde a sua constituição, a TML tem vindo a desenvolver a sua atividade de coordenação do sistema de bilhética, recolha de indicadores e coordenação da atribuição de compensações tarifárias e articulação entre os vários modos de transporte, destacando-se a implementação do projeto da Carris Metropolitana, não tendo, porém, sido afetado nem alterado o Serviço Público prestado pela Transtejo.

Merece ainda referência os recentes desenvolvimentos do plano de renovação da frota de navios, salientando-se a criticidade dos projetos complementares ao contrato de conceção e construção dos 10 navios elétricos, designadamente, (i) construção dos postos de carregamento elétrico e (ii) aquisição de baterias marítimas a instalar nos novos navios. Considerando o atraso do projeto, condicionado pelas vicissitudes que marcaram os anos de 2020 e 2021, em particular o impacto nos processos aquisitivos e clarificação de pressupostos dos referidos projetos complementares, foi necessário proceder à reprogramação financeira e atualizar os montantes de financiamento. Nesse sentido, através da publicação da RCM nº 33/2022 de 25 de março, foi atualizado o financiamento e autorizada a despesa plurianual até ao montante global de 70.545.497 € para a componente investimento e 28.800.505€ para a componente manutenção.

Até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 relacionadas com os assuntos referidos supra.

## 18 Instrumentos financeiros

### 18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Transtejo quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu

detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Transtejo.

## 18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

| | Notas | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Quantia Bruta | Imparidade Acumulada | Quantia líquida | Quantia Bruta | Imparidade Acumulada | Quantia líquida |
| **Ativos Financeiros** | | | | | | | |
| **Caixa e equivalentes a caixa** | | | | | | | |
| Caixa | | 64 647,94 | - | 64 647,94 | 63 710,52 | - | 63 710,52 |
| Depósitos bancários | | 7 308 005,46 | - | 7 308 005,46 | 5 692 068,61 | - | 5 692 068,61 |
| | | **7 372 653,40** | - | **7 372 653,40** | **5 755 779,13** | - | **5 755 779,13** |
| Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado: | | | | | | | |
| Acionistas/sócios | g) | 7 202 369,35 | - | 7 202 369,35 | 7 163 897,11 | - | 7 163 897,11 |
| Ativos correntes | | | | | | | |
| Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis | h) | 49 190 470,82 | - | 49 190 470,82 | 1 108 945,30 | - | 1 108 945,30 |
| Clientes | a) | 115 183,38 | (90 889,33) | 24 294,05 | 127 675,09 | (90 889,33) | 36 785,76 |
| Estado e Outros Entes Públicos | f) | 554 736,00 | - | 554 736,00 | 484 443,80 | - | 484 443,80 |
| Acionistas/sócios | | | | | | | |
| Outras contas a receber | b) | 1 637 364,62 | (83 144,20) | 1 554 220,42 | 455 678,77 | (83 144,20) | 372 534,57 |
| Diferimentos | e) | 46 816,61 | | 46 816,61 | 12 263,98 | | 12 263,98 |
| | | **58 746 940,78** | **(174 033,53)** | **58 572 907,25** | **9 352 904,05** | **(174 033,53)** | **9 178 870,52** |
| | | **66 119 594,18** | **(174 033,53)** | **65 945 560,65** | **15 108 683,18** | **(174 033,53)** | **14 934 649,65** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | | |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | | |
| Financiamentos bancários | | 13 647 034,82 | - | 13 647 034,82 | 20 228 157,83 | - | 20 228 157,83 |
| | | **13 647 034,82** | - | **13 647 034,82** | **20 228 157,83** | - | **20 228 157,83** |
| Passivos correntes | | | | | | | |
| Fornecedores | c) | 46 225,59 | | 46 225,59 | 626 979,59 | | 626 979,59 |
| Financiamentos bancários | | 89 163 734,17 | | 89 163 734,17 | 82 582 611,16 | | 82 582 611,16 |
| Estado e Outros Entes Públicos | f) | 301 838,00 | | 301 838,00 | 273 675,00 | | 273 675,00 |
| Fornecedores de Investimento | | - | | - | 53 869,85 | | 53 869,85 |
| Outras contas a pagar | d) | 8 788 686,48 | | 8 788 686,48 | 8 372 632,96 | | 8 372 632,96 |
| Diferimentos | e) | 58 858 237,55 | | 58 858 237,55 | 157 069,36 | | 157 069,36 |
| Acionistas/ sócios | | | | | | | |
| | | **157 158 721,79** | - | **157 158 721,79** | **92 066 837,92** | - | **92 066 837,92** |
| | | 170 805 756,61 | - | 170 805 756,61 | 112 294 995,75 | - | 112 294 995,75 |

**a) Clientes:** nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de terceiros relacionados com protocolos celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

**b) Outras Contas a receber:** A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Outros devedores | 267 379,97 | 346 808,82 |
| Pessoal | 66 554,18 | 33 637,67 |
| Perdas de imparidade | (83 144,20) | (83 144,20) |
| **Outros Devedores** | **250 789,95** | **297 302,29** |
| Rendimentos a reconhecer no período | 7 158,60 | 5 445,06 |
| Soflusa - Soc. Fluvial transportes, S.A. | 3 286,40 | 0,00 |
| Indemnizações compensatórias | 0,00 | 653,18 |
| Otlls - Operadores Trans. Região Lisboa | 23 595,26 | 23 595,26 |
| Operadores Repartição | 3 252,88 | 392,42 |
| Indemnizações a receber de seguradoras | 900,00 | 900,00 |
| Sinistros em regularização | 41 757,10 | 15 228,43 |
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa | 937 836,88 | |
| Outros | 22 863,69 | 24 737,89 |
| **Acréscimos de rendimentos** | **1 040 650,81** | **70 952,24** |
| Gastos a reconhecer | 262 779,66 | 4 280,04 |
| **Gastos diferidos** | **262 779,66** | **4 280,04** |
| **Total** | **1 554 220,42** | **372 534,57** |

i) Outros devedores: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos da rubrica de Outros devedores apresentam a seguinte decomposição:

| | 2021 | | | 2020 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor bruto | Imparidade | Total | Valor bruto | Imparidade | Total |
| Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda. | 61 904,48 | (61 904,48) | - | 61 904,48 | (61 904,48) | - |
| Cristina de Jesus Vaz da Costa | 1 523,04 | (1 523,04) | - | 1 523,04 | (1 523,04) | - |
| Outros | 203 952,45 | (19 716,68) | 184 235,77 | 283 381,30 | (19 716,68) | 263 664,62 |
| **Total** | **267 379,97** | **(83 144,20)** | **184 235,77** | **346 808,82** | **(83 144,20)** | **263 664,62** |

a) O saldo a receber refere-se a rendas por ocupação de espaço de restauração a bordo dos catamarãs da Empresa e em terminais, encontrando-se registada uma perda por imparidade correspondente à sua totalidade. Durante o primeiro semestre de 2012 a Empresa rescindiu o contrato com este concessionário, encontrando-se em curso processo judicial associado a este contrato;
b) Foi constituída uma perda por imparidade na totalidade do saldo referente a débitos de 2013 relacionados com a licença de ocupação de espaços por este concessionário;
c) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros" compreende, essencialmente, saldos a receber da Caistejo - Actividades Hoteleiras, Lda (61.904,48€), MOP-Multimédia Outdoors Portugal (34.549,15€); Banco BPI, SA (12.187,86€) Eurest-Soc Europeia de Restaurantes, Lda.

(3.613,99€); Calado e Brito (13.607,09€); EMPARK PORTUGAL (4.513,94€); Favoriteagle, Lda. (13.506,49€). Este saldo tem contrapartida nos diferimentos passivos.

ii) Pessoal: Esta rubrica é constituída, essencialmente, por adiantamentos de valores aos colaboradores, a título de posterior regularização por parte da Segurança Social e da Companhia de Seguros (subsídios de doença e sinistros).

iii) Acréscimo de rendimentos: Especialização dos gastos correspondentes aos consumos de água, luz, aluguer de instalações, sinistros e receitas dos terminais.

**c) Fornecedores:** Os saldos mais significativos são como segue:

| Descrição entidade | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT | 10 275,56 | - |
| Prosegur - Log. Trat. Val. Portugal, Unipessoal, L | 5 379,85 | 10 242,48 |
| SOVIAL - SOC. DE VIATURAS DE ALUGUER, LDA. | 4 951,30 | - |
| Cotesi, SA. | 4 551,00 | - |
| OZEC EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA. | 3 656,30 | - |
| Marques & Abrantes, Lda. | 3 404,89 | - |
| EPAL, S.A. | 3 270,98 | - |
| Endesa Energia, SA. | 1 476,70 | - |
| Sove, SA. | 1 292,24 | - |
| Masapi-Motores Diesel Mat.T. | 1 070,72 | - |
| Prosegur, Lda. | 1 021,49 | - |
| Transportes Sul do Tejo, SA. | - | 159 041,13 |
| Lusitânia | - | 74 560,22 |
| PSG - Segurança Privada, SA. | - | 55 620,93 |
| ARTMT, Eng de Manutenção, Lda | - | 54 254,99 |
| Navaltagus, SA. | - | 31 967,70 |
| Nova Serviços, Lda. | - | 31 780,13 |
| Operandus | - | 31 189,00 |
| Faster Ways | - | 19 873,78 |
| Macedo Vitorino & Associados | - | 14 760,00 |
| Companhia Carris Ferro Lisboa | - | 4 153,11 |
| Petrogal | - | 1 060,28 |
| OTLIS | - | 1 022,51 |
| Outras entidades | 5 874,56 | 137 453,33 |
| **Total** | **46 225,59** | **626 979,59** |

**d) Outras contas a pagar:**

| Descrição | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Credores diversos | i) | 3 356 757,74 | 3 357 109,03 |
| **Outros credores** | | **3 356 757,74** | **3 357 109,03** |
| Juros a pagar | ii) | 3 776 281,41 | 3 540 923,68 |
| Remunerações a pagar | iii) | 1 132 459,73 | 1 168 656,02 |
| Outros | iv) | 523 187,60 | 305 944,23 |
| **Acréscimo de gastos** | | **5 431 928,74** | **5 015 523,93** |
| **Total** | | **8 788 686,48** | **8 372 632,96** |

i) Credores Diversos: Os saldos mais significativos referem-se a valores em aberto para com a DGTF (2.650.239,56€), montante a regularizar no âmbito do acordo celebrado em 2014 entre o Estado Português, Metropolitano de Lisboa, E.P.E, e Transtejo, referente à transmissão de titularidade do Terminal Fluvial do Cais do Sodré, apurado pela diferença entre o valor do imóvel relevado no referido acordo apurado pelo custo histórico (13.575.239,56€) e a avaliação do mesmo apurada em 2015, no valor de (10.925.000,00€), que, conforme estabelecido no âmbito da referida operação, deveria ter sido objeto de regularização no momento da primeira operação de aumento de capital da Transtejo a regularizar pelo Estado em 2015.
A Transtejo já solicitou à DGTF a reapreciação desta pendência, sobre a qual se aguardam desenvolvimentos.
Em 2020 foi reconhecido o valor a devolver ao Estado (663.066,41€), referente à compensação recebida em excesso, no âmbito do contrato de serviço público vigente no período 2012-2014, não obstante o assunto se encontrar em apreciação pela Tutela;

ii) Juros a pagar: especialização dos encargos financeiros devidos pelos contratos de empréstimo com a DGTF;

iii) Remunerações a pagar: especialização de encargos de colaboradores, por conta de direitos adquiridos e reconhecidos durante o ano. A estimativa respeita a gastos com férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam subsídios de refeição, prémio de assiduidade, entre outros);

iv) Outros: diz respeito, à repartição de receita com outros operadores de transporte (26.601,78€); à anulação de receita com a Soflusa (172.076,35€).

**e) Diferimentos:**

Esta rubrica inclui os valores referentes aos subsídios aprovados para cobertura financeira do Plano de Renovação da Frota de Navios da Transtejo, conforme enquadrado pela RCM nº 45-A/2021 de 28 de abril, tendo como suporte os montantes previstos nos Protocolos de colaboração técnica e financeira celebrados com o Fundo Ambiental (49.043.571€) e os montantes aprovados no âmbito da candidatura ao POSEUR -Programa Operacional para Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (9.721.861€). Considerando que o projeto se encontra em curso, ainda não foi iniciado o processo de reconhecimento proporcional destes rendimentos, em compensação da amortização do ativo capitalizado.

A rubrica inclui, também, a especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro de 2020, referentes a janeiro de 2021.

### f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

| Descrição | 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas | 71 911,28 | - | 71 911,28 | - |
| Retenções na fonte efectuadas por terceiros - Outros | 2 663,30 | | | |
| Imposto a recuperar | 30 258,07 | - | 21 070,80 | - |
| Imposto a pagar | - | - | - | - |
| IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares | - | 104 352,00 | - | 92 058,95 |
| I.R.S.-Prediais | - | 0,01 | - | - |
| IVA - Imposto s/ valor acrescentado | 449 903,35 | - | 391 461,72 | - |
| Contribuições p/ segurança social | - | 194 046,82 | - | 178 176,88 |
| Outras tributações | - | 3 439,17 | - | 3 439,17 |
| Total | 554 736,00 | 301 838,00 | 484 443,80 | 273 675,00 |

O saldo devedor de IRC em 2021 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2014 (15.662,08€), 2015 (14.117,74€), 2016 (13.867,02€), 2017 (12.450,40€) e 2018 (15.814,04€).

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de IVA a receber ascendia a 449.903,35€, tendo sido solicitado reembolso, no montante de 100.000€, valor que foi integralmente recebido no mês de março de 2022.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

**Imposto sobre o rendimento corrente**

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Imposto a recuperar | 30 258,07 | 21 070,80 |
| Imposto a pagar | (3 640,66) | (4 991,53) |
| **Total** | **26 617,41** | **16 079,27** |
| Estimativa de imposto a pagar | (3 640,66) | (4 991,53) |
| Retenções na fonte de terceiros | 30 258,07 | 21 070,80 |
| **Total** | **26 617,41** | **16 079,27** |

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Tributação Autónoma | (3 640,66) | (1 458,95) |
| | **(3 640,66)** | **(1 458,95)** |

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

| Prejuízos fiscais | 2021 | 2020 | Ano Limite de Utilização |
|---|---|---|---|
| Gerados no exercício de 2021 | 478 559,32 | - | 2026 |
| Gerados no exercício de 2019 | 7 876 290,35 | 7 876 290,35 | 2024 |
| Gerados no exercício de 2018 | 11 402 663,99 | 11 402 663,99 | 2023 |
| Gerados no exercício de 2017 | 8 823 829,36 | 8 823 829,36 | 2022 |
| Gerados no exercício de 2016 | 8 469 030,28 | 8 469 030,28 | 2028 |
| Gerados no exercício de 2015 | 7 079 386,83 | 7 079 386,83 | 2027 |
| | **44 129 760,13** | **43 651 200,81** | |

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 milhões de Euros são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3%, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000€ e 35.000.000€ e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000€. Em resultado das modificações introduzidas pela lei nº 82 - B/2014 de 31 de dezembro, que alterou: (i) o artigo 87º do Código do IRC e (ii) o art.º 52 do Código do IRC, a partir de 2015 inclusive, a taxa de IRC passou para 21%; a dedução dos prejuízos fiscais foi limitada a 70% do lucro tributável, sendo estendido para 12 anos o período de reporte de prejuízos fiscais apurados a partir de 2014. A lei nº 7-A/2016 de 30/3 alterou a redação do nº1 do artº 52º do CIRC, com efeito aos prejuízos apurados em 2017, a dedução do prejuízo apurado no ano de 2017 poderá ser utilizada apenas em 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa obteve Prejuízo Fiscal no valor de 478.559,32€. A Empresa não reconhece os ativos por impostos diferidos, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar.
Nos exercícios de 2021 e 2020, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Resultado antes de imposto** | (263 176,57) | 112 926,60 |
| Taxa nominal de imposto até 15.000€ | 17,00% | 17,00% |
| Taxa nominal de imposto | 21,00% | 21,00% |
| Imposto esperado | - | - |
| **Diferenças temporárias e permanentes** | | |
| Lucro tributável ACE | 679 112,70 | 72 918,57 |
| Anulação MEP Soflusa | 1 059 182,64 | 866 181,49 |
| Provisões Não dedutiveis | - | - |
| Estim. IRC e insufic. estimativa imposto | 1 176,27 | 1 458,95 |
| Perdas por imparidade em inventários | - | - |
| Donativos não previstos | - | - |
| Diferença entre mais e menos valias fiscais | - | - |
| **Limitação dedução gastos de financiamento** | | |
| Anulação MEP OTLIS | (679 112,70) | (72 918,57) |
| Reversão provisões tributadas | - | - |
| Mais valias contabilisticas | - | - |
| Outras deduções | (6 672,83) | |
| Total dos acertos | 1 053 686,08 | 867 640,44 |
| Lucro tributável | - | 980 567,04 |
| Prejuízos fiscais | (478 559,32) | - |
| Materia colectável | (478 559,32) | 980 567,04 |
| Colecta + Derrama | | |
| Ajustamentos à colecta - tributação autónoma | 3 640,66 | 1 458,95 |
| Ajustamentos à colecta - derrama municipal | - | - |
| **Impostos sobre o rendimento do período** | **3 640,66** | **1 458,95** |
| Taxa efectiva de imposto | -1,38% | 1,29% |
| Imposto corrente | 3 640,66 | 1 458,95 |
| Imposto diferido | - | - |
| | **3 640,66** | **1 458,95** |

g) **Acionistas/Sócios:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos reconhecidos nesta rubrica referem-se ao empréstimo concedido pela Transtejo à sua subsidiária Soflusa para apoio de tesouraria. Trata-se de uma operação financeira de médio-longo prazo, vencendo juros à taxa nominal média de 1,82%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

h) **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:**

Este saldo corresponde ao valor por receber no âmbito dos financiamentos aprovados para cobertura financeira do Plano de Renovação da Frota de navios, conforme explicado na nota 18.2.

e). Inclui o montante a receber do Fundo Ambiental (39.865.571,00 €), do POSEUR (9.316.804,52 €). Inclui ainda o remanescente do subsídio a receber da Secretaria-Geral do Ambiente, no montante de 8.095,30€, referente aos protocolos celebrados com o Fundo Ambiental para adaptação de navios para transporte de bicicletas, no âmbito da promoção de mobilidade sustentável.

### 18.3. Bases de determinação do justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2021 e 2020.

### 18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Transtejo por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

| 31 de dezembro de 2021 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | | |
| Empréstimos Obtidos | 89 163 734,17 | 13 647 034,82 | - | 102 810 768,99 |
| **Outros passivos não correntes** | | | | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | | | | - |
| **Fornecedores** | 46 225,59 | | | 46 225,59 |
| **Outras contas a pagar** | 8 788 686,48 | | | 8 788 686,48 |
| **Diferimentos** | 58 858 237,55 | | | 58 858 237,55 |
| | 156 856 883,79 | 13 647 034,82 | - | 170 503 918,61 |

| 31 de dezembro de 2020 | Menos de 1 ano | Entre 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Financiamentos obtidos não correntes** | | | | |
| Empréstimos Obtidos | 82 582 611,16 | 18 636 401,65 | 1 591 756,18 | 102 810 768,99 |
| **Outros passivos não correntes** | | | | - |
| **Financiamento obtidos correntes** | | | | - |
| **Fornecedores** | 626 979,59 | | | 626 979,59 |
| **Outras contas a pagar** | 8 376 353,18 | | | 8 376 353,18 |
| **Diferimentos** | 157 069,36 | | | 157 069,36 |
| | 91 743 013,29 | 18 636 401,65 | 1 591 756,18 | 111 971 171,12 |

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde, em 2021, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (6.581.123,01 €) e inclui o montante acumulado de 82.582.611,16 € transitado de 2020, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 680/21-SET de 28 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2021, sem custos adicionais) e nº 254/22-SET de 08 de março, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2021, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2022, sem custos adicionais).

O valor indicado como empréstimos obtidos a menos de 1 ano, corresponde, em 2020, ao montante de amortização prevista a menos de 12 meses (8.550.681,67 €) e inclui o montante acumulado de 74.031.929,49 € transitado de 2019, aguardando-se o desenvolvimento das operações de conversão de créditos, tendo sido aplicado, em 2020, o diferimento do serviço da dívida concedido pelos Despachos nº 381/20-SET de 26 de julho, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 31 de maio de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 30 de novembro de 2020, sem custos adicionais) e nº 962/20-SET de 30 de dezembro, (referente aos empréstimos concedidos pela DGTF com vencimento previsto para 30 de novembro de 2020, prorrogando o vencimento dessa obrigação para 31 de maio de 2021, sem custos adicionais).

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

### 18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Transtejo não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

### 18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Transtejo, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 41.605.017 ações, respetivamente com o valor nominal de 5€ cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro 2021 e 2020 é como segue:

| 2021 | | 2020 | |
|---|---|---|---|
| Número de acções | Capital Social | Número de acções | Capital Social |
| 41 605 017 | 208 025 085 | 41 605 017 | 208 025 085 |

A Transtejo não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Transtejo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.17. Aumentos de capital realizados no período

Não se verificaram aumentos de capital no período findo a 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o Capital Próprio (Património Líquido) encontrava-se inferior a metade do Capital Social da Empresa, pelo que nos termos do artigo 35º do Código das

Sociedades Comerciais, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, na Assembleia Geral que irá ser convocada para a aprovação das contas do período, alertará o Acionista para que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes, propondo a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto sobre a matéria.

### 18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do Património Líquido são as seguintes:

| Descrição | Resultados Transitados | Ajustamentos | Outras Variações Capital Próprio |
|---|---|---|---|
| **1 de Janeiro de 2020** | **(276 075 152,99)** | **35 925,33** | **11 351 441,92** |
| Reserva de cobertura | - | - | - |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | - | | - |
| Outros Ajustamentos | - | - | - |
| Aplicação de Resultado 2019 | - | - | - |
| **31 de dezembro de 2020** | **(276 075 152,99)** | **35 925,33** | **11 351 441,92** |
| Ajustamentos em Ativos Financeiros | | (1 670 179,18) | |
| Outros Ajustamentos | | | (913 346,88) |
| Aplicação de Resultado 2020 | 38 372,61 | | |
| **31 de dezembro de 2021** | **(276 036 780,38)** | **(1 634 253,85)** | **10 438 095,04** |

**Património Líquido (Capital Próprio)**

Em 31 de dezembro de 2021, o Património Líquido da Empresa encontra-se negativo em resultado da sucessiva acumulação de resultados líquidos negativos, facto que a coloca na situação prevista no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 35º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro. Assim, nos termos do mesmo artigo, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, irá alertar o Acionista para que sejam tomadas as medidas necessárias.

**Resultados transitados**

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 24 de novembro de 2022, os prejuízos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

No final do de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório n. º1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido

da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Transtejo apenas o montante de 625.534,35€ (acrescido de IVA).

O montante referido, correspondente à Transtejo, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2021 permanece por regularizar, tendo já sido estabelecidos contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

### 18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### 18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

## 19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

## 20 Divulgações de partes relacionadas

### 20.1. Divulgação de controlo

Subsidiária: Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

## 20.2. Transações entre partes relacionadas

### a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

| Partes Relacionadas | Sede | Percentagem de Participação | |
|---|---|---|---|
| | | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
| **Empresa-mãe:** | | | |
| **Entidades conjuntamente controladas** | | | |
| OTLIS, ACE | Rua 1º de Maio, 103<br>1300-472 Lisboa | 0,00% | 14,28% |
| **Subsidiárias** | | | |
| SOFLUSA - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | Terminal Fluvial do Cais do Sodré<br>Rua cintura do Porto de Lisboa<br>1249-249 Lisboa | 100% | 100% |
| **Associadas:** | | | |
| **Outras Entidades:** | | | |

### b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

| Transações | 31 de dezembro de 2021 | | | | 31 de dezembro de 2020 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Compra ou venda de ativos | Compra ou venda de bens | Prestação de serviços - 6% | Outras - 23% | Compra ou venda de ativos | Compra ou venda de bens | Prestação de serviços - 6% | Outras - 23% |
| **Entidades com controlo conjunto** | | | | | | | | |
| Otlis, A.C.E. | | | 14 858,42 | 1 899,98 | - | 40 025,56 | 404 685,41 | 45 344,89 |
| **Subsidiárias** | | | | | | | | |
| Soflusa | | | 624 280,30 | 2 887 000,00 | - | - | 653 520,65 | 310 028,42 |
| **Outras partes relacionadas** | | | | | | | | |
| APL - Administração do Porto de Lisboa | | | | 144 562,50 | - | - | - | 157 324,49 |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. | | | 26 531,89 | | - | - | 12 708,66 | - |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | | | 1 384,17 | 12,16 | - | - | 518,17 | - |
| Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | - | - | 22 549,26 | - | - | - | 24 400,01 | - |
| | - | - | **689 604,04** | **3 033 474,64** | - | **40 025,56** | **1 095 832,90** | **512 697,79** |

### c) Quantias ou proporções de itens em saldo

| Saldos | 30 de dezembro de 2021 | | 30 de dezembro de 2020 | |
|---|---|---|---|---|
| | Saldos Ativos | Saldos Passivos | Saldos Ativos | Saldos Passivos |
| Otlis, A.C.E. | 27 041,79 | 18 865,27 | - | 22 820,94 |
| Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | 7 202 369,35 | - | 7 163 897,11 | - |
| **Outras Partes relacionadas** | | | | |
| Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. | - | 49,24 | - | 4 153,11 |
| CP - Comboios de Portugal, E.P.E. | 228,25 | - | 12,84 | - |
| Metropolitano de Lisboa, E.P.E. | 5 161,05 | - | 20 809,56 | - |

## 21 Relato por segmentos

A Transtejo detém apenas um segmento operacional, o qual consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre as margens norte e sul do rio Tejo. Consequentemente a Transtejo não preparou informação financeira específica para reporte.

## 22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

## 23 Outras divulgações

### 23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

**Contrato de serviço público (CSP)**

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Transtejo, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, nas ligações Lisboa a Cacilhas, Seixal, Montijo, Porto Brandão e Trafaria.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida o no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2021, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

### 23.2. Investimentos Financeiros

Considerando a materialidade do saldo apresentado nesta rubrica do Ativo, assim como a significativa variação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 face ao período homólogo de 2020, apresenta-se a seguinte nota explicativa.

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021, no montante de 12.102.417,67€ (2020 - 15.174.015,87€) reflete:

1. Operações associadas à participação financeira na sociedade Soflusa, totalizando o montante líquido de 12.102.417,67€ (2020 - 14.831.779,49€), refletindo uma redução de 2.729.361,82€ em função das variações da Equivalência Patrimonial da SOFLUSA negativo em 1.059.182,64€ (2020 positivo em 866.181,48€) e dos subsídios ao investimento no valor líquido de 1.670.179,18€.
2. Impacto negativo, no montante de 679.112,70€ corresponde ao reconhecimento dos resultados negativos da participação financeira na Otlis, ACE.

### 23.3. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

| | | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Conservação e reparação | i) | 2 650 179,10 | 1 464 922,22 |
| Trabalhos especializados | ii) | 958 430,05 | 1 025 019,66 |
| Vigilância e Segurança | iii) | 655 484,31 | 642 622,62 |
| Fretamento de navios | iv) | 432 000,00 | 402 600,00 |
| Seguros | v) | 229 188,79 | 237 312,81 |
| Rendas e alugueres | vi) | 225 421,35 | 287 937,55 |
| Limpeza, Higiene e conforto | vii) | 267 763,00 | 330 291,04 |
| Eletricidade | viii) | 129 888,79 | 131 385,76 |
| Outros | | 3 171 298,85 | 3 257 991,87 |
| **Fornecimentos e serviços externos** | | **8 719 654,24** | **7 780 083,53** |

i) **Conservação e reparação:** constitui a principal natureza de gastos operacionais em fornecimentos e serviços externos. Refere-se a gastos com reparações dos navios e pontões da frota realizadas em estaleiros, no valor de 2.441.956,19€ (1.424.230,54€ em 2020). Esses trabalhos incluem manutenção de motores, sistemas de propulsão e pintura de cascos, entre outros. Nesta rubrica estão ainda incluídos trabalhos de manutenção de instalações por montantes menos relevantes;

ii) **Trabalhos especializados:** serviços especializados de apoio à manutenção (vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe dos navios e pontões), recurso a serviços de mão de obra especializada para manobras de amarração nas operações de atracação, serviços de auditoria financeira e outros apoios de consultadoria;

iii) **Vigilância e segurança:** encargos suportados pela Transtejo com os serviços de vigilância e segurança humana, segurança pública e privada, prestados quer nos terminais, quer a bordo das embarcações. Inclui ainda o serviço de transporte de valores e recolha de receita;

iv) **Fretamento de navios:** encargos suportados pela Transtejo com os contratos de afretamento de duas embarcações à Soflusa ("Cesário Verde" e "Pedro Nunes") no valor de 432.000,00€;

v) **Seguros:** esta rubrica inclui prémios de seguro de diversos ramos, sendo que o prémio de maior relevo se refere à cobertura de riscos relacionados com as 17 embarcações que compõem a frota da Transtejo (ramo marítimo-cascos);

vi) **Rendas e alugueres:** esta rubrica refere-se aos gastos suportados com o arrendamento temporário de uma doca na margem sul (Doca 13) e com a licença da APL para o uso de terraplenos em áreas de domínio público marítimo;

vii) **Limpeza, higiene e conforto:** gastos do exercício associados à limpeza das instalações, embarcações e equipamentos da Empresa;

viii) **Eletricidade:** consumos nas instalações da Empresa (Edifícios administrativos e Terminais). Estes gastos refletem o efeito do aumento de tarifas.

### 23.4. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2021 e 2020, foram como segue:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Remunerações | | |
| Orgãos sociais | 251 163,48 | 237 891,68 |
| Pessoal | 7 031 518,13 | 6 979 962,16 |
| **Sub-total** | **7 282 681,61** | **7 217 853,84** |
| Encargos sobre remunerações | 1 649 423,07 | 1 626 695,19 |
| Seguros acidentes de trabalho | 183 151,91 | 228 864,70 |
| Custos ação social | - | 125,00 |
| Indemnizações | 2 278,63 | 674,80 |
| Outros gastos com pessoal | 249 866,35 | 255 410,48 |
| **Sub-total** | **2 084 719,96** | **2 111 770,17** |
| **Gastos com o pessoal** | **9 367 401,57** | **9 329 624,01** |

Em 2021, o aumento ocorrido na rubrica Gastos com Pessoal é justificado, essencialmente, por um aumento das rubricas de remunerações ao pessoal, existindo, no entanto, variações (aumentos e diminuições) menos relevantes em todas as restantes rubricas dos gastos com o pessoal.

O número de efetivos em 31 dezembro de 2021 foi de 294 e em 2020 foi de 291, assinalando-se um aumento de 3 trabalhadores.

### 23.5. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos", referente aos exercícios de 2021 e 2020, é como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Outros gastos** | | |
| Impostos | 32 755,43 | 30 831,97 |
| Perdas em investimentos não financeiros | - | 10 500,06 |
| Outros gastos | 14 788,92 | 76 508,04 |
| | **47 544,35** | **117 840,07** |

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, as taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade (28.193,02€), gastos com outros impostos, quotizações e outras penalidades (14.788,92€) e outros gastos não especificados.

### 23.6. Rendimentos financeiros

O detalhe dos rendimentos financeiros dos exercícios de 2021 e 2020 é como segue:

| Descrição | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Rendimentos financeiros** | | |
| Juros obtidos | 41 758,64 | 36 174,00 |
| | **41 758,64** | **36 174,00** |

**Juros obtidos –** referem-se essencialmente a juros obtidos no âmbito do empréstimo de tesouraria de corrente concedido à subsidiária Soflusa à taxa de 0,53%.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos



# TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.

## Exercício de 2021- Contas Individuais

# Demonstrações Orçamentais
# & Anexo às Demonstrações Orçamentais

# Demonstração do Desempenho Orçamental

| Rubrica | Recebimentos | Fontes de Financiamento (n) | | | | | | n-1 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | RP | RG | U E | EMPR | Fundos Alheios | Total | |
| | **Saldo de gerência anterior** | | | | | | | |
| | **Operações orçamentais (1)** | 2 079 110,22 | 3 665 581,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5 744 691,31 | 4 316 038,17 |
| | Restituição do saldo por Orçamentais | | | | | | | |
| | **Operações de tesouraria (A)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11 087,82 | 11 087,82 | -12 436,51 |
| | **Receita corrente** | **11 044 744,79** | **15 737 027,38** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **26 781 772,17** | **23 211 825,61** |
| **R1** | **Receita Fiscal** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | 0,00 |
| R11 | Impostos diretos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R12 | Impostos Indiretos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R2 | Contribuições para sistema de proteção social e subsistemas de saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R3 | Taxas, multas e outras penalidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R4 | Rendimentos de propriedade | 1 021 349,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 021 349,08 | 257 345,48 |
| **R5** | **Transferências Correntes** | **1 115 218,41** | **15 737 027,38** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **16 852 245,79** | **15 170 192,90** |
| **R511** | **Administrações Públicas** | **1 100 850,00** | **15 737 027,38** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **16 837 877,38** | **15 170 192,90** |
| R5.1.1.1 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 15 737 027,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 737 027,38 | 15 151 648,20 |
| R5.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades | 1 100 850,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 100 850,00 | 18 544,70 |
| R5.1.1.3 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5.1.1.4 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5.1.1.5 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5.1.2 | Exterior - EU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R5.1.3 | Outras | 14 368,41 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14 368,41 | 0,00 |
| R5.2 | Subsídios correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R6 | Venda de bens e serviços | 7 944 657,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7 944 657,52 | 6 670 711,17 |
| R7 | Outras receitas correntes | 963 519,78 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 963 519,78 | 1 113 576,06 |
| | **Receita de capital** | **9 180 135,59** | **0,00** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **9 585 192,07** | **1 496 758,94** |
| R8 | Venda de bens de investimento | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **R9** | **Transferências de Capital** | **9 178 000,00** | **0,00** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **9 583 056,48** | **1 496 000,00** |
| **R911** | **Administrações Públicas** | **9 178 000,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **9 178 000,00** | **1 496 000,00** |
| R9.1.1.1 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades | 9 178 000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9 178 000,00 | 1 496 000,00 |
| R9.1.1.3 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.4 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.1.5 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.1.2 | Exterior - EU | 0,00 | 0,00 | 405 056,48 | 0,00 | 0,00 | 405 056,48 | 0,00 |
| R9.1.3 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R9.2 | Subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R10 | Outras receitas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R11 | Reposição não abatidas aos pagamentos | 2 135,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 135,59 | 758,94 |
| | **Receita efetiva (2)** | **20 224 880,38** | **15 737 027,38** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **36 366 964,24** | **24 708 584,55** |
| | **Receita não efetiva (3)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **639 029,00** |
| R12 | Receita com ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| R13 | Receita com passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 639 029,00 |
| | **Soma (4)= (1)+(2)+(3)** | **22 303 990,60** | **19 402 608,47** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **42 111 655,55** | **29 663 651,72** |
| | **Operações de tesouraria (B)** | | | | | 356 853,28 | **356 853,28** | 147 774,20 |

**O Conselho de Administração:**

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueroia Henriques da Silva

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

| Rubrica | Pagamentos | Fontes de Financiamento (n) | | | | | | n-1 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | RP | RG | U E | EMPR | Fundos Alheios | Total | |
| | **Despesa corrente** | **9 174 750,88** | **15 044 968,30** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **24 219 719,18** | **20 821 202,11** |
| **D1** | **Despesas com o pessoal** | **4 991 017,88** | **3 978 154,12** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **8 969 172,00** | **8 917 499,75** |
| D1.1 | Remunerações certas e permanentes | 3 272 358,39 | 2 584 932,91 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5 857 291,30 | 5 686 222,33 |
| D1.2 | Abonos variáveis ou eventuais | 538 796,26 | 879 604,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 418 400,79 | 1 574 721,59 |
| D1.3 | Segurança Social | 1 179 863,23 | 513 616,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 693 479,91 | 1 656 555,83 |
| D2 | Aquisição de bens e serviços | 4 079 607,22 | 11 066 814,18 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 15 146 421,40 | 11 798 072,62 |
| D3 | Juros e outros encargos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **D4** | **Transferências e subsídios correntes** | **28 106,25** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **28 106,25** | **29 197,60** |
| **D4.1.1** | **Administrações Públicas** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| D4.1.1.1 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.3 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.4 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.1.5 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.2 | Entidades do setor não lucrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.1.3 | Famílias | 28 106,25 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 28 106,25 | 29 197,60 |
| D4.1.4 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D4.2 | Subsídios correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D5 | Outras despesas correntes | 76 019,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 76 019,53 | 76 432,14 |
| | **Despesa de capital** | **10 040 681,05** | **0,00** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **10 445 737,53** | **2 097 758,30** |
| D6 | Aquisição de bens de capital | 10 040 681,05 | 0,00 | 405 056,48 | 0,00 | 0,00 | 10 445 737,53 | 2 097 758,30 |
| **D7** | **Tranferências de capital** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| **D7.1.1** | **Administrações Públicas** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
| D7.1.1.1 | Administração Central - Estado Português | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.2 | Administração Central - Outras entidades | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.3 | Segurança Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.4 | Administração Regional | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.1.5 | Administração Local | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.2 | Entidades do setor não lucrativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.3 | Famílias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.1.4 | Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D7.2 | Subsídios de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| D8 | Outras despesas de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | **Despesa efetiva (5)** | **19 215 431,93** | **15 044 968,30** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **34 665 456,71** | **22 918 960,41** |
| | **Despesa não efetiva (6)** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** | **1 000 000,00** |
| D9 | Despesa com ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 000 000,00 |
| D10 | Despesa com passivos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | **Soma (7) = (5)+(6)** | **19 215 431,93** | **15 044 968,30** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **34 665 456,71** | **23 918 960,41** |
| | **Operações de tesouraria ( C)** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 441 486,54 | 441 486,54 | 80 250,27 |
| | **Saldo para a gerência seguinte** | | | | | | | |
| | Operações orçamentais (8)= (4)-(7) | 3 088 558,67 | 4 357 640,17 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7 446 198,84 | 5 744 691,31 |
| | Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-( C) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -73 545,44 | -73 545,44 | 55 087,42 |
| | **Saldo global (2)-(5)** | 1 009 448,45 | 692 059,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 701 507,53 | 1 789 624,14 |
| | Despesa primária | 19 215 431,93 | 15 044 968,30 | 405 056,48 | 0,00 | 0,00 | 34 665 456,71 | 22 918 960,41 |
| | Saldo corrente | 1 872 129,50 | 692 059,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2 562 052,99 | 2 390 623,50 |
| | Saldo de capital | -862 681,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -862 681,05 | -600 999,36 |
| | Saldo primário | 1 009 448,45 | 692 059,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1 701 507,53 | 1 789 624,14 |
| | **Receita total (1)+(2)+(3)** | **22 303 990,60** | **19 402 608,47** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **42 111 655,55** | **29 663 651,72** |
| | **Despesa total (5)+(6)** | **19 215 431,93** | **15 044 968,30** | **405 056,48** | **0,00** | **0,00** | **34 665 456,71** | **23 918 960,41** |

**O Conselho de Administração:**

Dra Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figueirola Henriques da Silva

Eng. Luis Filipe Dias Carvalho Maia

# Demonstração de Execução Orçamental da Receita

| Classificações orçamentais detalhadas | Previsões corrigidas | Previsões por liquidar | Receitas por cobrar de períodos anteriores | Receitas liquidadas | Liquidações anuladas | Receitas cobradas brutas | Reembolsos e restituições | | Receitas cobradas líquidas | | | Recebimentos diferidos | Receitas por cobrar no final do período |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | Emitidos | Pagos | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | |
| **Receita corrente** | **33 594 402,00** | - | **1 589 379,99** | **26 465 219,13** | **726 698,35** | **27 108 274,80** | **324 367,04** | **324 367,04** | **83 321,34** | **26 700 586,42** | **26 783 907,76** | - | **543 993,01** |
| **R1 ReceitaFiscal** | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R1.1 Impostos Diretos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R1.2 Impostos Indiretos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R2 Contribuições para sistemas de proteção social e | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R3 Taxas,multas e outras penalidades | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R4 Rendimentos de propriedade | 222 199,00 | - | - | 1 021 349,08 | - | 1 021 349,08 | - | - | - | 1 021 349,08 | 1 021 349,08 | - | - |
| **R5 Transferências e subsídios correntes** | **17 180 569,00** | - | **1 100 850,00** | **15 751 395,79** | - | **16 852 245,79** | - | - | - | **16 852 245,79** | **16 852 245,79** | - | - |
| **R5.1 Transferências correntes** | **17 180 569,00** | - | **1 100 850,00** | **15 751 395,79** | - | **16 852 245,79** | - | - | - | **16 852 245,79** | **16 852 245,79** | - | - |
| **R5.1.1 Administrações Públicas** | **17 166 200,00** | - | **1 100 850,00** | **15 737 027,38** | - | **16 837 877,38** | - | - | - | **16 837 877,38** | **16 837 877,38** | **0,00** | - |
| R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português | 16 065 350,00 | - | - | 15 737 027,38 | - | 15 737 027,38 | - | - | - | 15 737 027,38 | 15 737 027,38 | - | - |
| R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades | 1 100 850,00 | - | 1 100 850,00 | - | - | 1 100 850,00 | - | - | - | 1 100 850,00 | 1 100 850,00 | - | - |
| R5.1.1.3 Segurança Social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R5.1.1.4 Administração Regional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R5.1.1.5 Administração Local | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R5.1.2 Exterior - UE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R5.1.3 Outras | 14 369,00 | - | - | 14 368,41 | - | 14 368,41 | - | - | - | 14 368,41 | 14 368,41 | - | - |
| R5.2 Subsídios correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R6 Venda de bens e serviços | 12 105 791,00 | - | 449 564,93 | 8 689 906,33 | 719 833,47 | 8 262 296,08 | 317 638,56 | 317 638,56 | 78 839,04 | 7 865 818,48 | 7 944 657,52 | - | 474 980,27 |
| R7 Outras Receitas Correntes | 4 085 142,00 | - | 38 965,06 | 1 000 432,34 | 6 864,88 | 970 248,26 | 6 728,48 | 6 728,48 | 4 482,30 | 959 037,48 | 963 519,78 | - | 69 012,74 |
| R11 Reposições não abatidas aos pagamentos | 701,00 | - | - | 2 135,59 | - | 2 135,59 | - | - | - | 2 135,59 | 2 135,59 | - | - |
| **Receita de capital** | **14 690 000,00** | - | - | **9 583 056,48** | - | **9 583 056,48** | - | - | - | **9 583 056,48** | **9 583 056,48** | - | - |
| R8 Venda de bens de investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **R9 Transferências e subsídios de capital** | **14 690 000,00** | - | - | **9 583 056,48** | - | **9 583 056,48** | - | - | - | **9 583 056,48** | **9 583 056,48** | - | - |
| **R9.1 Transferências de capital** | **14 690 000,00** | - | - | **9 583 056,48** | - | **9 583 056,48** | - | - | - | **9 583 056,48** | **9 583 056,48** | - | - |
| **R9.1.1 Administrações Públicas** | **9 178 000,00** | - | - | **9 178 000,00** | - | **9 178 000,00** | - | - | - | **9 178 000,00** | **9 178 000,00** | - | - |
| R9.1.1.1 Administração Central-Estado Português | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R9.1.1.2 Administração Central - outras entidades | 9 178 000,00 | - | - | 9 178 000,00 | - | 9 178 000,00 | - | - | - | 9 178 000,00 | 9 178 000,00 | - | - |
| R9.1.1.3 Segurança social | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R9.1.1.4 Administração Regional | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R9.1.1.5 Administração Local | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R9.1.2 Exterior - UE | 5 512 000,00 | - | - | 405 056,48 | - | 405 056,48 | - | - | - | 405 056,48 | 405 056,48 | - | - |
| R9.1.3 Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R9.2 Subsídios de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| R10 Outras receitas de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Receita efetiva (2)** | **48 284 402,00** | - | **1 589 379,99** | **36 048 275,61** | **726 698,35** | **36 691 331,28** | **324 367,04** | **324 367,04** | **83 321,34** | **36 283 642,90** | **36 366 964,24** | - | **543 993,01** |
| **Receita não efetiva (3)** | **5 744 692,00** | - | - | **5 744 691,31** | - | **5 744 691,31** | - | - | - | **5 744 691,31** | **5 744 691,31** | - | - |
| R12 Receita com ativos financeiros | | | | | | | | | | | | | |
| R13 Receita com passivos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **Saldo da gerência anterior - operações orçamentais** | 5 744 692,00 | - | - | 5 744 691,31 | - | 5 744 691,31 | - | - | - | 5 744 691,31 | 5 744 691,31 | - | - |
| **Total** | **54 029 094,00** | - | **1 589 379,99** | **41 792 966,92** | **726 698,35** | **42 436 022,59** | **324 367,04** | **324 367,04** | **83 321,34** | **42 028 334,21** | **42 111 655,55** | - | **543 993,01** |

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

# Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

| Classificações orçamentais detalhadas | Despesas por pagar de períodos anteriores | Dotações corrigidas | Cativos | Descativos | Dotações Disponíveis | Cabimentos | Compromissos | Obrigações | Despesas pagas brutas | Reposições abatidas aos pagamentos | | Despesas Pagas Líquidas | | | Compromissos a transitar | Obrigações por pagar |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Emitidas | Recebidas | Períodos anteriores | Período corrente | Total | | |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) | (9) | (10) | (11) | (12) | (13) | (14)=(12)+(13) | (15)=(7)-(8) | (16)=(8)-(14) |
| **Despesa Corrente** | **911 627,73** | **27 098 786,00** | **5 978 047,00** | **5 584 785,00** | **807 576,20** | **26 097 947,80** | **26 097 947,80** | **24 619 526,83** | | | | **870 425,52** | **23 349 293,66** | **24 219 719,18** | **1 478 420,97** | **399 807,65** |
| **D1 Despesas com o pessoal** | **273 471,58** | **9 323 518,00** | | | **453,88** | **9 323 064,12** | **9 323 064,12** | **9 323 064,12** | | | | **273 131,41** | **8 696 040,59** | **8 969 172,00** | | **353 892,12** |
| D1.1 Remunerações certas e permanentes | 147 148,23 | 6 052 955,00 | | | 3,25 | 6 052 951,75 | 6 052 951,75 | 6 052 951,75 | | | | 147 111,93 | 5 710 179,37 | 5 857 291,30 | | 195 660,45 |
| D1.2 Abonos variáveis ou eventuais | 3 848,22 | 1 441 376,00 | | | 2,50 | 1 441 373,50 | 1 441 373,50 | 1 441 373,50 | | | | 3 689,62 | 1 414 711,17 | 1 418 400,79 | | 22 972,71 |
| D1.3 Segurança social | 122 475,13 | 1 829 187,00 | | | 448,13 | 1 828 738,87 | 1 828 738,87 | 1 828 738,87 | | | | 122 329,86 | 1 571 150,05 | 1 693 479,91 | | 135 258,96 |
| D2 Aquisição de bens e serviços | 637 368,93 | 17 097 653,00 | 5 584 785,00 | 5 584 785,00 | 468 245,70 | 16 629 407,30 | 16 629 407,30 | 15 191 209,22 | | | | 596 506,89 | 14 549 914,51 | 15 146 421,40 | 1 438 198,08 | 44 787,82 |
| D3 Juros e outros encargos | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| **D4 Transferências e subsídios correntes** | - | **129 106,00** | - | - | **100 999,75** | **28 106,25** | **28 106,25** | **28 106,25** | | | | - | **28 106,25** | **28 106,25** | - | - |
| **D4.1 Transferências correntes** | - | **129 106,00** | - | - | **100 999,75** | **28 106,25** | **28 106,25** | **28 106,25** | | | | - | **28 106,25** | **28 106,25** | - | - |
| **D4.1.1 Administrações Públicas** | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | **28 106,25** | **28 106,25** | - | - |
| D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.1.3 Segurança social | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.1.4 Administração regional | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.1.5 Administração local | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.1.3 Famílias | - | 129 106,00 | - | - | 100 999,75 | 28 106,25 | 28 106,25 | 28 106,25 | | | | - | 28 106,25 | 28 106,25 | - | - |
| D4.1.4 Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D4.2 Subsídios correntes | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D5 Outras Despesas Correntes | 787,22 | 548 509,00 | 393 262,00 | - | 37 876,87 | 117 370,13 | 117 370,13 | 77 147,24 | | | | 787,22 | 75 232,31 | 76 019,53 | 40 222,89 | 1 127,71 |
| **Despesa de Capital** | **53 869,85** | **19 386 392,00** | - | - | **8 029 737,28** | **11 356 654,72** | **11 356 654,72** | **10 445 737,53** | | | | **23 839,20** | **10 421 898,33** | **10 445 737,53** | **910 917,19** | - |
| D6 Aquisição de bens de capital | 53 869,85 | 19 386 392,00 | - | - | 8 029 737,28 | 11 356 654,72 | 11 356 654,72 | 10 445 737,53 | | | | 23 839,20 | 10 421 898,33 | 10 445 737,53 | 910 917,19 | - |
| **D7 Transferências e subsídios de capital** | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| **D7.1 Transferências de capital** | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| **D7.1.1 Administrações Públicas** | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.1.3 Segurança social | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.1.4 Administração regional | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.1.5 Administração local | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.3 Famílias | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.1.4 Outras | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D7.2 Subsídios de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D8 Outras despesas de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| **Despesa efetiva (5)** | **965 497,58** | **46 485 178,00** | **5 978 047,00** | **5 584 785,00** | **8 637 313,48** | **37 454 602,52** | **37 454 602,52** | **35 065 264,36** | | | | **894 264,72** | **33 771 191,99** | **34 665 456,71** | **2 389 338,16** | **399 807,65** |
| **Despesa não efetiva (6)** | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D9 Despesa com ativos financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | | | | - | - | - | - | - |
| D10 Despesa com passivos financeiros | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 965 497,58 | 46 485 178,00 | 5 978 047,00 | 5 584 785,00 | 8 637 313,48 | 37 454 602,52 | 37 454 602,52 | 35 065 264,36 | | | | 894 264,72 | 33 771 191,99 | 34 665 456,71 | 2 389 338,16 | 399 807,65 |

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Drª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Engº Luís Filipe Dias Carvalho Maia

# Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

## Encargos plurianuais de investimento

| Objetivo (1) | Número do Projeto (2) | Portaria Extensão Encargos (3) | Designação do Projeto (4) | Económica (5) | F.F. (6) | Datas | | Valor Contrato c/ IVA (9) | Anos Anteriores (10) | Ano t | | Escalonamento | | | | Modificação (+/-) (17)=(12)-(11) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Início (7) | Fim (8) | | | Dotação anual (11) | Despesa do Ano (12) | Ano t+1 (13) | Ano t+2 (14) | Ano t+3 (15) | Anos seguintes (16) | |
| Investimento | Cnt. n.º 3 | RCM n.º 11/2019, de 18 de janeiro e RCM n.º 345-A/2021, de 28 de abril | Fornecimento de dez navios para a Transtejo | 070110B0.00 | 541e432 | 19/03/2021 | 28/02/2024 | 52 440 000,00 | 0,00 | 8 390 400,00 | 8 390 400,00 | 14 158 800,00 | 23 598 000,52 | 6 292 799,48 | 0,00 | 0,00 |
| Investimento | Cnt. n.º 16 | n.a. | Aquisição de licenciamento de software Microsoft– Pacote de Software | 070108B0.00 | 513 | 24/03/2021 | 31/12/2021 | 177 116,31 | 0,00 | 59 038,77 | 59 038,77 | 59 038,77 | 59 038,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimento | Cnt. n.º 66 | n.a. | Aquisição de Serviços para implementação do software de gestão de manutenção e armazém ValeuKeep da ERP Primavera | 070108B0.00 | 513 | 30/09/2021 | 29/08/2024 | 53 492,70 | 0,00 | 7 429,20 | 0,00 | 17 831,31 | 17 831,31 | 10 400,88 | 0,00 | -7 429,20 |

## Encargos plurianuais de funcionamento

| Objetivo (1) | Número do Projeto (2) | Portaria Extensão Encargos (3) | Designação do Projeto (4) | Económica (5) | F.F. (6) | Datas | | Valor Contrato c/ IVA (9) | Anos Anteriores (10) | Ano t | | Escalonamento | | | | Modificação (+/-) (17)=(12)-(11) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Início (7) | Fim (8) | | | Dotação anual (11) | Despesa do Ano (12) | Ano t+1 (13) | Ano t+2 (14) | Ano t+3 (15) | Anos seguintes (16) | |
| Funcionamento | Cnt. n.º 5 | n.a. | Serviços de Medicina no Trabalho para a Transtejo, S.A. | 020222H0.00 | 513 | 01/01/2021 | 31/12/2023 | 59 912,64 | 0,00 | 20 379,84 | 20 379,84 | 19 970,88 | 19 561,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 11 | n.a. | Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores | 020218VS.00 | 318 | 01/03/2021 | 28/02/2022 | 110 700,00 | 0,00 | 92 250,00 | 51 496,27 | 18 450,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -40 753,73 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 12 | n.a. | Serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet | 020209F0.00 | 513 | 02/03/2021 | 02/03/2023 | 21 168,94 | 0,00 | 2 026,98 | 2 026,98 | 19 141,96 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 15 | n.a. | Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas automáticos de deteção de intrusão (SADIR) e deteção de incêndio (SADI), das empresas Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. | 020218VS.00 | 513 | 01/02/2021 | 31/01/2024 | 11 599,77 | 0,00 | 3 864,59 | 3 311,42 | 3 864,59 | 3 864,59 | 0,00 | 0,00 | -553,17 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 28 | n.a. | Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Transtejo | 020220E0.00 | 513 | 23/04/2021 | 23/04/2024 | 12 929,76 | 0,00 | 4 309,92 | 2 873,28 | 4 309,92 | 4 309,92 | 0,00 | 0,00 | -1 436,64 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 30 | n.a. | Serviços de Contabilista Certificado para a Transtejo | 020220E0.00 | 513 | 01/05/2021 | 30/06/2023 | 35 516,25 | 0,00 | 10 358,91 | 9 944,55 | 17 758,12 | 7 399,22 | 0,00 | 0,00 | -414,36 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 36 | n.a. | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª e 2.ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO | 020220E0.00 | 513 | 25/05/2021 | 25/04/2024 | 32 893,28 | 0,00 | 14 144,11 | 11 127,28 | 9 374,58 | 9 374,59 | 0,00 | 0,00 | -3 016,83 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 37 | n.a. | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO | 020220E0.00 | 318 | 25/05/2021 | 25/04/2024 | 16 019,56 | 0,00 | 6 168,00 | 2 060,77 | 4 925,78 | 4 925,78 | 0,00 | 0,00 | -4 107,23 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 39 | n.a. | Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene, , de maio 2021 a abril 2022, para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. | 020202LH.00 e 020104LH.00 | 513 | 01/05/2021 | 30/04/2022 | 328 397,65 | 0,00 | 262 220,63 | 208 269,16 | 66 177,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -53 951,47 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 51 | n.a. | Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de wi-fi nos terminais e frota de navios da Transtejo | 020209F0.00 | 513 | 29/08/2021 | 29/08/2023 | 10 873,98 | 0,00 | 2 718,50 | 1 560,50 | 5 436,99 | 2 718,50 | 0,00 | 0,00 | -1 158,00 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 65 | n.a. | Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e Cais do Sodré | 020219CD.00 | 513 | 20/08/2021 | 25/08/2024 | 14 543,26 | 0,00 | 4 847,75 | 0,00 | 4 847,75 | 4 847,76 | 0,00 | 0,00 | -4 847,75 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 69A | n.a. | Serviços de gestão técnica de sistema de écrans digitais, de criação me gestão de conteúdos e de gestão de parcerias no âmbito da Plataforma Magic info | 02021700.00 | 513 | 12/11/2021 | 11/11/2022 | 90 835,55 | 0,00 | 15 375,00 | 15 139,26 | 75 460,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -235,74 |
| Funcionamento | Cnt. n.º 76 | n.a. | Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, para 4 meses com início a 1 de outubro de 2021, para a Transtejo – Transportes do Tejo, S.A | 020218VS.00 | 318 | 01/10/2021 | 31/01/2022 | 240 909,28 | 0,00 | 180 681,96 | 120 454,64 | 60 227,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -60 227,32 |

## Síntese do Desempenho Orçamental - Notas Explicativas

### Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a **Receita Liquidada** em 2021 ascendeu ao montante global de 41.792.966,92€, representando um grau de execução de 77% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 54.029.094€.
- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu 42.111.655,55€, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 543.993,01€
- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:
  - **a) Saldo de Gerência transitado = 5.744.691,31€**
  - **b) Receita efetiva = 36.366.964,24€**
    - RP - Receita Própria corrente = 20.224.880,38€ - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
    - RG - Transferências correntes = 15.737.027,38€ - Transferências efetuadas pela Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, referentes a subsídios à exploração (Indemnizações compensatórias e compensações tarifárias);
    - Financiamento EU = 405.056,48 - Transferências efetuadas pelo POSEUR referentes ao investimento para o projeto da nova frota

### Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2021 ascendeu ao montante global de 34.665.456,71€, representando um grau de execução de 75% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 46.485.178€.

- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 37.454.602,52€, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 2.389.338,16€

### Saldo Global

A execução orçamental da Transtejo apresenta uma despesa efetiva de 34.665.456,71€ e receita efetiva de 36.366.964,24€, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva - Despesa Efetiva) se apresenta positivo, no montante de 1.701.507,53€.

# Anexo às Demonstrações Orçamentais

## I. Alterações orçamentais da receita

| Rubricas | Tipo | Receita | | | | | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Previsões iniciais | Alterações orçamentais | | | Previsões corrigidas | |
| | | | Inscrições/ reforços | Diminuições/ anulações | Créditos especiais | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7)=(3)+(4)-(5)+(6) | (8) |
| **Receita corrente** | | **30 336 144,00** | **4 440 177,00** | **1 181 919,00** | - | **33 594 402,00** | |
| R4 Rendimentos de Propriedade | P | - | 222 199,00 | - | - | 222 199,00 | |
| **R5 Transferências correntes** | P | **15 505 680,00** | **2 775 739,00** | **1 100 850,00** | - | **17 180 569,00** | |
| R5.1 Administrações Públicas | P | 15 505 680,00 | 2 761 370,00 | 1 100 850,00 | - | 17 166 200,00 | |
| R5.1.1 Administração Central - Estado | P | 15 505 680,00 | 2 761 370,00 | 1 100 850,00 | - | 17 166 200,00 | |
| R6 Venda de bens e serviços | P | 10 745 322,00 | 1 441 538,00 | 81 069,00 | - | 12 105 791,00 | |
| R7 Outras receitas correntes | P | 4 085 142,00 | - | - | - | 4 085 142,00 | |
| R15 Reposições não abatidas em pagamentos | P | - | 701,00 | - | - | 701,00 | |
| **Receita de capital** | | **15 590 000,00** | **1 100 850,00** | **2 000 850,00** | - | **14 690 000,00** | |
| **R9 Transferências de capital** | P | **15 590 000,00** | **1 100 850,00** | **2 000 850,00** | - | **14 690 000,00** | |
| R9.1.1 Administrações Públicas | P | 10 078 000,00 | 1 100 850,00 | 2 000 850,00 | - | 9 178 000,00 | |
| R9.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades | P | 10 078 000,00 | 1 100 850,00 | 2 000 850,00 | - | 9 178 000,00 | |
| R9.1.2 União Europeia - Instituições | P | 5 512 000,00 | - | - | - | 5 512 000,00 | |
| R10 Outras Receitas de Capital | P | - | - | - | - | - | |
| R12 Receita com passivos financeiros | P | - | - | - | - | - | |
| **Outras receitas** | | - | **13 221 042,00** | **7 476 350,00** | - | **5 744 692,00** | |
| **Saldo da gerência anterior - operações orçamentais** | | - | 13 221 042,00 | 7 476 350,00 | - | 5 744 692,00 | |
| **Total** | | **45 926 144,00** | **18 762 069,00** | **10 659 119,00** | - | **54 029 094,00** | |

## II. Alterações orçamentais da despesa

| Rubricas | Tipo | Despesa | | | | | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Dotações iniciais | Alterações orçamentais | | | Dotações corrigidas | |
| | | | Inscrições/ reforços | Diminuições/ anulações | Créditos especiais | | |
| (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7)=(3)+(4)-(5)+(6) | (8) |
| **Despesa Corrente** | | **26 922 169,00** | **22 060 579,01** | **21 883 962,01** | - | **27 098 786,00** | |
| D1 Despesas com o pessoal | P | **9 077 595,00** | **2 641 273,00** | **2 395 340,00** | - | 9 323 518,00 | |
| D1.1 Remunerações certas e permanentes | P | 6 271 033,00 | 1 195 812,00 | 1 413 890,00 | - | 6 052 955,00 | |
| D1.2 Abonos variáveis ou eventuais | P | 1 473 437,00 | 813 168,00 | 845 229,00 | - | 1 441 376,00 | |
| D1.3 Segurança Social | P | 1 333 115,00 | 632 293,00 | 136 221,00 | - | 1 829 187,00 | |
| D2 Aquisição de bens e serviços | P | 17 389 228,00 | 19 197 037,01 | 19 488 612,01 | - | 17 097 653,00 | |
| D3 Juros e outros encargos | P | - | - | - | - | - | |
| **D4 Transferências correntes** | P | **43 706,00** | **85 400,00** | - | - | 129 106,00 | |
| D4.3 Famílias | P | 43 706,00 | 85 400,00 | - | - | 129 106,00 | |
| D6 Outras despesas correntes | P | 411 650,00 | 136 869,00 | 10,00 | - | 548 509,00 | |
| **Despesa de Capital** | | **19 003 975,00** | **14 551 759,06** | **14 169 342,06** | - | **19 386 392,00** | |
| D6 Aquisições de Bens de Capital | P | 19 003 975,00 | 14 551 759,06 | 14 169 342,06 | - | 19 386 392,00 | |
| D9 Despesa com ativos financeiros | P | - | - | - | - | - | |
| **Total** | | **45 926 144,00** | **36 612 338,07** | **36 053 304,07** | - | **46 485 178,00** | |

## III. Operações de tesouraria

| Código das Contas | Designação | Saldo inicial | Recebimentos | Pagamentos | Saldo Final |
|---|---|---|---|---|---|
| **071** | **Recebimentos por operações de tesouraria** | **384 225,51** | **356 853,28** | **0,00** | **741 078,79** |
| 0711 | Intermediação de fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0712 | Cobrança de receita por conta de outrem | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07122 | Receita não Fiscal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0713 | Constituição e reforço de cauções e garantias | 24 876,15 | 3 976,00 | 0,00 | 28 852,15 |
| 0714 | Cobrança de recursos próprios comunitários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0716 | Retenções - Transição para o SNC-AP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0719 | Outras Receitas de operações tesouraria | 359 349,36 | 352 877,28 | 0,00 | 712 226,64 |
| **072** | **Pagamentos por operações de tesouraria** | **373 137,69** | **0,00** | **441 486,54** | **814 624,23** |
| 0721 | Intermediação de fundos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0722 | Entrega de receita por conta de outrem | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 07222 | Receita não fiscal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0723 | Devolução de cauções e garantias | 2 300,00 | 0,00 | 0,00 | 2 300,00 |
| 0724 | Entrega de recursos próprios comunitários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0726 | Retenções - Transição para o SNC-AP | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0729 | Outras despesas de operações de tesouraria | 370 837,69 | 0,00 | 441 486,54 | 812 324,23 |
| | **Total** | **11 087,82** | **356 853,28** | **441 486,54** | **-73 545,44** |

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

# IV. Contratação administrativa

## Situação dos contratos

| Entidade | Contrato | | | | Visto do Tribunal de Contas | | Data do primeiro pagamento (7) | Pagamentos no período | | | | | Pagamentos acumulados | | | | | Observações (19) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objeto (1) | Data (2) | Valor do Contrato (3) - s/IVA | Preço Contratual (4) - c/ IVA | Número do Registo (5) | Data (6) | | Trabalhos normais (8) | Revisão de preços (9) | Trabalhos a mais (10) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12) | Trabalhos normais (14) | Revisão de preços (15) | Trabalho a mais (16) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18) | |
| IBERLIM HIGIENE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, S.A. | Serviços de amarração de navios e apoio ao embarque de passageiros para a TransTejo. | 24/02/2021 | 91 562,04 | 112 621,31 | n.a. | n.a. | 14/07/2021 | 112 601,26 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação Lda. | Prestação de serviços para a revisão geral dos velos e fatos de água do N/M "Castelo" | 21/01/2021 | 89 988,00 | 110 685,24 | n.a. | n.a. | 15/06/2021 | 75 103,80 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Astilleros Gondán, S.A. | Fornecimento de dez navios para a Transtejo | 28/01/2021 | 52 440 000,00 | 52 440 000,00 | 237/2021 | 44235 | 31/03/2021 | 8 390 400,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Operandus, Limpeza Profissional, S.A. | Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene janeiro a março | 12/02/2021 | 61 551,39 | 75 708,21 | n.a. | n.a. | 04/03/2021 | 70 377,60 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. | Serviços de Medicina no Trabalho para a Transtejo, S.A. | 12/02/2021 | 59 912,00 | 59 912,64 | n.a. | n.a. | 16/04/2021 | 20 379,84 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| ROBRAZ - Projetos e Renovação Urbana, Lda. | Empreitada para reparação da muralha, pavimento, estruturas metálicas e substituição da cobertura de fibrocimento do "Porto Brandão" | 15/02/2021 | 19 997,97 | 19 997,97 | n.a. | n.a. | 14/07/2021 | 19 997,97 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| INETUM ESPANÃ, S.A., Sucursal em Portugal | Software de gestão de conteúdos e fornecimento do seguinte hardware | 19/02/2021 | 132 464,30 | 162 931,09 | n.a. | n.a. | 01/09/2021 | 162 931,09 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| FORMATO EC - Consultoria e Engenharia, Lda. | Serviços para elaboração de Projeto para a reformulação da área envolvente ao Terminal Fluvial do Cais do Sodré com vista à reativação da ligação dos ferry a partir do Terminal Fluvial do Cais do Sodré | 17/02/2021 | 7 950,00 | 9 778,50 | n.a. | n.a. | 21/10/2021 | 2 933,55 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Correia & Correia, Lda. | Serviços de Separação de Resíduos Sólidos da Doca 13, Esgoto de Navios e Trasfega de Óleos nas Instalações Concessionadas à Transtejo | 24/02/2021 | 20 520,60 | 25 240,34 | n.a. | n.a. | 11/11/2021 | 18 639,96 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Prosegur - Logística e Tratamento de Valores Portugal, S.A. | Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores | 05/03/2021 | 90 000,00 | 110 700,00 | n.a. | n.a. | 21/04/2021 | 51 496,27 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A. | Serviços de telecomunicações móveis, fixas e acesso à internet | 02/03/2021 | 17 210,52 | 21 168,94 | n.a. | n.a. | 03/11/2021 | 2 026,98 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Cridespassos Unipessoal, Lda. | Serviços para elaboração de um projeto para a substituição da cobertura do Terminal do Seixa | 08/03/2021 | 14 900,00 | 18 327,00 | n.a. | n.a. | 01/06/2021 | 16 494,30 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Reparação e docagem do Pontão Pragal | 15/03/2021 | 178 700,00 | 219 801,00 | n.a. | n.a. | 15/06/2021 | 219 801,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Prosegur - Companhia de segurança Lda. | Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas automáticos de deteção de intrusão (SADIR) e deteção de incêndio (SADI), das empresas Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., | 25/03/2021 | 9 425,83 | 11 593,77 | n.a. | n.a. | 11/11/2021 | 3 311,42 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Exitus, Soluções Tecnológicas, Lda. | Aquisição de licenciamento de software Microsoft - Pacote de Software | 24/03/2021 | 143 997,00 | 177 116,31 | n.a. | n.a. | 28/04/2021 | 59 038,77 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Cecílio & Carlos Sanfins, Lda. | Aquisição de serviços para reparação e docagem do N/M Castelo | 25/02/2021 | 218 148,00 | 268 322,04 | n.a. | n.a. | 28/04/2021 | 268 142,44 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Pais de Vasconcelos & Associados. Sociedade de Advogados, SP, RL | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E CONSULTORIA EM MATÉRIA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA | 18/03/2021 | 15 000,00 | 18 450,00 | n.a. | n.a. | 24/06/2021 | 13 837,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Betsil, Lda. | Recondicionamento das portas da fachada do terminal do Cais do Sodré" | 25/03/2021 | 19 800,00 | 24 354,00 | n.a. | n.a. | 01/09/2021 | 24 354,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

| Entidade | Contrato | | | | Visto do Tribunal de Contas | | Data do primeiro pagamento (7) | Pagamentos no período | | | | | Pagamentos acumulados | | | | | Observações (19) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objeto (1) | Data (2) | Valor do Contrato (3) - s/IVA | Preço Contratual (4) - c/ IVA | Número de Registo (5) | Data (6) | | Trabalhos normais (8) | Revisão de preços (9) | Trabalhos a mais (10) | Trabalhos de Suprimento de erros e omissões (11) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12) | Trabalhos normais (14) | Revisão de preços (15) | Trabalho a mais (16) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18) | |
| Citeve - Centro Tecnológico das Industrias Textil e do Vestuário de Portugal | Serviços de consultoria para elaboração de caderno de encargos e especificações técnicas , incluindo as fichas técnicas das peças de vestuário que compõem o fardamento por categoria profissional para o Grupo Transtejo para o procedimento contratual a lançar para aquisição de fardamento. | 08/04/2021 | 10 000,00 | 12 300,00 | n.a. | n.a. | 01/09/2021 | 12 300,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OZEC - Equipamentos Industriais, Lda. | Aquisição de 2 Turbos ZR140/025 MTU (artigo de stock), para a Transtejo | 15/04/2021 | 34 948,00 | 42 986,04 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 42 986,04 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Rinave - Registro Internacional Naval, S.A. | Aquisição de serviços de consultadoria técnica para o projeto da nova frota da Transtejo" | 01/04/2021 | 13 800,00 | 16 974,00 | n.a. | n.a. | 20/07/2021 | 16 974,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Operandus. Limpeza Profissional, S.A. | Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene | 16/04/2021 | 23 315,00 | 28 677,45 | n.a. | n.a. | 19/05/2021 | 28 581,79 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Wartsila Portugal, S.A. | Aquisição de 20 tubos hidráulicos do sistema UPS (artigo de stock), para a Transtejo | 20/04/2021 | 10 389,00 | 12 778,47 | n.a. | n.a. | 07/07/2021 | 12 778,47 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Wartsila Portugal, S.A. | Aquisição de 22 cabos feedback de sistema UPS (artigos de stock), para a Transtejo | 24/04/2021 | 64 000,00 | 78 720,00 | n.a. | n.a. | 14/07/2021 | 78 720,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Rinave - Registro Internacional Naval, S.A. | Serviços de assessoria técnica para acompanhamento do processo de remotorização de 3 (três) Catamarans da Classe "Algés" | 21/04/2021 | 27 000,00 | 33 210,00 | n.a. | n.a. | 28/04/2021 | 1 644,58 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navallagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Serviços de reparação e docagem do N/M "Campolide" | 03/05/2021 | 174 490,00 | 214 622,70 | n.a. | n.a. | 07/07/2021 | 214 003,98 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Tholen - Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda. | Prestação de serviços de extinção e controlo de pragas para as instalações e frota de navios da Transtejo | 23/04/2021 | 10 512,00 | 12 929,76 | n.a. | n.a. | 07/05/2021 | 2 872,28 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação Lda. | Serviços para reparação do veio propulsor e cubo da hélice do N/M "CAMPOIDE | 23/04/2021 | 37 900,00 | 46 617,00 | n.a. | n.a. | 12/08/2021 | 25 399,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Best Ability - Financial Consulting, Lda. | Serviços de Contabilista Certificado para a Transtejo | 11/05/2021 | 28 875,00 | 35 516,25 | n.a. | n.a. | 12/08/2021 | 8 944,55 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| M DONE - Consultoria, Marketing e Serviços, Lda. | Serviços para prestação de serviços para planeamento, organização e produção de evento para apresentação ao Navio Leader, no âmbito do contrato de fornecimento de dez navios elétricos para a Transtejo | 13/05/2021 | 24 900,00 | 30 627,00 | n.a. | n.a. | 08/06/2021 | 15 313,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, sp, rl | Serviços de consultoria para apoio técnico ao procedimento de contratação do projeto e da empreitada de construção das estações de armazenamento de energia para a nova frota da Transtejo. | 07/05/2021 | 29 950,00 | 36 838,50 | n.a. | n.a. | 08/10/2021 | 14 735,40 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Cor Naval - Indústria e Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços para manobras de substituição do Pontão "Cova da Piedade" pelo Pontão da "Ribeira" | 19/05/2021 | 28 175,00 | 34 655,25 | n.a. | n.a. | 20/07/2021 | 34 655,25 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Grey Técnica - Serviços Navais, Lda. | AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REVISÃO ANUAL DOS MEIOS DE SALVAÇÃO DOS NAVIOS DA FROTA DA TRANSTEJO, ANO DE 2021 | 21/05/2021 | 82 200,00 | 101 106,00 | n.a. | n.a. | 15/06/2021 | 79 440,45 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda. | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª e 2.ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO | 25/05/2021 | 26 742,50 | 32 893,28 | n.a. | n.a. | 14/07/2021 | 13 127,28 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda. | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MEIOS DE 1ª INTERVENÇÃO PARA O GRUPO TRANSTEJO | 25/05/2021 | 13 024,03 | 16 019,56 | n.a. | n.a. | 14/12/2021 | 7 060,77 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Naforval - Indústria da Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços de reparação e docagem do Pontão "Alto do Pina" | 27/05/2021 | 194 867,00 | 239 686,41 | n.a. | n.a. | 08/10/2021 | 203 733,45 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Operandus, Limpeza Profissional, S.A. | Aquisição de serviços de limpeza e produtos de higiene | 31/05/2021 | 266 989,94 | 328 397,63 | n.a. | n.a. | 22/06/2021 | 208 269,16 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

| Entidade | Contrato | | | | Visto do Tribunal de Contas | | Data do primeiro pagamento (7) | Pagamentos no período | | | | | Pagamentos acumulados | | | | | | Observações (19) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objeto (1) | Data (2) | Valor do Contrato (3)- s/IVA | Preço Contratual (4) - c/ IVA | Número do Registo (5) | Data (6) | | Trabalhos normais (8) | Revisão de preços (9) | Trabalhos a mais (10) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12) | Trabalhos normais (14) | Revisao de preços (15) | Trabalho a mais (16) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18) | | |
| Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços de reparação e docagem do Pontão "Alvito" | 31/05/2021 | 152 143,30 | 187 136,26 | n.a. | n.a. | 01/06/2021 | 1 933,56 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| SLG - Sociedade Lusa de Geoengenharia, Lda. | Aquisição de serviços de apoio técnico especializado para elaboração de projeto de execução, visando a produção dos respetivos projetos, peças técnicas e acompanhamento em obra, para o procedimento contratual a ser posteriormente lançado para a execução da empreitada de remodelação e ampliação das instalações operacionais existentes na Doca 13 | 08/06/2021 | 109 350,00 | 134 500,50 | n.a. | n.a. | 22/11/2021 | 121 050,45 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Docagem especial para prestação de serviços para remoção da caixa redutora e veio propulsor do N/M "Madragoa" | 18/06/2021 | 18 990,00 | 23 357,70 | n.a. | n.a. | 20/07/2021 | 23 357,70 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços de preparação para instalação do Pontão "Melinde" | 24/06/2021 | 11 300,00 | 13 899,00 | n.a. | n.a. | 29/12/2021 | 13 899,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Tholen - Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda. | Serviços para aplicação de desinfetante Zoono Microbe Shield Z-71 ") nas instalações e Navios do "Grupo Transtejo" como medida de prevenção COVID 19 | 24/06/2021 | 20 940,00 | 25 756,20 | n.a. | n.a. | 09/09/2021 | 13 751,40 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação Lda. | Serviços para reparação do veio propulsor e cubo da hélice do N/M "Sintrense" | 28/06/2021 | 37 900,00 | 46 617,00 | n.a. | n.a. | 09/09/2021 | 32 582,70 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OTAR Tecnologia Avançada de Recuperação Lda. | Serviços para reparação de veios e fatos de água do Navio "SÉ", | 08/07/2021 | 89 988,00 | 110 685,24 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 77 274,75 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Serviços de reparação e docagem do N/M "Sintrense" | 13/07/2021 | 173 990,00 | 214 007,70 | n.a. | n.a. | 12/08/2021 | 213 716,93 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Mundimat Sociedade Técnica de materiais de Construção Lda. | Empreitada para a Substituição da cobertura do Terminal do Seixal | 14/07/2021 | 102 033,18 | 125 501,81 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 68 712,73 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| PSG - Segurança Privada, S.A. | Serviços de vigilância e segurança humana, para o mes de julho de 2021, , para a Transtejo – Transportes do Tejo, S.A | 20/07/2021 | 49 968,42 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | 12/08/2021 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. | Aquisição de serviços de telecomunicações para disponibilização de dados de wi-fi nos terminais e frota de navios da Transtejo | 20/07/2021 | 8 840,64 | 10 873,99 | n.a. | n.a. | 02/12/2021 | 1 560,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| SETH - Sociedade de empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. | Empreitada para reparação da estaca de montante do "Pontão Telheiras" | 30/07/2021 | 200 000,00 | 246 000,00 | n.a. | n.a. | 22/09/2021 | 191 756,57 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Wärtsilä Portugal S.A. | Aquisição de apoios de motor (artigo de stock), para a Transtejo | 25/08/2021 | 13 395,00 | 16 475,85 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 16 475,85 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| LUPA DESIGN DE COMUNICAÇÃO E IDEIAS, UNIPESSOAL, Lda. | Serviços de aquisição de serviços de ilustração de 10 (dez) aves autóctones do estuário do Rio Tejo para customização de 10 (dez) navios elétricos da Transtejo | 24/08/2021 | 12 000,00 | 14 760,00 | n.a. | n.a. | 02/12/2021 | 14 760,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Primavera, Business Software Solutions, S.A. | Serviços de consultoria para processamento de salários na ERP Primavera, para a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. | 30/08/2021 | 17 666,40 | 21 729,68 | n.a. | n.a. | 13/10/2021 | 21 729,68 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| PSG - Segurança Privada, S.A. | Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, para o mes de agosto de 2021, para a Transtejo – Transportes do Tejo, S.A | 26/08/2021 | 49 968,42 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | 22/09/2021 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| AXIANSEU II Digital Consulting, S.A. | Upgrade das Máquinas Automáticas de Venda de TÚulos (MAVT) | 26/08/2021 | 112 518,00 | 138 397,14 | n.a. | n.a. | n.d. | 0,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Wartsila Portugal, S.A. | Aquisição de 30 tubos hidráulicos UPS (artigo de stock), para a Transtejo | 09/09/2021 | 15 564,00 | 19 143,72 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 19 143,72 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OZEC - Equipamentos Industriais, Lda. | Aquisição de apoios de motor (artigo de stock), para a Transtejo | 09/09/2021 | 13 662,00 | 16 804,26 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 16 804,26 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Cecílio & Carlos Sanfins, Lda. | Serviços de reparação e docagem com sinistro do N/M "Sé" | 15/09/2021 | 339 927,00 | 418 110,21 | n.a. | n.a. | 22/11/2021 | 125 433,06 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

| Entidade | Contrato | | | | Visto do Tribunal de Contas | | Data do primeiro pagamento (7) | Pagamentos no período | | | | | Pagamentos acumulados | | | | | Observações (19) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objecto (1) | Data (2) | Valor do Contrato (3)- s/IVA | Preço Contratual (4) - c/ IVA | Número de Registo (5) | Data (6) | | Trabalhos normais (8) | Revisão de preços (9) | Trabalhos a mais (10) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12) | Trabalhos normais (14) | Revisão de preços (15) | Trabalho a mais (16) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18) | |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Serviços de reparação dos passadiços de embarque do Pontão "Rio Coina" | 15/06/2021 | 26 460,00 | 32 545,80 | n.a. | n.a. | 22/12/2021 | 32 545,80 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Substituição dos 18 aros danificados nos passadiços de embarque | 07/01/2022 | 3 445,00 | 4 237,35 | n.a. | n.a. | 31/12/2021 | 4 237,35 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Primavera, Business Software Solutions, S.A. | Serviços para implementação do Sistema de Gestão Documental, para a Transtejo - Transportes Tejo, S.A. | 16/09/2021 | 37 520,00 | 46 149,60 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 8 330,95 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Mundimat S.A. | Empreita da para Impermeabilização e vedação ao parque de óleos - Doca 13/ Cacilhas" | 23/09/2021 | 10 910,26 | 13 419,62 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 10 890,26 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Bicimay - Soluções de Mobilidade em Bicicleta Unipessoal, Lda. | Aquisição de 5 (cinco) hangares para estacionamento de bicicletas para os Terminais/Estações Fluviais de Cacilhas, Montijo, Porto Brandão, Seixal e Trafaria | 18/09/2021 | 21 425,00 | 26 352,75 | n.a. | n.a. | 30/12/2021 | 26 352,75 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Longo Plano Segurança Integrada e Gestão de Edifícios S.A. | Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e Cais do Sodré | 29/09/2021 | 11 823,79 | 14 543,26 | n.a. | n.a. | 22/03/2022 | 0,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Primavera, Business Software Solutions, S.A. | Aquisição de Serviços para implementação do software de gestão de manutenção e armazém Valeukeep da ERP Primavera | 30/09/2021 | 43 490,00 | 53 492,70 | n.a. | n.a. | 15/02/2022 | 0,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Docagem especial para prestação de serviços de reparação de fuga de óleo e reparação do impulsor da proa do N/M "Seixalense" | 06/10/2021 | 20 950,00 | 25 768,50 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 25 768,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Serviços de reparação dos passadiços de embarque do "Pontão Ribeira" | 07/09/2021 | 24 750,00 | 30 442,50 | n.a. | n.a. | 30/12/2021 | 30 442,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| NETUM ESPANÃ, S.A., Sucursal em Portugal | Serviços de gestão técnica de sistema de écrans digitais, de criação me gestão de conteúdos e de gestão de parcerias no âmbito da Plataforma Magic info | 11/11/2021 | 73 850,04 | 90 835,55 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 15 139,26 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Frente Eloquente, Unipessoal, Lda. | Serviços de inventariação de bens patrimoniais, etiquetagem e reconciliação de ativos para a Transtejo | 19/10/2021 | 6 142,00 | 7 554,66 | n.a. | n.a. | 02/11/2021 | 7 554,66 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Frente Eloquente, Unipessoal, Lda. | Serviços de inventariação de bens patrimoniais, etiquetagem e reconciliação de ativos para a Transtejo | 04/01/2022 | 614,20 | 755,47 | n.a. | n.a. | 31/12/2021 | 755,47 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| PSG - Segurança Privada, S.A. | Serviços de vigilância e segurança humana para o mes de setembro de 2021, para a Transtejo – Transportes do Tejo, S.A. | 18/11/2021 | 49 968,42 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | 22/12/2021 | 61 461,16 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| OTAR - Tecnologia Avançada de Recuperação Lda. | Serviços para reparação do veio propulsor e cubo do hélice do N/M "Dafundo" | 25/10/2021 | 37 900,00 | 46 617,00 | n.a. | n.a. | n.d. | 0,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Cecílio & Carlos Sanfins, Lda. | Serviços para reparação e docagem do N/M "Dafundo" | 26/10/2021 | 173 975,00 | 213 989,25 | n.a. | n.a. | n.d. | 0,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços para manobras nas substituição do Pontão "Seixalinho" pelo Pontão "Alvito" | 03/11/2021 | 28 700,00 | 35 301,00 | n.a. | n.a. | 17/12/2021 | 35 301,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Correia & Correia, Lda. | Serviços de Separação de Resíduos sólidos da Doca 13, Esgoto de Navios e Trasfega de Óleos nas Instalações Concessionadas à Transtejo | 03/11/2021 | 20 520,60 | 25 240,34 | n.a. | n.a. | 02/12/2021 | 11 592,05 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Nova Gente Empreitadas, S.A. | Empreitada de Construção das instalações de apoio à manutenção na Doca 13 | 11/11/2021 | 1 521 000,78 | 1 521 000,78 | n.a. | n.a. | 22/11/2021 | 679 534,34 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a | n.a. |
| PSG - Segurança Privada, S.A. | Serviços de vigilância e segurança humana" para 4 (quatro) meses com início a 1 de outubro de 2021, para a Transtejo – Transportes do Tejo, S.A | 15/11/2021 | 195 861,20 | 240 909,28 | n.a. | n.a. | 10/12/2021 | 120 454,64 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Rinave - Registro Internacional Naval, S.A. | Serviços de fiscalização e acompanhamento do contrato de fornecimento de 10 (dez) navios de propulsão elétrica para a Transtejo", celebrado com a Godan | 16/11/2021 | 34 200,00 | 42 066,00 | n.a. | n.a. | 30/12/2021 | 42 066,00 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

| Entidade | Contrato | | | | Visto do Tribunal de Contas | | Data do primeiro pagamento (7) | Pagamentos no período | | | | | Pagamentos acumulados | | | | | Observações (19) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Objeto (1) | Data (2) | Valor do Contrato (3)- s/IVA | Preço Contratual (4) - c/ IVA | Número do Registo (5) | Data (6) | | Trabalhos normais (8) | Revisão de preços (9) | Trabalhos a mais (10) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (11) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (12) | Trabalhos normais (14) | Revisão de preços (15) | Trabalho a mais (16) | Trabalhos de suprimento de erros e omissões (17) | Outros trabalhos, incluindo ao trabalhos a menos (18) | |
| Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A. | Serviços de reparação e docagem do pontão "Sésimalinho" | 17/11/2021 | 169 900,00 | 208 977,00 | n.a. | n.a. | 29/12/2021 | 104 488,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Naferval - Indústria de Reparação Naval, Unipessoal, Lda. | Serviços de reparação dos passadiços de embarque do "Pontão do Rio Alviela" | 17/11/2021 | 12 850,00 | 15 805,50 | n.a. | n.a. | 29/12/2021 | 15 805,50 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Egeo - Tecnologia e Ambiente, S.A. | Serviços de recolha, transporte, tratamento, armazenamento e eliminação de resíduos | 02/12/2021 | 12 500,00 | 13 250,00 | n.a. | n.a. | 22/11/2021 | 8 010,20 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Endesa Energia, S.A. – Sucursal Portugal | Contrato de aquisição de eletricidade ao abrigo do lote 6 do acordo quadro de fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental | 31/12/2020 | 198 700,00 | 227 522,57 | n.a. | n.a. | 26/08/2021 | 141 556,19 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

## Adjudicações por tipo de procedimento

| Tipo de contrato | Adjudicações por tipo de procedimento | | | | | | | | | | | | | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Concurso público | | Concurso limitado por prévia qualificação | | Procedimento de negociação | | Diálogo concorrencial | | Ajuste direto | | Consulta Prévia | | Contratação Excluída | | | |
| | Número dos contratos (1) | Preço contratual (2) | Número dos contratos (3) | Preço contratual (4) | Número dos contratos (5) | Preço contratual (6) | Número dos contratos (7) | Preço contratual (8) | Número dos contratos (9) | Preço contratual (10) | Número dos contratos (11) | Preço contratual (12) | Número dos contratos (13) | Preço contratual (14) | Número dos contratos (15) | Valor (16) |
| Empreitada de obras públicas | 1 | 1 521 000,78 € | 0 | - € | | | | | 0 | - € | 2 | 122 031,15 € | 2 | 210 910,26 € | 5 | 1 853 942,19 € |
| Aquisição de serviços | 5 | 443 749,68 € | 1 | 198 700,00 € | | | | | 4 | 110 676,40 € | 9 | 216 341,76 € | 49 | 3 584 012,74 € | 68 | 4 553 480,58 € |
| Locação ou aquisição de bens móveis | 1 | 52 440 000,00 € | 0 | - € | | | | | 0 | - € | 0 | - € | 7 | 173 383,00 € | 8 | 52 613 383,00 € |
| Concessão de obras públicas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Concessão de serviços públicos | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sociedade | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | | | | | | | | |

## V. Transferências e subsídios

### Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Transferências e subsídios - Receita

| Tipo de receita | Disposições legais (1) | Finalidade (2) | Entidade Financiadora (3) | Receita Prevista (4) | Receita Recebida (5) | Receita Prevista a não recebida (6)=(4)-(5) | Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7) | Observações (8) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Transferências Correntes** | | | | 16 065 350,00 | 15 737 027,38 | 328 322,62 | | |
| 160501 Compensações financeiras | Contrato de Serviço Público | | Secretaria Geral do Ministério do Ambiente | 16 065 350,00 | 15 737 027,38 | 328 322,62 | | |
| **Total Transferências correntes** | | | | 16 065 350,00 | 15 737 027,38 | 328 322,62 | | |
| **Transferências de Capital** | | | | 14 690 000,00 | 9 583 056,48 | 5 106 943,52 | | |
| 100301 Estado | | Investimento em embarcações | Secretaria Geral do Ministério do Ambiente | 14 690 000,00 | 9 583 056,48 | 5 106 943,52 | | |
| **Total Transferências capital** | | | | 14 690 000,00 | 9 583 056,48 | 5 106 943,52 | | |
| **Total** | | | | 30 755 350,00 | 25 320 083,86 | 5 435 266,14 | | |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr.ª Marina João da Fonseca Lopes Ferreira

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia

## ADENDA

**Substitui a informação apresentada na Tabela 57 - Variação do Endividamento (2020-2021) inserida no capítulo "Cumprimento das Orientações Legais", no ponto *3. "Limites de crescimento do endividamento"*, publicada na página 83 do Relatório de Gestão e Contas de 2021.**

| Limite de crescimento do endividamento | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| | Valores (€) | |
| Financiamento remunerado | 102 810 769 | 102 810 769 |
| Capital Social ou Capital Estatutário realizado | 208 025 085 | 208 025 085 |
| Novos investimentos com expressão material | 0 | |
| **Crescimento do endividamento:** | **0,00%** | |

**Esta informação encontra-se devidamente assinada pelo Conselho de Administração em funções.**

Dra. Marina João da Fonseca Lopes Ferreira
(Presidente)

Dr. José Ricardo Figuerola Henriques da Silva
(Vogal)

Eng.º Luís Filipe Dias Carvalho Maia
(vogal)

# ADENDA

**Substitui a informação apresentada na Tabela 75 - Gastos com Comunicações inserida no capítulo "Cumprimento das Orientações Legais", *no ponto 7.c) Despesas associadas a comunicações*", publicada na página 87 do Relatório de Gestão e Contas de 2021.**

| Membro do CA (Nome) | Gastos com Comunicações(€) -2021 | | |
|---|---|---|---|
| | Plafond Mensal Definido | Valor Anual | Observações |
| Marina João da Fonseca Lopes Ferreira | 80,00 | 0,00 | DSUE_01/06/2020 |
| Luís Filipe Dias Carvalho Maia | 80,00 | 356,73 | DSUE_01/06/2020 |
| José Ricardo Figuerola Henriques da Silva | 80,00 | 263,90 | DSUE_01/06/2020 |
| | | **620,63** | |

**Esta informação encontra-se devidamente assinada pelo Conselho de Administração em funções.**

Dra. Maria Alexandra Martins Ferreira de Carvalho
(Presidente)

Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos
(Vogal)

Eng.º José Manuel Santinho Faísca
(vogal)